

IN MEMORIAM

Entre Dana e Eliza: Discursos, Imagens e Sentidos sobre a Mulher

Maria de Fátima Costa de Oliveira

Tese de doutorado para obtenção parcial do grau de doutora em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória e Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra Evelyn Goyannes Dill Orrico

Rio de Janeiro – RJ

Fevereiro de 2016

Oliveira, Maria de Fátima Costa de.

O48 In Memoriam: entre Dana e Eliza: discursos, imagens e sentidos sobre a mulher / Maria de Fátima Costa de Oliveira, 2016.

246 f. ; 30 cm

Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico.

Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Para Lená, minha Mãe,

todo o meu amor

In memoriam

Agradecimentos

Com amor, agradeço à querida orientadora professora Evelyn Orrico, que desde o início de nossa jornada tem se dedicado à mais generosa das atribuições, a de partilhar conhecimento. Vejo-a como a mais incrível mestre dos mares! Evelyn, espero poder embarcar em outras tantas viagens com você, pela vida.

Com ternura, agradeço às professoras Iluska Coutinho, Lucia Ferreira, Marialva Barbosa, e ao professor Francisco Farias, convidados para a banca, que também, generosamente, se dispuseram a contribuir para o êxito desta tese. Suas palavras foram muito incentivadoras!

Com carinho, agradeço aos professores, funcionários e colegas da UNIRIO, que ofereceram o combustível indispensável da troca de saberes e da amizade. Aqui vou nomear alguns, na certeza de representar a todos. Agradeço às professoras e professores de Memória Social nas pessoas de Jô Gondar, Vera Dodebei, Diana Pinto, Regina Abreu e Amir Geiger, com quem tive deliciosas aulas e infinito aprendizado. Agradeço a Hercília Silva, Fátima Santos, Aline Chrispim e Patricia Soares, pela generosidade e carinho com que sempre me atenderam em tudo. Agradeço, especialmente, a Priscilla Arigoni, amiga que ganhei neste doutorado, companheira de trabalhos, de artigos, de perrengues no metrô e de deliciosas prosas com vinho no fim de tarde, na Urca, que ficarão na memória. E às meninas da subjetividade, Fernanda Marques, Alexandra Arnold e Sônia Maia, amigadas que o PPGMS me deu para além de Foucault e dos deliciosos almoços de segunda. Deixo meu afeto e saudades aos colegas do grupo de estudos em Memória e Linguagem.

Ainda com muito carinho, também agradeço aos professores, funcionários, colegas e alunos da UFRRJ que, de 2014 para cá, fazem parte da minha vida acadêmica, profissional e afetiva, alimentando-me com novos sonhos, desafios e projetos. Em especial, a Alessandra de Carvalho, pesquisadora admirável e colega exemplar, com quem tenho a honra de partilhar uma Coordenação de Jornalismo, embora eu preferisse dividir os sabores da culinária paraense.

Agradeço também aos profissionais responsáveis por alimentar e atualizar a hemeroteca da Biblioteca Nacional e o acervo dos *sites* de jornalismo aqui consultados

para a formação do *corpus* desta pesquisa. Vocês não fazem idéia de como uma indexação cuidadosa e correta faz toda a diferença!

Com sincera gratidão, amor, ternura e carinho, deixo meu imenso abraço às pessoas importantes em minha vida fora da Academia, sem as quais eu não me reconheceria aqui hoje:

Leila Fidalgo, pelo amor, pela família que formamos e pelo Zeca, em cinco anos de companheirismo e partilha;

Cesar Baio, pela inspiração acadêmica, artística e afetiva, nessa amizade que vence décadas e distâncias. Ah, isso sem falar na descoberta do concurso da Rural;

Walmeri Ribeiro, pela amizade, palavras de incentivo naquelas horas difíceis de passar quando a gente trava, e pela alegria das tartarugas verdes;

Márcio Miranda, por enriquecer a tese com a linda arte gráfica da capa interna e pela parceria no design de tudo o que me atrevo a publicar desde 2006;

Iara Diniz e Andréa Doyle, por me socorrerem! E, Iara, por ter permanecido esses anos todos em amizade clone mãe/clone filha para além da sala de aula;

Daya Costa, pela presença exata ao lançar o bote ao mar, quando meu barco estava virado na tormenta;

Rogério Imbuzeiro pelas músicas, pelas cartas (sim, cartas!) e pela gentileza de emprestar os remos que não me deixaram à deriva;

Brenda Costa, por oferecer, com carinho e delicadeza, um porto de afeto na travessia em dias de sol e nuvem.

E quem me conhece sabe, há outros agradecimentos especiais:

Chico, Alvinho, Nina e Bento, responsáveis por tantas alegrias e travessuras há 13, 12, 07 anos e 05 meses (nesta ordem), em minha vida e que estiveram deliciosamente ao meu lado durante a escrita desta tese.

Por fim, Nossa Senhora Aparecida, em memória de minha Mãe, receba meu mais profundo agradecimento por manter viva a minha espiritualidade.

*“Escrever é tantas vezes lembrar-se do que nunca existiu.
Como conseguirei saber do que nem ao menos sei?
Assim: como se me lembrasse. Com um esforço de Memória,
como se eu nunca tivesse nascido.
Nunca nasci, nunca vivi, mas eu me lembro,
e a lembrança é em carne viva”.*

Clarice Lispector

Resumo

Memória, Jornalismo e Discurso. A inter-relação dessas áreas norteia esta tese que objetiva compreender como as informações veiculadas pela Imprensa, instituição de produção do conhecimento que roga para si um “poder de verdade” (por meio do discurso jornalístico), contribuem para a construção de memórias sobre a mulher, a partir da divulgação de crimes de grande repercussão nacional. O mundo é representado por discursos construídos socialmente e, apesar de inegáveis avanços culturais, mesmo com o crescente movimento de mulheres por sua autonomia, ainda hoje, no primeiro quarto de século do terceiro milênio, é possível identificar uma forte tendência de herança patriarcal, androcêntrica e, por vezes misógina, na sociedade brasileira. O percurso teórico aqui empreendido busca contemplar a noção de memória social, relacionando-a à linguagem e à violência; entender o jornalismo como enquadramento da “realidade” a partir de suas rotinas de produção; e atualizar o cenário da violência contra a mulher no Brasil. O *corpus* da pesquisa está centrado em reportagens sobre o “Caso Eliza Samudio”, analisadas sob a metodologia da Análise de Discurso de vertente francesa, em suas materialidades verbais e não verbais. São trabalhados os conceitos de interdiscurso, memória discursiva, acontecimento discursivo e intericonicidade para apontar possíveis efeitos de sentido no tecido social entre passado e presente, ao relacionar a cobertura do “Caso Eliza Samudio”, de 2009 a 2013, ao “Caso Dana de Teffé”, de 1962 a 1971. A regularidade de certos discursos (jornalísticos e jurídicos) divulgados na Imprensa, sugere a (con)formação do imaginário social sobre o feminino, nos últimos cinquenta anos, notadamente em sua desqualificação moral.

Palavras-chave: Memória Social; Jornalismo; Interdiscurso; Violência contra Mulher; Eliza Samudio.

Abstract

Memory, Journalism and Speech. The interrelation between these areas guides this thesis that aims to understand how the information conveyed by the press, an Institution of knowledge production that entreat itself a “real power” (through the journalistic speech), its construction of memories about women from the disclosure of crimes with a huge national repercussion. The world is performed by socially constructed speeches and although undeniable cultural headways even with the growing women’s movement for autonomy, even today in the first quarter century of the third millennium it’s possible identifying a Strong tendency of patriarchal inheritance, androcentric and sometimes, misogynist in Brazilian society. The theoretical course undertaken here looks for the notion of social memory relating to language and violence against women understanding journalism as a framework for “reality” from their production routines and intends updating the scenario of violence against women in Brazil. The corpus of survey is centered in reports about “Caso Eliza Samudio”, represented beneath the methodology of the analysis of discourse of French side in their verbal and non-verbal material elements characteristic. Concepts are worked out of interdiscourse, discursive, discursive event memory and intericonicity pointing out possible effects of sense in the social tissue between past and present relating to the coverage of the “Caso Eliza Samudio”, from 2009 to 2013, to “Caso Dana de Teffé”, from 1962 to 1971. The regularity of certain speeches (legal and journalistic) disclosed in the press suggests the retraining of social imaginary about the feminine in the last 50 years notably in its moral disqualification.

Key words: Social Memory; Journalism; Interdiscourse; Violence against women; Eliza Samudio.

Résumé

Mémoire, journalisme et discours. L'interrelation de ces domaines guide cette thèse qui a pour objectif de comprendre de quelle manière les informations diffusées par la presse, une institution de production de connaissance qui s'auto-attribue un "pouvoir de vérité" (par le discours journalistique), contribuent à la construction de mémoires sur la femme, à partir de la divulgation de crimes de grande envergure nationale. Le monde est représenté par des discours socialement construits et, malgré d'indéniables avancées culturelles, y compris le grandissant mouvement des femmes vers son autonomie, encore à ce jour, au premier quart de siècle du troisième millénaire, il est possible d'identifier une forte tendance à l'héritage patriarcale, androcentrique et parfois misogyne, dans la société brésilienne. Le parcours théorique ici entamé essaie de contempler la notion de mémoire sociale en la mettant en relation avec le langage et la violence; de comprendre le journalisme en tant que cadre de la "réalité" à partir de ses routines de production; et de mettre à jour le paysage de violence contre la femme au Brésil. Le *corpus* de la recherche est centré autour de reportages sur le "Cas Eliza Samudio", entre 2009 et 2013, interprétés selon l'école française d'Analyse du Discours, et ses matérialités verbales et non-verbales. Les concepts d'interdiscours, de mémoire discursive, d'événement discursif et d'intericonicité sont travaillés dans le but d'identifier des effets de sens possibles, dans le tissu social entre le passé et le présent, par la mise en relation de la couverture médiatique du "Cas Eliza Samudio" avec celle du "Cas Dana de Tefé", entre 1962 et 1971. La régularité de certains discours (journalistiques et juridiques) diffusés par la presse suggère la (con)formation d'un imaginaire social sur le féminin, au cours des cinquante dernières années, notamment sa disqualification morale.

Mots-clefs: Mémoire sociale; Journalismes; Interdiscours; Violence contre la femme; Eliza Samudio.

Lista de Quadros

Quadro 01 - Levantamento de teses e dissertações Domínio Público	p.26
Quadro 02 – Escalada do Jornal nacional em 11/09/2001	p.70
Quadro 03 – Materialidades discursivas e efeitos de sentido Dana e Eliza	p. 231

Lista de Figuras

Figura 01 – Esquema teórico-metodológico	p.34
Figura 02 – Frame de vídeo do Jornal Nacional 17/01/1999	p.69
Figura 03 – Frame de vídeo avião no WTC Reprodução internet.	p.70
Figura 04 – Foto de Eloá Pimentel. Site: Uol.....	p.72
Figura 05 – Cartoon reprodução de internet.	p.76
Figura 06 – Print blog reprodução de internet.....	p.76
Figura 07 – Linchamento de Fabiane de Jesus. Reprodução de internet.	p.77
Figura 08 – Reportagem sobre Ângela Diniz. Revista Manchete.....	p.85
Figura 09 – Foto de Ângela Diniz.	p.86
Figura 10 – Frame de vídeo Memória Globo. Julgamento Doca Street	p.88
Figura 11 – Reportagem Doca Street no jornal Extra	p.90
Figura 12 – Foto de Lindomar Castilho e Eliane de Grammont.	p.91
Figura 13 – Foto de Eliane de Grammont.	p.91
Figura 14 – Capa jornal O Estado de S. Paulo 24/08/1984	p.92
Figura 15 – Reportagem Lindomar Castilho em O Globo 03/08/2012	p.93
Figura 16 – Foto de Maria do Carmo Alves	p.95
Figura 17 – Capa Revista Época	p.96
Figura 18 – Reportagem Elize Matsunaga no jornal Extra 11/06/2012	p.99
Figura 19 – Reportagem Elize Matsunaga no jornal Extra 12/06/2012	p.100
Figura 20 – Reportagem Dorinha Duval na revista Amiga 19/01/1993	p.102
Figura 21 – Reportagem Dorinha Duval na revista Amiga 19/01/1993	p.103
Figura 22 – Reportagem Sandra Gomide no jornal Extra 22/08/2000	p.106
Figura 23 – Foto Sandra Gomide	p.106
Figura 24 – Frame de vídeo Pimenta Neves. Globo News.	p.107
Figura 25 – Jornal Última Hora de 24/01/1955	p.109
Figura 26 – Foto de Dana de Teffé	p.110

Figura 27 – Jornal Última Hora de 02/04/1962	p.115
Figura 28 – Jornal A Noite 25/04/1962	p.117
Figura 29 – Capa jornal Última Hora de 16/06/1962	p.118
Figura 30 – Jornal A Noite de 13/04/1964	p.120
Figura 31 – Jornal O Globo de 15/01/1971	p.122
Figura 32 – Reportagem Dana de Teffé no Diário de Notícias 15/01/1971.....	p.124
Figura 33 – Jornal O Estado de S. Paulo 07/01/2001	p.125
Figura 34 – Eliza Samudio no jornal Extra de 25/08/2009	p.146
Figura 35 – Foto de Eliza Samudio no hotel.....	p.148
Figura 36 – Foto de Eliza Samudio usada nas artes	p.149
Figura 37 – Arte feita pelo jornal Extra para a cobertura do caso	p.149
Figura 38 –Tela de apresentação vídeo Eliza jornal Extra.....	p.150
Figura 39 – Frame de vídeo entrevista Eliza no hotel	p.151
Figura 40 – Jornal Extra de 27/08/2009	p.153
Figura 41 – Foto de Eliza Samudio na delegacia em outubro de 2009	p.155
Figura 42 – Frame de vídeo Eliza na porta da delegacia	p.157
Figura 43 – Jornal Extra de 14/10/2009	p.158
Figura 44 – Quadro de fotos de Eliza no jornal Extra de 15/10/2009.....	p.160
Figura 45 – Foto Musa do Brasileirão	p.161
Figura 46 – Frame de vídeo Eliza na Rede TV!.....	p.164
Figura 47 – Frame de vídeo Eliza na Rede TV!	p.164
Figura 48 – Frame de vídeo Eliza 1 Jornal Nacional 26/06/2010.....	p.169
Figura 49 – Frame de vídeo Eliza 2 Jornal Nacional 26/06/2010.....	p.169
Figura 50 – Frame de vídeo Eliza 1 Jornal da Record 26/06/2010.....	p.172
Figura 51 – Frame de vídeo Eliza 2 Jornal da Record 26/06/2010.....	p.172
Figura 52 – Frame de vídeo Eliza 3 Jornal da Record 26/06/2010.....	p.173
Figura 53 – Frame de vídeo Eliza 4 Jornal da Record 26/06/2010.....	p.174
Figura 54 – Frame de vídeo Eliza 5 Jornal da Record 26/06/2010.....	p.174
Figura 55 – Jornal O Estado de S. Paulo de 28/06/2010.....	p.179
Figura 56 – Jornal Extra de 04/07/2010	p.183
Figura 57 – Foto Bruno se entregando à Polícia. Extra e Uol.....	p.188
Figura 58 – Jornal Extra de 12/07/2010.....	p.191
Figura 59 – Jornal O Estado de S. Paulo de 17/07/2010.....	p.193

Figura 60 – Foto Bruno sorri. Futura Press. 22/07/2010.....	p.194
Figura 61 – Foto Bruno chora. Agência Estado. 28/06/2011.....	p.198
Figura 62 – Ilustração e frames de vídeo Bruno chora	p.198
Figura 63 – Foto beijo Bruno e Ingrid	p.200
Figura 64 – Frame de vídeo JN e JR - Ingrid e Bruno	p.200
Figura 65 – Frame de vídeo Domingo Espetacular 18/11/2012.....	p.204
Figura 66 – Foto de Bruno e Dayanne no Tribunal. TJMG 20/11/2012.....	p.211
Figura 67 – Jornal Extra de 04/03/2013.....	p.213
Figura 68 – Frame vídeo JN e JR Bruno chora 04/03/2013.....	p.217
Figura 69 – Frame vídeo arquivo JR Bruno sorri 04/03/2013.....	p.217
Figura 70 – Fotos de Bruno no julgamento. TJMG 08/03/2013.....	p.219
Figura 71 – Frame de vídeo Jornal Nacional 08/03/2013	p.219
Figura 72 – Frame de vídeo Eliza Samudio Jornal Nacional 08/03/2013.....	p.221
Figura 73 – Frame de vídeo Eliza Samudio Jornal da Record 08/03/2013.....	p.223
Figura 74 – Reprodução: Madona Sistina de Rafael Sanzio (1503).....	p.225
Figura 75 – Reprodução: Telas da Virgem com o Menino de Rafael Sanzio.....	p.225
Figura 76 – Foto de Eliza Samudio com o bebê	p.226

Sumário

CARTAS DE ROTA: INTRODUÇÃO	14
CAP 1 – NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DA MEMÓRIA	
1.1 GESTOS DE PESQUISA.....	25
1.1.1 Mares d’antes navegados	26
1.1.2 Mestres dos mares	32
1.2 GESTOS DE MEMÓRIA.....	35
1.2.1 Memória e Linguagem	37
1.2.2 Memória, Violência, Esquecimento	44

CAP 2 – NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DA PALAVRA

2.1 GESTOS DE DISCURSO: JORNALISMO	49
2.1.1 O discurso de “verdade”	57
2.2. GESTOS DE PRODUÇÃO: ENQUADRAMENTOS DA “REALIDADE”	61
2.2.1 Agenda-setting e newsmaking	64
2.2.1.1 Celebridade como um dos valores-notícia	66
2.2.1.2 Acontecimento jornalístico e Jornalismo como acontecimento.....	68

CAP 3 – NAS ÁGUAS TURVAS DA SOCIEDADE

3.1 GESTOS DE ACONTECIMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	74
3.1.1 Uma mulher está apanhando agora no Brasil.....	80
3.1.2. Alguns casos memoráveis e sua divulgação.....	84
3.2. O “CASO DANA DE TEFFÉ”	108
3.2.1 A Imprensa e o Diário Secreto de Dana de Teffé	114

CAP 4 – MANCHAS DE SANGUE EM ÁGUAS VIOLENTAS

4.1 <i>IN MEMORIAM</i> : ELIZA SAMUDIO	127
4.1.1 <i>In scaena</i> : o Goleiro do Flamengo	131
4.2 GESTOS DE MEMÓRIA NOS DISCURSOS	133
4.2.1 Interdiscurso, memória discursiva, acontecimento discursivo	136
4.2.2 Intericonicidade e o discurso da imagem	138

CAP 5 – ÁGUAS REVOLTAS: DISCURSOS, IMAGENS E SENTIDOS NO “CASO ELIZA SAMUDIO”

5.1 GESTOS DE ANÁLISE	142
5.1.1 Discursos verbais e não verbais.....	144

TERRA À VISTA: CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
--	------------

REFERÊNCIAS	238
--------------------------	------------

Cartas de Rota: Introdução

*“Para os navegantes com desejo de vento,
a memória é um ponto de partida”.*

Eduardo Galeano

Palavra é palavra feminina. Memória também. E é deusa.

Reminiscências da Grécia arcaica nos levam à Deusa Mãe das Musas: *Mnemosyne*. Divindade com função psicológica no panteão grego, *Mnemosyne* canta tudo o que foi, tudo o que é, e tudo o que será (VERNANT, 1990). Quanta sabedoria na vida de quem detém memórias. Ou quanto poder, nas mãos de quem as constrói.

Esta tese não versa sobre a Memória na Antiguidade, e sim, aborda-a sob outras perspectivas a partir da sociologia de Maurice Halbwachs. No entanto, não posso negar o fato de que, saber da existência de um certo “poder de verdade” em torno de *Mnemosyne* desde tempos imemoriais, direcionou meu olhar analítico sobre os objetos aqui estudados.

Interessa-me investigar como o jornalismo constrói memórias sobre a mulher brasileira a partir dos discursos veiculados na imprensa, durante a cobertura de um crime... Mas, espere, antes de apresentar este estudo, gostaria de justificar aqui, a opção pela escrita em primeira pessoa. Em geral a Academia preconiza o uso do plural majestático para textos científicos ou mesmo do sujeito oculto com o propósito de sugerir a objetividade científica. Conselho seguido por mim, na redação de artigos levados a congressos em diferentes fases desta pesquisa. No entanto, neste momento, acredito que demarcar explicitamente o meu lugar de fala não torna menos científica a presente tese; ao contrário, convida você, leitor (a), a acompanhar todo o percurso teórico-metodológico que atribui cientificidade ao trabalho, reconhecendo, outrossim, os gestos de interpretação que cabem a esta pesquisadora.

Retomo, então, a apresentação de *IN MEMORIAM – Entre Dana e Eliza: Discursos, Imagens e Sentidos sobre a Mulher*, resgatando um fato ocorrido no ano de 2005: “Esta sexta-feira foi um desses dias em que o jornalismo certamente antecipou páginas dos futuros livros de história”¹. A frase em destaque, enunciada pelo apresentador do telejornal de maior audiência no Brasil, em 08 de abril de 2005, ficou ecoando em minha mente por muito tempo. Naquela noite, não me esqueço, eu caminhava por uma pequena vila e pude ouvir, andando pelas calçadas, as televisões no interior das casas, ligadas na mesma emissora que transmitia a cerimônia do funeral do Papa João Paulo II. Estudante de Mestrado, pensei: “isso dá ‘pano p’ra manga’, em estudos futuros”. E aquela abertura do noticiário ficou adormecida nas lembranças até ser escrita, sete anos depois, no Projeto de Doutorado, que submeti ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, o PPGMS, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, no ano de 2012.

O dito popular “isso dá pano p’ra manga”, para traduzir a repentina sensação que tive ao ouvir o enunciado do apresentador de TV, revela minha fragilidade teórica de então, diante de um acontecimento jornalístico. Nem mesmo quando elaborei o projeto de pesquisa deste doutorado eu estava amparada conceitualmente tal qual hoje esboço uma nova interpretação para as cenas de antes. Aprender não ocupa espaço, não pesa e é fascinante o tanto que transforma o olhar.

Jornalista de TV, por 20 anos, exerci a profissão com conhecimento de causa sobre a fugacidade das notícias de um *hardnews*. Em qualquer meio jornalístico, antes da comunicação digital, era muito comum ouvir a expressão: “jornal de ontem só serve para embrulhar o peixe” – o que, desde os tempos *offline*, já indicava a correria do dia a dia para produzir sempre o novo. Hoje, naturalmente, os veículos impressos e audiovisuais precisam buscar muito mais do que uma simples novidade para sobreviver.

A informação imediata, praticamente instantânea, está ao alcance de todos, na palma da mão, em dispositivos móveis, com acesso à internet. Dezenas de pesquisadores estão dedicados a estudar o jornalismo de hoje e as mudanças necessárias e urgentes em sua prática, decorrentes da interação digital, da comunicação pelas redes

¹ Apresentação de William Bonner, no Jornal Nacional (Rede Globo) dia 08 de abril de 2005, durante a cobertura da morte do Papa João Paulo II. O apresentador entrava "ao vivo" direto do Vaticano, na Itália. Sua companheira de bancada, Fátima Bernardes, chamava outras notícias da redação do telejornal, no Rio de Janeiro.

sociais, da transversalidade na produção e difusão de informações; e investigam, também, os cenários de jornalismo (seja rádio, tv, revistas ou jornais) onde ainda há uma certa resistência às mudanças em seu *modus operandi*. Tais questões que emergem ao se falar de jornalismo na atualidade não são ignoradas por mim, embora não venham a ser discutidas neste momento.

Assim, se o labor do jornalismo diário é considerado fugaz, com tecnologias digitais potencializando o imediatismo das informações e se a lógica das redações é a busca incessante pelo inédito, como o jornalista pode rogar para si o poder de antecipar a história e, em outra medida, construir memórias? Como isso se dá?

Foi esta a inquietação que guardei, durante alguns anos, para tentar decifrá-la em tese de doutoramento. Em meio ao turbilhão de acontecimentos, imagens, testemunhos, afinal, o que ficará retido pela memória? – eu me perguntava em pensamento. E como o pensamento navega, pensei nas ondas do mar. Incessantes, elas são a identidade do mar. Eis que ao pensar assim, revelo as minhas maiores paixões: as palavras e o mar.

O mar é masculino. Mas as águas...

Para quem nasceu em Minas Gerais, o mar é sonho! E se uma onda de pensamento puxa a outra, lembrei-me de que ganhei, quando criança, uma concha grande, dessas que, ao aproximar do ouvido, pode-se escutar o som do fundo das águas. A menina das montanhas tinha em mãos a memória do mar.

Cresci com sonhos de mar e pensamentos de palavras.

Os pensamentos/palavras viraram profissão. Tomo, assim, a liberdade de fazer um convite a você, para que faça o percurso desta leitura, como se junto comigo viajasse em alto mar. Foi este o desafio que senti ao começar a pesquisar. Eu julgava conhecer, um pouco, o oceano do jornalismo; sabia, porém, que navegar mais longe era preciso, até mergulhar nas águas profundas de seus discursos.

Duas décadas dedicadas ao exercício dessa profissão, credenciaram-me a experimentar, “por dentro”, os seus bastidores, suas rotinas, sua lógica de mercado; suas qualidades e também defeitos, sua linguagem, competências e limites; seus acertos e erros. Mas o desejo de compreender melhor sua produção de sentidos motivou a prática

de outro exercício, agora a partir de um olhar “de fora”, que resultou nesta pesquisa sobre o **Jornalismo como construtor de Memórias Sociais**.

E bastou começar os estudos, para um mar de perguntas surgir à minha frente. O que acontece com a informação que caiu em circulação, foi publicada, transmitida, impressa, convertida em arquivos? Como ela será apreendida? Trago para esta reflexão a definição de arquivo proposta por Michel Foucault, em que tantas coisas ditas por tantos homens, há milênios, “tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo, segundo regularidades específicas” (FOUCAULT, 2010, p.146).

Assim, a prática da prestação de um serviço invariavelmente factual, quer ter caráter memorável. O acontecimento fático, como se sabe, pode inscrever-se na memória social de um grupo, uma cidade, uma nação – mas, para além do fato, é o jornalismo que diz antecipar as páginas dos livros de história e almeja impor-se como o discurso a ser lembrado no futuro.

Ora, o jornalismo, em uma primeira instância, seria a negação do passado e da memória. Os jornais são escritos para comunicar aos contemporâneos, sincronicamente localizados, os acontecimentos de seu tempo e não para registrá-los para as gerações futuras. [...] Os vínculos entre jornalismo e passado são, entretanto, bem mais estreitos do que podem parecer à primeira vista. [...] Os jornalistas percebem a dimensão memorialista de sua prática e a utilizam para fundamentar seus valores, para justificar sua deontologia (RIBEIRO, 2008, p. 202-203).

E aqui vale citar Jacques Le Goff (2012) para quem os jornalistas estão entre os profissionais científicos da memória, ao lado de historiadores, antropólogos e sociólogos. Muito antes de Le Goff, porém, um pesquisador alemão - que pode ser considerado o pioneiro na proposição de numa teoria específica para o jornalismo - fez-me arregalar os olhos quando reli a sua tese, publicada 326 anos atrás.

Tobias Peucer (2004) pesquisou os periódicos alemães do século XVII e, embora não possa ser comparado a uma tese doutoral de nossos dias, seu estudo traz 29 capítulos curtos, com indicações muito precisas sobre formato, conteúdo e linguagem dos relatos de notícias. Se Le Goff categoriza os jornalistas como profissionais científicos da memória, Peucer o faz de maneira notável atribuindo, aos redatores dos periódicos, o papel de historiadores de seu tempo, que mesmo sem exigir dos primeiros

o rigor de apuração que se cobra dos últimos, estariam os jornalistas escrevendo “a memória dos acontecimentos”. Minha expressão de espanto se deve ao fato de que Peucer estava ali, na estante da sala, desde 2004. E só agora, quando reli o texto, percebi, exatamente, o que eu buscava estudar no “Caso Eliza Samudio”.

E, se tal como na vida, experimentamos diariamente inúmeras sensações, mas só algumas conquistam efetivo lugar em nossas lembranças - quais seriam as notícias memoráveis e por quê?

Não é possível lembrar-se de uma reportagem atrás da outra, tais quais insistentes ondas a quebrar na praia, mas é certo que aquele som, de dentro da concha, está lá. E, mais ainda, recordar que aquela concha existiu na minha infância, é o que me leva à imagem do mar. Quero entender, portanto, como isso se dá com um acontecimento jornalístico que reverbera. E, especialmente, no caso do *corpus* desta pesquisa, se será possível construir memórias sobre a mulher, na sociedade brasileira, a partir da análise da cobertura de crimes de grande repercussão na imprensa, tendo como maior recorte o “Caso Eliza Samudio”.

A memória é um processo fundamental no contexto das transformações sociais, como nos diz Farias (2011), referindo-se tanto à memória de experiências de vida, quanto às formas institucionalizadas de ações grupais. “Com isso estamos aventando a possibilidade de que a memória faz parte das condições de vida em sociedade, ou seja, concerne às construções realizadas pelo homem em ações compartilhadas, no contexto das relações sociais” (FARIAS, 2011, p.8).

Por certo, as notícias são construídas e compartilhadas socialmente. Entre tantas pautas possíveis para tornarem-se objeto de tese, devo dizer que foi o tema que me escolheu. Eu estava atenta à cobertura da imprensa no “Caso Eliza Samudio”, muito frequente na agenda de todos os veículos impressos e eletrônicos, diários e semanais, até a data do julgamento do ex-goleiro de futebol, Bruno Fernandes. No começo, apenas lancei um olhar crítico sobre as reportagens para debatê-las em apresentações de congressos.

Foi a partir de novas leituras durante as disciplinas do curso no PPGMS e da troca cultural com congressistas, inclusive de outros países, que cresceu meu interesse por entender os fios de memória tecidos ou esgarçados pelas tramas dos discursos, na

cobertura daquele crime. Assim, a pesquisa ganhou corpo na análise da divulgação jornalística sobre o “Caso Eliza Samudio”, encontrando similaridades com outro, também de grande repercussão, o “Caso Dana de Teffé”, ocorrido na década de 1960. Além da ampla exposição midiática, ambos têm algumas características semelhantes na operação do crime: a ausência do corpo das vítimas, as versões para o desaparecimento delas e o fato de levar ao banco dos réus, uma “celebridade”. Eis que além do fator de ruptura com a norma (a prática do homicídio), a notoriedade é um dos critérios utilizados pelo jornalismo na hierarquização das notícias, o que justifica a continuidade de sua agenda, ultrapassando o caráter factual dos acontecimentos.

E por que estudar sobre a mulher? Naturalmente outros tantos pesquisadores já se debruçaram sobre o papel da mídia na construção ou manutenção de diversos imaginários sociais, entre eles, o feminino. Acerca de representações possíveis sobre a mulher, na imprensa, inclusive, merece ser destacado o trabalho de Ferreira (2007) que analisa, em quatro publicações do final do século XIX ao início do século XXI, enunciados normativos sobre a conduta da mulher para cuidar do marido, da educação dos filhos e da agenda profissional.

Mas é justamente por essa lembrança histórica, enraizada culturalmente de que exista um lugar determinado para a mulher ocupar na sociedade, que penso ser instigante voltar o olhar à produção jornalística nos dias de hoje, apontando que tipo de recorrências discursivas se mantêm ou se impõem.

Intuitivamente é possível perceber e, pelas próprias experiências sociais às quais as mulheres usualmente passam, que, em pleno primeiro quarto do Século XXI, a herança de uma cultura patriarcal ainda é muito presente em nosso país. A dominação masculina não é somente simbólica e aparece em sua face mais concreta nos atos de violência.

A violência contra a mulher tem vasta literatura e altos índices de mortes no Brasil. Assustadoramente, os homicídios com motivação passional tiveram um atenuante legal até quase os nossos dias. A ideia de legítima defesa da honra, em crimes conjugais, surgiu na legislação portuguesa trazida para o Brasil e era comumente usada quando o marido flagrava o adultério da esposa. O adultério, tipificado no Código Penal Brasileiro só deixou de ser considerado crime em 2005.

Além de fazer a análise comparativa do “Caso Eliza Samudio” ao “Caso Dana de Teffé”, outros seis crimes são lembrados, pela sua grande repercussão, ampliando o foco para se investigar os discursos sobre a mulher na imprensa. Em dois deles, inclusive, a mulher está no banco dos réus. A ideia é mostrar que Eliza e Dana não são casos isolados, mas pertencem ao regime de discursos que se legitima como memória social.

O tema da presente tese é, portanto: a construção de memórias sobre a mulher, a partir da análise de discursos veiculados na imprensa, na cobertura de crimes de grande repercussão, especialmente o “Caso Eliza Samudio”, em materialidades verbais e não verbais.

Considero adequado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, poder contribuir com este estudo, mantendo vivas as discussões nos campos acadêmico e social, acerca da violência contra a mulher – violência que se arrasta histórica e culturalmente em nosso país das mais variadas formas.

Oportuno, quando, uma década após a promulgação da Lei Maria da Penha, constata-se que os números de feminicídios² não caíram: em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea³, 5664 mulheres são assassinadas todos os anos no Brasil, ou seja, 472 por mês, 15,5 por dia, uma a cada 90 minutos.

E ainda, a tese que aqui se apresenta, quer sugerir o pensar dessas questões de maneira interdisciplinar. O jornalismo possui rotinas que lhe são próprias, sendo uma prática legitimada pela sociedade como produtora de cultura. Assim, entende-se que o fazer jornalístico assumiu, ao longo de sua história, um discurso de credibilidade e de confiança, constituindo-se um saber autorizado. Quando ocorreu o “Caso Eliza Samudio”, em junho de 2010, eu estava dentro de uma redação de TV, no Rio de Janeiro. Atuei como editora de telejornais até março de 2013, quando então, tal como fiz durante o curso de mestrado, optei pela dedicação à pesquisa, julgando necessário o distanciamento daquelas funções jornalísticas, para melhor apurar o senso crítico, sem contudo ignorar que minha condição de jornalista e mulher coloca-me dentro do debate.

² Feminicídio ou femicídio são expressões para designar o assassinato de mulheres por conflitos de gênero, tendo sido mortas por um homem de seu convívio próximo e mesmo íntimo como seu companheiro (atual ou não).

³ A pesquisa do Ipea, foi divulgada em 24 de setembro de 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/lei-maria-da-penha-nao-reduziu-morte-de-mulheres-por-violencia-diz-ipea.html>> Acessado em 06/01/2016.

Acredito que não é a notícia, e sim o discurso, que em verdade configura-se como legítimo produto do jornalismo. Ideia que defendi em dissertação de mestrado em Linguística Aplicada, com a proposta de arranhar os cânones da pretensa objetividade jornalística. A dissertação tratou de analisar os discursos na cobertura da imprensa em duas emissoras concorrentes numa mesma região do estado de São Paulo, a partir de notícias do dia, chamadas factuais. Agora, avançando novos passos, busco entender de maneira mais profunda, o poder discursivo do jornalismo no campo da memória. Portanto, o percurso teórico-metodológico que será empreendido para sustentar esta investigação tem bases nas áreas da Memória Social, do Jornalismo e da Análise de Discurso (AD) de vertente francesa.

Cabe aqui explicitar que o campo teórico da AD, fundado nos anos 60 do século passado passou por mudanças cruciais a partir do fim dos anos 70 e início dos anos 80. São justamente as reformulações teóricas propostas por Michel Pêcheux (1997, 2002) na terceira fase da Análise de Discurso que oferecem os conceitos aplicados às análises do *corpus*.

Os últimos textos de Pêcheux (2002) dialogam com linguistas, filósofos e historiadores, num momento de transições sociais e políticas mundiais que interferiram diretamente no modo de se pensar a Análise de Discurso na França. Os novos procedimentos analíticos não se voltam mais apenas aos discursos dos “grandes textos” (da Ciência, do Direito, do Estado) e obrigam os pesquisadores a pensar a *heterogeneidade discursiva* e o *interdiscurso*, na escuta das “circulações cotidianas”.

Ora, o discurso jornalístico não existe sem a noção de *interdiscurso* advinda dessa terceira fase da AD, ou seja, aqueles sentidos possíveis que precedem as materialidades discursivas. Muito menos, sem a *heterogeneidade*, que significa dizer, com base em Authier-Rèvuz (1984), que ele não é homogêneo e, sim, mistura uma série de discursos outros no interior do seu próprio dizer.

É nesta esteira que o discurso jurídico, por exemplo, pelos enunciados dos atores sociais (advogados, promotores, juízes) envolvidos nas reportagens, também está incluído no *corpus* da pesquisa. Afinal, se todo conhecimento acadêmico-científico goza de credibilidade, esse conhecimento também é fonte recorrente da própria imprensa para respaldar as informações que divulga. No entanto, há sempre uma nova construção de sentidos que se opera a partir da edição dos testemunhos e escolha de imagens. E,

assim, sucessivamente, no moto-contínuo de vozes entre passado e presente é que, acredita-se, seja forjada a *memória discursiva* sobre a mulher que ora se quer identificar.

Assim, espera-se que esta pesquisa venha a trazer, senão inédita, afinal todo discurso, inclusive o científico, é naturalmente carregado de *já-ditos*, pelo menos uma nova contribuição aos estudos de **Memória Social**. Contemplando o território interdisciplinar dos campos do **Discurso** e do **Jornalismo**, a proposta é fomentar a discussão em torno de **memórias possíveis sobre a mulher, a partir da análise da cobertura do “Caso Eliza Samudio”, pelo viés da análise de discurso francesa em materialidades verbais e não verbais**.

Chegou a hora de ultrapassar a arrebentação e navegar pelos cinco mares indicados no Sumário. O **primeiro capítulo** iça as velas com os *gestos de leitura* e começa a navegar com os *gestos de pesquisa* sobre o arcabouço teórico da Memória e sua relação com a linguagem e com a violência. As fontes indicadas são Vernant (1990), Halbwachs (2006), Le Goff (2012), Pollak (1989), Oliveira e Orrico (2005), Farias (2010, 2011), Orrico (2010), Gondar (2005) e Barbosa (2008).

No **segundo**, *gestos de discursos* levam às ondas do Jornalismo. Busca-se demonstrar o *ethos* e a *práxis* do jornalismo como construtor de memórias sociais e, ainda, abordar os valores notícia que fazem de determinadas coberturas um acontecimento jornalístico. Como faroleiros a indicar o caminho: Peucer (2004), Groth (2011), Wolf (2003), Traquina (2005), Barbosa (1995, 2007, 2008), Barbosa e Ribeiro (2011), Coutinho (2010, 2012) e Ferreira (2007, 2011).

O **terceiro capítulo** se esforça na busca por compreender as raízes das representações culturais sobre a mulher em nossa sociedade. Bourdieu (2011) cede a bússola nessa direção. É neste capítulo, também, que são apresentados dados da violência contra a mulher no Brasil e sete crimes que podem ser considerados “casos famosos”, pela sua repercussão na imprensa, à medida que envolveram alguma celebridade como algoz, ou vítima. Eluf (2007) oferece importantes contribuições. Entre os crimes, destaca-se o “Caso Dana de Teffé”, por similaridades com o assassinato de Eliza Samudio, sugerindo que certas regularidades discursivas venham a construir socialmente memórias sobre a mulher.

A carta náutica indica o **quarto** mar a atravessar, justificando a escolha da Análise de Discurso de vertente francesa (e revisitada pelos pesquisadores brasileiros), cujos conceitos de *memória discursiva*, *interdiscurso*, *acontecimento discursivo* e *intericonicidade* serão debatidos à luz de Foucault (2003, 2010), Pêcheux (1997, 2002, 2007), Achard (1999), Orlandi (2010), Courtine (2005, 2009), Gregolin (2007) e Authier-Rèvuz (1984). O esboço deste percurso conceitual está representado na **figura 1**.

Finalmente, no **quinto capítulo** há o relato do “Caso Eliza Samudio” em sua arquitetura do crime e ampla repercussão midiática que mereceu. Assim, ocorrem as análises de discurso em materialidades verbais e não verbais. Importante registrar que os *frames de vídeo* e fotografias aqui selecionados estão com as fontes identificadas e esta tese se vale da prevalência do interesse social sobre o individual. Isso significa dizer, com base no Código de Direito Civil⁴, que é livre a utilização da imagem de pessoas públicas para fins culturais, educacionais e informativos, o que portanto, inclui seu uso nesta pesquisa.

É fundamental assinalar minha total consciência de que deixei de trazer para o debate as visões de outros tantos pesquisadores que, na atualidade, revistam os autores clássicos e traçam novas e ricas contribuições sobre discurso, memória e jornalismo. Uma empreitada de tal envergadura que abarque todos os saberes, todos os comentadores de peso, é impossível no limite temporal e individual de uma só escrita. Arqueologias e genealogias profundas, deixo aos mestres navegantes de muitos mares. Reconheço-me, ainda, nadando na superfície das águas.

Chego ao término desta tese tomada da certeza de que desenho apenas o início de uma reflexão e não o fim. Desse modo, faço algumas considerações sobre os discursos a respeito da mulher, identificados nos veículos de imprensa, que contribuem para a construção de memórias sociais num ambiente ainda sob a dominação masculina por aqueles que detêm o lugar de fala. Desejo, em certa medida, contribuir para incentivar outros estudos de **Memória Social**, colaborando, também, para os saberes de **Jornalismo e Discurso**.

⁴ Informações disponíveis no site <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12670> Acessado em 20 de janeiro de 2016.

Obrigada por você ter chegado até aqui. E, se aceitou o convite para continuar, agora é içar as velas, sentir o vento, os sustos e os prazeres de navegar numa viagem “*IN MEMORIAM*”, porque retomando uma das lições da Grécia Antiga: o esquecimento é a água da morte.

Capítulo 1 – Navegando pelas águas da Memória

“A lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”.

Maurice Halbwachs

Este capítulo traz gestos de leitura sobre pesquisas que discutem a temática da mulher e violência na imprensa; tendo sido selecionadas como resultado da busca nos bancos de teses, por palavras-chaves relacionadas ao meu objeto de estudo. Também é apresentado um resumo teórico acerca do campo da Memória em sua relação com a linguagem e a violência.

1.1 GESTOS DE LEITURA

Navegar nas águas da **Memória Social** desde o início do curso de Doutorado no PPGMS, revelou-se uma empreitada fascinante. Tentar coordenar o leme em meio a tantas ondas transversais do conhecimento, muitas vezes significou, simplesmente, encarar o horizonte e velejar. Nessas águas, misturam-se Linguagem, Patrimônio, Subjetividade, Espaço e tanto mais o que a interdisciplinaridade pode abraçar. É por isso que nos *gestos de leitura* considere muito bem-vindos, além da Memória Social, outros ventos das Ciências Sociais e Humanas.

1.1.1 Mares d'antes navegados

Ao longo de dois anos, fiz diversas consultas ao banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, que traz o acervo acadêmico das principais instituições de pós-graduação do país. Porém, na época de sistematizar o “estado da arte”, o portal da instituição encontrava-se indisponível. Foi assim no fim de 2013 e no primeiro semestre de 2014. A opção, portanto, foi realizar as buscas pelo portal “Domínio Público” que oferece acesso a consultas de quase 115 mil teses e dissertações⁵, inclusive, as que estão vinculadas à CAPES.

Como seria possível encontrar inúmeras teses e dissertações que tratassem de memória na imprensa, violência contra mulheres, discurso jurídico, discurso midiático sobre crimes, em diferentes programas, foi preciso estabelecer o filtro por **palavras-chave** nos resumos, a saber: **memória, discurso, violência e gênero**, pesquisados separadamente.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de trabalhos apontados por palavras-chave no portal Domínio Público. Ao todo, 4201 entre teses e dissertações:

PALAVRA-CHAVE	DOUTORADO	MESTRADO
MEMÓRIA	242 teses	870 dissertações
DISCURSO	296 teses	1009 dissertações
VIOLÊNCIA	112 teses	558 dissertações
GÊNERO	236 teses	878 dissertações

Quadro1. Levantamento quantitativo de teses e dissertações. Acesso em 11 de março de 2014.

Ao encontrar as pesquisas, os resumos das 886 teses foram lidos. Já as dissertações de Mestrado que traziam uma daquelas palavras em seu resumo, passaram por mais um filtro na seleção, com o objetivo de alcançar a maior aproximação com o eixo temático da presente tese: **a construção de memórias sobre a mulher, a partir de discursos veiculados na imprensa**. A leitura recaiu sobre dissertações defendidas na área de concentração das Ciências Sociais Aplicadas, onde se enquadra o Jornalismo, já

⁵www.dominiopublico.gov.br Acesso em 11 de março de 2014. Acervo disponível de 114.877 teses e dissertações.

que o discurso jornalístico será aqui analisado e que também possuíssem relação com a Memória. Assim, foram selecionados 15 trabalhos de sete estados brasileiros, sendo 11 teses e 04 dissertações, que mais dialogam com a presente pesquisa.

Destaca-se, na relação selecionada para *gestos de leitura*, o denso trabalho de pesquisa desenvolvido por Almeida (2006) em que a autora examina a cobertura telejornalística no Brasil sobre os atentados do “11 de setembro de 2001”, nos Estados Unidos, durante cinco setembros seguintes. Em sua tese, aplica conceitos de análise de discurso e teorias da argumentação para levantar hipóteses sobre o poder das narrativas dos noticiários eletrônicos no interior de memórias sociais. Apesar do foco de seu trabalho ser direcionado a um acontecimento jornalístico completamente diferente do objeto aqui estudado, e da análise centrar-se exclusivamente à mídia televisiva, é possível absorver importantes contribuições para a presente tese, como se depreende do seguinte trecho:

No caso de acontecimentos de grande repercussão nacional ou internacional – seja a repercussão legítima ou fabricada -, a perenidade estará garantida na memória metálica e também na memória coletiva. Tem sido assim em relação a guerras e conflitos internacionais; tem sido assim no acompanhamento de crimes, de denúncias de corrupção, de manifestações sociais, de campanhas eleitorais. [...] Portanto é preciso saber identificar que estruturas e convenções são impostas no presente pelo discurso e pela regularidade das formulações discursivas, pois é esse movimento que oscila entre o linguístico e o histórico que contribuirá para a formação da memória social. (ALMEIDA, 2006, p. 309).

Interessante observar os diálogos entre os pesquisadores que têm a Comunicação como objeto, navegando nas águas da Memória. Às voltas com a temática das narrativas jornalísticas na produção de passados, presentes e futuros, Matheus (2010) analisou três veículos impressos no estado do Rio de Janeiro. E, assim como Almeida (2006), debruçou-se sobre as comemorações e acontecimentos midiáticos. Halbwachs é uma de suas fontes teóricas para justificar a força dos jornais no processo de produção de sentidos, já que “pela sua intensa narratividade podem ajustar periodicamente os quadros sociais da memória” (MATHEUS, 2010, p.135). É o que sustenta suas convicções, como se nota na seguinte passagem: “queria conferir minhas lembranças com o que tinha acontecido e aquele jornal era a chance de ligar um ponto a outro,

construindo um terceiro tempo histórico, entre minhas representações mentais e a realidade social” (ibidem, p. 119).

Novamente não é uma pesquisa sobre mulheres vítimas de violência, mas corrobora com os traçados teóricos que aqui se pretende deslindar, na análise dos discursos veiculados pela imprensa em um processo de construção de memórias possíveis. Ao que se soma Assis (2010) com seu olhar sobre os “historiadores do instante”, referindo-se ao conteúdo jornalístico de três revistas semanais de grande circulação no país. A alcunha de historiadores, atribuída aos jornalistas só vem reforçar a disputa de poder entre memória e história em águas e territórios tão moventes.

Outra importante colaboração pode ser extraída da dissertação defendida por Turack (2008) dentro do programa de pós-graduação em Memória Social da UNIRIO, em que a categoria de gênero é analisada sob a ótica da AD de vertente francesa, em materialidades discursivas divulgadas pela imprensa no Século XIX. Observa-se que as caracterizações sobre a mulher, encontradas nos folhetins dos oitocentos, podem ser comparadas às representações do feminino na publicidade do Século XXI, como atesta Witzel (2011). Ambas as materialidades apresentam discursos que tecem redes de memória sobre a mulher em nossa sociedade.

E é sob este mesmo prisma - o de perceber o imaginário cultural sobre a mulher na contemporaneidade - que se desenvolve a tese da historiadora Fiuza (2010) intitulada “*Imagens do feminino: a construção de gêneros na televisão brasileira*”, ao olhar para as questões de gênero nos meios de comunicação em suporte eletrônico.

Considero a televisão um meio que se distingue pela fragmentação, simultaneidade e velocidade dos conteúdos veiculados, levando a uma estrutura não linear dos discursos e representações, o que me faz acreditar que é capaz de formar representações do feminino também marcadas pelas mesmas características. Essas “memórias”, embora possam parecer transitórias e pouco consolidadas devido às especificidades do veículo, se traduzem, social e individualmente, em valores, comportamentos e estilos de vida compartilhados por diversos segmentos da sociedade brasileira. (FIUZA, 2010, p. 14)

Não mais enfocando a memória, mas sim outras representações da identidade feminina na mídia, Santos (2008) volta-se para os discursos de seis jornais de quatro capitais nordestinas. O autor analisa textos publicados em editoriais, espaço onde se consolida a opinião dos veículos, na data comemorativa pelo Dia Internacional da

Mulher. O recorte determinado para as materialidades discursivas contempla enunciados em três categorias denominadas pelo autor como “atos éticos”: da justiça, liberdade e cidadania. E, dentro desses atos, o pesquisador delimita as seguintes esferas: violência, do senso comum, religiosa, acadêmica, jornalística, jurídica, dos movimentos sociais, da saúde e política.

Os sentidos produzidos por diferentes esferas de atividade humana, e veiculadas em jornais, nos colocam diante de questões éticas, uma vez que o jornal é um veículo midiático que dá visibilidade a estas esferas, possibilitando que as mesmas exponham seus pontos de vistas e, com isso, formem a opinião pública. [...] Contudo, esta nova construção de sentido para a mulher, por meio dos discursos produzidos pelas diferentes esferas de atividade, reproduz vozes de grupos que limitam a participação da mulher e perpetuam uma imagem feminina que as mulheres lutam para desconstruir. (SANTOS, 2008, p. 229)

Portanto, a contribuição de Santos (2008) ao presente trabalho se dá pelo emprego da metodologia dos estudos enunciativos discursivos em materialidades veiculadas na imprensa, sobre a mulher, mais especificamente nas esferas da violência.

A violência contra a mulher já foi tematizada por pesquisadores em várias regiões do Brasil e em diferentes épocas. Pela busca realizada, pode-se notar que a maioria das teses e dissertações recai sobre crimes sexuais e violência doméstica; e, nestes casos, problematizam-se as políticas públicas de atendimento às vítimas, o tratamento jurídico, as questões psicológicas e de saúde física. Souza (2007) trata da violência doméstica e sugere que esse tipo de violência tem uma racionalidade que é dada pela sua relação com a tradição, instalando-se como uma prática rotineira em centenas de milhares de lares brasileiros. “A conexão entre autoridade e violência tem raízes profundas e historicamente relacionadas às formas de distribuição de poder no ambiente doméstico” (SOUZA, 2007, p. 136).

A bibliografia também é vasta em teses historiográficas sobre a dominação masculina ao longo dos séculos em diversas culturas. Mas os feminicídios carecem, ainda, de muitas outras abordagens, embora existam estudos de notável valor para o debate acadêmico. Neste sentido, a dissertação defendida por Gomes (2010b), na UFRJ, traz dados recentes de casos ocorridos em 2007 e 2008, no estado do Mato Grosso. A capital, Cuiabá, foi pioneira na implantação das Varas Especializadas de Violência

contra a mulher, a partir da Lei 11.340/2006, a “Lei Maria da Penha”, justificando a pesquisa naquela cidade.

As conclusões da autora, baseadas nas análises de inquéritos policiais e informações publicadas pelo jornal de maior circulação na região, apontam para o fato de que o crime de gênero ainda hoje - mesmo após a promulgação da Lei, em 2006 -, vem sendo equivocadamente encarado pela justiça como “crime de menor exigência de intervenção estatal por ser entendido como um crime ‘passional’, mero resultado de relações afetivas desfeitas. Neste sentido, a judicialização expressaria a hierarquia e as desigualdades presentes nas relações sociais entre homens e mulheres” (GOMES, 2010b, p. 154). Esta hipótese voltará a ser amplamente debatida nesta pesquisa.

E quanto às injeções de violência na mídia, para usar o termo de Türcke (2010) em sua “sociedade excitada”, há centenas de teses e dissertações versando sobre o tema, em diferentes áreas de conhecimento, que seria exaustivo e inócuo citá-las. Os debates transitam pelos campos da Comunicação, Sociologia, Direito, Antropologia, Ciências Sociais, Estudos da Linguagem, Psicologia, História, Saúde Pública, entre outros. Mas pelo filtro utilizado anteriormente, de localizar as mesmas palavras-chave nos resumos, foram selecionadas aquelas dedicadas à exposição da criminalidade na imprensa, em diferentes suportes midiáticos, a saber: Barbosa (2004), Borges (2009) e Zimmermann (2010).

Vale destacar na tese de Zimmermann (2010) - cuja análise não está voltada à memória de mulheres vítimas, mas ao contrário, à ação de mulheres protagonistas da violência -, o fato de que os sentidos produzidos pelos discursos nas reportagens jornalísticas não se referem aos crimes, e sim, à vida íntima das mulheres, então “descritas como possuidoras de vidas obscuras, infelizes, raivosas, ciumentas, malfeitoras e desafortunadas e algumas como monstras” (ZIMMERMANN, 2010, p. 7). A pesquisa suscita reflexões sobre a cultura patriarcal, por vezes misógina, que notadamente sugere a violência contra a mulher.

Outro pesquisador que investiga a mídia como formadora de opinião pública, diz que “as mulheres no universo do crime sempre foram transmitidas pela indústria cultural como fetiche” (BARBOSA, 2004, p. 71). Em outras palavras, o autor desnuda a linha editorial dos jornais que transformam bandidos em celebridades. O diálogo com esta tese se estabelece num interessante paralelo de análises discursivas sobre como a

mídia trata “famosos ou celebridades” que entram para o mundo do crime, e como o faz em relação aos criminosos que passam a frequentar a agenda midiática por suas “façanhas olímpicas” (nas letras de Barbosa), no cenário fora da lei.

Já para Borges (2009) - embora tenha se pautado em pressupostos teóricos distintos da AD francesa para analisar narrativas jornalísticas -, na medida em que determinado tema não aparece nas páginas dos jornais, ele parece não ter existência,

assim, os órgãos de imprensa tornam-se senhores da memória e do esquecimento na construção de representações sociais. Nesse sentido, a cultura – como conjunto das representações materiais de uma sociedade – converte-se no principal objeto de disputas, particularmente por autenticar os significados hegemonicamente construídos (BORGES, 2009, p. 6).

O autor se vale da metodologia de protocolos de leitura para apontar o direcionamento da resposta dos atores sociais a partir do controle do imaginário social intencionado pela imprensa. “Senhores da memória e do esquecimento” é uma expressão que também será mais profundamente discutida com os aportes de Le Goff (2012).

Os discursos jurídicos, e sua apropriação pela imprensa, compõem as abordagens de Catunda (2010) e Gomes (2010a), respectivamente. Gomes (2010a) analisa a negociação de sentidos sobre a violência contra a mulher, estudando a rotina dos operadores do direito num juizado do Rio de Janeiro. Ao ler sua dissertação, foi impossível não lembrar do ocorrido com Eliza Samudio, então grávida, em outubro de 2009, quando denunciou o ex-goleiro Bruno Fernandes, como seu agressor. A modelo relatou as ameaças de morte que sofria, mas não recebeu a proteção que pleiteou, nos argumentos da Lei 11.340/2006. Eliza foi assassinada oito meses depois.

Intensas disputas políticas marcam a reação social a esse tipo de violência, abrindo um espaço relativamente amplo para negociações, ao longo do fluxo do sistema de justiça criminal, entre diferentes interpretações acerca da natureza do conflito e do tratamento institucional adequado. Desse modo, a violência contra a mulher encontra dificuldades para se enunciar como crime, mesmo quando é oficialmente classificada como tal. (GOMES, 2010a, p. 11)

Mas como agem discursivamente os operadores do Direito? Que vozes fazem valer decisões que podem mudar a vida de alguém – ou, mesmo, não protegê-la? A *heterogeneidade discursiva*, também mereceu o olhar de Catunda (2010) numa tese sobre o discurso jurídico. A autora estuda as vozes que aparecem nas sentenças judiciais, frisando, ainda, o apagamento daquelas que são contrárias à maioria.

A autora comenta que os processos, apesar de serem em sua maior parte públicos (exceto os que correm em segredo de justiça), na verdade acabam sendo um discurso para poucos sujeitos, por causa da terminologia empregada pelo Direito. O que já não acontece quando o discurso jurídico “entra” no noticiário, dada a pretensão jornalística de falar para todos. Eis porque as investigações da presente tese contemplarão, também, tantas vozes.

Crimes passionais são o foco de Oliveira (2010), lançando âncora sobre a cobertura da “Folha de São Paulo” em quatro crimes passionais. O autor optou por estudar reportagens de apenas um veículo impresso, utilizando como metodologia a análise de discurso crítica, com o propósito de identificar marcas ideológicas e relações de poder na manutenção do *status quo* da condição feminina.

Temas como crime passional e violência contra mulher resultam centenas de estudos e, melhor ainda, essa discussão oxigena a academia com múltiplos olhares. No entanto, como entender em que medida o jornalismo constrói *memórias sobre a mulher*, não era o objetivo dos pesquisadores aqui citados, todos os trabalhos serão encarados como um píer, de onde se pode, agora, partir e navegar.

1.1.2 Mestres dos mares

A presente tese, desenvolvida na Linha de Pesquisa em Memória e Linguagem, sustenta-se nos pressupostos da Memória Social e do Jornalismo, aplicando metodologias da terceira fase da Análise de Discurso da francesa. Assim, a Memória apresenta-se como a *comandante* nesta viagem, o Jornalismo como o *mestre de cabotagem* e o Discurso é o *timoneiro* do navio. Ao longo dos próximos capítulos será preciso atravessar muitas águas.

Campo de disputas de poder entre o lembrar e o esquecer, “existem diferentes maneiras de conceber a Memória Social e diversos modos de abordá-la, envolvendo posições teóricas, éticas, políticas, diversas”, alerta Gondar (2005, p.11). Pensador fundante da área, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006) ajuda a entender do que nos recordamos, e como o fazemos, a partir da premissa de que as lembranças se materializam na linguagem. Para o autor, os testemunhos de terceiros reforçam o que sabemos sobre um tema, e a maior parte das lembranças que possuímos, efetivamente, está relacionada ao ambiente coletivo.

A prática jornalística é, por excelência, alicerçada pelos testemunhos - diretos ou indiretos, mas, invariavelmente, os fatos são reportados pela *heterogeneidade discursiva*. Testemunhos esses que são autorizados por uma série de regras do fazer jornalístico, como a seleção prévia dos entrevistados, o recorte de sua fala e a posição que ocupam na edição da reportagem, quer seja em meio eletrônico, digital ou impresso.

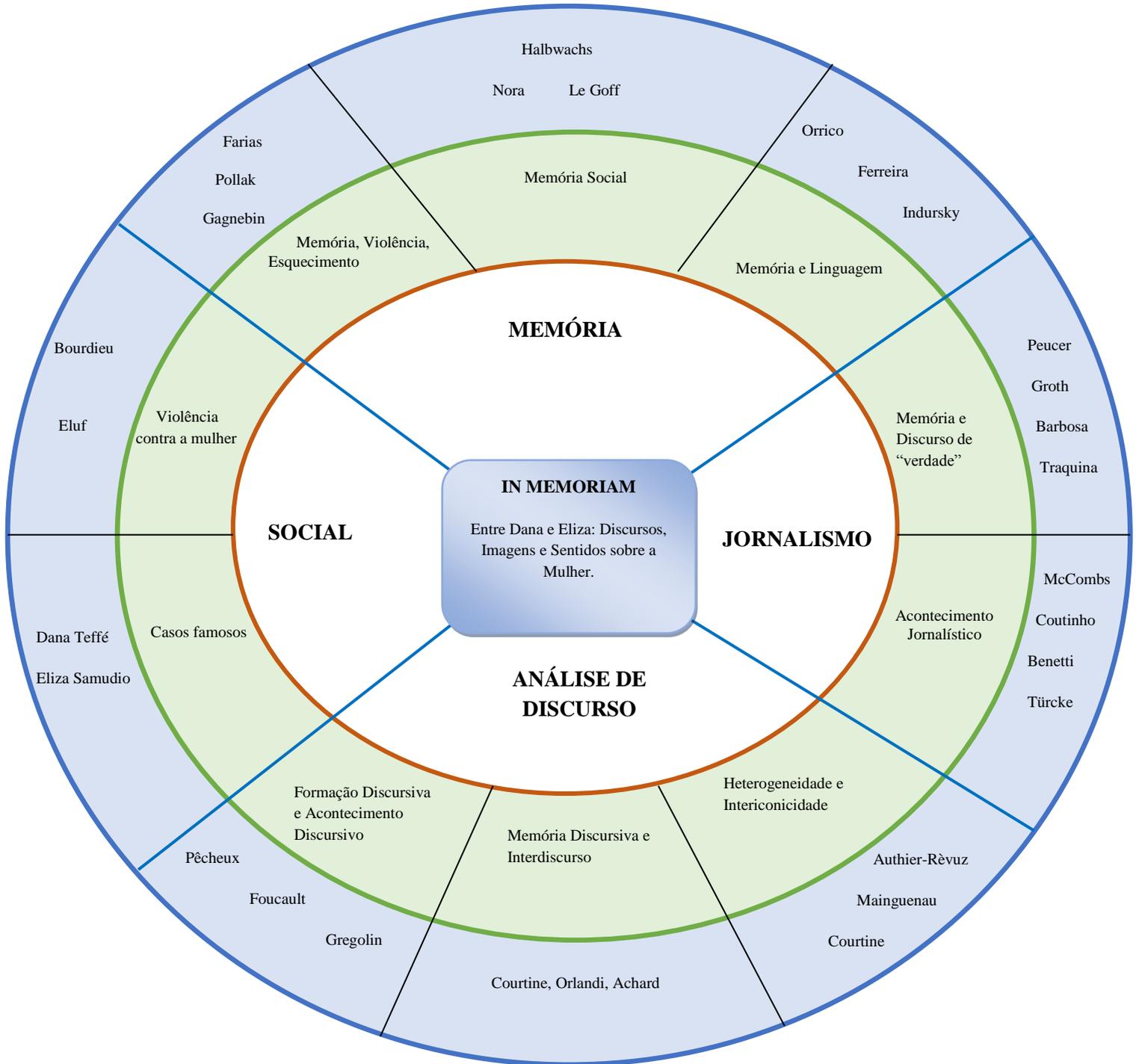
Além, disso, o aparato audiovisual dos meios de comunicação não pode ficar à margem das análises de discursos. Por isso, espero que esta pesquisa consiga deixar sua contribuição no sentido de também oferecer interpretações analíticas de discursos não verbais, com base nos dispositivos metodológicos sinalizados nos últimos textos de Pêcheux (1997, 2002) e debatidos por autores como Courtine (2009) e Authier-Rèvuz (1984).

Como as imagens de hoje evocam imagens (memórias) do passado? Courtine em seus estudos sobre a *intericonicidade* oferece instrumentos que auxiliam a responder esta questão. Para o autor, do mesmo modo que todo discurso é atravessado pelo *interdiscurso*, o sujeito que produz as imagens é também seu intérprete e, ao mesmo tempo, o suporte das imagens dessa cultura.

As notícias são, portanto, construções sociais e um produto cultural. Diante de tal perspectiva teórica, pretende-se investigar os discursos e *interdiscursos* sobre Eliza Samudio, divulgados na imprensa, no sentido de lançar *gestos de interpretação* sobre determinadas *regularidades* e determinados *acontecimentos discursivos* no funcionamento do tecido social, como *construtores de memórias* sobre a mulher brasileira.

Figura 1

ESQUEMA TEÓRICO-METODOLÓGICO



1.2 GESTOS DE MEMÓRIA

Uma deusa da Grécia antiga. *Mnemosyne* tem lugar mítico como a divindade que canta tudo o que foi, tudo o que é e tudo o que será. “As filhas de *Mnemosyne*, ao lhe oferecerem o bastão da sabedoria, o *skêptron*, talhado em loureiro, ensinaram-lhe a ‘verdade’”, nos diz Vernant (1990, p.141). E para Platão, saber não é outra coisa senão lembrar-se. Farias (2011, p.16) explica que a partir do projeto filosófico de Platão, “a memória torna-se o meio pelo qual o homem produz condições para escapar do perecimento”.

A concepção platônica de memória sofreu modificações na posterior visão aristotélica, perdendo a mística da divindade e de saber pleno, para adquirir “marcas de imperfeição”, como se lê em Vernant (1990) e Farias (2011). No entanto, tais imperfeições sugerem pensar a memória num contínuo processo de construção.

E da memória mítica da antiguidade clássica trago para as reflexões atuais, certa aura de poder que parece jamais ter se perdido no tempo. Pêcheux (1999, p.50) me permite transitar por essas paragens sugerindo que, se esta for a opção, a memória possa ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída pelo historiador”, como o fizeram os pesquisadores convidados para debater o tema da memória numa mesa-redonda, em Paris, no ano de 1983⁶. Para Le Goff (2012, p.455) a memória é um elemento essencial da identidade individual ou coletiva, “cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Mas a principal contribuição teórica sobre Memória a embasar este trabalho vem de Maurice Halbwachs (2006), pensador francês que dedicou suas últimas pesquisas ao estudo sociológico da vida cotidiana, por um caminho até então inexplorado. Para ele, a rememoração individual é possível a partir de uma rede de sentidos evocados nos contextos sociais.

Aos pressupostos fundadores desenvolvidos por Halbwachs, adicionam-se aqui, pensamentos de Jacques Le Goff (2012), Pierre Nora (1993), Michael Pollack (1992),

⁶ As falas dos convidados, entre eles Michel Pêcheux, estão reunidas no livro “O Papel da Memória” publicado pela Pontes, no Brasil, em 1999.

entre outros. No ensino de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, muitas são as pesquisas que promovem o ciclo contínuo de ideias e reformulações teóricas, trazendo novos olhares, fortalecendo o diálogo da memória com pensadores clássicos e também contemporâneos. São quatro linhas de pesquisa: Subjetividade, Patrimônio, Espaço e Linguagem.

A linguagem, segundo Stuart Hall, é o meio privilegiado no qual os significados são produzidos e compartilhados. “Diferentes grupos sociais desenvolvem conceitos, categorias, imagens do pensamento e sistemas de representação com o propósito de dar sentido, definir, simbolizar e imprimir inteligibilidade ao modo como a sociedade funciona (HALL, 1996, p.26).

“A memória se materializa na linguagem”. Essa assertiva de Halbwachs (2006) é guia mestra do percurso teórico a se atravessar a partir de agora. O que se pretende é: com um olhar interpretativo sobre a cobertura de crimes de grande repercussão na imprensa, entender como o discurso jornalístico (e aqui, atravessado por outros discursos) atua na construção de um imaginário social sobre a mulher.

E, se a memória é habitualmente polissêmica é preciso atentar para o perigo de que essa constatação possa “tornar equivalentes suas múltiplas significações”, nas palavras de Gondar (2005). A autora propõe que além de polissêmico, o conceito de memória social seja visto como transversal ou transdisciplinar, produzindo efeitos entre diversos saberes. Conselho seguido nesta tese que pretende debater a Memória nos campos do Discurso e do Jornalismo.

Tudo que a memória produz, ela o faz a partir da apropriação humana de fragmentos da realidade, na acepção de Farias (2011). O pesquisador entende que a memória social não deve ser vista como uma “recuperação anacrônica do passado, uma vez que é a reconstituição do presente, uma realização e atualização mediante mecanismos da linguagem, no âmago das práticas sociais” (FARIAS, 2011, p.8).

Reconhecendo a memória em constante movimento, um emaranhado de lembranças vividas no presente, deixo à linguagem o poder de bússola, para que se possa empreender esta viagem (entre tantas que seriam possíveis).

1.2.1 Memória e Linguagem

Do que é possível lembrar? E como? Pensador clássico da Memória Social, Maurice Halbwachs (2006) provocou uma ruptura aos conceitos do campo em sua época, ao tratar da relação entre memória individual e memória coletiva. Halbwachs vem dizer que as imagens do passado não estão prontas e perdidas em algum lugar dentro de nós, mas é da sociedade que se pode extrair as referências necessárias a recordar o que estava incompleto em nossas mentes. “É assim que a memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado o seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças” (HALBWACHS, 2006, p.98).

A memória individual existe, mas não está encerrada em si mesma, emerge de interferências coletivas, em contextos que a simultaneidade, entre o agora e o passado, aproxima.

Interessante esse ponto para sinalizar a junção que aqui se pretende entre Memória e Análise de Discurso (AD) em sua vertente francesa. Como não pensar as *interferências coletivas* numa *simultaneidade* entre o agora e o passado, com a interpretação de *memória discursiva*?⁷ Conceito nomeado por Courtine (2009) e comentado por Orlandi (2010, p. 22), em que “todo dizer acompanha-se de um dizer já-dito e esquecido que o constitui em sua memória”.

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes a evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma a figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. É comum que imagens desse tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. (HALBWACHS, 2006, p. 32)

Halbwachs fala de vibrações, o que na AD aparece como o enunciado de uma formação discursiva. O sujeito pensa ser ele o autor, esquecendo-se de que todo discurso é atravessado pelos já-ditos.

⁷ Alguns conceitos de AD citados neste capítulo serão aprofundados nas análises do Capítulo 5.

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros (HALBWACHS, 2006, p.64)

E ainda, o sociólogo diz que a lembrança é uma imagem atrelada a outras imagens, ou seja, a partir de vivências sociais as memórias são reconstituídas e, até, simuladas. “Reconhecer por imagens é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos” (ibidem, p.55). Vale lembrar que o Jornalismo também cria narrativas de inúmeras “reconstituições”, entre as quais, de crimes. Faço então outra relação com mais um conceito presente aos estudos da AD, que é o de *intericonicidade*, tal como proposto por Courtine (2005), quando determinadas imagens fazem surgir à mente outras imagens, ainda que estas últimas sejam apenas imaginadas.

Assim, o funcionamento da memória individual não é possível sem palavras e ideias, que o indivíduo toma emprestado de seu ambiente. Para Halbwachs ninguém pode se lembrar, “realmente”, a não ser em sociedade. Àquele tempo, o sociólogo não se referia aos efeitos da mídia na construção dessas memórias, mas vejo com muita clareza aplicabilidade de diversas de suas reflexões para nossos dias, como por exemplo, neste trecho:

Em outras palavras, a condição necessária para voltarmos a pensar em algo aparentemente é uma sequência de percepções pelas quais só podemos passar de novo refazendo o mesmo caminho, de modo a estar outra vez diante das mesmas casas, do mesmo rochedo, etc. (...) Nunca mais havíamos pensado naquilo. Contudo, quando essa lembrança reaparece, não é consequência de um conjunto de reflexões, mas de uma aproximação de percepções determinada pela ordem em que se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço. (HALBWACHS, 2006, p. 53)

Por analogia, penso nessa “lembrança que reaparece pela aproximação de percepções”, como as imagens que se formam à mente sempre que uma materialidade discursiva sobre a mulher, veiculada na imprensa, retorna carregada de já-ditos. E, se

“há uma ordem na posição de objetos sensíveis no espaço”, como não comparar essa aceção de Halbwachs com a seleção de determinadas notícias agendando sobre o que o público vai pensar e *como* vai pensar? Ou seja, determinando como as pessoas vão se lembrar no futuro.

Suas reflexões tendiam a criar tensões com relação à historiografia, numa definição ainda limitada ou clássica de História, que iria ser superada nas últimas décadas do século XX, com a Nova História, do grupo de Pierre Nora (1993).

Voltando ao pressuposto de que a lembrança “se materializa na linguagem”, Halbwachs afirma: “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós” (HALBWACHS, 2006, p. 29).

À medida que o indivíduo se afasta dos acontecimentos, tem o hábito de recordá-los sob a forma de conjuntos, dando mais destaque a uns, em detrimento de outros, sem conseguir enumerá-los por completo. A reconstrução de lembranças particulares, em Halbwachs, será sempre tributária de uma evocação social.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa (HALBWACHS, 2006, p. 29).

Assim, como não associar esse pensamento à regularidade de materialidades discursivas, recorrentes em enunciados distantes entre si? “O aparecimento de A depois de B (atualmente) se justifica pelo aparecimento de A depois de B (no passado). [...] É bom saber que se ainda hoje se reproduz, o fato se explica pelas mesmas causas e, portanto, que essas causas ainda atuam” (ibidem, p. 62).

Soma-se a essa discussão, Orrico (2010), para quem o conceito de memória deriva da compreensão de que a formação do imaginário social se dá pelo que a linguagem constrói discursivamente. Nesta perspectiva, as informações divulgadas pela imprensa podem fazer parte dos processos de transmissão cultural que sugerem lembranças individuais e de grupos. É preciso não esquecer, contudo, que a memória

pode ser intencionalmente construída. Como um campo de disputas em áreas distintas, a memória trabalha seletivamente arregimentando os acontecimentos que constituirão ‘aquilo que vale’ para o grupo no qual ela se constrói, como afirmam Orrico e Ferreira (2005). Neste sentido, é passível de ser manipulada.

A disputa pelo poder de memória é reiterada por Le Goff (2012, p. 455): “a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”.

Quais instâncias de poder vencem a legitimação de memórias numa determinada sociedade e época, favorecendo algumas representações para que se tornem mais presentes do que outras no tecido social? O que seria “aquilo que vale” para compor e sustentar determinado imaginário sobre a mulher? Esse imaginário permanece e/ou é constantemente modificado? É o que se pretende responder nessa viagem pelo oceano dos discursos midiáticos em notícias de crimes contra a mulher, de grande repercussão nos últimos 50 anos, mais especificamente aqueles em que as vítimas foram assassinadas por um homem de suas relações pessoais.

Antes disso, quero propor algumas reflexões acerca do binômio memória-história, que vai se misturar algumas vezes na interpretação da prática jornalística analisada nesta pesquisa. Na Introdução citei uma apresentação de telejornal que chamou para si a antecipação de páginas da história; no próximo capítulo volto ao tema com sustentação teórica.

Por ora, convoco a dialogar com Halbwachs, o historiador Pierre Nora (1993) de quem faço uma leitura muito particular. Não me furto ao debate com os colegas que discordarem de minha interpretação, mas creio ser, na difícil elaboração de uma tese, o momento adequado de reiterar e aplicar conceitos, bem como lançar novas perguntas. Por que não?

Vou deter-me à análise do uso corrente da expressão “lugares de memória” - conceito formulado e desenvolvido pelo historiador Pierre Nora, a partir dos Seminários que organizou na *École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris, no final dos anos 1970. Seus estudos foram reunidos na monumental obra *Les Lieux de Mémoire*, cujos sete volumes somam em torno de seis mil páginas. A coleção contou

com a colaboração de 130 estudiosos que traçaram, ao longo de 10 anos, vasta radiografia histórica da França.

La Republique foi lançado em 1984, os três volumes de *La Nation*, dois anos depois, e *Les France*, também em três volumes, em 1993. O pensamento de Nora (1993) é considerado um marco da Nova História e a noção de *lugar de memória* não só alcançou a comunidade científica, como difundiu-se de maneira popular, ainda que sob algum risco de banalização.

No Brasil, o artigo de Nora publicado em 1993: “Entre Memória e História - A problemática dos lugares”, alcançou grande repercussão entre os pesquisadores. Proponho observar a distinção que Pierre Nora faz entre história e memória para possíveis aproximações com as ideias de Maurice Halbwachs. Reconheço o vasto número de trabalhos publicados nas últimas duas décadas a partir da formulação do historiador francês; no entanto, é justamente a frequência dos mais diversos usos da expressão “lugar de memória” que invoca sua atualidade.

Não se deve perder de vista o contexto em que foi lançado, num momento em que a historiografia francesa estava sendo revisitada, por movimentos distintos, seja de um lado uma corrente que pensava a história em si mesma e, de outro, o reconhecimento ao fim de uma tradição de memória.

Assim, penso que não é sem razão, o título de seu artigo. O autor indica, de pronto, que não se refere a uma (de)limitação física de espaços. Sua problemática está, pois, no intervalo, na proximidade ou no distanciamento, no incômodo “entre” memória e história.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo se opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações. [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9)

Em Halbwachs, eis a fonte:

A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta, testemunhas que conservam alguma lembrança. [...] Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo tenha a sensação de que ela remonta a lembranças de um movimento contínuo, como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhos ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados? (HALBWACHS, 2006, p. 101).

Na mistura, é a memória que dita e a história escreve, palavras de Nora (1993). Interpreto os tão propalados lugares de memória, com o auxílio da doutora em História pela Universidade de Paris IV, Armelle Enders, que resenhou a grande obra editada por Pierre Nora. Ela afirma que o historiador baseou sua definição no conceito de *locus memoriae*, figura retórica, na qual se associa a um lugar, uma ideia. “Este *locus* pertence claramente ao domínio do ideal e por isso é errado reduzi-lo a um passeio nostálgico entre monumentos e vestígios materiais do passado” (ENDERS, 1993, p. 133).

Vejo nesta definição uma luz para pontuar o que considero, em certa medida, um engano recorrente aos quais têm caído alguns “lugares de memória” que se multiplicam em textos acadêmicos, referindo-se basicamente ao concreto dos museus, arquivos e afins. São também, mas não somente. Acredito que a simples tradução literal induza, em muitos casos, a um pensamento imediatista, mais físico, de “lugar” como espaço. Tal qual traduzir *Les cadres sociaux de la mémoire*, obra de Halbwachs lançada em 1925, pela literalidade de “quadros” e não por “contextos sociais” da memória, por exemplo, expressão que sugestiona uma leitura menos limitadora.

O próprio Nora é um provocador, quando diz: os lugares são “uma outra história”, dando a eles três dimensões: material, funcional e simbólica. O que os constitui, na acepção (que chega ser poética) de seu criador, é o jogo da memória e da história:

porque se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para

a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

De fato, trabalhar conceitualmente sobre as formulações mais abstratas de Nora é espinhoso, posto o cientificismo acadêmico exigir soluções aos problemas, premissas e hipóteses, objetos de pesquisa, resultados... No entanto, a leitura que faço desse artigo me estimula num dos aspectos sugeridos por quem formulou o conceito, quando sinaliza: os lugares de memória “são objetos no abismo” - e, diferentemente de todos os objetos da história, não têm referentes na realidade. “O que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história” (ibidem, p. 27).

Das três dimensões, Nora toma a simbólica como a própria definição de lugar de memória, visto que caracteriza por um acontecimento vivido por um pequeno número, uma maioria que dele não participou. Assim, a cada releitura gosto mais de pensar Nora junto com Halbwachs, Foucault, Achard, Pêcheux e quem mais vier a lançar objetos no abismo para que meu olhar inquieto os alcance (ou, pelo menos, tente alcançar).

Mas não há que se afastar memória e história. Le Goff (2012), inclusive, ressalta que os historiadores cada vez mais se interessam pelas relações entre os saberes (os jornalistas também), já que toda história deve ser uma *história social*. E mais, hoje, “presencia-se o renascimento da história-testemunho por intermédio do retorno do evento ligado à nova mídia, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da história imediata” (LE GOFF, 2012, p.11). E na interpretação do passado, acrescenta Pollak (1992), o trabalho de enquadramento da memória “se alimenta do material fornecido pela história”.

Seguindo viagem, mirando outros horizontes. Em “O Papel da Memória”, obra que traz o colóquio de especialistas sobre como se produz a memória, há vários debates. Entre eles, como os acontecimentos históricos, midiáticos ou culturais, se inscrevem ou não na memória. Lembrando: a mídia como construtora de memórias será assunto para os **Capítulos 2 e 5**.

E é bom não perder de vista a bússola da linguagem como campo privilegiado de materialização da memória. É Pierre Achard quem aponta mais um norte:

A hipótese de uma construção discursiva do sentido é certamente discutível, mas parece frutífera, pela abertura às práticas que podemos estudar ao nível da dialética entre repetição e regularização. Com efeito, o fechamento exercido por todo jogo de força de regularização se exerce na retomada dos discursos e constitui uma questão social. Se situarmos a memória ao lado não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em circulação. (ACHARD, 1999, p.16)

Assim, recolho instrumentos importantes e abasteco o convés, nessa longa viagem.

1.2.2 Memória, Violência, Esquecimento

Diversos autores tratam a temática da memória relacionada à violência pelo viés do trauma, do poder e da política, ou pela ótica de se elaborar o passado que não se deve esquecer, como Adorno, Arendt, Benjamin, Todorov, Seligmann-Silva, Gondar, Farias⁸, para citar alguns.

E seria possível identificar elementos constitutivos da memória individual ou coletiva sobre a violência? A esta pergunta o sociólogo austríaco Michael Pollak (1992) buscava responder, em uma série de entrevistas com mulheres que sobreviveram ao massacre dos judeus em campos de concentração de Auschwitz-Birkenau⁹.

Parte de sua pesquisa foi comentada em “*Memória e Identidade Social*”, tema da palestra que proferiu durante uma visita ao Brasil. O teórico postulou que nossa memória é seletiva, é um fenômeno construído e tudo aquilo que ela grava ou apaga é resultado de um imenso trabalho de organização.

⁸ Theodor Adorno (1970), a Dialética Negativa; Hanna Arendt (1969), Sobre a Violência; Walter Benjamin (1985), Sobre o Conceito de História em Obras Escolhidas v.1; Tzvetan Todorov (1995), Os Abusos da Memória; Márcio Seligmann-Silva (2000), A História como Trauma; Jô Gondar (2008) e Francisco Ramos de Farias (2010, 2011) obras mencionadas ao longo da tese e devidamente referenciadas.

⁹Auschwitz-Birkenau, região ao sul da Polônia, ocupada pelas tropas nazistas durante a II Guerra Mundial, onde foram instalados dezenas de campos de concentração, símbolos do holocausto.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204).

Em outro artigo, Pollak (1989) retoma o tema do holocausto tocando em feridas difíceis de narrar. O autor aborda a memória, o esquecimento e o silêncio. É sabido que muitos integrantes das comunidades judaicas foram aliciados pelo regime nazista para atuarem em colaboração contra seus pares – ainda que os colaboradores tivessem a intenção de “limitar as perdas”, nas palavras de Pollak, fato é que foram cooptados e se envergonham. Em face dessa lembrança traumatizante, “o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. Alguns sobreviventes que compartilham essa lembrança “comprometedora”, preferem, eles também, guardar silêncio” (POLLAK, 1989, p. 6). Outro silêncio impera, por razões pessoais, entre as famílias que evitam falar aos filhos, sobre as feridas dos pais.

Há, ainda, um terceiro tipo de silêncio, acerca da mesma temática e que infringe outras formas de violência simbólica às vítimas.

Uma pesquisa da história oral feita na Alemanha junto aos sobreviventes homossexuais dos campos comprova tragicamente o silêncio coletivo daqueles que, depois da guerra, muitas vezes temeram que a revelação das razões de seu internamento pudesse provocar denúncia, perda de emprego, ou revogação de um contrato de locação. (ibidem, p.12)

Nesse sentido, não se trata apenas de (re)elaborar o passado, mas de agir sobre o presente. Uma das ações mais cruas de tentativa de apagamento da memória, eliminando os rastros da violência, pôde ser vista na incineração dos corpos dos judeus, pelos nazistas.

Quando se tornou claro, depois da Batalha de Estalingrado, que o Reich alemão não seria o vencedor - que ele não seria, portanto, “o senhor da verdade futura”, como diz Primo Levi – então deu-se o início à destruição dos rastros da própria destruição. [...] Também a maior parte dos arquivos dos campos de concentração foi destruída ainda alguns dias antes da chegada dos aliados. (GAGNEBIN, 2009, p.116)

No entanto, ainda que esta tese não investigue a memória por quem sofreu traumas violentos, ou a história oficializada de quem perpetrou a violência, faço a relação com esses autores por identificar outro tipo de silenciamento no *corpus* analisado, determinado por memórias discursivas sobre a mulher e, conseqüentemente, apagamentos outros. Assim como sucessivas estratégias de apagamento dos rastros se repetem quando o corpo das vítimas não é encontrado, na tentativa de negação do crime, e seus pertences são queimados. “Desnaturalizar o esquecimento é, portanto, o primeiro passo para que se possa abordar a memória enquanto construção social e histórica – e, evidentemente, política” (GONDAR, 2008, p.97).

Existem tantas formas de violências, talvez inumeráveis. Pensar o ato criminoso, intrinsecamente humano, motivou vasta pesquisa de Farias (2010, p. 125), a partir da crença de que “o crime quer dizer alguma coisa para quem o pratica e para a complexa rede firmada entre os homens”. Além de mobilizar arcabouço teórico ao longo de seis anos, para sustentar suas argumentações, foi realizada uma série de entrevistas com detentos em duas unidades prisionais do Rio de Janeiro. O pesquisador, psicanalista e estudioso da memória, procurou afastar-se de concepções maniqueístas que categorizam os atos de violência como animalescos, monstruosos ou doentios, entregando-se à difícil tarefa de traduzir a crueldade como “inerente à própria constituição do sujeito” e situando a criminalidade no campo do desejo: “o crime é humano, está no homem, faz parte da condição humana, embora não humanizável” (ididem, p. 129).

Sendo o crime pertencente à condição humana, as narrativas sobre os crimes também sempre mobilizaram as atenções do homem ao longo da história. E são memoráveis. O que aqui se pretende é identificar memórias sociais a partir de “práticas discursivas” que narram um tipo de violência contra a mulher, o homicídio, especificamente sobre aquelas que foram assassinadas por um homem de seu convívio próximo, em casos de grande repercussão na imprensa, num intervalo de 50 anos.

Observa-se que para Pollak (1992, p.14), “o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”. A reinterpretação permanente do passado exige uma credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. E Farias (2011, p.12), define: “a memória concerne à produção de efeitos do passado no presente, e não a um retorno que se realiza do momento presente a um possível arquivo do passado”.

As práticas discursivas cotidianas, tanto as institucionais (família, igreja, Estado), “quanto aquelas veiculadas pela literatura e pela mídia”, na opinião de Ferreira (2005, p.114), são “*locus* privilegiado da investigação que pretende tornar mais visíveis os caminhos da construção da memória ou das memórias que nos constroem como sujeitos”.

E como essa reinterpretação do passado, mesmo fragmentos de violência irreproduzíveis, se dá na imprensa? Barbosa (2008) analisa com muita propriedade as narrativas dos meios de comunicação sobre o passado, quando se misturam as temporalidades, no sentido de que a televisão, por exemplo, por efeito de verossimilhança insira o passado no tempo presente. Produtos televisivos como minisséries ou programas especiais que sejam alusivos às datas históricas, “pela força da imagem e da imaginação” reconstróem o passado como idealização simbólica.

Nas cenas de época pela imagem, mais do que pela palavra pretende-se restaurar o momento anterior. Móveis, utensílios, residências, vestimentas, restos do passado, que abrem uma espécie de janela para um mundo que não mais existe, são minuciosamente escolhidos e procuram restaurar uma ambiência que só existe sob a forma de sonho. E como sonho, mais uma vez, colocam em cena a utopia dos tempos atuais e presentificam uma historicidade que, ao trazer o passado para o presente, acelera a história em direção a um futuro que começa no aqui e agora (BARBOSA, 2008, p. 96).

Em outras palavras, Pollak (1989, p. 11) refere-se aos filmes documentários que também exercem a função de enquadramento da memória: “o filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva em através da televisão, da memória nacional”.

Tudo são escolhas e disputas de um poder de memória: da história dita oficial, aos esforços múltiplos das instituições sociais produtoras de conhecimento, em estabelecer aquilo que se deve lembrar e, conseqüentemente, relegando ao silêncio, aquilo que ordens de discurso determinam esquecer.

Os enquadramentos da memória pelos meios de comunicação também são objeto de estudo de Ribeiro (2008), que reitera a credibilidade da imprensa em seus discursos de poder social. A autora aponta pelo menos três razões para a relevância de se estudar a memória na mídia:

Primeiro, a mídia exerce um papel crucial na constituição da memória social na contemporaneidade. Segundo, a memória ocupa um lugar central na cultura contemporânea; é uma dimensão fundamental na constituição dos sujeitos e suas identidades. O terceiro motivo que, em nossa opinião, confere aos estudos da memória uma importância especial no campo da comunicação, está relacionado ao fato de que os meios de comunicação têm bastante consciência do lugar que ocupam como discurso memorável e, não raro, utilizam essa característica como elemento legitimador do seu lugar social (RIBEIRO, 2008, p.201)

Nas palavras da pesquisadora, “entender os processos de legitimação dos meios de comunicação com as políticas da memória e do esquecimento é fundamental para entender o lugar que a mídia ocupa na sociedade hoje e exige, com urgência, o desenvolvimento de estudos mais aprofundados” (ibidem, p. 203).

Eis aí mais um incentivo para esta pesquisa. E, lembrando, fazer uso da memória e do esquecimento alimenta o campo de disputas de poder. Como nos diz Halbwachs (2006), à medida que as pessoas cedem, sem oferecer resistência, às sugestões externas, elas acreditam pensar livremente.

Capítulo 2—Navegando pelas águas da Palavra

“A investigação do essencial gera a ciência da cultura

- ‘Ciência dos Jornais’”.

Otto Groth

O segundo capítulo apresenta um panorama do jornalismo como ciência, reivindicando para si uma teoria própria. Discute-se sua prática como geradora de discursos de “verdade” e produtora de enquadramentos da realidade. Algumas categorias são apontadas como valores-notícia que norteiam a cobertura da imprensa, sendo aqui estudadas aquelas que explicam a atenção midiática aos crimes de grande repercussão.

2.1 GESTOS DE DISCURSO: JORNALISMO

“Iniciação à filosofia do jornalismo”. Foi assim intitulado o ensaio do professor Luiz Beltrão, lançando pioneiramente as bases para se pensar uma Teoria do Jornalismo no Brasil, ainda em 1959. No entanto, seus pensamentos foram engavetados pela emergência dos cursos de Comunicação Social e suas múltiplas habilitações, que se impuseram a partir daquela década, no país, impulsionados pela então novidade da televisão.

Nos anos 80, Genro Filho revisita a proposta e se esforça em fundamentar o campo teórico do Jornalismo, argumentando que estudos das ciências sociais e culturais não davam conta de explicar, em essência, o jornalismo. Em *“O Segredo da Pirâmide”* (1987), um clássico da área, o autor critica as teorizações acadêmicas, que, em sua opinião, andavam muito distantes da prática.

A abertura política e um cenário de expansão econômica proporcionaram o surgimento de novas faculdades de jornalismo no país, nos anos 90. Em 1997 associações de classes e o Ministério da Educação discutiram as diretrizes curriculares,

levando-se em conta as distintas habilitações (Rádio e TV, Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas), ainda assim, com um tronco comum de disciplinas, formando o profissional em Comunicação Social.

Mas esta pesquisadora, em acordo com diversos pensadores, entende que o jornalismo exige habilidades específicas completamente distintas de um comunicador da publicidade, das relações públicas ou do curso de rádio e tv. Tal entendimento será fulcral para o estudo subsequente a ser feito acerca de seu discurso. Neste sentido, são inestimáveis as contribuições do professor emérito da Universidade de São Paulo, José Marques de Melo (2006), sobre uma teoria específica do jornalismo, nome indispensável aos estudos do campo na América Latina. Destaque seja dado também ao pesquisador português Nelson Traquina (2005a, 2005b), que integrou como docente o primeiro curso de Comunicação Social em Lisboa, presidiu o Centro de Investigação Media e Jornalismo, sendo também colaborador do primeiro programa de pós-graduação em Jornalismo e Mídia, no Brasil, sediado na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Uma confusão epistemológica impediu, durante décadas, a legitimação de pesquisas acadêmicas no campo do jornalismo, conforme relata Machado (2004), motivada pela hipótese que é uma atividade prática que dispensa a formação universitária. Hipótese que chegou ao Supremo Tribunal Federal quando, em 2009, considerou inconstitucional a exigência do diploma de jornalista.

Mas de onde vem, originalmente, os fundamentos de uma Teoria do Jornalismo? Um breve retrospecto ajudará a vislumbrar este campo como ciência. Há que se considerar como primeira tese sobre jornalismo, a pesquisa do alemão Tobias Peucer: “*De relationibus novellis*”. Publicada em 1690, em Leipzig, a tese relaciona jornalismo e história, e lança luzes ao que seu autor chamou de “gênero funcional da escrita”. No Brasil, a pesquisa de Peucer foi publicada na revista Comunicação e Sociedade do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, no ano 2000, com tradução de Paulo da Rocha Dias, tendo sido reproduzida nos Estudos em Jornalismo e Mídia da Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, em novembro de 2004.

Chega a ser quase assustador, espantoso mesmo, perceber quão atual pode ser uma tese escrita 326 anos atrás. Tobias Peucer, raramente citado nos estudos de

jornalismo aqui no Brasil – que priorizam teóricos americanos, ou quando se voltam aos europeus, o fazem a partir de escolas dos séculos XIX e XX – pode, até para corrigir equívocos históricos, ser considerado o fundador de uma Teoria do Jornalismo.

O autor classifica três formas de história: uma forma universal que teria um fio contínuo; outra esparsa que se conta sem uma linearidade; e a terceira, chamada de forma confusa. É neste tipo de história, que os relatos jornalísticos foram categorizados por ele:

Os gregos chamam de miscelânea, ou seja, história variada, ou multiforme [...]. Esta última classe ou tipo de *relationes*, são relatos periodísticos (*relationes novellae*) que contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja. Estes relatos [...] misturam coisas de temas diferentes, como acontece na vida diária ou como são propagados pela voz pública, para que o leitor curioso se sinta atraído pela variedade de caráter ameno e preste atenção. (PEUCER, 2004, P. 16)

Adiante em seu raciocínio, Peucer vem desmentir quem atribua aos americanos a fórmula clássica de se redigir um texto noticioso respondendo às seis perguntas do *lead* jornalístico: o quê / quem / quando / onde / como / por quê¹⁰.

A forma deste tipo de relatos, se é que alguém se pergunta sobre isso, é vária. Porém, falando de modo geral, a forma é baseada na economia e na expressão; porque aquilo que constitui o corpo da história frequentemente encontra-se em outro lugar. A economia se refere à ordem e disposição do fato histórico; a expressão indica a maneira de dizer e o estilo adequado aos fatos. [...] Quando se trata de uma coisa simples e singular cabe preservar uma ordem que enquadre ao tema [...]. Terá que dispor tudo que de sorte primeiro fale de seus autores, depois do motivo, em seguida dos aparelhos e instrumentos, logo em seguida do local e da maneira de agir, finalmente da ação mesma e dos acontecimentos. Igualmente nas outras narrações caberá ater-se àquelas circunstâncias já conhecidas que se costuma ter sempre em conta em uma ação, tais como: a pessoa, o objeto, a causa, o modo, o local e o tempo. (PEUCER, 2004, p. 25)

¹⁰ *Lead* é o termo americano para explicar uma técnica de redação jornalística que responde a essas seis perguntas logo no começo da matéria. É francamente difundido nos estudos de jornalismo que tal estilo redacional foi adotado com o surgimento das agências de notícias, para o envio de informações via telégrafo. Assim, estaria garantido, em caso de interrupção do sistema de comunicação entre as agências e seus consumidores, que o teor de maior importância daquela notícia fosse comunicado logo no começo da transmissão. No entanto, como se pode depreender, na tese de Peucer, essa já era uma prática dos periódicos alemães no século XVII.

E, além disso, o estudioso de Leipzig sugere o que, desde os anos 70 do século passado, os manuais de redação e estilo preconizam: “cabe evitar as palavras obscuras e a confusão na ordem sintática”. (PEUCER, 2004, p. 25). Peucer ainda trata de ética e questões como noticiabilidade e agendamento – conceitos que serão melhor detalhados no correr deste capítulo.

Um das explicações possíveis para “*De relationibus novellis*” ter permanecido esquecida por tantos anos, talvez esteja no fato de que foi escrita em latim, conforme conta Sousa (2004), tendo sido traduzida para o alemão apenas em 1944, para o catalão em 1990 e somente no ano 2000 para o português.

Poderá mesmo falar-se de uma Escola Alemã de pensamento comunicacional, que teria sido a primeira escola de pensamento comunicacional surgir, mais de dois séculos antes da Escola de Chicago e de outras escolas alemãs como a de Frankfurt e a Escola da Periodística, também chamada Escola Publicística onde pontificou Otto Groth. (SOUSA, 2004, p. 35)

Duzentos e vinte e cinco anos depois de Peucer, outro pensador alemão ousou pretender desvincular o jornalismo das ciências sociais inaugurando uma nova disciplina, a “Ciência dos Jornais”. Também pode-se falar em pioneirismo para os estudos de Otto Groth que, há um século, propuseram “um sistema de leis próprias” do jornalismo, ou seja, os fundamentos epistemológicos da ciência dos jornais.

Vitimado em seu próprio país em tempos de ascensão do nazismo, o pesquisador judeu nunca foi contratado como efetivo numa universidade alemã. Ainda assim, trabalhou durante mais de 30 anos por sua “*Jornalística*”.

Tal ciência, no entanto, foi usada como estratégia comunicacional pelo regime nazista e os acadêmicos que não “aderiram à instrumentalização da comunicação pelo nazismo foram destituídos de seus cargos e expulsos da universidade. Os que ficaram reescreveram seus trabalhos anteriores para adequá-los à ideologia nazista e torná-los práticos e úteis ao Estado” (MEDITSCH e SPONHOLZ, 2011, p. 13). No pós-guerra, o banimento da ciência dos jornais do campo acadêmico levou ao esquecimento das teorias de Otto Groth.

Apesar disso, suas ideias chegaram ao Brasil em alguns momentos muito pontuais, entre os quais merecem ser citados, a utilização do conceito de *universalidade*,

por Marques de Mello, em suas publicações sobre teoria e prática em Comunicação, nos anos 70; o opúsculo de Wilson Bueno, “*O jornalismo como disciplina científica: a contribuição de Otto Groth*” em 1972; e o capítulo dedicado ao teórico alemão na obra de Marocco e Berger em 2006. Porém, só em 2011 parte da enciclopédia grothiana recebeu um trabalho editorial completo.

O que poderia ser mais sugestivo para as investigações sobre os discursos do jornalismo, nesta pesquisa, se não duas obras que se complementam: a primeira, lança luz sobre jornalismo e memória e a segunda, trata de um “*poder cultural desconhecido*”.

Publicada em 1915, a tese de Groth “*Die unerkanntekulturmacht*” traz os fundamentos da Ciência dos Jornais que podem ser resumidos em quatro pilares: periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade.

Ao investigar a essência do objeto da Ciência dos Jornais, nós nos deparamos primeiro com a periodicidade como a característica manifesta e, portanto, imediatamente saliente e incondicionalmente evidente. Ao infiltrarmo-nos no conteúdo dos objetos, nós reconhecemos as características da universalidade e a nela contida atualidade, e por fim identificamos a qualidade da publicidade, que nos dá a direção, o objetivo da obra e com isso nos conduz ao seu sentido (GROTH, 2011, p.144).

A periodicidade pertence à natureza de qualquer jornal (em seu estudo, Groth também incluiu as revistas) que tem a qualidade de retornar a um prazo específico de tempo. E, como mediador de notícias de interesse público, elege temas que possuam características consideradas universais para atingir leitores.

Num segundo aspecto, “a universalidade nem sequer pode significar toda a realidade objetiva, descolada do mundo, mas sim o que é universal para as pessoas [...] é a capacidade de um objeto de extrair o seu conteúdo de toda a realidade da natureza, sociedade e cultura objetivas” (GROTH, 2011, p.183).

Outra característica imanente do jornalismo, a atualidade, diz respeito à tarefa de oferecer algo presente, em voga – mesmo que se valha de estratégias discursivas para arrastar aquilo que eventualmente já passou, para o tempo do agora. Para o pesquisador da Ciência dos Jornais, a atualidade é um dos maiores estímulos ao aperfeiçoamento técnico das empresas jornalísticas.

E, por fim, o quarto ponto essencial, a publicidade, garante que ninguém esteja excluído da recepção do conteúdo, que todos tenham acesso a tudo o que o jornal traz e, este, portanto, alcance notoriedade pública.

E, embora o teórico tenha dedicado suas análises aos veículos impressos (o que era natural, dado ao contexto histórico), cabe frisar que as características defendidas por ele, para fundamentar a Ciência dos Jornais, são perfeitamente aplicáveis ao jornalismo praticado em todos os suportes.

Em sua extensa pesquisa, Otto Groth nomeou os objetivos e sentidos do jornalismo. *Die Zeitung* (O Jornal) foi escrito em quatro volumes e publicado nos anos 20 e 30 do século passado. Outros sete volumes subsequentes trataram o jornalismo de forma multidimensional: como uma profissão, um negócio e uma ciência em *Die Unerkannte Kulturmacht* (o Poder Cultural Desconhecido), cujo último volume só foi publicado postumamente, em 1965.

Embrionariamente à definição de um campo teórico próprio, que se consolidou nas instituições de ensino do século XXI, o jornalismo já havia sido reconhecido socialmente pela sua “missão”. Talvez “missão” seja uma forma sutil de mascarar verdadeiramente seus dois propósitos fundantes que são: a) o econômico, numa sociedade capitalista em que “as causas da aparição dos periódicos impressos com tempestiva frequência hoje em dia, são em parte a curiosidade humana e, em parte, a busca de lucro, tanto da parte dos que confeccionam os periódicos, como da parte daqueles que os comerciam, vendem” (PEUCER, 2004, p. 18); b) o de poder, na ordem dos discursos, tal qual alertou o primeiro estudioso quando disse: “num estado bem organizado não há de ser concedido a quem quer que seja difundir periódicos entre a multidão” (op.cit, p.23).

Pois foram os tipos móveis de Johannes Gutenberg, em 1440, que provocaram uma revolução no monopólio do conhecimento, até então uma exclusividade das universidades teológicas na Idade Média. Com o surgimento da Imprensa, o fenômeno da escrita da língua mudou de dimensão.

No período das colonizações, espalham-se os relatos de viagens como as de Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral. A Europa vê crescer, de forma veloz, o interesse pela propagação de tantas novidades. No ano de 1605, as

primeiras “folhas informativas” (dos viajantes que precederam aos jornalistas) são afixadas nos portais de entrada das cidades, com narrativas dos grandes descobrimentos e também dos fracassos daqueles tempos de aventureiros ao mar. (HOLFELDT, 2001).

Em levantamento feito por Kunczik (2002), os primeiros jornais aparecem com regularidade na Alemanha, em 1609; seguidos de publicações na Holanda (1618), França e Inglaterra (1620) e Itália (1636). “O primeiro jornal publicado diariamente foi o *Einkommende Zeitung*, em Leipzig, no ano 1650” (KUNCZIK, 2002, p.23). Motivação não faltou para Peucer debruçar-se sobre a novidade.

A atividade consolidou-se até esboçar sua profissionalização na Holanda, ainda em meados do século XVII. Os modelos dos jornais holandeses que começaram a se destacar desde a cobertura da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), foram seguidos em toda Europa e, paralelamente a eles, cresceu a profissão jornalística,

uma profissão de escritores e redatores do dia que atuavam exclusivamente em jornais e revistas semelhantes, tinham nesta atuação sua ocupação principal e tiravam dela o seu sustento. Este processo começou em todos os países de cultura americano-europeia de forma relativamente simultânea no final do século XVIII e alcançou uma força considerável nos primeiros decênios do século XIX (GROTH, 2011, p.330).

Mas foi a Revolução Francesa de 1789, símbolo da queda da aristocracia, que fez germinarem as publicações que pudessem ser caracterizadas como a Imprensa tal qual a conhecemos hoje.

Quando a modernidade (rompendo com o mundo da tradição e com a legitimidade prévia de uns poucos locutores autorizados) traz o homem ao centro do palco – o homem dotado de razão, capacidade de ação autônoma e ser de vontade – esse novo sujeito de poder, nessa nova etapa de sua experiência no mundo, se vê às voltas com seu instrumento primordial, que é a palavra. A palavra a ser dita, a palavra a ser escutada, a palavra em busca de sua legitimação, a palavra que se prolifera. (FRANÇA, 2001, p.46).

Como negar seu poder? Se, navegando nos mares da palavra, a imprensa ampliou a utilização da escrita e catapultou o desenvolvimento da ciência, das artes, da literatura e do conhecimento do mundo em geral. Afinal, os ideais de liberdade,

igualdade e fraternidade só poderiam ser atingidos se todos tivessem acesso ao saber. Mas eis que tal ideário de “missão” na propagação dos saberes, da divulgação de informações, alimenta exatamente o poder de fala, um poder da ordem dos discursos. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”, assevera Foucault (2003, p.10).

Este preâmbulo histórico é necessário para salientar que, com os iluministas, propagou-se o direito à livre circulação da informação e a Imprensa, por sua vez, revestiu-se dessa aura de sentidos revolucionários, projetando-se como porta-voz das massas e arauto da verdade. Advém ainda, das ideias de Montesquieu, filósofo do Iluminismo, a divisão do Estado em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário; sendo daí originária a alcunha de “quarto poder” concedida à imprensa, na condição de fiscalizar, com independência, os outros três.

Estando a Europa em franca produção de notícias, não por acaso o primeiro jornal brasileiro foi publicado em Londres e atravessava o atlântico para circular no Brasil. O “Correio Braziliense”, de Hipólito da Costa, nasceu no mesmo ano em que a Corte chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, e fez oposição ao Império até o ano de 1822. Com a vinda da Imprensa Régia para a colônia, surgiram vários periódicos, notadamente oficiais. Mas num país que começava efetivamente a nascer, a imprensa seria o combustível ideal para as lutas político-partidárias e, em consequência, surgiram gazetas divergentes ao absolutismo português.

Nos primeiros 20 anos do século XIX ganha peso a opinião pública, por ser um instrumento simbólico que viria a consagrar determinadas posições políticas e interesses, como uma vontade geral, que se expressava na participação dos setores organizados da sociedade (MARTINS e LUCA, 2008).

Naquele momento crucial que antecedia à independência do Brasil, apesar da alfabetização ainda minoritária, a imprensa valeu-se da prerrogativa panfletária para tornar-se um agente histórico que materializava, no papel, a força das palavras, os discursos. E assim o foi, também, nas páginas seguintes da história, por um Brasil abolicionista e republicano.

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque serve ou aplicando-o porque é

útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (FOUCAULT, 1987, p. 27)

A imprensa entrou no século XX, no Brasil e no mundo, na esteira da revolução da comunicação que já se operava com o advento do rádio e do cinema. Os meios de massa, demonstrariam, como nunca antes, o seu poder de persuasão. Retomando as palavras de Groth (2011, p.144), sobre os quatro pilares do jornalismo, “por fim identificamos a qualidade da publicidade, que nos dá a direção, o objetivo da obra e com isso nos conduz ao seu sentido”. O sentido é tornar público, promover a difusão, dar publicidade ao que se quer.

Mas durante a Primeira República, “a imprensa foi também extremamente cortejada pelo governo, que, afinado com seus interesses de classe – isto é, aqueles da elite agrária de São Paulo e Minas Gerais -, aliciou-a e mobilizou-a para sua propaganda serviço” (ELEUTÉRIO, 2008, p.86).

Assim, a quem cabe o poder de decidir o que se vai publicar? Em última instância, quem constrói o discurso? Jornalismo e poder caminham juntos. Mas, possivelmente, esse sentimento atávico do exercício do jornalismo com o desejo de “liberdade” de imprensa, possa ser remetido às palavras de Thomas Jefferson, autor da declaração da independência das colônias inglesas na América do Norte, que deram origem aos Estados Unidos, em 1776: “como a base de nosso governo é a opinião pública, o primeiro objetivo é a conservação desse direito; e se eu pudesse decidir se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem governo, não vacilaria um instante em preferir o último”¹¹.

Jefferson podia até preferir, mas isso jamais aconteceu.

2.1.1. O discurso de “verdade”

Retomo a atualidade de Peucer (2004) que, em 1690, descreveu a necessidade dos jornalistas perseguirem a verdade, tal como se lê no 13º capítulo da tese: “relaciono com a vontade do escritor de periódicos a credibilidade e o amor à verdade. Não seja o

¹¹ A referência à independência dos Estados Unidos pode ser lida em Kunczik, 2002.

caso que, preso por um afã partidário, misture ali temerariamente alguma coisa de falso ou escreva coisas insuficientemente exploradas sobre tema de grande importância” (PEUCER, 2004, p.19).

O princípio da objetividade em textos jornalísticos, que faz com que os mesmos se aproximem da “verdade”, na opinião de teóricos e profissionais, teria por base quatro acontecimentos: a criação das agências de notícias, o desenvolvimento industrial, as guerras mundiais e o advento da publicidade e das relações públicas. As agências vendiam notícias por atacado e, com a ampliação do leque de clientes, a mesma redação deveria servir a todos, ou seja, com um certo grau de imparcialidade para atender a banqueiros, governo, comerciantes e quem mais comprasse o produto informativo (AMARAL, 1996).

Extra, Extra! Aos brados os jornaleiros da *pennypress* anunciavam mais uma notícia espetacular, um crime, um fato extraordinário da comunidade americana – mudança editorial que renderia aos jornais crescimento nas vendas e, em consequência, se há boa tiragem, os anúncios aparecem na sociedade que se industrializa. Anunciantes que sustentam o parque gráfico dos empresários da comunicação não podem ser “desagradados” com opiniões ou preconceitos nas matérias; leia-se, portanto: quanto mais neutralidade, mais anúncios.

E com a inserção de profissionais de relações públicas no mercado (que precederam ao cargo ocupado hoje por assessores de imprensa), ainda de acordo com Amaral (1996), os jornalistas americanos trataram de separar, ainda mais, o caráter interpretativo e opinativo dos fatos (dados fornecidos pelas relações públicas), de seu relato imparcial.

O modelo do jornalismo americano, tendo o mito da objetividade/neutralidade como verdade inquestionável, foi prontamente seguido no Brasil. Aqui, esse fato se deu em meados do século XX, quando as condições sociais e políticas do país favoreceram o desenvolvimento de uma imprensa massiva. A reforma dos jornais (começando no Rio de Janeiro e depois chegando aos outros estados) com a saída de cena do chamado “nariz-de-cera”¹² e das crônicas jornalísticas, para a entrada do *lead* nas notícias, aos

¹² “Nariz-de-cera” é jargão jornalístico para um enorme contexto periférico sobre a notícia que venha escrito antes do fato principal.

moldes norte-americanos foi decisiva para um novo conceito sobre o fazer jornalístico brasileiro¹³.

O *lead* é uma técnica de redação, em pirâmide invertida, que em resumo significa colocar as informações principais no começo do texto e não na base (o quê, quem, quando, como, onde e por quê), invertendo a prática da escrita norte-americana que, até então, se caracterizava pelo desenvolvimento contextual no entorno dos fatos, antes de revelar o que seria essencialmente a notícia. Em jornalismo de televisão, por exemplo, o “o quê” já deve estar no texto a ser lido pelos apresentadores dos telejornais.

Outro traço de influência americana no telejornalismo brasileiro seria o livro *Television News*, de Irving Fang, inspiração do manual da Rede Globo, por sua vez fonte de inúmeras cópias e adaptações em outras emissoras e mesmo nos cursos de Comunicação Social / Jornalismo. Publicado em 1972, o livro tem um caráter de guia básico de treinamento em telejornalismo [...]. Com relação à redação da notícia, o livro traz uma série de recomendações como “o repórter ou redator deve considerar a audiência como uma pessoa apenas, sozinha”. Qualquer semelhança com as referências à Dona Maria, existentes nos livros e manuais publicados no Brasil, não terá sido mera coincidência. (COUTINHO, 2012, p. 101)

Tais manuais locais ainda versam sobre a busca pela objetividade, definindo clareza, precisão e imparcialidade como exigências das notícias em TV (lembrando que três séculos atrás, Tobias Peucer já havia mencionado a necessidade de clareza e concisão na linguagem dos periódicos). Entre os profissionais de TV que publicaram obras abordando linguagem e formato jornalísticos de acordo com os manuais de redação, destacam-se: Paternostro (1999), Curado (2002) e Barbeiro (2002).

Em clássica obra do jornalismo americano, “Opinião Pública”, Lippmann (2008) defende a objetividade como um ideal a ser alcançado na atividade jornalística. E, como tal, embora permaneça ideal que se sabe inatingível, foi esse valor profissional, identificado na adoção do método de se ouvir “todos os lados de uma notícia” que deu, à imprensa, credibilidade junto ao público (leitores, telespectadores, ouvintes, seguidores digitais). Por trás da noção de que uma reportagem objetiva é possível, está a ideia de que a informação apresenta-se com tal equilíbrio, que permita aos seus receptores formar sua própria opinião.

¹³ Às referências à reforma dos jornais, como o Diário Carioca e Jornal do Brasil, podem ser lidas na Revista de Comunicação nº 30, de 1992.

Crença viva entre nomes consagrados da mídia brasileira. Treze jornalistas foram entrevistados para o documentário “*O Mercado de Notícias*”¹⁴ que estreou nas salas de cinema em agosto de 2014. O tema da objetividade jornalística veio à pauta e, para ilustrar, reproduzo três declarações:

Fernando Rodrigues: “o desafio diário do jornalista é tentar perseguir ao máximo uma objetividade que é evidentemente inalcançável, mas ela é ‘persegúvel’, então, é perseguir essa objetividade e traduzir isso no produto final do seu trabalho” (Jornalista da Folha de São Paulo).

Geneton Moraes Neto: “talvez a realidade seja irreproduzível. Mas o que a gente pode dizer a favor do jornalismo é que talvez a coisa que tenha chegado mais perto de reproduzir a realidade tenha sido o jornalismo. Primeiro com o talento, a capacidade de observação do repórter, e, com o passar dos anos, décadas e séculos, com o avanço dos equipamentos” (Jornalista da Globo News).

José Roberto de Toledo: “sempre vai ter uma interpretação por mais factual e concreta e *hard* que seja a base das informações, sempre vai ter um viés ou mais de um viés. Você precisa estar constantemente tentando corrigir os seus vieses e se você disser que não tem viés nenhum, é sinal de que você tem muitos” (Jornalista da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo).¹⁵

Mas a objetividade jornalística, alerta Barbosa (1995), há muito tempo é considerada uma falácia. Ao priorizar e hierarquizar os fatos – com critérios subjetivos – o que o jornalismo faz é criar uma memória futura do próprio acontecimento. “E é essa capacidade de ser um dos senhores da memória da sociedade que lhe dá um inegável poder” (BARBOSA, 1995, p.88).

Para o senso comum, um poder legítimo. Uma reportagem do jornal *O Globo* em maio de 2006 revelou que os brasileiros acreditavam mais na imprensa do que no

¹⁴ O documentário “*O Mercado de Notícias*” tem roteiro e direção de Jorge Furtado. Foi produzido pela Casa de Cinema de Porto Alegre, estreou nos cinemas em 07 de agosto de 2014. As entrevistas dos jornalistas entrevistados para o documentário estão disponíveis em <http://www.omercadodenoticias.com.br/>

¹⁵ Os trechos foram transcritos respeitando os modos de fala da gravação original. Depoimentos disponíveis em < <http://www.omercadodenoticias.com.br/> > Site acessado em 19/09/2014.

governo¹⁶. Sem promover juízos de valor acerca da política nacional, pode-se tomar este dado como um indicativo de que há uma receptividade pública de que a mídia anuncia seu discurso sob a chancela da “vontade de verdade”, típica dos discursos científicos, para gozar de tal autoridade.

Legitimação dada aos veículos *offline* e também aos novos modelos *online*, de maneira que o jornalismo assumiu, ao longo de sua história, um discurso de credibilidade, de confiança, constituindo-se um saber autorizado – para organizar e “sintetizar” o mundo.

Assim, acredito ser o discurso, muito mais propriamente do que a notícia que divulga, o seu legítimo produto.

2.2 GESTOS DE PRODUÇÃO: ENQUADRAMENTOS DA “REALIDADE”

Panfletário, folhetinesco, alternativo, político, imparcial, comercial. Muitos podem ser os adjetivos atribuídos ao jornalismo que evoluiu ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, adequando-se ao contexto de seu tempo, até chegar ao múltiplo cenário de potencialidades virtuais e digitais do século XXI, na era do jornalismo 2.0. Mas o que nunca mudou é que o jornalismo possui rotinas que lhe são próprias, sendo uma prática legitimada pela sociedade como produtora de cultura. Em tese, quem recorre a um veículo de informação jornalística parte do princípio de ali encontrar narrados os fatos que efetivamente tenham ocorrido na “realidade”.

Foi a legitimação de sua credibilidade, que o Terceiro Reich alemão soube usar muito bem e fez da imprensa sua maior propaganda a moldar a opinião pública sobre o nacional-socialismo. O uso dos meios de comunicação pelo poder talvez tenha inspirado a criação da “Voz do Brasil” por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, e o controle das redações pelos militares em tempos de ditadura.

¹⁶Jornal O Globo, edição de 31 de maio de 2006. Reportagem intitulada “Mídia é mais confiável que governo”, sobre pesquisa realizada pelo Instituto Globe Scan, a pedido da Rede BBC de Londres e Agência Reuters. A pesquisa “*Trust in the Media*” ouviu 10.230 pessoas em dez países: Inglaterra, Estados Unidos, Brasil, Egito, Alemanha, Índia, Indonésia, Nigéria, Rússia e Coreia do Sul. No Brasil, 45% dos entrevistados declararam confiar mais na imprensa do que no governo. Sendo que para 56% dos brasileiros entrevistados, a televisão é a principal fonte de informação.

A despeito dos ataques pontuais à mídia hegemônica, tais quais se viu durante as manifestações nas ruas do Brasil, em junho de 2013, a credibilidade nos meios de comunicação permanece alta. Em outubro daquele ano, uma pesquisa da Secretaria de Comunicação do Governo Federal sobre os hábitos dos brasileiros em consumo de mídia quis saber o grau de confiança da população em relação às notícias e publicidades veiculadas em diferentes meios (rádio, TV, jornais, revistas, *sites*, *blogs* e redes sociais). Os dados trazem uma amostragem nacional. Foram entrevistados 18.312 brasileiros em 848 municípios dos 26 estados e Distrito Federal.

As informações que apresentam maior nível de confiança são as notícias veiculadas pelos jornais impressos (53% dos entrevistados que utilizam esse meio dizem confiar sempre ou muitas vezes), seguidos pelas notícias do rádio e da TV, tecnicamente empatadas com 50% e 49%, respectivamente. Com o menor nível de confiança entre os entrevistados, estão as notícias publicadas por blogs – apenas 22% dos pesquisados confiam sempre ou muitas vezes nesse tipo de conteúdo. Em seguida, em posição um pouco melhor, aparecem notícias de redes sociais (24%) e de sites (28%). (BRASIL, 2014, p. 82)

Pode-se supor que a confiança é estabelecida pela ideia de que existe uma realidade que pode ser apreendida e narrada em fatos noticiosos. Sobretudo a partir das transmissões “ao vivo”. Até mesmo nas notícias espetaculares: “Estar *ao vivo* o mais possível quando casas pegam fogo, aviões caem, pilotos de carros sofrem acidentes, quando se fazem reféns. Produzir o calafrio de uma vivência autêntica: isto aqui não foi montado, é de verdade”. (TÜRCKE, 2010, p. 68).

A socióloga Gaye Tuchman (1993) traduziu a prática jornalística como “uma janela para o mundo”. Essa visão, no entanto, pode ser larga, estreita, limitada, turva, distorcida, enfim... Conforme será demonstrado no **Capítulo 5** desta pesquisa, aqui foram estudados discursos verbais e não verbais publicados em diferentes veículos, dos quais depreendem-se sentidos que podem atuar como construtores de memórias sociais sobre a mulher brasileira.

Por agora, interessa retomar a assertiva de que os jornalistas desenvolvem a função de mediadores dos “principais acontecimentos do dia” (no mundo!), muitas vezes em tempo real. A simultaneidade na transmissão de notícias é uma das características do jornalismo, com destaque para aquele praticado em TV.

Na atualidade, os telejornais são o principal meio de informação dos brasileiros, em nível local e nacional, e cumprem claramente uma função pública no Brasil, país marcado pela desigualdade no acesso aos bens de consumo e também aos direitos essenciais como educação, saúde e segurança. Seja como orientação nos manuais escritos e mesmo nos rituais que conformam a cultura profissional dos (tele)jornalistas, o público seria idealmente o princípio orientador dos fazeres jornalísticos em TV, ainda que em muitos casos na condição de audiência presumida¹⁷. (COUTINHO e MATA, 2010, p.235).

Assim, o *ethos* (termo emprestado da retórica) que emana da profissão, ou seja, a imagem de si que o enunciador constrói em seu discurso, cristalizada pelo senso comum, é a do jornalista como um profissional imbuído da missão de relatar a “verdade dos fatos” com a maior imparcialidade possível – a partir de rotinas sugeridas e padronizadas, como se verá adiante.

Numa visão contemporânea desse *ethos*, Traquina (2005a) explicita que o jornalismo é o próprio veículo de comunicação para equipar os cidadãos com instrumentos vitais para o exercício dos seus direitos e a expressão de suas preocupações. Essa prerrogativa, lembra Coutinho (2012), acompanha a atividade jornalística, quando chamada de “quarto poder”:

[...] do jornalismo se esperaria a avaliação isenta, precisa e criteriosa, de documentos, fatos e versões que se tornariam visíveis e relevantes para os cidadãos por meio de sua transformação em notícia, produto, portanto, merecedor de confiança daqueles que conferem aos órgãos de imprensa, entendida como Quarto Poder tal como definiu Marc Paillet, o papel de fiscalização de autoridades e mesmo do funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário. (COUTINHO, 2012, p.9)

Durante muito tempo, a Teoria do Espelho reforçou tal perspectiva. A ideia central da teoria enquadra o jornalista como um observador que relata com honestidade e equilíbrio o que vê. Os jornalistas não costumam aceitar ataques à Teoria do Espelho porque reiteram em seu *modus operandi* a crença social de que as notícias são capazes de “refletir a realidade”.

¹⁷ Com audiência presumida, Coutinho e Mata referem-se aos estudos de Vizeu (2005) em que o autor defende a hipótese de que a audiência dos telejornais seria construída antecipadamente pelos jornalistas, a partir de sua própria cultura profissional e pela organização do trabalho. Cf. VIZEU, Alfredo. *O lado oculto do telejornalismo*. Florianópolis, SC: Calandra, 2005.

Mas Tuchman (1993) defende que as notícias não espelham o real, e sim, ajudam a constituir-lo como um fenômeno socialmente compartilhado. Sendo assim, como “enquadrar” o real para compartilhá-lo?

2.2.1. Agenda-setting e newsmaking

No fim da década de 60, os americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolveram as primeiras pesquisas empíricas para descrever a prática – que se tornaria fundamentação teórica – de uma sociologia do jornalismo nas redações. Para os pesquisadores, as pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos, o que a mídia inclui ou exclui de seu próprio conteúdo. Levantava-se a hipótese do agendamento. Haveria, então, uma dependência cognitiva social sobre *o quê* pensar na ordem do dia e a *ordem de prioridades* para escalar aquilo que se deve pensar, falar, discutir

Mais uma vez não se pode deixar de mencionar quão precursor foi Tobias Peucer:

Eu diria que a finalidade dos novos periódicos é mais própria para o conhecimento das coisas novas acompanhadas de uma certa utilidade e atualidade. Foi por esta causa que começaram por primeiro lugar a serem escritos e divulgados os periódicos, como já insinuei acima, ao ocupar-me de suas origens. Com efeito, o afã de saber coisas novas é tão grande que cada vez que os cidadãos se encontram em encruzilhadas e nas vias públicas, perguntam: “o que há de novo”? A fim de satisfazer esta curiosidade humana tem se imprimido de todo modo novos relatos jornalísticos em diversos idiomas. E os que os lêem podem satisfazer, assim, a sede de novidades dos companheiros e dos grupos de amigos. (PEUCER, 2004, p.26-27)

McCombs e Shaw vieram então traduzir a observação de Peucer, no que se nomeou por *Agenda-setting*. A hipótese do agendamento conceitua o jornalismo produzido pelos meios de comunicação de massa, como persuasivo a ponto de suggestionar o entendimento do público em relação à “realidade”; isto é, os meios determinam *quais* temas entrarão na ordem do dia, *sobre o quê* as pessoas vão conversar e, ainda, *como* as pessoas podem tratar, ou pensar, determinado assunto.

A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público.

Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torne o foco da atenção e do pensamento do público – e, possivelmente, ação – é o estágio inicial na formação da opinião pública. (McCOMBS, 2009, p.18)

Desse modo, os veículos ditam as regras do jogo social, muitas vezes, reproduzindo enunciados que objetivam a manutenção do *status quo* das classes dominantes. Paradoxal é o fato de que pesquisas apontam que os jornalistas pouco ou nada sabem a respeito de seu público. Para Kunczik (2002), existe ampla homogeneidade de opinião entre os jornalistas, sendo os próprios colegas de trabalho o grupo de referência.

Nessa esteira, nasce a tendência teórica do *newsmaking*, que pode ser interpretado como um jeito de “fazer notícia”. Em muitos casos, a rotina produtiva jornalística parte da ideia de que há um hiato, uma falha de informação na comunidade. O papel social do jornalista estaria no fato de ele ser o portador dessa notícia que falta, munido da capacidade de escolher entre inúmeros fatos passíveis de divulgação aqueles que efetivamente vão “interessar” contar.

Autores que explicam o *newsmaking*, como Kunczik (2002), Wolf (2003), Pereira Jr. (2003) e Traquina (2005b), enfatizam que seria insustentável ao exercício de uma função que corre contra o relógio, se fosse necessário descobrir, todas as manhãs, um sistema novo para delimitar o que vale ou não noticiar.

Em outras palavras, a noticiabilidade está diretamente relacionada com os processos de rotinização e estandarização das práticas produtivas. Logo, trata-se de introduzir práticas produtivas estáveis, numa matéria-prima, que é por natureza muito variável e difícil de se prever. [...] É o chamado senso comum das redações (PEREIRA JR, 2003, p. 82-83).

É fato que a normatização da atividade jornalística permeia todo o processo, desde a seleção do material noticiável até sua divulgação. Mesmo que, para isso, os critérios de escolha sejam subjetivos ao determinar os níveis de interesse, quer da comunidade (ainda que apontados nas reuniões de pauta entre os jornalistas), quer do próprio veículo (cujos interesses institucionais podem ter razões publicitárias,

políticas, econômicas, logísticas, entre outras), uma vez que a maioria dos órgãos de comunicação no Brasil pertence a empresas privadas com fins lucrativos.

2.2.1.1. Celebridade como um dos valores-notícia

Os componentes de noticiabilidade, ou seja, os *new values* nas palavras de Wolf (2003, p.202), responderiam às perguntas: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias”? Interessante reiterar que tais valores estão decididamente incorporados como prática na rotina produtiva dos jornalistas em todos os meios, gerando respostas já naturalizadas ao fazer jornalístico diário. Os critérios do *newsmaking* “devem ser aplicáveis de maneira fácil e rápida, de modo que as escolhas possam ser feitas sem muita reflexão” (GANS, 1979, p. 82 *apud* WOLF, 2003, p. 204)¹⁸

Os valores-notícia são relativos ao conteúdo a ser publicado, ao produto informativo, ao público-alvo e, até mesmo, aos demais veículos concorrentes. Alguns critérios ordenam a cobertura, ou não, de determinado fato, como por exemplo: a quantidade de pessoas envolvidas ou sua importância no acontecimento, o grau de repercussão daquele fato (se local, regional, nacional ou mundial), o aspecto de novidade do tema, as condições que o veículo tem (ou a falta delas) para deslocar seus profissionais em determinada cobertura, ou, ainda, se o fato seria relevante para o público.

Um desses valores-notícia é o envolvimento de uma “celebridade” no fato a ser noticiado. “Quanto maior o número dos indivíduos envolvidos num desastre, ou a presença de ‘nomes importantes’ numa ocasião formal, maior é a visibilidade desses eventos e, portanto, seu valor-notícia” (GOLDING-ELLIOTT, 1979 p. 119, *apud* WOLF, 2003, p. 211). E, a julgar pela recorrência de notícias envolvendo pessoas públicas, pode-se inferir a crescente receptividade de leitura e audiência acerca do cotidiano das celebridades.

¹⁸ Mauro Wolf (2003) cita estudo “Decidindo o que é notícia”, de Herbert Gans, que pesquisou os telejornais *CBS Evening News* e *NBC Nightly News* e as revistas *Newsweek* e *Times*, no ano de 1979, na cidade de Nova Iorque.

Algumas celebridades atingem o *status* de ídolo, gerando admiração e até alguma identificação pessoal de seus fãs. Quanto mais assuntos sobre celebridades, mais os leitores, ouvintes, telespectadores, seguidores em redes sociais, têm a sensação de conhecer de perto o (a) famoso (a), como se ambos fizessem parte do mesmo cotidiano. Identificação que pode ser percebida com atores, músicos, jogadores de futebol, jornalistas, entre outros. “A notoriedade do ator principal do acontecimento é outro valor-notícia fundamental para os membros da comunidade jornalística”, ressalta Traquina (2005b, p.79).

É comum que pessoas públicas de grande sucesso em sua área de atuação, especialmente na cultura de massas, sejam consideradas diferentes dos demais mortais; é como se possuíssem uma aura de mito em torno de sua figura, blindando-as, na opinião pública, de eventuais erros e desacertos humanos que venham a cometer. Não são raras as vezes em que as pessoas “objetos de veneração”, quando caem em contradição à imagem que possuem, sejam publicamente perdoadas.

Só para ilustrar, em 1992, o americano Mike Tyson, considerado um dos maiores pugilistas de todos os tempos, foi condenado por estupro. Ele cumpriu apenas metade da pena prevista em reclusão, deixando a cadeia por “bom comportamento”. Fora das grades, Tyson voltou à carreira de boxeador e manteve-se na mídia, participando, inclusive, de eventos beneficentes nos Estados Unidos e em outros países. No Brasil, em novembro de 2011, o ex-pugilista participou de um programa de televisão de grande audiência¹⁹, e cantou a música “Garota de Ipanema”, um clássico sucesso da Bossa Nova, de autoria de Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

Todos os condenados que cumprem sua pena e regressam ao convívio social, obviamente têm os mesmos direitos de participar de programas, campanhas, o que quer que seja. O exemplo está sendo dado apenas para demonstrar que talvez certos tipos de crime, mais especificamente aqueles praticados contra a mulher, não parecem receber o mesmo peso de não noticiabilidade dos réus, do que outros.

À parte isso, chega a ser, no mínimo, de gosto duvidoso, um homem condenado à prisão por violentar sexualmente uma mulher, ir a público cantar: ... “*moça do corpo*

¹⁹ Tyson cantou Garota de Ipanema no “Caldeirão do Huck”, programa de entretenimento exibido aos sábados pela Rede Globo de televisão, no dia 19/11/2011.

dourado, do sol de Ipanema, o seu balançado é mais que um poema, é a coisa mais linda que eu já vi passar...”

E como terão se posicionado diversos veículos de imprensa durante a cobertura do “Caso Eliza Samudio”, em relação a Bruno Fernandes, acusado de ser o mandante do homicídio e preso no auge da fama como goleiro do Flamengo? Sigamos viagem.

2.2.1.2. Acontecimento Jornalístico e Jornalismo como Acontecimento

Pode ser considerado ainda muitíssimo recente o interesse de pesquisadores brasileiros em teorizar sobre o acontecimento jornalístico. Destaque seja dado à coletânea em quatro volumes, resultante do projeto “Tecer: jornalismo e acontecimento” que os programas de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), publicaram em 2010, 2011, 2012 e 2013.

Organizadoras do primeiro volume, Benetti e Fonseca (2010, p.9) explicam que a pesquisa “investiga o conceito de acontecimento em perspectiva multidisciplinar e pretende construir uma epistemologia do acontecimento jornalístico”. De fato, nos quatro volumes, os autores oferecem um mapeamento crítico do acontecimento, tratando-o em sua dimensão jornalística, histórica, social e semiótica, também tecendo as tramas de uma metodologia de aplicação em análises de coberturas jornalísticas e de produtos.

Em 1922, Walter Lippmann já defendia os *media* como principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça sobre tais acontecimentos. Entendo essas imagens como as memórias sociais que construímos, reforçadas pelo imaginário arquetípico que herdamos culturalmente.

Aqui se propõe o diálogo desse modo de ver o mundo e de narrá-lo, com o paradigma da sensação do filósofo alemão Christoph Türcke (2010), para quem não é mais suficiente que os acontecimentos sejam por si só explosivos e apresentados em manchetes chamativas, “o meio audiovisual necessita mobilizar todas as forças

específicas de seu gênero e ministrar a notícia com toda a violência de uma injeção multissensorial, de forma que atinja o ponto que almeja: o aparato sensorial ultrassaturado dos contemporâneos” (TÜRCKE, 2010, p.19).

Exemplo de grande aparato de sensações, a Guerra do Golfo, em janeiro de 1991, foi considerada um divisor de águas, nos sistemas de transmissões “ao vivo”, para Arbex Jr. (2001), que lembra:

o salto tecnológico do qual a CNN²⁰ é símbolo e instrumento, permitiu apresentar a Guerra do Golfo como uma espécie de telenovela sinistra que prometia renovadas emoções no próximo capítulo. A cobertura “ao vivo” do conflito consagrou, definitivamente, a espetacularização da notícia. (ARBEX JR., 2001, p.31)



Figura 02– *frame* de vídeo do Jornal Nacional de 17/01/1999 reproduzindo imagens da emissora americana CNN, que ofereceu em *pool* a transmissão dos ataques aéreos ao Iraque.

As transmissões da Guerra do Golfo, contudo, vão se tornar um acontecimento menor, em relação ao “11 de setembro” de 2001. Consenso entre estudiosos, a data entrou para a história como o dia de um mega-acontecimento. Os ataques terroristas ao Pentágono e às torres gêmeas do World Trade Center são como um marco-zero de quando os Estados Unidos foram verdadeiramente ameaçados.

Jornalistas do mundo todo iniciaram o que seria a maior cobertura de um atentado até então. No Brasil, a Rede Globo de televisão ficou “ao vivo” com as notícias por quatro horas ininterruptas a partir das dez horas da manhã.

²⁰ Cable News Network – CNN – é a principal rede de televisão dos Estados Unidos.



Figura 03 – *Frame* de vídeo avião lançado contra o WTC. 11/09/2001. Reprodução de internet.

As imagens transmitidas ao vivo têm grande impacto, porém as poucas informações e os comentários improvisados não têm força suficiente para dar significado àquilo que se vê. No entanto, quando a notícia é editada, a hierarquização das informações, o reenquadramento das imagens, a instauração orquestrada da polifonia, o uso estratégico de formas de designação dos fatos e pessoas, a orientação dos comentários, garantem poder simbólico ao discurso e é justamente o material simbólico que se inscreve na memória social. (ALMEIDA, 2006, p.137)

A escalada do *Jornal Nacional* da Rede Globo, na noite de 11 de setembro de 2001, exemplifica a hierarquização das informações, as designações e o poder simbólico que nos diz Almeida (2006):

ESCALADA - JORNAL NACIONAL
11/09/2001
[apres01] 11 de setembro de 2001.
[apres02] Uma terça-feira que vai <i>marcar a história da humanidade</i> .
[apres01] <i>A maior potência do planeta</i> é alvejada pelo terror.
[apres02] World Trade Center, Nova Iorque.
[apres01] <i>No mais importante centro financeiro do mundo</i> , uma torre queima depois de ser atingida por um avião.
[apres02] Enquanto o incêndio avança no arranha-céu, um segundo avião é jogado contra a torre vizinha (sobe som).

[apres01] E em menos de duas horas dois dos prédios mais altos do mundo se desfazem numa montanha de poeira e fumaça.

[apres02] Na cidade *sede do poder americano*, outra aeronave despenca sobre o Pentágono, o *centro de inteligência* militar.

[apres01] E mais um boing cai na Pensilvânia.

[apres02] *O planeta em alerta geral.*

[apres01] *Chefes de Estado condenam o banho de sangue.*

[apres02] E reforçam a segurança nas fronteiras.

[apres01] *Bolsas de valores* e moedas internacionais são *abaladas* pelos atentados.

[apres02] Nos territórios ocupados por Israel, *Palestinos comemoram a maior ofensiva terrorista* de todos os tempos.

[apres01] E na madrugada no *mundo árabe* explosões e mísseis riscam o céu de Cabul, a capital do Afeganistão (sobe som).

[apres02] *O Jornal Nacional mostra* a análise de especialistas sobre as conseqüências dos ataques.

[apres01] O depoimento dos brasileiros que *testemunharam a tragédia.*

[apres02] *O apoio oficial* aos que estão nos Estados Unidos.

[apres01] O dia em que *os americanos experimentaram o horror de uma grande guerra.*

[apres02] O Jornal Nacional está começando agora.

Quadro 02 – Escalada do JN de 11/09/2001

Enunciados como “*o planeta em alerta*” / “*banho de sangue*” / “americanos experimentam o horror da guerra” / “*palestinos comemoram*”... vêm carregados de pré-construídos e interdiscursos que posicionam o lugar de fala do Jornal Nacional no protagonismo de como se vai contar essa história daqui para frente.

Em “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux (2002) nos diz que toda sequência de enunciados é uma série de pontos de derivas possíveis oferecendo lugar à interpretação. “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2012, p. 53).

Com proporções não mais planetárias como o 11 de setembro, mas locais, chamo a atenção para outro “acontecimento jornalístico” que foi a cobertura do cárcere privado de Eloá Pimentel, adolescente de 15 anos, na cidade de Santo André (SP), em 2008. Estrategicamente posicionadas pelo melhor ângulo, as câmeras de todas as principais emissoras de TV transmitiram durante uma semana, por mais de 100 horas, o drama que terminou em morte. Foi uma das mais vergonhosas atuações da imprensa na história recente da TV brasileira, que merece um artigo à parte sobre tudo o que “não se pode” fazer em nome do espetáculo midiático quando a vida humana está em jogo.



Figura 04 – Eloá Pimentel vítima de cárcere privado e assassinada em 2008. Reprodução UOL.

Exatamente por isso, pela possibilidade de colocar em diálogo acontecimento, jornalismo, discurso e memória, retomo Benetti e Silveira (2010, p.9), para quem “só é possível pensar estas distinções e aproximações, de forma consistente, se considerarmos o jornalismo como um campo teórico que se articula, em fluxo e em rede, com outros campos da ciência”.

Em outro artigo, Benetti pontua que o jornalismo tende a adotar uma concepção funcional da história, interpretando consensualmente o que seja a normalidade e o desviante, categorizando, assim, acontecimento jornalístico a partir de uma ruptura, um desvio em relação à norma. A pesquisadora avança, tocando num ponto crucial para as pretensões desta tese, ao atravessar mares inquietos:

quando passamos a compreender o acontecimento como parte da construção da experiência, damos um salto de qualidade conceitual que nos permite, mais adiante, perceber um regime discursivo como acontecimento. [...] Assim, o termo acontecimento adquire dois

estatutos no jornalismo: um, no ambiente da produção de sentidos sobre o mundo exterior, enquanto um gênero de discurso definido; outro no ambiente dos procedimentos que identificam os fenômenos capazes de ocupar lugar de acontecimento jornalístico. (BENETTI, 2010, p.149/153)

Fundamentando-se em Katz (1993)²¹, Benetti segue tecendo fios conceituais que se desenham, diante de meus olhos, como uma carta náutica, fazendo-me recordar o que disse o apresentador de TV, lá atrás, sobre a cobertura da morte do Papa João Paulo II: existem acontecimentos midiáticos “que produzem no público a emocionante sensação de fazer parte da história, ou de presenciar a história sendo escrita”. (BENETTI, 2010, p. 154).

E Barbosa (1995) traduz com precisão:

Os meios de comunicação ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser notícia ou não, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, na verdade estão procedendo à criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, eles são criadores desses acontecimentos. (BARBOSA, 1995, p.87).

Então era isso, Bonner, “*Esta sexta-feira foi um desses dias em que o jornalismo certamente antecipou páginas dos futuros livros de história*”. Era isso! A memória como um lugar de disputas e o jornalismo *como* acontecimento.

²¹ Elihu Katz publicou artigo intitulado “Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião”, no livro: TRAUQUINA Nelson (org). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Veja, 1993.

Capítulo 3 – Nas águas turvas da sociedade

*“A mulher é mulher em virtude de uma deficiência,
que devia viver fechada em sua casa
e subordinada ao homem.”*

Aristóteles

*“O certo é que até aqui, as possibilidades da mulher
foram sufocadas e perdidas para a humanidade.”*

Simone de Beauvoir

Neste capítulo, os dados recentes da violência contra a mulher no Brasil apontam os números estarrecedores dos casos de feminicídio. Faz-se um breve resgate histórico da origem do patriarcado e o quanto essa concepção de organização social influencia na construção do imaginário de objetificação da mulher, contribuindo para a perpetuação de uma sociedade machista e, por vezes, misógina. Em seguida, são comentados seis crimes de grande repercussão na imprensa, que revelam materialidades discursivas sobre a mulher, notadamente no âmbito de sua desqualificação moral. E, ainda, é apresentado o “Caso Dana de Teffé”, objeto de análise comparativa com o “Caso Eliza Samudio”.

3.1 GESTOS DE ACONTECIMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Antes de apresentar o *corpus* que fornecerá elementos de análise para este estudo, seria possível pensar em quais memórias discursivas existem (ainda que sejam identificadas, num primeiro momento, de forma intuitiva) sobre a violência contra a mulher? Sem o rigor de expor um levantamento arqueológico do tema, é sabido que a violência simbólica contra a mulher remonta a tempos imemoriais.

Para a história da humanidade, cuja estimativa de origem é de 300 mil anos, o surgimento do sistema patriarcal em nossa sociedade é até muito recente, data de pouco mais de 2mil e 600 anos, segundo pesquisa da historiadora Gerda Lerner (1986). No modelo de organização familiar que impõe o patriarcado como soberania, há um contrato social do direito político do homem sobre a mulher, e também sexual, do direito do homem sobre o corpo da mulher.

Retomando a mitologia grega, quando as divindades do Olimpo teriam criado a mulher com o “intuito de levar os homens à perdição”, para que eles não tomassem o poder dos deuses, e à Bíblia Cristã, que “culpa Eva” pela expulsão de Adão do paraíso, também aí encontram-se vestígios de uma representação da mulher como aquela que seduz, desvia o homem de seus propósitos e encarna a própria origem do mal. Em dissertação de mestrado, defendida no PPGMS da UNIRIO, Taddei (2007) aponta as polaridades do feminino nas sagradas escrituras:

a sacralidade da Virgem confrontada com a lubricidade de Lilith; a submissão de Eva como contraponto à revolta de Lilith; a perfeição divina de Maria oposta à humanidade pecadora de Eva; o confronto aberto de Lilith contra a astúcia de Eva; a mãe vítima e sofredora que é Eva e a mãe algoz que é Lilith; o desejo e prazer carnis em Lilith em contraste com o puro espírito em Maria. (TADDEI, 2007, p. 24)

Há uma violência simbólica, instituída socialmente ao longo da história, que personificou a feminino como inferior, submisso, além de levar ao homem toda sorte de perigos – e que, por isso, a mulher mereça ser sacrificada, punida. A pergunta que se faz é: além de eleger determinados temas pelos seus critérios de noticiabilidade, seriam os discursos da mídia, no Brasil, em pleno quarto de século XXI, instrumentos de perpetuação desse tipo de memória sobre a violência de gênero?

Bourdieu (2011) lembra que aquilo que na história aparece como eterno, não é mais do que o produto de um trabalho de eternização realizado por instituições como o Estado, a Igreja, a Escola. Mas os indícios verbais e não verbais que designam a posição simbolicamente dominante só podem ser compreendidos pelas pessoas que aprenderam a decifrar seu código.

A Imprensa também é uma instituição aceita socialmente, com o agente de cultura, inclusive, chamada de quarto poder. Resta decifrar o seu código.

O homem arrasta a mulher pelos cabelos e com a outra mão segura uma clava sobre os ombros. A imagem já se formou em sua mente, não é? Pois essa é uma imagem clássica, criada para reproduzir o homem de Neandertal, em sua força bruta e pré-histórica supremacia sobre o gênero feminino. Com espanto, essa “imagem” pode ser vista hoje, reproduzida em *cartoons* (1), sugerindo uma forma de conquistar uma namorada (2) ou, tragicamente, numa cena real (3) da atualidade, num contexto de barbárie em maio de 2014 no litoral de São Paulo.

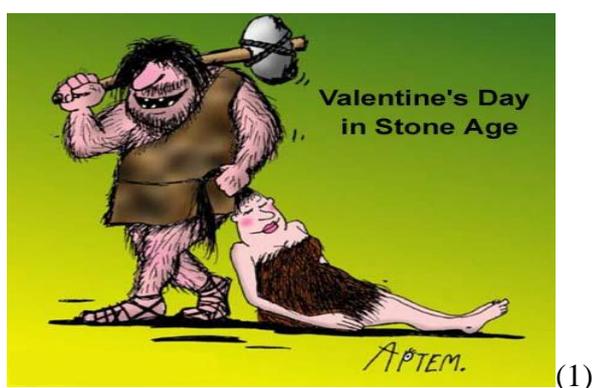


Figura 05 *cartoon* na internet. A inscrição diz: “dia dos namorados na idade da pedra”.

SEGUNDO PASSO DE COMO CONQUISTAR UMA AMIGA, TORNE-SE O HOMEM QUE ELA DESEJA!



Segundo, deixem-me contar uma história, na idade da pedra às mulheres só ficavam com o macho que lhe protegia, lhe alimentava e como posso dizer durão na queda. Para esses machos elas eram escravas (por isso ele as carregavam pelos cabelos), os tempos não mudaram muito, apenas ficaram subconscientes.

Então o segundo passo é você se tornar durão na queda. É simples você não vai deixar de ser quem é! Apenas vai ser diferente em relação às mulheres. **Seja o que elas querem, sinta o que elas precisam, e principalmente, as faça sentirem sua falta** (Isso requer um pouco mais de prática...). Mas o mais prático é, mostre pra sua amiga que você não depende dela, você vai demonstrar que tem outras garotas ocupando seu lugar, que você não tem mais tempo para ela, que você pode e vai atrair outras femêas.

Nada pode atrair mais uma mulher do que uma competição, então isso vai ligar o alerta dela, ou ela se mexe, ou vai perder seu posto. E garanto, ela vai se mexer!

Figura 06, *print* de página do blog “Sedução Completa” com o tópico sobre como um rapaz deve conquistar a amiga para que ela se torne sua namorada.²²

²² Blog “Sedução Completa” disponível em <<http://www.seducaocompleta.com/como-conquistar-uma-amiga-existe-solucao-sim-veja-como/>> Acessado em 21 de janeiro de 2016.



Figura 07 - Linchamento de Fabiane de Jesus, no Guarujá, Baixada Santista-SP, 03/05/2014.
Reprodução de imagem captada por celular.

Quanto às duas primeiras imagens, embora muito sintomáticas de como uma parcela dos homens vê a mulher até hoje, ainda que o *cartoon* se pretenda humorístico; e o *blog* traduza a completa falta de noção de seu autor, sobre os desejos femininos na arte da sedução (onde se lê que os tempos pré-históricos “não mudaram muito, só ficaram subconscientes”), prefiro ignorá-las. Já sobre esta última imagem, cabe uma reflexão bem maior.

Em artigo apresentado em 2014, durante XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, realizado em Foz do Iguaçu-PR, apresentei o caso do linchamento de Fabiane Maria de Jesus para debate. (OLIVEIRA, 2014). Tema também trabalhado em sala de aula, para graduandos de Jornalismo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

No Coliseu da Roma antiga, o espetáculo da morte para as multidões; no Pelourinho de Salvador, o açoite aos escravos; nos postes do Rio de Janeiro, um Tiradentes esquartejado; nas fogueiras da Inquisição, centenas de “bruxas” a arder sem piedade. Parte da nossa cultura foi sedimentada em ritos de morte como espetáculo, na selvageria pública dos poderes e instituições que viam no martírio a condenação exemplar.

Do outro lado do globo, ainda hoje, há países onde impera a lei do apedrejamento como pena de morte para mulheres acusadas de cometer adultério. Não se trata aqui discutir cultura, como se o Ocidente fosse “superior” ao Oriente, mesmo

porque, países ocidentais têm outros tipos de pena de morte vigorando na atualidade. A questão ainda se refere à distinção do feminino sobre o masculino.

Do lado de cá, há outros tipos de “tribunais”, muito ativos nas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas, a condenar réus à tortura e à morte, em circunstâncias que não se pode descrever.

Em certo sentido, a “malhação de Judas” ultrapassa as alegorias do folclore para fazer ressurgir em nossos dias, não apenas distante, mas na esquina das nossas casas, um comportamento que desafia os princípios da razão, da justiça e de humanidade.

O “Coliseu” está na sala de jantar, no escritório, quarto, nos celulares, *tablets* e onde quer que se possa assistir aos telejornais, acompanhar páginas das redes sociais, ou ler as agências de notícias, conforme demonstrado no **Capítulo 2**, sobre editoriais jornalísticas que privilegiam o espetáculo, o sensacionalismo, as injeções diárias de violência.

A era tecnológica produziu um cenário e modificou radicalmente a experiência humana: encurtou distâncias, deu-nos acesso aos acontecimentos em tempo recorde de suas ocorrências, banalizou o sofrimento, naturalizou a miséria e “comercializou” o sofrimento em larga escala. (FARIAS, 2008, p.103-104)

Foram postadas numa página de rede social informações equivocadas que levariam à morte a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, no Guarujá, Baixada Santista, SP. Com mais de 58 mil seguidores, em 2014, a página “Guarujá Alerta” intitulava-se “*uma página de fatos, acontecimentos, notícias, reclamações e sugestões do morador e turista de Guarujá*”²³.

A postagem divulgada na primeira semana de maio de 2014 mostrava o retrato falado feito pela polícia do Rio de Janeiro, em 2012, de uma suposta seqüestradora de bebês, na capital fluminense. A página “Guarujá Alerta”, no litoral santista, anunciava dois anos depois, que “*uma mulher acusada de seqüestrar crianças para rituais de magia negra*” estava no Guarujá. Foi como acender um rastro de pólvora em corpos sombrios, a espalhar intolerância e ódio pelas ruas.

²³ Disponível em < <https://pt-br.facebook.com/GuarujaAlerta> > Acessado em 15/07/2014.

Fabiane, mãe de dois filhos, foi arrastada pelos cabelos e violentamente espancada por centenas de pessoas, até perder a consciência e, ainda assim, continuar apanhando sob os gritos de “mata! mata!”, proferidos por uma turba ensandecida de ódio, composta de homens, mulheres e crianças. A vítima chegou a ser socorrida e levada ao hospital, onde morreu dois dias depois

Em nosso país os linchamentos não fazem parte das estatísticas criminais dos órgãos de segurança pública, porque não estão tipificados no Código Penal. Numa perigosa interpretação do senso comum isso poderia, até, suggestionar a equivocada ideia de que haja alguma legalidade em se fazer justiça com as próprias mãos. Na ausência dos registros criminais específicos, há anos o Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo (NEV-USP), faz o levantamento dessas ocorrências, a partir de publicações na imprensa. De 1980 a 2006, foram noticiados 1179 casos – o que significa dizer que ninguém sabe o total real de linchamentos, já que não se pode supor quantos mais casos ocorrem sem ser noticiados pela imprensa²⁴.

Mas, em 2014, a intolerância se alastrou de tal modo a assustar os prognósticos de um pessimista. Um recorde: 36 casos até a primeira semana de maio. Pesquisadores sugerem que o aumento no número de ocorrências poder ter sido motivado pela grande repercussão do caso do adolescente amarrado a um poste, na Zona Sul do Rio de Janeiro²⁵.

Se a tese do NEV é de que quanto mais divulgação, mais linchamentos, os números confirmam: eram 36 registros até maio, e subiu para 50 o número de vítimas de espancamentos, aprisionamentos e linchamentos, em julho de 2014²⁶.

Há que se perguntar por que não houve uma única pessoa sequer, naquela multidão, a se manifestar contra os agressores de Fabiane. Por que mulheres incentivavam o linchamento aos gritos? Por que alguém registrou as cenas pelo celular, sem tentar socorrer a vítima? Qual teria sido a reação daquelas mesmas pessoas se um homem estivesse sendo linchado?

²⁴ Disponível em

<http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=741&Itemid=82>
Acessado em 15/07/2014

²⁵ As informações completas sobre este o caso, também estão em Oliveira (2014)

²⁶ Disponível em < <http://g1.globo.com/politica/dias-de-intolerancia/platb/> > Acessado em 15/07/2014.

Daquelas ali, eu não sei. Mas uma semana depois, no Rio de Janeiro, foi uma mulher que impediu um homem de ser espancado até a morte. Um grupo de moradores de um bairro na Zona Oeste da cidade gritava: “*mata! bandido bom é bandido morto*”, diante de um jovem acusado de furto. Uma estudante universitária, de 22 anos, entrou na frente dos agressores e começou a gritar até a chegada da polícia. Sua ação conseguiu impedir o linchamento. Mas, quando o suspeito foi colocado no camburão, o policial teria dito para a estudante: “*se gosta de bandido, leva para casa!*”²⁷

3.1.1 Uma mulher está apanhando agora no Brasil

A violência contra mulheres é um fenômeno social tão antigo quanto duradouro. A maior parte dos casos é baseada em desigualdades de gênero que imperam numa ordem de dominação masculina, imposta e vivenciada como uma violência simbólica, muitas vezes invisível às suas próprias vítimas, na visão de Bourdieu (2011). Para o autor, a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, “em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (op.cit.,p. 17).

Uma vez que em nossas sociedades prevalece ainda uma divisão do trabalho segundo o gênero, que imprime uma inflexão masculina nas categorias liberais fundamentais (autonomia, atividade pública, competição e relega as mulheres à esfera privada da solidariedade familiar, o próprio liberalismo em sua oposição do privado e do público acolhe a dominação masculina. (ZIZEK, 2014, p. 118)

Há 22 anos, o Brasil foi signatário da “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, realizada em Belém do Pará. Na Convenção, o termo violência foi assim configurado:

Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de

²⁷ Disponível em < <http://oglobo.globo.com/brasil/no-rio-estudante-evita-linchamento-de-ladrao-12453250>> Acessado em 15/07/2014

mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (Convenção de Belém do Pará, 1994).

No entanto, as poucas ações efetivas do Estado brasileiro em proteger a mulher, geraram uma punição internacional ao país, por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2001. A denúncia partiu do relato da farmacêutica Maria da Penha Maia Rodrigues, que, por longos anos, foi vítima da violência doméstica, culminando com a tentativa de homicídio que sofreu por parte de seu ex-marido, o que a deixou paraplégica.

Num brevíssimo resgate do caso, eis os fatos: em 1984, Maria da Penha denunciou o agressor, seu ex-marido e professor universitário, o colombiano Marco Antônio Herédia Viveiros; ele foi a júri popular em 1991, condenado a 15 anos de prisão. A defesa recorreu da sentença e conseguiu anular o julgamento um ano depois. Somente em 1996, Viveiros foi novamente julgado e condenado, com uma redução na pena de 15 para 10 anos de prisão. O ex-marido de Maria da Penha ganhou a liberdade condicional dois anos depois, em 1998. Foi a partir da repercussão internacional sobre a omissão do Governo Brasileiro que, em 2006, o Congresso sancionou a Lei 11.340, conhecida como “Lei Maria da Penha”.

Ainda assim, a ordem social que impera sob a dominação masculina, nas palavras de Bourdieu (2011), continua a impor seus valores. Foi o que aconteceu com Eliza Silva Samudio, quando procurou a justiça do Rio de Janeiro, em 2009, requerendo proteção para si, à luz da Lei Maria da Penha. Seu pedido foi negado.

A violência de gênero sustenta-se em um quadro de desigualdades que se repetem na história, reiterando a concepção hegemônica da masculinidade. Nas palavras de Scaffo (2011, p.116), essas desigualdades configuram-se “a partir de disputas simbólicas e materiais, processadas em instituições cuja função e influência no processo de reprodução social são incontestáveis. Entre elas, marcadamente a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação”. Os meios de comunicação!

Neste exato instante enquanto seus olhos percorrem estas palavras, uma mulher está sendo espancada por um homem, que pode ser o atual ou o ex-companheiro da

vítima, seu pai ou seu filho, em algum recanto deste imenso país. Em um minuto, serão quatro vítimas. Ou seja, uma mulher é violentamente agredida no Brasil a cada 15 segundos. Este é um número estarrecedor. Em 24 horas, mais de 5 mil e 700 mulheres terão apanhado de seus maridos, pais, irmãos, namorados, ou vão sofrer outro tipo de violência que pode levar à morte. E, como foi dito na Introdução, lembre-se: 15 vão ser assassinadas antes que o dia acabe.

As estatísticas são do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, IPEA, em pesquisa realizada no Brasil, de 2001 a 2011, divulgada em agosto de 2013. O levantamento revela que os feminicídios (como são nomeados os assassinatos de mulheres, por homens, em crimes de gênero) tiveram uma pequena redução nos dois primeiros anos após a promulgação da Lei Maria da Penha (2006), mas voltaram a subir em seguida, e hoje são em maior quantidade do que os índices registrados em 2001.

O estudo realizado investigou apenas os óbitos. A violência contra a mulher compreende uma ampla gama de atos, desde a agressão verbal e outras formas de abuso emocional, até a violência física ou sexual. No extremo do espectro está o feminicídio, a morte intencional de uma mulher. Pode-se comparar estes óbitos à “ponta do iceberg”. Por sua vez, o “lado submerso do iceberg” esconde um mundo de violências não-declaradas, especialmente a violência rotineira contra mulheres no espaço do lar. (BRASIL, 2013).

Essa violência não se restringe ao limite do privado e chega ao espaço público, expondo socialmente a face mais brutal da dominação masculina, que subjuga a mulher a tal ponto em que o homem, seu algoz, crê poder desvencilhar-se dela, tirando-lhe a vida, sem que isso lhe traga maiores consequências.

Muitos assassinatos de mulheres, vítimas de um homem de seu convívio íntimo, ficaram famosos na cobertura da imprensa. Escolhi citar alguns, neste capítulo, para introduzir a discussão que será aprofundada mais adiante no “Caso Eliza Samudio”. Reconheço a existência de competente literatura sobre crimes passionais, com destaque para “*A paixão no banco dos réus*”, de autoria da jurista Luiza Nagib Eluf (2007); assim como sobre a violência doméstica no Brasil, e não me atrevo a discuti-los juridicamente, nem mesmo trago informações novas sobre esses casos. Apenas considero importante levantar aspectos que ajudam a sustentar a hipótese aqui levantada sobre o papel da mídia na (con)formação de um imaginário social sobre a mulher.

A ideia de legítima defesa da honra em crimes conjugais, surgiu na legislação portuguesa trazida para o Brasil e era comumente usada quando o marido flagrava o adultério da esposa. O assassinato da mulher infiel, ou de seu amante, era considerado legítimo até antes de ser instaurada República. E em tempos republicanos os homicídios com motivação passional tiveram um atenuante legal até bem recentemente. O adultério estava tipificado no Código Penal Brasileiro e só deixou de ser crime em 2005.

Os valores de longa duração da defesa do bem jurídico da harmonia familiar e da privacidade do âmbito doméstico estão presentes em toda a história do arcabouço jurídico ibero-americano e são guiados pelos princípios das moralidades e costumes tradicionais de um “modelo de virtude” exigido das mulheres. Estes valores incorrem em graves discriminações de gênero e violações dos direitos humanos das mulheres. (MACHADO, 2009, p. 167)

Em fins dos anos 40 do século passado, um novo conceito jurídico entra em cena. A “vitimologia” foi sistematizada após a Segunda Guerra Mundial. Escolas clássicas do Direito, até então, trabalhavam o trinômio delinqüente-crime-pena. O pesquisador israelense Benjamin Mendelsohn estudou o comportamento dos judeus nos campos de concentração nazista e cunhou o termo vitimologia, propondo uma ciência sobre as vítimas. Definiu, em seus estudos, uma tipificação da vítima como: inocente ou ideal; provocadora, impudente voluntária ou ignorante; e ainda, agressora, simuladora e imaginária²⁸.

Criminalistas, inclusive do Brasil, começariam a mudar o foco de suas defesas, tratando a vítima não mais como um sujeito passivo na consumação do delito. Podia-se, a despeito de prerrogativas científicas, traçar um intrincado panorama acerca do quanto a vítima seria também responsável pelo ato de violência a ela imposto.

Um cenário ideal para enriquecer os autos dos chamados crimes passionais. Tanto, que o primeiro livro sobre vitimologia publicado no país, em 1971, de autoria do desembargador Edgard de Moura Bittencourt: “*Vítima: vitimologia a dupla penal delinqüente-vítima, participação da vítima no crime, contribuição da jurisprudência brasileira para a nova doutrina*”, foi utilizado para convencimento dos jurados, durante

²⁸ Resumo do conceito com base em dados do artigo publicado no site “JusBrasil” disponível em <<http://anapaulaabarros9.jusbrasil.com.br/artigos/145657894/a-segunda-guerra-mundial-para-entender-o-nascimento-da-vitimologia>> Acessado em 23 de setembro de 2015.

a explanação do advogado de defesa num dos mais famosos casos desse tipo de crime no Brasil. O réu era Doca Street. A vítima, Ângela Diniz.

A seguir, um breve relato de alguns crimes que mereceram ampla repercussão na mídia, sobre os quais destaco ora nas entrelinhas, ora nas claras tomadas de posição, os implícitos de desqualificação da mulher. Naturalmente, há dezenas de outros casos, tão famosos quanto, que merecem ser pesquisados. Mas é necessário limitar os exemplos, que aqui funcionam apenas como um recorte ilustrativo que venha antecipar as análises posteriores. Entre os escolhidos, nem todos os crimes foram enquadrados como passionais e, em dois deles, a mulher está no banco dos réus.

3.1.2 Alguns casos memoráveis e sua divulgação

Ângela Diniz

Você não é “a menina da missa das dez”? Foi assim que um rapaz dirigiu-se a uma debutante, em sua festa de 15 anos, para lhe contar que sempre foi apaixonado por ela. Os dois namoraram, casaram-se quando a moça ainda não tinha completado 18 anos. Os protagonistas de uma história com enredo de conto de fadas eram Ângela Maria Fernandes Diniz e Milton Villas Boas.

Ela, criada para ser uma princesa. Ele, engenheiro, com vida de posses na tradicional sociedade mineira. Tiveram três filhos e o casamento durou 10 anos. Aos 26 anos, Ângela era uma mulher desquitada nos anos 60. Essa não seria uma credencial de cinderela, nem uma tomada de decisão vista como um exercício de liberdade individual, mas, sim, uma ameaça aos valores coletivos, ao sistema normativo onde se estabeleceu que o lugar da boa mulher é dentro de casa, cuidando dos filhos.

Nos anos em que esteve casada com Milton, Ângela freqüentou as festas da alta sociedade, conviveu com os holofotes e o *glamour*. Recebeu todo tipo de bajulação que os colunistas sociais costumam fazer às “damas da sociedade”, expressão que hoje pode ser substituída por “socialite”. Depois da separação, ainda presente nas colunas sociais, Ângela Diniz ganhou o apelido de “*A Pantera de Minas*”. Seria um título atribuído à sua beleza? Ou à sua independência considerada indomável e selvagem?

Das notas sobre celebridades, passou para as páginas policiais. Em junho de 1973, Ângela foi acusada do assassinato do caseiro da mansão onde morava. Chegou a confessar o crime. Mas foi seu namorado, o empreiteiro Arthur Vale Mendes, conhecido como Tuca Mendes, quem assumiu a responsabilidade, alegando legítima defesa.



Figura 08 - Reportagem na revista Manchete de 30/06/1973.

Uma série de versões sobre o caso recheou as páginas da imprensa. Tuca respondeu em liberdade, foi julgado e absolvido, mas o relacionamento ruiu. Foi quando Ângela deixou Belo Horizonte para morar no Rio de Janeiro. “*Nenhuma mulher em Belo Horizonte consegue me olhar de frente. Eu encaro cada uma e todas abaixam a vista*”, declarou à revista Manchete, em junho de 1973.

Por que Ângela Diniz incomodava tanto?

No Rio, voltaria às páginas policiais em três ocasiões. A primeira, acusada de sequestrar os filhos, levados por ela para o Rio, já que perdera a guarda para Milton. Foi condenada à pena de seis anos, recorreu. Depois, em 1975, por causa de 100gr de maconha encontrados em seu apartamento. E, pela terceira vez, em dezembro de 1976, Ângela Diniz estamparia as manchetes em todos os cadernos, não somente os policiais. Agora, assassinada pelo novo namorado, com quem tinha apenas quatro meses de relacionamento: o empresário Raul Fernandes do Amaral Street, o Doca Street. Quarenta anos depois, o caso ainda é referência como um dos crimes passionais mais famosos da história do país.

Ângela foi assassinada em sua casa de praia, no balneário de Búzios, RJ, onde o casal passaria a virada de Ano Novo. Doca executou a namorada com três tiros no rosto e um na nuca. Desfigurou aquela que era considerada uma das mais belas brasileiras dos anos 70.



Figura 09 - Ângela Diniz.

O Tribunal do Júri só se reuniu em outubro de 1979, na cidade de Cabo Frio, RJ (Búzios ainda não havia se emancipado como município). O julgamento de Doca Street foi um acontecimento social e midiático. Na Tribuna, um embate de famosos. Na acusação, o Procurador da Justiça do Trabalho, Evaristo de Moraes Filho, com a tese de homicídio por motivo torpe e cruel.

A empregada do casal em Búzios, Maria José de Oliveira, informou à Polícia ter presenciado várias brigas do casal. “Doca explorava a vítima”, disse ela, “obrigando-a a assinar cheques que utilizava na compra de roupas caras”. Ele vivia exclusivamente à custa da companheira e entrou em pânico quando percebeu que iria perdê-la. Maria José ainda disse que ele mantinha a amante em regime de reclusão doméstica, impedindo-a (Ângela) de se comunicar com os amigos. Tinha temperamento violento. (ELUF, 2007, p.64)

Na defesa de Street, outro jurista de peso: Evandro Lins e Silva, Ministro do Supremo Tribunal Federal no período de 1963 a 1969. Lins e Silva começou a oratória anunciando que aquele seria seu último trabalho na Tribuna e enalteceu os cidadãos do Júri, dizendo-lhes que o jurado pratica:

uma justiça diferente da justiça togada, ele julga de consciência, não está adscrito a tarifas legais, a certos formalismos, não tem compromissos doutrinários. O Júri julga de acordo com aquilo que considera justo, dentro de princípios de uma justiça imanente, dentro

daquilo que na sua alma e consciência representa uma solução de verdade e de bom senso²⁹.

E mais adiante, em sua fala inflamada, como se sabe ser o costume nas exposições orais da promotoria e da defesa, o advogado usou o conceito de vitimologia para justificar as ações do réu. Nas palavras de Lins e Silva, o acusado era inocente, a culpa estava na vítima.

Senhores jurados, temos que insistir no binômio acusado-vítima. O Júri já viu que este moço apaixonou-se, apaixonou-se perdidamente. E a paixão sempre é cega, não é boa conselheira. Quando a paixão se torna obsessiva, quando a pessoa se deixa marcar por ela, vem o ciúme a dominá-lo, ele vai se escravizando à paixão, vai se deixando subjugar pelo objeto amado. E, então, toda a visão que ele tem dos valores da vida se deforma. Ele passa a viver em função daquela idéia fixa, que é a mulher amada. É claro que ele vai se descontrolando em tudo o que faz, minadas as suas resistências pela paixão doentia que o avassala. Isso acontece, como diz neste livro magnífico um dos grandes juizes do Brasil, que se chama Edgard de Moura Bittencourt, livro sobre a vítima, Vitimologia, a Dupla Penal Delinquente-Vítima, quando um homem cai nas garras de uma “mulher fatal.” A “mulher fatal”, esse é o exemplo dado para o homem se desesperar, para o homem ser levado, às vezes, à prática de atos em que ele não é idêntico a si mesmo, age contra a sua própria natureza. Senhores jurados, a “mulher fatal”, encanta, seduz, domina, como foi o caso de Raul Fernandes do Amaral Street³⁰.

“Pantera” nas páginas dos jornais, “mulher fatal” nos autos de um processo. Ali, não se falava em vítima fatal, conforme os temos policiais. Ângela é quem estava sendo condenada por um julgamento de valores morais, numa sociedade machista e intolerante com a liberdade feminina.

Em outros trechos de sua exposição, Lins e Silva recria o ambiente do crime, dizendo que seu cliente agiu tomado de forte emoção e em defesa de sua honra, acusando Ângela de ser libertina e ter outros envolvimento amorosos, com homens e mulheres.

Calada, silenciada por três tiros no rosto, Ângela não tinha mais como se defender das acusações. Nem no Júri, nem na Imprensa. O jornalista Carlos Heitor

²⁹ Trechos da fala de Evandro Lins e Silva naquele julgamento podem ler lidos no *site* da OAB-SP, disponível em <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-caso-doca-street>> Acessado em 15 de janeiro de 2016.

³⁰ Dados obtidos com as mesmas referências da nota anterior.

Cony, cobrindo o julgamento, escreveu a favor da linha de defesa de Doca Street, alegando que

[...] a vítima busca um assassino que concretizará o seu desejo de eliminação. Ela sabia. Sabia, por exemplo, que um dia um de seus amantes seria mais homem que os outros e lhe daria o castigo – ou a vingança – que ela buscava, inconscientemente, ao longo de sua estranha aventura feita de amor, delírio e vazio³¹.

Os jurados julgaram. Doca Street recebeu uma pena branda, de dois anos, com direito a cumprir em liberdade. O acervo digital *Memória Globo* disponibiliza uma reportagem de 03'32" sobre o encerramento do Júri. Nessa matéria não existem imagens ou fotos de Ângela Diniz. O texto da reportagem se limita a resumir como foram os debates entre acusação e defesa e assim anuncia a conclusão:

(...) OFF: *Logo que o juiz leu a sentença, que Doca ouviu emocionado, o tumulto começou. Todo mundo queria falar com Doca Street.*

PASSAGEM: *Durante quase uma semana a vida de Cabo Frio viveu em função do julgamento de Doca. Mas hoje tudo terminou e os moradores daqui só pensam uma coisa, que a vida da cidade volte ao normal.*



Figura 10 - *Frame* de vídeo no momento em que Doca Street deixa o Fórum de Cabo Frio. Sentença: 02 anos a cumprir em liberdade.

³¹ Disponível em, < <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-feminismo-e-a-solucao-radical/>> Acessado em 12/02/2016

Nestas poucas palavras da repórter, a tônica de que Doca Street é uma celebridade, “*todo mundo quer falar com ele*” e que aquele julgamento, na verdade, estava atrapalhando a vida da pequena cidade. Após a passagem da repórter, entram 20 segundos de imagens de Doca Street deixando o Fórum e sendo aplaudido pela multidão.

Os moradores são entrevistados no chamado “povo-fala”³², no jargão jornalístico. Foram ouvidos três homens e três mulheres. Os três homens declaram-se favoráveis à sentença. Entre as mulheres, uma foi contra, a outra favorável e a terceira, disse que ninguém deve tirar a vida de ninguém, mas “*ele foi julgado, então, tá*”³³. É com essa frase que termina a reportagem.

“*Ele foi julgado, então, tá*”. Mas para muitas mulheres não foi tão simples assim. Movimentos feministas organizaram protestos com o slogan “*quem ama não mata*”. A promotoria também não saiu satisfeita com o resultado e trabalhou para conseguir um segundo julgamento de Raul Fernandes do Amaral Street, que foi marcado para 05 de novembro de 1981.

O segundo Júri condenou o réu e o juiz aplicou a sentença de 15 anos de reclusão. Depois de três anos e meio, Street conseguiu a progressão de pena e passou para o regime semi-aberto.

“*Se quiser ficar comigo, então vai ter que me dividir com homens e mulheres*”. A condição teria sido imposta por Ângela Diniz, minutos antes de ser assassinada. É o que afirma Doca Street para justificar o fato de ter atirado três vezes contra o rosto da namorada. A frase está em “*Mea Culpa*”, livro publicado por ele 30 anos depois do crime. Na ocasião do lançamento, Doca voltou a estampar os jornais – desta vez, como uma “lenda”, é o que se lê na reportagem abaixo.

³² As expressões próprias de uso no ambiente jornalístico estão explicadas no Glossário.

³³ Reportagem sobre o primeiro julgamento de Doca Street, pelo assassinato de Ângela Diniz, disponível em <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/angela-diniz-assassinato.htm>> Acessado em 15 de janeiro de 2016.

Mas a doméstica Ivanira Souza, que trabalhava para Ângela em Búzios e estava na casa na hora do crime, afirma que, no momento de armar a pistola para atirar, Doca Street sentenciou: “se você não vai ser minha, então não vai ser de mais ninguém”³⁴.

LIVRO

Quarta-feira 6 de setembro de 2006 • SESSÃO EXTRA

DE PEITO ABERTO

Acerto com o passado

Doca Street enfrenta suas culpas e conta em livro os fatos que o levaram a matar Ângela Diniz

■ **JOÃO PAULO ARRUDA**
jpa@extra.net.br

27 anos, que foi fundamental na recuperação de Doca: — Sem ela, acho que pularia de um prédio. A vida atual é bem diferente da que Doca levou, e narra em detalhes no livro. O relacionamento com Ângela foi um fundo de loucura, crime e sexo. Ambos traíram seus parceiros. Ambos cheiraram muita cocaína, transaram a três com algumas mulheres diferentes. E brigaram demais: — Foi uma lua-de-mel de loucuras.

Um homem enlouquecido
pelo crime descarrega seu revólver contra a mulher no paradisíaco cenário de Búzios. Uma história de amor que envolve loucuras, orgias e muita, muita cocaína. Versões desconstruídas para o crime, teorias conspiratórias e um assassinato que se torna lenda. Esse são só os principais ingredientes de “Mea culpa” (Editora Planeta, R\$ 39,90), um thriller que tem cara de ficção, mas é real do início ao fim. Trinta anos depois do crime, Doca Street resolveu contar os fatos dramáticos que o levaram a matar Ângela Diniz, em 30 de dezembro de 1976.

Doca quer, antes de tudo, derrubar mitos: — E mentira essa história de que matei por amor. Nunca disse isso. Matei durante uma briga. Foi só.

Aos 71 anos, vivendo como agente do mercado de capitais, Doca mora num apartamento em São Paulo com Mariana, sua mulher há

No livro, ele faz um depoimento emocionado onde declara justa sua condenação. E afirma que nunca vai conseguir se perdoar.

— Pense na mãe e nos filhos de Ângela, no sofrimento deles. Isso dói muito. É realmente uma narrativa difícil de apagar da memória. No início ela, eles brigaram. A pasta de Doca, segundo sua versão, foi jogada em seu rosto. De dentro dela caiu a pistola. Doca descarregou a arma em Ângela e se tornou o símbolo da violência contra as mulheres a ser combatido. Terminou ali a “doce vida” de um homem. Começou a lenda.

Mea Culpa

Doca Street afirma que publicou “Mea culpa” para acabar com vários mitos a seu respeito

ENTREVISTA

DOCA STREET
AUTOR DE ‘MEA CULPA’

‘Matar alguém é uma coisa insuportável’

— No livro, você narra com detalhes a grande quantidade de cocaína que você e Ângela consumiram durante a relação. A droga teve algum papel na tragédia que veio a seguir?
— Não. Detesto essa história de botar culpa na droga. A gente faz as coisas que tem vontade de fazer. Foi uma briga que terminou em tragédia. Mas não boto culpa nas drogas. Sou a favor da liberação, cada um que cuide da sua saúde. Eu sabia me cuidar, tanto que hoje estou bem, com 71 anos. Já alguns amigos meus que embalam seis dias direto não estão mais ali.

— Quando foi a última vez que você usou drogas? Sente falta?
— Nenhuma. A última vez que usei foi na prisão. Nunca fui dependente químico. Depois que sai da prisão, nunca mais nem pensei em drogas.

— Quantos anos você ficou preso ao todo? Acha que foi o suficiente?
— Fiquei seis anos preso no total, três trancado e os outros albergado, saindo de dia e voltando para dormir na cadeia. Paguei minha pena com a Justiça. Se alguém achar que foi pouco, que tente mudar a legislação.

— E com você mesmo? Considera a dívida paga?
— Não. O que faz vai me acompanhar para o resto da vida. Matar alguém é uma coisa horrível, insuportável.

Não consigo me perdoar.
— Você algum dia voltou a Búzios depois de ter saído da prisão?
— Não, e nunca mais vou voltar. Não tenho porque ir lá reviver a tristeza.

— Sempre que fala do crime, você deixa claro que as lembranças doem muito. Por que mesclar nelas agora, 30 anos depois, e ficar exposto outra vez?
— Escrei o livro na cadeia, para não enlouquecer. E resolvi publicar mais por pressão dos meus filhos. Eles nunca aceitaram aquele Doca que a mídia criou, aquela lenda, o Doca traficante, gigolô. Nunca fui nada disso. E nem preciso me defender. Paguei minha pena. Hoje sou primário.

DOCA E ÂNGELA em Búzios, pouco antes de o crime acontecer

Figura 11- Reportagem do jornal *Extra* de 06/09/2006.

Eliane de Grammont

Doca Street saiu livre, no primeiro julgamento em 1979. Ainda não havia sido julgado pela segunda vez quando “o Rei do Bolero”, entrou no bar *Belle Epoque*, na capital paulista e descarregou a arma em sua ex-mulher. Cinco tiros. Um acertou o peito. Não se pode afirmar que a pena branda de Street tenha influenciado o comportamento de Lindomar Castilho para matar Eliane de Grammont na madrugada de 30 de março de 1981. Mas, também, não há como fugir da relação de proximidade entre os fatos.

³⁴ Depoimento de Ivanira Souza, empregada de Ângela em Búzios, para o programa da Rede Globo, “Linha Direta Justiça”, em 2003.



Figura 12 - Lindomar Castilho e Eliane de Grammont. Reprodução.

Dois artistas da voz. Ele, um cantor já consagrado. Ela, com uma carreira promissora, mas que trocou pelo casamento, em março de 1979, apenas dois anos antes do crime. O alcoolismo de Lindomar e as atitudes violentas dentro de casa levariam ao fim do casamento que durou apenas um ano.

O cantor era agressivo, ciumento, tinha conduta violenta e costumava fazer uso de bebidas alcoólicas sem nenhuma moderação. Espancava a esposa e, em episódio anterior, tentara estrangulá-la. Eliane teve de abandonar sua profissão de cantora, que somente retomou depois da separação do casal. (ELUF, 2007, p. 76)

Separada, Eliane de Grammont voltou a cantar e tinha como parceiro ao violão, um primo de Lindomar, Carlos Randal, que foi ferido na noite do crime. O desquite havia sido formalizado há apenas 20 dias.



Figura 13 - Eliane de Grammont.

O *Belle Epoque* estava cheio. Castilho atirou na frente de todos. Foi pego pelo dono do bar e clientes. Apanhou dos fãs de Eliane. Saiu dali para o hospital e, em seguida, foi levado direto para a cadeia.

Nos depoimentos, o cantor insistiu na tese de que Eliane tinha um caso com Randal. Mas o que isso importaria, afinal, se eles já estavam separados? Em 1984, Lindomar Castilho foi a julgamento. As reportagens da época narram que houve grande confusão nos arredores do 1º Tribunal do Júri de São Paulo. De um lado, a manifestação dos movimentos feministas; do outro, o protesto dos homens contra as feministas.



Figura 14 – Capa do *Estadão* de 24/08/1984

Em 24 de agosto de 1984, *O Estado de S. Paulo* divulga na capa o tumulto das “torcidas” do cantor na porta do Fórum. Embora o texto seja do mesmo tamanho de outras chamadas de capa, o assunto mereceu uma grande foto (só existem duas fotos na capa desta edição). Torcidas? Haveria dentro da Tribuna alguma competição, de mulheres contra homens, ou homens *versus* mulheres? Para o jornal, o cantor homicida tinha torcidas...

Sentença final: 12 anos e 2 meses de prisão. Em 1986 Lindomar conseguiu o regime de progressão de pena e, em 1988, saiu em liberdade condicional.

Depois de cumprir pena, Castilho isolou-se no estado de Goiás, sua terra natal. Retomou aos poucos a carreira, atuando mais como compositor, do que como cantor. Estava praticamente esquecido até protagonizar grande polêmica no cenário da produção audiovisual brasileira em 2012. A diretora Ana Rieper entrevistou vários nomes consagrados no estilo brega, entre eles, Lindomar. Durante exhibições no cinema do documentário “*Vou rifar meu coração*” (cuja música que dá nome ao filme é de Castilho), houve diversas retaliações à presença de Lindomar.

Trinta e um anos após o crime, um Lindomar sorridente nas entrevistas. Sua condição para dar seu depoimento seria a de que o filme não tocasse no assunto do homicídio. A diretora aceitou. Se o filme não fala da morte de Eliane Grammont, parte da imprensa que cobriu a estreia do documentário também parece padecer de lembranças – ou, intencionalmente, contribuir para o apagamento de memórias.



Figura 15 – Reportagem do jornal *O Globo* edição de 03/08/2012.

No título da capa do caderno de cultura de *O Globo*, em sua versão digital, dia 03 de agosto de 2012, o verbo “*resgata*” sugere que seja bom retirar do limbo, do esquecimento, o antigo “Rei do Bolero”. E no subtítulo: “*Campeão na venda de discos teve a carreira abalada por crime*”. “*Campeão*” é extremamente positivo, título de um homem vencedor. O primeiro lugar no seu segmento profissional. “*Teve a carreira abalada*”... A voz passiva esconde o sujeito que cometeu o crime. Crime este, cujo protagonista é o próprio “*campeão*”. Só que a construção do enunciado o distancia da autoria do fato. Subentende-se que a carreira de Lindomar tem mais importância do que a vida que se perdeu naquele crime.

Os jornalistas não optaram por um enunciado que dissesse algo como: ‘campeão na venda de discos assassinou a cantora Eliane de Grammont, sua ex-mulher’. Já no texto, o homicídio aparece dessa forma³⁵: “*Mas em 30 de março de 1981, uma carreira de 38 discos foi atropelada pela tragédia: o cantor e compositor goiano assassinou a tiros sua mulher, a cantora Eliane de Grammont. O motivo: ciúmes, tema de sua entrevista para o filme, dirigido por Ana Rieper*”.

A partir daí a reportagem cita outros cantores presentes no filme e só retoma o assunto do crime em: “*Aos 72 anos, o cantor passou três anos preso pela morte de Eliane e chegou a gravar um hit sobre sua experiência no cárcere: Muralhas da Solidão. [...] Embora reconheça seu erro, Lindomar está reticente em falar com a imprensa*”.

A matéria termina com uma frase de Lindomar: “*Nós, românticos populares, somos MPB*”

Observe que nos dois momentos em que o homicídio aparece no texto, o assassinato de uma mulher - a ex-mulher do cantor -, é visto como um componente da personalidade de Lindomar Castilho, que o credencia a gravar entrevistas sobre ciúmes e, ainda, o fato lhe rendeu a composição de uma música que virou “*hit*”. Para o autor do crime, foi apenas um “*erro*”.

Não vou me estender nas interpretações desses discursos, porque os casos Ângela Diniz, Eliane de Grammont e todos os demais citados aqui, certamente rendem muitas teses só para eles. Só quero mesmo pontuar a identificação de uma trajetória recorrente da mídia na construção de memórias discursivas sobre a mulher. Há que se apontar, também, como os discursos jurídicos, reproduzidos pela imprensa auxiliam nesse trabalho – usualmente no que tange à desqualificação moral da mulher.

³⁵ Disponível em < <http://oglobo.globo.com/cultura/documentario-sobre-mpbrega-resgata-lindomar-castilho-5670058>> Acessado em 15/01/2016.

Maria do Carmo Alves

Um nome praticamente desconhecido ou, então, muito comum: Maria do Carmo Alves. Uma dona de casa. Uma mulher. Não há registros da menor chama de celebridade. Mas eis que seu nome, sem visibilidade, figura nos autos de um processo com algumas centenas de páginas ao longo de 13 anos. Recursos, anulações de julgamento, morosidade para dar o parecer aos recursos impetrados pela competente defesa de um réu confesso, este sim, com algum nome na sociedade paulistana: Farah Jorge Farah. Cirurgião plástico com quem, nos anos 80, a vítima teve um envolvimento amoroso, de acordo com informações fornecidas pelo réu e que, mais de 20 anos depois, “o estaria perseguindo”.



Figura 16 - Maria do Carmo Alves.

Maria do Carmo esteve no consultório de Farah, na capital paulista, na noite de 24 de janeiro de 2003. Lá, o cirurgião usou as habilidades com o bisturi, para esquartejá-la em nove pedaços, com o requinte de retirar a pele do rosto, do tórax e as digitais dos pés e mãos de Maria. Nove partes de um corpo feminino foram colocadas numa banheira com formol e água sanitária, por cerca de 10 horas. Um procedimento que iria extrair o sangue, eliminando 30 quilos do peso do corpo. O criminoso teve tempo e precisão cirúrgica, aliada à frieza com a qual recebeu, na manhã seguinte, o

marido de Maria do Carmo Alves, procurando notícias da esposa que, na noite anterior, o teria avisado da consulta ao médico.

Em depoimentos à justiça, porém, o cirurgião alegou que a visita da dona de casa não foi uma consulta. Disse que Maria do Carmo “*entrou em seu consultório armada com uma faca para matá-lo*”, ao que ele reagiu, portanto, em legítima defesa.

Há um fosso aberto, escuro, nebuloso, nos crimes sem testemunhas. Naturalmente, como convém aos advogados de defesa, pelo histórico de casos que se tem notícia, foram fartos os argumentos de semi-imputabilidade ao réu, alegando distúrbios que o faziam compreender ter praticado uma ação criminosa, mas sem condições de se controlar.

A prisão preventiva do acusado durou quatro anos e quatro meses. Farah Jorge Farah conseguiu deixar a cela, por meio de um *habeas corpus*, em 2007. Só foi ao primeiro julgamento no ano seguinte, em 2008, acusado por homicídio duplamente qualificado (motivo torpe e sem possibilitar a defesa da vítima) e ocultação de cadáver. Condenado à pena mínima, nos dois casos: 12 anos pelo homicídio e um ano pela ocultação do corpo. À defesa caberia recorrer. Assim, o juiz entendeu que o réu poderia aguardar em liberdade.

Deixo aqui, para reflexão, apenas uma capa de revista semanal de grande circulação em todo o país.



Figura 17 – Revista *Época* de 12/09/2009.

Sim, ele é nomeadamente um assassino. Mas está de “*vida nova*”! Voltou à universidade para cursar Direito e Filosofia. Num país de população carcerária imensa, qual é o sentido desta “escolha” editorial? Não é exclusividade de *Época*. Programas especiais da TV travam disputas de Ibope pela entrevista “exclusiva” com o criminoso mais “em alta” do momento.

Como eleger qual família tem mais ou menos importância no sofrimento de ver o assassino ou a assassina de sua mãe, pai, filho, filha, esposa, marido, irmã ou irmão nas graças da mídia? Porque é isso. Se para tudo existem os dois lados de uma história, há que se pensar em qual lado se atinge para satisfazer curiosidades do público sobre o “mundo fantástico” dos criminosos. A literatura e o cinema trabalham muito nisso. Mas o que leva o jornalismo a esse caminho?

O foco em um criminoso também provoca questões de ordem ética, Os jornais devem valorizar um indivíduo, tornando-o uma verdadeira celebridade do crime? Parece indiscutível que esse destaque favorece ao menos em parte os bandidos, reforçando a sua liderança, mesmo que a reportagem acuse o criminoso dos piores atos. (RAMOS; PAIVA, 2007, p.62)

Somente em 2014 o Tribunal de Justiça de São Paulo anulou o julgamento de 2008 e Farah voltou ao banco dos réus. Da segunda vez não mais respondeu pelo crime de ocultação de cadáver, que prescreveu com a anulação do primeiro Júri.

A acusação conseguiu caracterizar premeditação do homicídio, pois teria sido ele a atrair a vítima ao consultório prometendo-lhe uma cirurgia de lipoaspiração. Então, aquela ideia de que ele “*não sabe o que aconteceu*”, impressa na capa da revista mostrada acima, era mais uma falácia.

Onze anos depois do assassinato, com os devidos agravantes de pena (motivo torpe, sem chances de defesa), Farah Jorge Farah foi condenado a 16 anos de prisão. Porém, o ex-cirurgião (ele teve cassados os direitos de atuar com médico) ainda recorre da sentença em liberdade. Não se sabe quantos anos mais a família de Maria do Carmo Alves terá de esperar pelo cumprimento da justiça.

Elize Matsunaga

Possivelmente a maioria das pessoas ao ler ou ouvir este nome vai saber de quem se trata. Elize Araújo Matsunaga. Um dos dois nomes femininos dos casos citados nesta tese que não se referem a uma mulher assassinada. Foi Elize quem matou. Sim, e ela também cortou em pedaços o marido, colocou as partes de seu corpo em três malas e jogou fora, às margens da estrada na região de Cotia, interior de São Paulo. Mas não, Elize não está em liberdade como Farah Jorge Farah. Os pedidos de *habeas corpus*, feitos por sua defesa, foram indeferidos. Ainda hoje, quatro anos após o crime, ocorrido em 19 de maio de 2012, sequer foi definida a data de seu julgamento.

Elize abriu a gaveta, pegou a arma, atirou na cabeça. Arrastou o corpo para o quarto de hóspedes, na luxuosa cobertura do casal e esquartejou o empresário do setor de alimentos, Marcos Kitano Matsunaga. Para fazê-lo, valeu-se de técnicas de enfermagem aprendidas em curso profissionalizante. Em depoimento, a ré afirmou ter contratado um detetive para seguir o marido, pois suspeitava estar sendo traída. Imagens gravadas pelo detetive confirmam a traição.

Elize e Marcos haviam se casado há menos de três anos em 17 de outubro de 2009. Viveram uma história parecida com a que imortalizou a atriz Julia Roberts, em 1990, como “*Uma linda mulher*”. Nas telas do filme holywoodiano, o ator Richard Gere interpreta um empresário muito rico, que contrata os serviços da garota de programa vivida por Julia. Com a convivência dos dois, o empresário se apaixona e casa-se com a prostituta. Marcos conheceu Elize quando ainda era casado e buscou aventuras extraconjugais num site de prostituição de luxo.

Nos últimos seis meses do casamento, Elize começou a desconfiar que estava sendo a esposa traída da vez. Na noite do crime, revelou para o marido que havia descoberto a traição. Discutiram muito. O marido teria dado tapas no rosto de Elize e ameaçado tirar-lhe a filha, dizendo, ainda, que a mandaria de volta “*ao lixo de onde viera*”.³⁶ Essas teriam sido as últimas palavras de um os donos da empresa Yoki alimentos: “*Você não vai ter coragem de atirar. Vou mandar te internar. Não vou*

³⁶ Informações do *site* Observatório de Mídia e Violência que relata o caso. Disponível em: http://www.midiaeviolencia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22%3Acaso-yoki&catid=24&Itemid=144 Acessado em 18 de janeiro de 2016.

deixar minha filha ser criada por você. Nenhum juiz vai dar a guarda a uma prostituta”.

Relendo as reportagens sobre o caso, eu me faço uma pergunta: será que por ter atuado como garota de programa, ter sido acompanhante de luxo para atender aos desejos de tantos homens, como o empresário Marcos Matsunaga, esse seria o motivo das diferenças de tratamento midiático e judicial que ela recebeu? Por essa mesma razão, os agentes que a prenderam sentiram-se “donos” da situação, forçando-a a mostrar o rosto que ela tentava preservar dos cinegrafistas e fotógrafos, ávidos pela imagem de capa?

É o que interpreto, a partir da observação da imagem abaixo, republicada pelo jornal *Extra*, em que se vê o braço de um homem levantando o capuz do casaco de Elize. O ato é muito frequente em delegacias durante apresentações de presos à imprensa. Elize está algemada. Outra pessoa (que veste uma camisa lilás) segura seu braço esquerdo, gesto que também a impediria de levantar as mãos para cobrir o rosto.



Figura 18 - Reportagem do jornal *Extra* de 11/06/2012.

No dia seguinte, o mesmo jornal publica outra foto, onde se pode ver uma Elize cabisbaixa, mas sem pretender esconder o rosto. Não estou aqui analisando essas reportagens, na totalidade de seus discursos, porque o estudo aprofundado desta tese se dará, conforme já dito, no “Caso Eliza Samudio”. Mas a legenda chama a atenção pela

expressão “*assassina confessa*”. O estranhamento não está em se nomear por assassino, quem comete um assassinato, como se viu também na entrevista com Jorge Farah, mas sim, na resistência dos jornais se referirem nestes mesmos termos, a outros réus apontados aqui nesta pesquisa.



Elize continua presa, mas defesa da assassina confessa tenta conseguir habeas corpus para ela responder em liberdade

Figura 19 – Jornal *Extra* de 12/06/2012.

“*Não vou deixar minha filha ser criada por você*”. É de conhecimento ancestral que as fêmeas defendem sua cria. Assim como se instituiu, de modo geral, pela farta jurisprudência em crimes passionais, que os acusados costumam agir no calor dos acontecimentos, tomados de forte emoção, diante de injusta provocação. Bem como já se conhece o conceito de vitimologia, usado em alguns tribunais quando convém. Mas no caso desta mulher, nascida no interior do Paraná, filha de mãe solteira e que conheceu o empresário paulista quando trabalhava como garota de programa, a promotoria não entendeu o caso como crime passionai. Em entrevista, o promotor José Carlos Consezo afirma: “*Não é um crime passionai, em hipótese alguma. Claramente [foi um crime] de vingança, com motivação torpe. A pena que eu vou buscar para ela é uma que realmente seja digna do status do crime que ela cometeu, no mínimo, uns 25 anos*”.³⁷

³⁷ Disponível em:

http://www.folhadocomercio.com/index.php?option=com_content&view=article&id=3703:elize-matsunaga-cometeu-crime-movida-por-vinganca-diz-promotor&catid=117:noticias&Itemid=497

Acessado em 18 de janeiro de 2016.

A justiça também não entendeu como crime passionai, o caso crime de Farah Jorge Farah, que esquartejou Maria do Carmo. Sua pena máxima, contudo, foi estipulada em 16 anos, cuja sentença ainda não transitou em julgado, mesmo 11 anos após o crime.

Dorinha Duval

A outra mulher que matou o marido é uma atriz famosa. Dorah Teixeira, conhecida como Dorinha Duval, interpretou uma das irmãs Cajazeiras na clássica telenovela “*O Bem Amado*” e também deu vida à Cuca, do “*Sítio do Pica-pau Amarelo*” pela Rede Globo. Foi casada com o diretor Daniel Filho, com quem tem uma filha, a atriz Carla Daniel. O assassinato foi do segundo companheiro, o cineasta Paulo Sérgio Garcia Alcântara.

Era madrugada de 05 de outubro de 1980. De acordo com o depoimento da ré, o casal havia voltado para casa depois de um jantar e Dorinha procurou o marido com carinhos. Foi rejeitada por ele. Dezesesseis anos mais moço, Paulo alegou que a mulher era velha e ele agora só queria “*meninas novas, de corpo rijo*”. Em resposta, ela teria se proposto a fazer plástica e ele teria dito: “*você não dá mais nem com operação*” (ELUF, 2017, p.72).

A discussão se prolongou, Paulo teria sugerido que, caso ela se matasse, resolveria o problema. Disse, ainda, onde havia guardado o seu revólver. Dorinha buscou a arma e deu três tiros no marido. Ela mesma o levou ao hospital, mas ele não resistiu.

A estratégia dos defensores foi a de legítima defesa, alegando que na discussão Paulo Alcântara teria agredido a mulher. A perícia confirmou hematomas no exame de corpo de delito. Vinte dias antes, o casal tivera outra discussão. Paulo Alcântara atirou duas vezes sem acertá-la. Eles se reconciliaram. “Dorinha, porém, chegou a dizer que Paulo era um verdadeiro gigolô, pois não trabalhava, vivia do dinheiro dela, passava cheques sem fundo e perdia altas somas no jogo de pôquer” (ELUF, 2007, p. 72).

O primeiro julgamento foi em 1983 e a pena de Dorinha Duval, foi fixada em um ano e meio com *sursis*, ou seja, o direito de cumprir em liberdade. A promotoria

recorreu e o julgamento foi anulado por suspeição de jurados. Nove anos depois do crime, um segundo julgamento e o resultado da pena: seis anos em regime semi-aberto. A atriz cumpriu a condenação no Instituto Penal Romeiro Neto em Niterói, RJ.

Algumas coincidências nos autos entre Dorinha Duval e Elize Matsunaga merecem ser analisadas. Ambas mataram seus maridos a tiros, após uma discussão em que sentiram-se profundamente desprezadas. Claro que há uma diferença de atitudes que qualificam o grau de crueldade para o ato. Dorinha foi quem levou Paulo ao hospital para prestar socorro e Elize esquartejado Marcos com o intuito de sumir com o corpo. Porém, as duas têm uma passagem pelo mundo da prostituição. Sobre Dorinha, em Eluf (2007) lê-se:

o advogado de defesa havia feito uma retrospectiva da vida de Dorinha e contado uma história triste: ela fora violentada aos 15 anos, havia-se prostituído aos 18 anos por ter enfrentado extremas dificuldades financeiras, e sofrera um aborto provocado por uma colega. (ELUF, 2007, p.73)

Sobre Elize, a prostituição não era vista como uma fase da vida, por questões financeiras, mas sim, “*o lixo de onde viera*”.



Figura 20 – Dorinha Duval. Revista *Amiga* de 19/01/1993.

Dorah Teixeira ficou relativamente apagada das narrativas jornalísticas. Negou diversos pedidos de entrevistas dizendo que não se sentia preparada para falar sobre o crime. No entanto, Dorinha Duval é uma mulher que tem voz. Permaneceu contratada da Rede Globo mesmo após o crime. Em janeiro de 1993, ainda durante o cumprimento da pena, atendeu à Revista *Amiga*, com a condição de não ter de responder sobre o caso. Tal qual Lindomar Castilho, ao gravar o documentário. O foco da entrevista deveria ser, portanto, o momento presente da artista como escultora de peças em bronze.

Nota-se que o valor-notícia que parece sobrepor-se nesses casos, é o fato do entrevistado ser celebridade, como Dorinha e Lindomar; ou “*uma lenda*”, como Doca Street; ou ainda, ter uma profissão de certa posição social, como o ex-cirurgião Farah.



Figura 21 – Reportagem revista *Amiga* de 19/01/1993.

Foram 17 páginas de entrevista e muitas fotos. Dorinha é humanizada, seu ato foi impensado, como diz a reportagem em suas primeiras linhas. “*Doze anos após a tragédia que abalou a sua vida e pela qual ainda paga até hoje, psicológica e judicialmente, ela implora por paz, evitando falar sobre o ato impensado que resultou na morte de seu companheiro*”.

Dorinha pode ser tratada em condição humana, em sua fragilidade, em sua trajetória de vida antes e depois do crime? Claro que sim. Jorge Farah também o foi.

Mas como poderiam ser Eliza Samudio, Ângela Diniz, Eliane de Grammont, vítimas sem voz, descritas na maior parte das vezes apenas pela fala de seus algozes; ou mesmo Elize Matsunaga, também subjugada pelo marido, também ré confessa, mãe de um bebê de um ano e que não teve os mesmos direitos de responder ao processo em liberdade, como Farah e Antônio Marcos Pimenta Neves, réu confesso no caso a seguir.

Sandra Gomide

Onze anos foi o tempo entre os disparos que mataram a jornalista Sandra Gomide e os primeiros passos do condenado em direção ao presídio, dados pelo também jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves. Farah, Elize e Antônio cometeram o crime em São Paulo, têm em comum, como qualificadoras do homicídio, o motivo torpe e a ausência de direito de defesa das vítimas; mas só em dois deles os tribunais superiores concederam *habeas corpus* aos réus: Jorge Farah e Pimenta Neves.

O assassinato de Sandra Florentino Gomide, no dia 20 de agosto de 2000, atordoou a cobertura da imprensa. Jornalistas acostumados, na maioria das vezes, ao discurso condenatório sobre “os outros”, se viram, de repente, obrigados a narrar um crime cometido entre “os seus”. Arrisco a dizer que o atordoamento se deve menos ao fato de a vítima ser jornalista e mais por seu assassino ocupar a direção de um grande jornal da capital São Paulo.

Alguns efeitos de sentido que esta pesquisadora procura apontar ao analisar as materialidades discursivas sobre a mulher, selecionadas no *corpus* do **Capítulo 5**, vão aparecer neste caso. Uma busca simples, em provedores de arquivos digitais na rede mundial de computadores, traz as principais reportagens da época. Não é necessário ler aquelas publicadas no *Estadão*, veículo atingido em cheio pela manchete de um diretor homicida. A cobertura do caso por sua equipe foi muito criticada. Então, em busca de uma isenção maior, recorre-se a outro grande veículo da capital paulista, a *Folha de São Paulo*. Mesmo ali, na edição de 25 de agosto de 2000, alguns enunciados saltam aos olhos. Como, por exemplo, “*Pimenta Neves afirmou que estava sendo traído pela ex-namorada. Relatou ter ficado preocupado com uma infecção que teria contraído por meio de relação sexual. Durante o depoimento, disse ser o responsável pela ascensão*”

*profissional da ex-namorada, com quem trabalhou e a quem promoveu em dois jornais, a “Gazeta Mercantil” e “O Estado de S. Paulo”.*³⁸

Claro, é um depoimento, o réu pode dizer o que bem lhe convier. A imprensa, no entanto, pode buscar, pela suposta neutralidade que roga para si, fornecer outros dados aos seus leitores, ouvintes, telespectadores. Pode conferir se a informação obtida aproxima-se da verdade, ou não. Pode debater, questionar. Pode. Não quer dizer que o faça.

Réu confesso, Pimenta Neves, aos 63 anos, então diretor de *O Estado de São Paulo*, foi namorado de Sandra Gomide, trinta anos mais jovem, por quatro anos. Quinze dias antes do crime, ela registrou queixa contra ele; disse, à polícia, ter sido ameaçada de morte. Eliza Samudio também deu queixa contra Bruno. Disse, à polícia, ter sido ameaçada de morte. A queixa de Sandra registra a invasão de seu apartamento e agressões físicas que sofreu. A queixa de Eliza, grávida de cinco meses, registra agressões e o fato de ter sido forçada a ingerir substâncias abortivas.

A partir do rompimento do namoro, por iniciativa de Sandra Gomide em junho daquele ano, ela começaria a viver “um inferno”, conforme reportagem do jornal *Extra*, do Rio de Janeiro (próxima figura). A jornalista foi demitida do caderno de Economia do *Estadão*, pelo ex-namorado, então, na posição de chefe. “*Pimenta negou que o afastamento tivesse sido por causa da separação, mas sim por incompetência*”, termina a reportagem do jornal carioca sem poder ouvir a versão de Sandra.

³⁸ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2508200014.htm>> Acessado em 14 de janeiro de 2016.



Figura 22– Reportagem do jornal *Extra* de 22/08/2000.



Figura 23 - Sandra Gomide.

Vicente Vilardaga, autor de “*À queima-roupa, o Caso Pimenta Neves*”, livro publicado em 2013, diz que o jornalista de *O Estado de S. Paulo* começou a fazer uma campanha difamatória contra Sandra, na tentativa de dificultar-lhe ao máximo o reingresso na carreira. Não satisfeito, decidiu tirar-lhe a vida.

Foi numa manhã de domingo, num haras na cidade de Ibiúna, interior paulista, onde os dois cultivavam outra paixão em comum (a primeira era o jornalismo), a criação de cavalos, que Sandra Gomide recebeu uma bala nas costas e outra a apenas 35 cm da cabeça, à queima-roupa. Depois de sete meses de detenção, a justiça concedeu *habeas corpus* para que Antônio Pimenta Neves pudesse recorrer em liberdade.

O julgamento só ocorreu em 2006, quando Pimenta recebeu a condenação de 19 anos, 2 meses e 12 dias. Após ouvir a sentença, ele deixou o Fórum de Ibiúna pela porta da frente, livre, graças ao *habeas corpus* concedido por instância superior, cuja validade só terminaria quando estivessem esgotados todos os recursos. Dois anos depois, o Superior Tribunal de Justiça negou o pedido de anulação do julgamento, mas reduziu a pena de Pimenta Neves para 14 anos, 10 meses e 3 dias, aplicando a atenuante da confissão.



Figura 24 – *frame* de vídeo Pimenta Neves ao ser preso em 2011. Globo News.

O ex-diretor d'*O Estado de S.Paulo* permaneceu livre das grades até maio de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal julgou o último recurso e determinou o cumprimento imediato da condenação. E como garantido por lei, ele teve direito ao regime de progressão de pena, após cumprir 1/6 da condenação, passando para o regime semi-aberto em 2013.

3.2. O “CASO DANA DE TEFFÉ”

Este caso merece um espaço diferenciado dos seis anteriores. Primeiro, porque as circunstâncias do desaparecimento de Dana de Teffé entraram para a história como um dos maiores mistérios sem solução na crônica policial brasileira. E, segundo, porque no percurso acadêmico desenvolvido ao longo do doutorado em Memória Social, a divulgação do “Caso Dana de Teffé” foi estudada em comparação ao “Caso Eliza Samudio”, gerando a produção de artigos e participações em congressos nacionais e internacionais. As regularidades enunciativas sobre a mulher observadas nas reportagens sobre Dana, que reaparecem 50 anos depois, na cobertura do desaparecimento e morte de Eliza, são fortes indicativos de que certos discursos (e sua consequente apropriação pelo público) produzem efeitos de sentido amalgamando, reiteradas vezes ao longo da história, um imaginário social sobre o feminino, notadamente em sua desqualificação moral, de personalidade e de caráter.

Ressalte-se, contudo, que as informações sobre Edita Dana Fitscherova, fora os dados impressos em seus documentos, foram ditas por terceiros. Entre eles, principalmente, o homem levado três vezes a julgamento por seu assassinato e os jornalistas.

A última vez que Edita Dana Fitscherova foi vista com vida, foi na noite de 29 de junho de 1961. Ela tinha 48 anos. Sua amiga Maria Elisa Tuccimei despediu-se de Dana, que partiu em viagem para São Paulo, no carro de seu advogado Leopoldo Heitor de Andrade Mendes. A partir daí, um mistério com versões mirabolantes, depoimentos fantasiosos, prisões e fugas, sumiço dos suspeitos, desqualificações de todo tipo e um emaranhado de tramas jurídicas cercam a história do desaparecimento de Dana de Teffé sobre a face da terra.

Dana Fitscherova passou a se chamar Dana de Teffé a partir do casamento com o diplomata Manoel de Teffé, filho do embaixador Oscar de Teffé e neto do Almirante Antônio Luiz von Hoonholtz, o “Barão de Teffé”. Manoel era amante do automobilismo e também segundo secretário da Embaixada Brasileira na Cidade do México, nos anos 1950, onde conheceu a cidadã tcheca, Edita Dana Fitscherova.

De acordo com notícias de jornais, Dana havia deixado sua terra natal em tempos de Guerra. Casou-se na Espanha, separou-se e foi para o México, onde teve um segundo matrimônio. Estava separada novamente ao conhecer Manoel, o terceiro marido.

Teffé, posteriormente, foi promovido a Embaixador do Brasil no Uruguai. A esposa do diplomata ilustrava as colunas sociais como “*campeã de simpatia entre os brasileiros que estão em Punta Del Este.*” “*Bonita e elegante, a senhora Teffé (...) uma espécie de primeira dama da nossa delegação.*”



Figura 25 - Jornal Última Hora de 24/01/1955.

O casal tinha vários imóveis no Rio de Janeiro. Os negócios de Teffé eram administrados por um escritório de advocacia, comandado por Oscar Stevenson,

renomado professor de Direito da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde também trabalhava Leopoldo Heitor, ex-aluno de Stevenson.

Dana e Manoel se separaram em 1960. No mesmo ano, Teffé foi designado para atuar no sul da França. No Brasil, o advogado Stevenson ainda administrava seus bens, mas com a separação, designou Leopoldo Heitor para cuidar dos interesses de Dana, que manteve o sobrenome do ex-marido.



Figura 26 - Edita Dana Fitscherova – Dana de Teffé.

A viagem para São Paulo, em junho de 1961, foi sugerida pelo advogado, para Dana visitar uma multinacional interessada em sua figura como representante na América Latina. Não se sabe se Dana necessitava de uma proposta de emprego ou se atenderia a um convite para emprestar sua imagem aos produtos da empresa. A verdade é que a suposta visita jamais foi agendada. Era uma emboscada.

O que efetivamente aconteceu no caminho, a ordem dos fatos, os métodos empregados no assassinato de Dana de Teffé, nunca foram realmente descobertos pela polícia. Todos os dados apontados no inquérito que apurou o seu desaparecimento foram conclusões tiradas a partir de dezenas de depoimentos e, no mínimo, três versões fantasiosas do principal acusado: Leopoldo Heitor.

Um réu diferente. Exímio conhecedor dos procedimentos jurídicos, Leopoldo Heitor ficara famoso alguns anos antes, quando atuou no chamado “Crime do Sacopã”. Sua atuação foi considerada polêmica no julgamento do assassinato do bancário Afrânio Lemos, que ocorreu na Ladeira do Sacopã, no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro, em abril de 1952. O crime, motivado pela disputa do amor de uma mulher, mobilizou a opinião pública. Leopoldo Heitor havia anunciado aos quatro ventos que apresentaria o culpado, quando, na verdade, levou à Tribuna uma falsa testemunha cujo depoimento incriminou um homem inocente. Por esse fato, Leopoldo ficou conhecido na sociedade carioca como o “Advogado do Diabo”.

O homem condenado injustamente foi o Tenente Alberto Jorge Franco Bandeira e a testemunha levada por Leopoldo, era Walton Avancini – nome citado também como um dos homens que prestam serviços ao advogado durante as investigações do “Caso Dana de Teffé”.

O Ministério Público aceitou a denúncia de latrocínio (roubo seguido de morte) e ocultação de cadáver formulada pelo delegado de Caxias, na Baixada Fluminense, Amil Ney Reichaid. O “Advogado do Diabo” foi preso em abril de 1962. Em outubro conseguiu fugir. Quando foi julgado em fevereiro de 1963 ainda estava foragido e, à revelia, condenado a 35 anos de prisão.

A defesa, no entanto, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça pedindo a desqualificação da tipificação de latrocínio, para qualificar o crime como homicídio. A intenção era que Leopoldo fosse levado a júri popular. O recurso foi acatado e assim se procedeu.

Começava aí uma grande novela publicada em capítulos pela imprensa da época. Leopoldo Heitor foi recapturado e ficou oito anos preso, entre abril 1962 e janeiro de 1971, data do terceiro e último julgamento diante de um Júri popular.

O inquérito de 05 volumes e 917 páginas procurou demonstrar com provas documentais e testemunhais que Leopoldo Heitor de Andrade Mendes havia matado a ex-senhora Teffé, para aproveitar-se de sua fortuna e bens, inclusive seu apartamento. Para isso ele teria tido a conivência de um escrevente de cartório na falsificação de uma procuração em que Dana de Teffé concedia a Leopoldo direitos irrestritos de dispor-se de seus bens e imóveis. Há provas nos autos da mudança de Leopoldo com a mulher e

os filhos para o apartamento de Dana, no bairro de Botafogo; documentos sobre a transação da venda do imóvel; registros do envio de todos os móveis para um apartamento da mulher de Leopoldo, Vera Regina Mendes, em Brasília; comprovantes de armazenamento do restante da mobília e objetos pessoais de Dana de Teffé num guarda-móveis; a compra de dois carros; registros fotográficos de Vera, mulher de Leopoldo, usando jóias reconhecidas como pertencentes a Dana de Teffé; e uma sucessão de informações falsas sobre onde estaria enterrado o corpo da vítima.

Nas versões apresentadas por Leopoldo para o desaparecimento de Dana de Teffé, constam:

- 1) Naquela noite de 29 de junho de 1961, os dois teriam chegado a São Paulo. No dia seguinte, durante o café da manhã, Dana teria sido reconhecida por um estrangeiro, que aproximou-se dela dizendo ter informações de que sua mãe não havia sido morta pelos nazistas (Dana era judia e fugiu da Tchecoslováquia, hoje República Tcheca, durante a II Guerra Mundial). Assim, Dana teria abandonado tudo no Brasil, para de lá mesmo embarcar para a terra natal em busca da mãe. Por isso, assinou uma procuração para Leopoldo vender os imóveis e lhe remeter os valores no exterior.
- 2) Naquela noite de 29 de junho de 1961, o carro de Leopoldo enguiçou na estrada e enquanto o advogado concertava o veículo, foi surpreendido por assaltantes. Houve troca de tiros. Os assaltantes fugiram. Leopoldo ficou ferido na perna e uma das balas atingiu Dana de Teffé. Mesmo ferido, Leopoldo teria retomado o caminho para o Rio de Janeiro, para levar Dana a um hospital, mas ela não resistiu aos ferimentos e morreu ainda na viagem. O advogado, então, optou por não comunicar o fato à polícia e decidiu chamar um funcionário de sua fazenda em Rio Claro, interior do Rio, para enterrar o corpo.
- 3) Na terceira versão para a noite de 29 de junho de 1961, Leopoldo Heitor afirma à justiça que, durante a viagem, na Rodovia Presidente Dutra, seu carro foi cercado por dois automóveis de onde desceram vários agentes comunistas e simplesmente sequestraram Dana de Teffé, porque ela seria uma espiã. Foi então que Dana desapareceu sem deixar pistas.

Ninguém, à exceção dos jurados de Rio Claro, parecia acreditar em uma palavra sequer, de Leopoldo Heitor. Mas os advogados de acusação não conseguiram a condenação. E eles tentaram. Três vezes!

Os três julgamentos foram em Rio Claro, RJ, onde a promotoria entendeu ter acontecido o crime. Para a acusação, Edita Dana Fitscherova de Teffé foi assassinada na propriedade rural do acusado (ELUF, 2007). Em abril de 1966 ocorre o primeiro júri. Leopoldo, dono de uma fazenda na região, era conhecido dos moradores da cidade com menos de 20 mil habitantes. Foi absolvido das acusações por 6 votos a 1.

A promotoria entra com recurso pedindo a anulação do julgamento porque o júri havia contrariado as provas dos autos. Consegue. Em abril de 1969, um segundo julgamento e novamente a absolvição, num resultado de 7 x 0. Dessa vez, foi ainda mais rápido o pedido de anulação do júri, porque uma câmera de TV havia registrado o momento de votação dos jurados na sala secreta, o que é proibido. Leopoldo Heitor iria pela terceira vez a um júri popular pelas mesmas acusações, em janeiro de 1971. Ele fez sua própria defesa, ao lado do criminalista Rovane Tavares. Por fim, depois de 16 horas de debates na Tribuna, o “Advogado do Diabo” foi absolvido por 4 x 3.

Em dezembro de 1973 o Supremo Tribunal Federal indeferiu todos os últimos recursos que ainda tramitavam na justiça e o caso foi definitivamente encerrado. O crime prescreveu em 1981.

Leopoldo Heitor e Vera Regina se separaram. Ele continuou advogando no Rio de Janeiro, casou-se outras duas vezes e teve dez filhos. Morava no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio. Morreu em fevereiro de 2001, aos 78 anos. Leopoldo Heitor levou para o túmulo a verdade dos fatos.

A memória de Edita Dana Fitscherova, a Dana de Teffé, está nos discursos.

3.2.1 A Imprensa e o Diário Secreto de Dana de Teffé

O “Caso Dana de Teffé”, como se sabe, foi notícia durante 10 anos, desde as investigações na fase de inquérito, até as idas e vindas processuais que levaram o réu a quatro julgamentos, três deles com júri popular. A cobertura foi extensa e os recortes de jornais aqui selecionados foram colhidos aleatoriamente, entre 1962 e 1971, apenas para ilustrar como se referiam a Dana de Teffé ao longo dos anos. Não há intuito comparativo entre os veículos, posto ser este objetivo específico do “Caso Eliza Samudio”. Cumpre registrar que o acervo dos jornais da década de 60 encontra-se disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, mas há irregularidades no arquivo a partir da configuração de um Golpe Militar no cenário político do país, em 1964. Assim, muitas edições suspenderam a circulação diária e vários jornais deixaram de existir. Os extratos aqui analisados foram extraídos dos jornais “Última Hora”, “A Noite”, “O Globo” e “O Diário de Notícias”, todos do Rio de Janeiro. A título de registro, para mostrar que o caso ficou marcado como um daqueles que mais movimentaram a agenda da mídia, a ponto de ser lembrado décadas depois, trago a matéria de 2001 publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, 40 anos após o desaparecimento e morte de Dana de Teffé e passados 30 anos do último julgamento do “Advogado do Diabo”.

Embora toda a cobertura desse caso mereça várias pesquisas, focadas em suas diversas possibilidades de análise, o que aqui interessa pontuar são as materialidades discursivas sobre Dana de Teffé, a partir da prisão do acusado Leopoldo Heitor de Andrade Mendes e durante os julgamentos aos quais foi submetido; além da matéria especial de janeiro de 2001.

Como se viu, em 1955 Dana de Teffé circulava pelas colunas sociais como esposa do diplomata Manoel de Teffé. Em 1962, passaria para as páginas policiais. O jornal “Última Hora” publicou do dia 02 de abril, a notícia da prisão de Leopoldo Heitor, tratada por “sequestro”, na imprensa. “*Delegado de Caxias comandou sequestro de Leopoldo Heitor*”. Na nota, o jornal assim apresenta Dana de Teffé: “*Eis, segundo dados colhidos durante a madrugada de hoje, pela reportagem de UH quem é (ou quem foi) Dana de Teffé, a milionária cujo desaparecimento deu causa ao estranho rapto de Leopoldo Heitor*”.

Nestas primeiras linhas destacam-se alguns pontos: primeiro, o suspeito é o destaque da notícia e não a vítima; segundo, o jornal apurou durante a madrugada quem é Dana de Teffé? Como? Se ela já existia, sendo figura conhecida na sociedade carioca desde os anos 50, por ocasião de seu casamento com o desportista e diplomata Manoel de Teffé, neto do Barão; em terceiro, o jornal suscita a dúvida sobre a ação policial na prisão do suspeito, considerando a ação um sequestro, um estranho rapto.



Figura 27- jornal Última Hora de 02/04/1962

A apuração jornalística diz que Dana é espanhola, o que depois viria a ser corrigido, pois é uma cidadã Tcheca; relata como casou-se com Manoel de Teffé e diz: *“ao findar o ano de 1951 o diplomata separou-se de Dana, causando, com isso, grande satisfação à sua família, que a odiava”*³⁹. O jornal explica que essas informações foram passadas pela governanta do pai de Manoel de Teffé. Pelo erro da nacionalidade de Dana (ignorando os arquivos do próprio veículo); pela falta de uma contraposição; e

³⁹ Outros jornais dizem que a separação do casal ocorreu em 1956.

porque a declaração foi de terceiros e não de um familiar que pudesse justificar porque odiava Dana, pode-se depreender que o jornal não tem rigor na apuração dos fatos.

Três dias depois, em 05 de abril o “Última Hora” já informa que Dana nasceu na Tchecoslováquia. E continua a traçar seu perfil: *“Dana Edita Fitscherova Teffe era uma mulher solitária, sedenta de carinhos e de rara beleza. A névoa do tempo e seu intuito evidente em não falar do passado, dão um toque de mistério e poesia à vida desta criatura que já desfrutou intenso convívio com a alta sociedade carioca”*.

Quais implícitos podem ser evocados pela expressão “mulher sedenta de carinhos”? O jornal relata que Dana fugiu de seu país durante a II Guerra, refugiou-se na Espanha onde casou-se com um dentista. Separando-se dele mudou-se para o México onde casou-se novamente, agora com um jornalista. *“De novo a sorte lhe foi adversa. Divorciou-se para casar com o brasileiro Manoel de Teffé, então alto funcionário da nossa Embaixada naquele país”*.

Note-se, e isso é importante, que o UH não faz qualquer menção ao envolvimento afetivo de Dana Fitscherova com um Tenente-Coronel fascista, como mais adiante se verá. *“Sempre se evidenciou na bela mulher, a sua angústia pela solidão. Não tinha sequer um parente consanguíneo no Brasil e, finalmente, separou-se do marido, tendo Leopoldo Heitor funcionado como advogado no processo do divórcio. Posteriormente continuou ele administrando os bens de Dana, razão pela qual viajavam constantemente juntos, principalmente para São Paulo”*. Em resumo, para o UH, Dana é uma mulher divorciada, depois de três casamentos, sedenta de carinhos e que viaja constantemente na companhia de seu advogado.

Outro jornal carioca, “A Noite”, demonstra claramente não acreditar nas versões apresentadas pelo principal acusado do desaparecimento e morte de Dana de Teffé. No entanto, destaca em título, a principal estratégia de defesa dele. Se o leitor pular a leitura do texto e se ativer apenas à manchete, verá que: *“Leopoldo inocente: Dana era espiã secreta russa”*. Mas “A Noite” não acredita nessa versão: *“Leopoldo Heitor, com suas mentiras, quer fazer crer que Dana de Teffé teria sido raptada pelos agentes do Kremlin pois era espiã da Cortina de Ferro, para onde foi atraída desaparecendo misteriosamente”*.

Leopoldo Inocente: Dana Era Espiã Secreta Russa

Termina hoje o prazo concedido pela Justiça ao delegado Amil Nei Reichaid para a conclusão do inquérito sobre o «Caso Dana Teffé», cuja morte foi confessada pelo «advogado-bando-leiro» Leopoldo Heitor, que está agora apresentando nova e fantástica versão para justificar o desaparecimento da bela milidana. Leopoldo Heitor, com suas mentiras, quer fazer crer que Dana Teffé «teria sido raptada pelos agentes do Kremlin», pois «era espia da «Cortina de Ferro» para onde foi atraída, desaparecendo misteriosamente». . . E nisso os seus comparsas em liberdade estão se agarrando numa desesperada tentativa para enganar os ingênuos.

AUTOS E RELATORIO

O delegado Amil Nei Reichaid trau, ontem, a confiança que nele depositavam os jornalistas encarregados da cobertura do «Caso Dana Teffé». Apesar de ter assumido um compromisso solene com os repórteres, de que forneceria uma cópia de seu relatório, Reichaid não o fez. Desapareceu como que por encanto da Delegacia de Caxias, deixando os jornalistas esperando-o mais de 12 h. Alguns de seus auxiliares, apesar de conhecer seu paradeiro, afirmavam categoricamente que o delegado deve chegar a qualquer momento.

Hoje, o delegado Amil encaminhará ao juiz Ulisses Valadares Sálgado e ao promotor Gil Castelo Branco, ambos da Comarca de Rio Claro, os autos e o relatório sobre Dana Teffé. O trabalho, segundo conseguimos apurar, é minucioso e conta com várias laudas datilografadas, com observações circunstanciadas sobre Leopoldo Heitor e a bela Dana Teffé.

Disserta ainda sobre as procurações passadas por Dana Teffé, uma delas datada de 26 de junho, registrada em agosto do ano passado; outra (documento público) lavrada no cartório em que trabalha o Sr. Altair Rena, antigo amigo de Leopoldo Heitor. Esse último documento tem a data de 30 de junho, também do ano passado, isto é, um dia após o seu assassinato, do acordo com os próprios depoimentos prestados pelo advogado do diabo. O delegado Amil, em seu relatório, enquadrará o advogado-resaqueado em vários artigos do Código Penal, lembrando diligências a serem concluídas no interesse da Justiça.

O Sr. Amil Nei Reichaid, para fundamentar ainda mais as suas diligências, tendo em vista as novas mentiras de Leopoldo Heitor, mandou investigar junto às legações de vários países, sediadas na Guanabara, no sentido de que identifiquem Dana de Teffé nos seus respectivos países.

COAÇÃO IRRESISTIVEL

....Sabe-se, inclusive, que Leopoldo Heitor pretende reificar seu depoimento prestado ao delegado Amil Nei Reichaid, alegando para tanto «Coação irresistível» por parte das autoridades fluminenses, além de «ameaças a seus parentes diretos e indiretos». A imprensa também é acusada pelo advogado-resaqueado. Todavia, a não ser que tudo esteja pôdre no Brasil, o criminoso desta vez não escapará impunemente, como no caso do Sacopá.

«NAO MATA»

O «advogado do diabo», em entrevista concedida a um «veperito», afirma categoricamente que «não mata», senão em legítima defesa. Essa declaração feita por Leopoldo Heitor está sendo considerada por algumas autoridades fluminenses como um reflexo, porque foi o próprio advogado que confessou à Polícia que Dana Teffé estava morta. Até então, as diligências estavam sendo feitas em torno do desaparecimento da bela mulher. No entanto, talvez com essa declaração de que é incapaz de matar, Leopoldo esteja começando a preparar o golpe para deixar a culpa do crime recair inteiramente sobre o seu parceiro Hélio Vinagre.

EM CAXIAS: MARGINAIS COBRIRAM FUGA A TIROS

Josafá Nóbrega (17 anos), há dias foi vítima de assalto praticado por três elementos, no município de Caxias, quando foi despojado em um relógio e um rádio de

Figura 28 - jornal A Noite de 25/04/1962

Na edição de 16 de junho de 1962 o jornal “Última Hora” anuncia que vai publicar com “exclusividade” um Diário Secreto de Dana de Teffé. A cobertura do caso que já dava voz a Leopoldo Heitor com suas versões fantasiosas de que: 1) Dana havia voltado para a Tchecoslováquia para cuidar da mãe num asilo; 2) Dana morreu com uma bala perdida durante um assalto na Dutra; 3) Dana foi raptada por agentes comunistas e levada para a Cortina de Ferro; agora passava a apresentar um suposto Diário, por ela escrito e que traria “*elementos preciosos para o esclarecimento do enigma*”.

Foram oito edições publicando como se fossem capítulos de novela, o enredo da vida de Dana de Teffé, com amores, decepções, mistérios e espionagem comunista, em plena Guerra Fria. Obviamente, há que se questionar da primeira à última linha toda a série de reportagens, como anunciou o UH a respeito do conteúdo do Diários.



Figura 29- capa do jornal Última Hora de 16/06/1962

Valendo-se da prerrogativa concedida à imprensa de ser o ‘arauto da verdade’ o jornal “Última Hora” induziu seus leitores a crer que ali estariam publicados fatos verídicos. Apresentou-os como se fossem “*uma inédita autobiografia*” de Dana, justamente entregue a quem? A Leopoldo Heitor de Andrade Mendes, que mesmo preso no Quartel da Polícia Militar até o julgamento, continuava falando com a imprensa e teria mostrado o ‘Diário de Dana’ ao jornalista Otávio Ribeiro, do UH.

“Não poupando esforços para trazer a seus leitores toda a verdade sobre o caso Dana de Tefé, a reportagem do UH vem de fazer um mergulho no mistério que tem apaixonado a todos quanto dele se inteiram. Desse mergulho no intrincado desaparecimento da milionária tcheca, no qual está envolvido o advogado Leopoldo Heitor – nosso companheiro Otávio Ribeiro traz hoje elementos preciosos para o esclarecimento do enigma, principiando com a inédita autobiografia de Dana de Tefé,

que, segundo Leopoldo Heitor, lhe foi passada às mãos num dia em que Dana estava muito triste. Nesta tentativa de história de sua vida, a milionária tcheca procura registrar os momentos mais tormentosos de sua atribulada existência”.

Muito bem. O ‘diário’ é entregue pelas mãos do homem que vai responder em juízo pela morte de Dana. A suposta ‘autobiografia’ só é divulgada por Leopoldo em junho, depois de dois meses detido. Não são necessários nem dois minutos para questionar sua veracidade. E, ao ler detidamente as “*reportagens exclusivas*” do UH, arrisco a dizer não ter qualquer dúvida sobre o uso do veículo por parte do “Advogado do Diabo” para dar publicidade à sua linha de defesa e comprometer, sem chance de contraprovas, a imagem da vítima.

Não sou leitora assídua do gênero diário feminino, embora tenha escrito os meus; mas mesmo uma iniciante leitura de discursos consegue demonstrar-me tudo o que aquele ‘Diário de Dana de Teffé’ quer falar é que não foi escrito por ela. Confesso que o tema me seduz a redigir alguns artigos, desdobramentos outros, que por ora aqui não caberão.

Para resumir, pontuo apenas os temas tratados no tal ‘diário’ com ampla divulgação no jornal carioca. Os casamentos de Dana, narrados em sequência de datas de casamento e divórcio (sem qualquer detalhe íntimo); ela, que era chamada de milionária pela mídia, narra em seu ‘diário’, o primeiro emprego, relatando sobre ele apenas a sequência de cargos e salários; lista os seus bens: um apartamento, joias de estimação e alguns objetos de valor, tendo contraído dívidas; fala do assédio sofrido no Brasil por homens que “*só pensam em uma coisa*”, e das amizades que fez com poucas mulheres, sem citar seus nomes ou qualquer encontro com as amigas, limitando-se apenas a narrar, em sequência, como se fizesse uma lista, as características de cada uma delas: fulana é gentil, beltrana, amável, outra tem tino comercial e assim por diante.

Agora, outras duas publicações do jornal sobre o “*Diário de Dana*” são ainda mais intrigantes. A primeira: “*amei um fascista e escapei da morte disfarçada de freira*”. Ao narrar como soube do assassinato do Tenente-Coronel da Força Aérea e Secretário do Partido Nacional Fascista na Itália, Ettore Muti, relata: “*para o fascismo era um grande líder que desaparecia, para mim, o primeiro e único amor que se acabava. Mas eu não tive tempo de enxugar as lágrimas fui presa e transportada para*

uma prisão em Roma”. De lá, escapou trajando um hábito de freira, que conseguiu das mãos de um médico que ela nem mesmo conhecia.

E, por fim, Dana contaria então, em sua ‘autobiografia’ que sentia muita falta dos pais, que manteve a esperança de que pudessem ter escapado dos campos de concentração e foi procurar por eles em Praga, quando aconteceu algo que ela sempre mantivera em segredo: “agentes da potência socialista tentaram empurrar-me para dentro de um carro, mas meus amigos e alguns de Ettore livraram-me a tempo. Foi quando convenci-me de que só o caminho da América poderia ser minha salvação”.

Pronto, acabaram-se os relatos. Ela ‘parou de escrever’ depois de narrar em poucas linhas, esses acontecimentos em sua vida. Todos os fatos, se observarmos, são correlatos às versões apresentadas por Leopoldo Heitor, advogado que fazia sua própria defesa no processo em que figurava como réu.

Dois anos depois, em 13 de abril de 1964, Dana voltaria às manchetes dos jornais porque agentes do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, teriam encontrado fotos da ex-senhora Tefé numa “célula comunista” invadida pela polícia. O Brasil estava sob intervenção de uma ditadura militar há apenas duas semanas. O jornal “A Noite” publicou que a imprensa não teve acesso às fotos, mas o delegado responsável pelas investigações do desaparecimento de Dana confirmou ser mesmo Edita Fitscherova nas fotografias, e que ele sabia que ela “*tinha relações com agentes comunistas*”. Para o jornal aquele seria o momento oportuno de provar que “*Leopoldo Heitor tinha razão quando afirmava que Dana fora raptada de sua companhia quando estavam ambos dentro de um carro, por agentes vermelhos*”.



Figura 30 - jornal A Noite de 13/04/1964

Denúncias de que Edita Dana Fitscherova seria uma espiã e tinha “*relações com agentes comunistas*” sem precisar de qualquer comprovação, naquele momento histórico realmente não favoreciam em nada a memória de Dana. E assim, as versões fantasiosas para seu desaparecimento cristalizavam-se nos discursos da imprensa, sendo novamente repetidas a cada julgamento do “Advogado do Diabo”.

A título de informação, apenas, mas que vale registrar como o jornalismo deixa lacunas em suas apurações quase sempre tendenciosas, posto tudo ser um processo de seleção entre o que vai ser dito e o que vai ser silenciado, lembro que, muito antes de se casar com Dana, quem teve um contato com a face mais clara do fascismo, foi Manoel de Teffé. O exímio automobilista venceu o I Grande Prêmio Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1933, corrida que viria ser a primeira do país a integrar um circuito internacional. Na ocasião Manoel de Teffé recebeu um telegrama de felicitações assinado pelo *premier* da Itália, Benito Mussolini, amigo do então presidente do Brasil Getúlio Vargas. Manoel corria com uma Alfa Romeu, carro fabricado na Itália de Mussolini.

Voltando ao “Caso Dana de Teffé”. Ao anunciar que se aproxima a data do segundo júri, o “O Globo” em 27 de fevereiro de 1969, republica a versão do rapto de Dana por espiões: “*Homens maus, naquela noite levaram Dana para o mistério*”. Quase oito anos se passaram desde junho de 1961 quando Dana foi vista pela última vez. Mas o jornal demonstra pouco cuidado em sua apuração quando meramente reproduz o que lhe é dito por Leopoldo Heitor. Desta vez, algo ainda mais grave, uma traição de Edita Fitscherova ao seu próprio povo: “*Dana, de origem tcheca, teria ido para a Itália durante a Guerra e lá denunciava aos nazistas muitos judeus, como ela era. Em razão desse fato as autoridades comunistas da Tchecoslováquia passaram a perseguí-la*”.

No dia do terceiro e último julgamento de Leopoldo Heitor, 14 de janeiro de 1971, o jornal “O Estado de S. Paulo” tratou essa pauta por “*dramalhão mexicano*” e assim descreveu: “*Será dia de show em Rio Claro que teve apenas três dias de grande excitação em sua vida monótona de cidade do interior: o centenário de Fagundes Varela⁴⁰, cidadão local e os dois julgamentos de Leopoldo*”. O texto do “Estadão” é o

⁴⁰ Luís Nicolau Fagundes Varela, poeta. 1841-1875.

De fato, absolvido. Também estive em Rio Claro a equipe de “O Globo”. A sentença do juiz foi proferida às sete da manhã de 15 de janeiro de 1971 e o jornal daquele mesmo dia conseguiu publicar o resultado. Trouxe, ainda, uma reportagem sobre como vivem os habitantes de Rio Claro e a opinião deles sobre o julgamento: *“Nós conhecemos o Leopoldo Heitor. Não conhecemos Dana de Teffé, nem viva nem morta. Como condená-lo?”*

Preso, em Rio Claro, apenas os passarinhos, como se lê na reportagem: *“Moças e gaiolas nas janelas”*. Na descrição de como se desenvolveram os trabalhos da promotoria e da defesa, a reportagem de “O Globo” não menciona o pronunciamento da acusação. Deu destaque às palavras do réu: *“Leopoldo Heitor voltou a afirmar que Dana de Teffé não está morta e que vive atualmente incógnita na Tchecoslováquia com parentes. Disse ainda, que ela era uma espiã à época da II Guerra Mundial, tendo fugido para a Itália em 1946 para casar-se como um homem chamado Etele Mucci (sic)⁴¹, figura política influente junto a Mussolini, na fase do fascismo”*. *“Leopoldo tratava dos interesses da mulher e sabia que ela possuía apenas um apartamento em Botafogo não totalmente pago quando Dana foi sequestrada. (...) Frisou que ela não era milionária”*.

Outro jornal merece destaque pelos discursos sobre Edita Fitscherova. “O Diário de Notícias” via Dana de Teffé como *“Amorosamente aventureira”*: *“Outra não foi, no que concerne a uma vida aventureira, o caminho trilhado pela linda tcheca Dana Fitscherova, de muitos amores e sobrenomes correspondentes. Só que amorosamente aventureira e, de algum modo, materialmente afortunada: Dana sempre se ligara a homens ricos e influentes. De sua vida trepidante, o que se sabe é partir da Itália, aonde ela foi ter, em plena guerra, fugindo de seu país então ocupado pelos nazistas, que lhe exterminaram a família”*.

No Brasil ainda não havia sido sancionada a lei do divórcio, diferentemente de outros países. Dana era estrangeira e Manoel de Teffé fora seu terceiro marido. O que se pode depreender de enunciados que tratam Dana como uma mulher de vida trepidante, de muitos amores e que se ligava a homens ricos e influentes?

⁴¹ A grafia está errada no jornal e a data não procede, pois Ettore Muti foi morto numa emboscada em agosto de 1943 após a queda de Benito Mussolini, em julho, na Itália. Também não foram encontrados registros biográficos de que Muti e Dana tenham se casado.

Com o entretítulo “Dinheiro e Poder”, o DN continua: “*Em Roma, Dana que tinha algum dote artístico chegou a cantar nas boates que, então, eram chamadas mais de cabarés. Alegrou os homens em guerra. E, dentre estes, o maior – depois de Benito Mussolini – Ettore Muti, Secretário Geral do Partido Fascista Italiano, de quem em sua escalada de busca ao dinheiro e poder, a checa se tornaria favorita*”. “*Alegrou os homens em guerra*” também é um enunciado carregado de implícitos sobre mulheres que trabalham em cabarés. Entre as possíveis interpretações para os sentidos que se depreendem deste recorte, estão as de que Dana de Teffé se deitaria com os homens para alegrá-los e se aproximaria de um fascista por interesse.

Ainda de acordo com “O Diário de Notícias”, que traz informações mais reveladoras do que o ‘Diário de Dana’ publicado nove anos antes pelo UH, Edita Fitscherova teria fugido de Roma para a Espanha levando um “*tesouro de Ettore Mutti*” e em Madrid, partiu para um novo amor. Com o entretítulo “*A Volta ao mundo*”, a matéria cita o casamento com um dentista espanhol, depois a separação; seu casamento com um jornalista mexicano e uma nova separação; e então o casamento com o diplomata brasileiro Manoel de Teffé. Por fim, a matéria sugere que Dana estivesse envolvida com Leopoldo Heitor: “*ninguém mais viu viva ou morta, a linda aventureira que, até a morte, se deixou levar pelo amor, pois ninguém ignora sua paixão pelo ‘Advogado do Diabo’*”.

DANA DE TEFÉ, AMOROSAMENTE AVENTUREIRA

Outra não foi, no que concerne a uma vida aventureira, o esmalte trilhado pela linda checa Dana Fitcherova, de muitos amores e aventuras correspondentes. Só que amorosamente aventureira e, de algum modo, materialmente afortunada: Dana sempre se ligara a homens ricos e influentes. De sua vida trépidante, o que se sabe é partir da Itália, sendo ela foi ter, em plena guerra, fugindo de sua pátria então ocupada pelos nazistas, que lhe exterminaram a família, inclusive seu pai, que era oficial checo.

DINHEIRO E PODER

Em Roma, Dana, que tinha alguns dotes artísticos chegou a cantar nas boates que, então, eram chamadas mais de cabarés. Alegrou os homens em guerra. E, dentre estes, o maior — depois de Benito Mussolini — Ettore Mutti, Secretário-Geral do Partido Fascista Italiano. De quem, em sua escalada de busca ao dinheiro e poder, a checa se tornaria favorita. Até que, quando com ela vivia em Fregene, Mutti fora morto por um carabinieri. Dana foi presa e recolhida à Penitenciária Regina Coeli. Lá, porém, não se demorou como sempre, não faltou quem a ajudasse: uma freira e um diplomata espanhol, servindo em Roma, lhe abriram o caminho para a fuga. E Dana foi ter na Espanha. Sua viagem era constituída por 1.200 quilos de colinas viárias, em três dias quais a imprensa local muito se ocupou: ela teria levado o tesouro de Ettore Mutti. Verdade ou mentira, o fato é que, em Madrid, Dana partiu para novo amor, na pessoa do

dentista Alberto de Lopes Diaz, com quem se casara. A respeito da dentista, vale ressaltar que ele se considera o herdeiro universal da checa, de quem não se conhecem parentes vivos. Tanto que, em 1953 quando o caso do chamado “crime-concealder” alcançava grande repercussão, com a condenação de Leopoldo, ele estivera no Rio, com sua bonita esposa, procurando informações do assunto sobretudo com vistas à fortuna da ex-esposa. Que fortuna, não se sabe, ela que, agora se acredita e o apartamento da Praia de Botafogo, 32 — vendido por Leopoldo — nada mais teria deixado Dana. E mais: herdeiro como, se, depois disso, Dana já se havia casado e descausado duas vezes? E sic, Diaz, estava de nova esposa a tiracolo?

A VOLTA AO MUNDO

Em Madrid, porém, não demorou Dana. Muito menos, com Diaz. De lá a checa começou a volta ao mundo. Pelo México, onde se fizera amiga do jornalista Carlos Demagri, pelo Rio de Janeiro para a sociedade. E, por fim, com ele — Demagri — se casara. O amor durou 2 anos. Foi só até ela conhecer o nome diplomata Manuel de Teffé, com quem se casara. O resto foi no Brasil. Mas precisamente, no Rio. Ou melhor, na rua Rio-São Paulo, onde tudo se acabou: ninguém mais viu, viva ou morta, a linda aventureira que, até a morte, se deixou levar pelo amor, pois ninguém ignora a sua paixão pelo “Advogado do Diabo”.



Dana, em Roma, entre a arte e o amor do líder fascista.

Figura 32— jornal Diário de Notícias de 15/01/1971

Trinta anos depois, em janeiro de 2001, o jornal “O Estado de São Paulo” relembra o caso e, mais uma vez, sob a ótica do “Advogado do Diabo”. A legenda abaixo da foto de Dana, assim diz: “*Dana: vida agitada, envolvimento com fascistas e morte misteriosa*”. Mas Leopoldo, então com 77 anos, até que superou Edita no número de casamentos, ele teve quatro.

A reportagem especial ocupou duas páginas do caderno de Cidades. Na primeira página, a reportagem trata da carreira de Leopoldo como advogado, relembra o “Crime do Sacopã”, menciona a morte de seu filho que foi assassinado acusado de violentar uma mulher e descreve as relações de Leopoldo com o casal Teffé até a separação quando passou a administrar os bens de Dana. A matéria descreve, ainda, a viagem de Leopoldo e Dana para São Paulo com uma das tantas versões apresentadas por Leopoldo: ... “*conta que desceu, abriu o capô, foi assaltado, deu e levou tiro. ‘Os assaltantes sumiram com Dana e nunca mais a vi’*”.

Na segunda página, uma entrevista com o promotor José Ivanir Gussen que diz que na cidade de Rio Claro Leopoldo seria absolvido em quantos julgamentos houvesse: “*mantenho a convicção absoluta da culpabilidade, mas respeito a decisão dos juris*”. A matéria reconta os detalhes da absolvição nos três júris pelos quais Leopoldo passou e conta que ele ainda mantém a versão de que Dana fugira do Brasil para a Europa: “*anos mais tarde recebi um passaporte dela indicando a saída por Puerto Suarez na Bolívia. Acho que eles a mataram no exterior*”. Os jornalistas do “Estadão” dizem que o advogado não soube explicar quem seriam “*eles*”, mas apresentou como motivos o interesse na fortuna de Dana ou seu “*suposto envolvimento com o fascismo*”.

Para finalizar, a reportagem cita a atuação de Leopoldo como advogado, nos tribunais pelo interior do Rio e diz que Dana e o filho morto ocupam seus momentos de reflexão. “*Eu não saberia viver hoje sem ter vivido o que eu vivi*”.

É isso. Depois de responder em uma década a três julgamentos por homicídio qualificado, ocultação de cadáver, falsidade ideológica e apropriação indébita e livrar-se de todas as acusações, o último homem a vê-la com vida é quem continua a escrever as memórias sobre Edita Fitcherova, a Dana de Teffé.

Capítulo 4 – Manchas de Sangue em águas violentas

Aí ele pegou e falou:

*“se eu te matar e te jogar em qualquer lugar,
não vão descobrir que fui eu”.*

*Medo não tenho, porque agora,
qualquer coisa que acontecer comigo,
o culpado vai ser ele.*

Eliza Samudio

(14 de outubro de 2009)

Este capítulo trata do “Caso Eliza Samudio”. Faz-se um breve relato de quem foi Eliza e de quem é o acusado e condenado pelo assassinato da modelo, o então goleiro Bruno Fernandes. Aqui estão relatadas as denúncias de Eliza Samudio contra Bruno, a omissão das autoridades na investigação dos fatos e a trama para executar a vítima cujo corpo jamais foi encontrado. Também neste capítulo são apontadas noções correntes em Análise de Discurso que nortearão os estudos das reportagens selecionadas para o *corpus*.

4.1 IN MEMORIAM: ELIZA SAMUDIO

As informações que tenho a respeito de Eliza Silva Samudio me chegaram por terceiros. Os testemunhos. Os discursos. Vozes sobre ela publicadas na imprensa são um recorte do que dizem os outros. Vou escrever sobre isso: sobre o que dizem de Eliza Samudio. Fragmentos de uma vida escritos nos jornais, nos telejornais, nos autos de um processo, a partir de sua morte. Que pena não tê-la conhecido, não ter tido a oportunidade de entrevistá-la. Por isso, peço licença à sua memória para tentar ouvir Eliza e, devolver, à medida do possível, sua voz silenciada. De suas poucas entrevistas

gravadas, ouvir mais de uma vez e procurar dar visibilidade ao que permanece escondido. Ao discurso de seus algozes, contrapor seu pedido de socorro. À violência do homicídio, contrapor seu sorriso de menina com um filho nos braços.

Grávida de cinco meses, Eliza registrou queixa na Delegacia de Atendimento à Mulher, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, no dia 13 de outubro de 2009. A denúncia: havia sido agredida por homens da confiança do então goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes de Souza, e também pelo próprio, que lhe deu “*dois bofetões*”⁴² no rosto e teria forçado a ingestão de substâncias para abortar a criança. Ela disse mais: Bruno a ameaçou de morte. “*Aí eu falei assim: se me matar é pior, porque as pessoas vão atrás de você. Ai ele pegou e falou: ‘mas se eu te matar e te jogar em qualquer lugar, não vão descobrir que fui eu’*”.

Eliza Samudio foi à DEAM pedir o amparo da Lei Maria da Penha. Em 19 de outubro, teve o pedido negado pela justiça. O parecer final da Juíza Titular do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, relata que a vítima não teria direito aos benefícios da Lei 11.340, de 2006:

Considerando que a vítima informa que apenas “ficou” com o agressor, com ele não mantendo qualquer tipo de relação afetiva, familiar ou doméstica, não pode a virago⁴³, sob pena de banalizar a finalidade da Lei Maria da Penha, socorrer-se das medidas protetivas e tentar “punir” o agressor com o agravamento da pena. (FREITAS, 2009)⁴⁴.

No entanto, em seu artigo 5º, a Lei apresenta que a violência contra a mulher se configura em uma ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida independentemente da coabitação⁴⁵.

⁴² Eliza descreve as agressões que sofreu em vídeo gravado na porta da DEAM de Jacarepaguá. A transcrição do vídeo, na íntegra, consta nas análises do corpus.

⁴³ “Virago” quer dizer “machão” expressão usada pelo escritor Euclides da Cunha em ‘Os Sertões’, para definir as mulheres sertanejas, matronas e até, repugnantes.

⁴⁴ Aspas do original. Decisão proferida pela MM. Juíza Titular do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no Rio de Janeiro, Dra. Ana Paula Delduque Migueis Laviola de Freitas, a fls. 12 dos autos nº 2009.203.040967-0. TJRJ.

⁴⁵ Lei Maria da Penha disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm > Acessado em 31/01/2016

A juíza Ana Paula Delduque Migueis Laviola de Freitas assim não entendeu e encaminhou o caso à vara criminal. A gestante ficou sem proteção do Estado. Eliza Samudio foi sequestrada e assassinada oito meses depois. O acusado de ser o mandante dos crimes? O mesmo homem contra o qual ela prestou queixa, sem sucesso, na delegacia dedicada às mulheres.

Em junho de 2010, a polícia de Minas Gerais recebeu uma denúncia anônima de que o goleiro Bruno, campeão brasileiro pelo time rubro-negro, manteve uma mulher e um bebê em cárcere, no sítio dele, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. No bilhete, estava escrito que a mulher tinha sido assassinada. Era Eliza.

A partir daí, detalhes de um dos crimes mais bárbaros da crônica policial recente no Brasil ganharam as manchetes de todos os jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, agências de notícias nacionais e internacionais: uma jovem de 25 anos, mãe de um bebê de apenas quatro meses, foi sequestrada, mantida em cárcere privado, asfixiada até a morte, esquartejada; seus ossos foram enterrados em concreto e sua carne, ainda fresca, teria sido atirada aos cães. Os relatos fortes, neste exato teor, foram fornecidos em depoimento à polícia, por uma testemunha ocular do crime.

O primeiro julgamento dos envolvidos no crime, entre eles amigos, primos, ex-mulher e ex-namorada de Bruno Fernandes, foi marcado para novembro de 2012. O ex-goleiro só foi a júri em março de 2013. No dia internacional da mulher, a sentença: Bruno foi condenado a 22 anos e três meses em regime fechado, por homicídio triplamente qualificado, sequestro e cárcere privado e ocultação de cadáver. Também cumpre pena de 22 anos, o homem contratado para ser o executor do assassinato.

Os restos mortais de Eliza Samudio nunca foram encontrados.

Eliza Silva Samudio nasceu em 22 de fevereiro de 1985 em Foz do Iguaçu, PR. De acordo com reportagem publicada pela “Revista Época”⁴⁶, em julho de 2010, sua gestação foi fruto de uma relação passageira entre Sônia de Fátima Silva e Luiz Carlos Samudio. A mãe de Eliza a deixou com o pai, com menos de seis meses e foi embora. Ainda pelas informações apuradas pela revista, aos 15 anos Eliza Samudio quis contato com a mãe e procurou-a no estado do Mato Grosso. Teria morado com Sônia por dois

⁴⁶ Reportagem disponível no endereço < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI154051-15228,00.html> > Acessado em 31/01/2016.

meses, mas por causa de desentendimentos com o padrasto, preferiu voltar para a casa do pai.

A matéria descreve os hábitos de uma adolescente, que era boa aluna, jogava futebol, era torcedora do São Paulo, gostava de ouvir pagode e sonhava ser modelo. Não tinha namorado.

Faço a opção por tratar Eliza como modelo, quando eu não escrever o seu nome, pois era a carreira que ela almejava seguir. Nem estudante, amante ou ex-amante, como os veículos a ela se referem na grande maioria dos textos. Todos chamam Bruno de goleiro, portanto, Eliza terá nesta tese, o mesmo reconhecimento por sua profissão, ainda que em início de carreira.

Aos 18 anos Eliza deixa Foz do Iguaçu e vai morar com amigos em São Paulo. Quer tentar a vida por lá. Faz um *book*, espera começar a carreira dos sonhos, mas as propostas que chegam são para recepcionar eventos. Ela aceita. Nos eventos esportivos conhece atletas, empresários, assessores do mundo da bola. Eliza quer ser “Musa do Brasileirão” e concorre ao título, defendendo a camisa do São Paulo. Não vence. Recebe um convite para atuar em filmes pornográficos. Ela também aceita. Ainda tem sonhos. Eliza faz duas produções usando pseudônimos.

A reportagem não explica como Eliza Samudio foi à festa em que conheceu o goleiro Bruno, seis anos depois de ter se mudado para São Paulo. Mas, se ela tinha feito um cadastro em agências para participar de eventos esportivos e acrescentou ao currículo sua atuação na indústria de filmes eróticos, possivelmente seu nome estava na lista de mulheres a serem convidadas para as festas que acontecem na casa dos jogadores de futebol. Até aí, problema nenhum. Os “problemas” começam a aparecer quando outros discursos irrompem a cena, empurrando a realidade para debaixo do tapete social.

A realidade a que me refiro é a da objetificação da mulher escancarada no dia a dia, na publicidade (de quase todo tipo de produto!), nos programas de TV, nas revistas, no carnaval, nas novelas, nas letras de músicas que fazem sucesso. Mas quando interessa (a quem?), é fácil dizer que a mulher é de moral e comportamento duvidosos, que a mulher “não presta”. Quando interessa, omite-se que a cultura de uma sociedade machista prioriza o corpo, as formas, a ditadura de um padrão de beleza, a sensualidade,

a sexualidade ... No caso de Eliza, muito do que foi dito sobre ela está reduzido ao estigma de ter gravado filmes “*pornô*”, de ser considerada uma “Maria Chuteira”.

Eliza foi apresentada como um “*Novo problema extracampo*” – matéria sobre a queda de produtividade do camisa nº 1 do Flamengo. O título da primeira reportagem do jornal “Extra”, publicada em agosto de 2009⁴⁷, declaradamente coloca Eliza Samudio como um problema na vida de Bruno Fernandes. E o que se faz com um problema? Bruno respondeu.

4.1.1 *In scaena*: o Goleiro do Flamengo

Em cena, um campeão brasileiro de futebol. Bruno Fernandes levantou a taça da competição símbolo da “paixão nacional” em dezembro de 2009. Um mês antes, no dia 04 de novembro, o então capitão da equipe rubro-negra tinha ido à Delegacia da Mulher prestar esclarecimentos sobre a denúncia de agressão formulada por Eliza Samudio, à qual respondeu, em depoimento, que estava sendo “*vítima de tentativa de extorsão por parte da comunicante de nome Eliza com quem jamais teve qualquer relacionamento afetivo que pudesse ser rotulado como namoro ou algo assim*”⁴⁸.

Bruno Fernandes das Dores de Souza nasceu em Ribeirão das Neves, MG, em 23 de dezembro de 1984. Começou a carreira aos 18 anos, no Atlético Mineiro (MG); teve uma passagem rápida pelo Corinthians (SP), e chegou ao Flamengo (RJ), no ano de 2006, na condição de segundo goleiro. No campeonato carioca de 2007 fez duas defesas de pênaltis contra o Botafogo, conquistando o título. Ganhou de vez a vaga de titular, a idolatria dos torcedores e a braçadeira de capitão. Passou a ser chamado de a “muralha”, em 2009, quando defendeu três pênaltis numa mesma partida e, de novo, contra o Botafogo na conquista do tri-campeonato carioca. Naquele mesmo ano, seria Campeão Brasileiro pelo Flamengo. Em seis meses, trocaria os gramados pelo presídio.

⁴⁷ A reportagem será analisada discursivamente ainda neste capítulo.

⁴⁸ Depoimento de Bruno Fernandes em Inquérito Policial no processo 2009.203.040967-0. TJRJ. Disponível em < <http://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/2498264/conheca-a-integra-da-sentenca-que-condenou-bruno-e-macarrao> > Acessado em 31/01/2016

As primeiras notícias do desaparecimento de Eliza Samudio começaram a circular na última semana de junho de 2010. Bruno iria figurar as manchetes de todos os veículos de comunicação, suspeito de envolvimento no sumiço da modelo e, posteriormente, quando a polícia mineira anunciou que Eliza estava morta, foi acusado de ser o mandante do crime. A cobertura jornalística, no entanto, não deixou de referir-se a Bruno com as prerrogativas do cargo de goleiro de um dos mais importantes clubes de futebol do Brasil. Ele mesmo, durante as investigações parecia não acreditar que aquela “*chateação*”⁴⁹ pudesse vencer a “*muralha rubro-negra*”. Era só o começo da negação do crime, postura que manteve até o dia do julgamento.

No dia 06 de julho, a imprensa tem acesso ao depoimento de uma testemunha ocular, um adolescente, primo do goleiro. No dia seguinte é decretado pedido de prisão preventiva para Bruno Fernandes. Mesma data em que chega às bancas, a revista *Veja*, com Bruno na capa. Em entrevista, disse que conheceu Eliza Samudio numa festa que chamou de “*uma orgia só*”, que manteve relações sexuais com ela e chegou a fazer teste de HIV.

Bruno acrescentou: “*Rezo para que Eliza apareça. Quando isso acontecer, se eu for o pai, vou brigar pela guarda porque abandonar uma criança é coisa que não se faz.*” Era dia 07 de julho de 2010. As investigações concluíram que Eliza Samudio foi assassinada no dia 10 de junho.

No **Capítulo 2** foram apresentados alguns valores-notícia que pautam a cobertura jornalística de determinado tema em detrimento de outros. Os assuntos policiais sempre mereceram atenção de uma editoria específica; os de esportes também. Agora, ter uma “celebridade” do esporte no banco dos réus é certeza de que essa matéria vai ser feita. Mas outro aspecto deve aqui ser abordado: a dramaturgia no jornalismo, como tão bem caracterizou Coutinho (2012) em seus estudos de doutoramento, especificamente sobre as narrativas jornalísticas da televisão.

Um dos pontos que contribuem para comparar a produção noticiosa ao drama, é a sua narratividade em sequência, “a sua capacidade [do tema] de ser desdobrado, de dar origem a novas abordagens e/ou capítulos que seriam utilizados para a composição dos

⁴⁹ Na primeira entrevista de Bruno após as notícias do desaparecimento de Eliza, veiculada pelo telejornal RJTV (e telejornais nacionais da mesma emissora) no dia 1º de julho de 2010, ele disse que estava “chateado e torcendo muito” para Eliza aparecer.

telejornais como drama cotidiano exibido nas emissoras de televisão” (COUTINHO, 2012, p. 119).

Em sua análise de dois grandes telejornais, a saber *Jornal Nacional* e *Jornal da Cultura*, a pesquisadora elege categorias de como os personagens das reportagens são apresentados ao público, desempenhando papéis como: “mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador, concorrentes e ainda o de musa ou troféu em disputa” (ibidem, p. 139-140). Desses papéis, há variações e os que apareceram com maior frequência no período investigado foram os de “mocinho”, “vilão” e “vítima”, em narrativas jornalísticas que reforçam “valores morais e de conduta”. Para Coutinho (2012) é certo que alguns fatos do cotidiano selecionados para virar notícia midiática são representados como um conflito que se desenrola num longo percurso narrativo e devem ser acompanhados pela audiência até a sua solução.

Não há dúvidas de que o “Caso Eliza Samudio” se enquadra nessa perspectiva, não apenas nas narrativas televisivas, mas também nos jornais que, em suas edições impressas e eletrônicas, criaram diversas retransmissões⁵⁰ memorialistas e dividiram a repercussão do caso em capítulos. Reconhecendo que se pode lançar a essa cobertura múltiplos olhares, dedico-me à análise de seus discursos.

4.2 GESTOS DE MEMÓRIA NOS DISCURSOS

Antes de mostrar as análises do *corpus*, é preciso apresentar os conceitos que as nortearam. Para entender a relação da memória com os discursos sobre a mulher, aqui representada por aquelas vítimas de crimes de grande repercussão na imprensa e, mais especialmente, o “Caso Eliza Samudio”, gestos de interpretação irão fazer trabalhar as seguintes noções correntes em Análise de Discurso (AD): *interdiscurso*, *memória discursiva* e *acontecimento discursivo*. Tais noções também foram aplicadas às

⁵⁰ Retranca é um termo empregado jornalisticamente para nomear as reportagens no espelho (sequência de reportagens para exibição) de um telejornal. Por exemplo, uma reportagem sobre as buscas pelo corpo de Eliza, vai ser retrancada: “Buscas corpo”; sobre os depoimentos do caso, podem ser: “Depoimento Bruno”; “Depoimento Macarrão”; “Depoimento menor”. São essas retransmissões que servem para localizar, posteriormente, as matérias no arquivo. Nos jornais impressos, a retransmissão é uma espécie de “título” de uma série de reportagens que vai se repetir ao longo da cobertura, como por exemplo: “Caso Bruno”, “Caso Eliza Samudio”, “Mistério em Minas”, “Barbárie em Minas” e assim por diante.

materialidades discursivas não verbais, sobre as quais o conceito de interdiscurso se funde ao de *intericonicidade*.

E por que elegi esses conceitos? Apresentarei um brevíssimo histórico dos caminhos percorridos pela AD de vertente francesa para justificar a escolha.

No fim dos anos 60 a França vivia um estado de ebulição política marcada pelos movimentos estudantis. Foi o cenário de fundação do campo da Análise de Discurso, por Michel Pêcheux (1997), o qual se constituiu, desde a origem, como um território interdisciplinar de pesquisas. E, bem resumidamente, pode-se dizer que seus primeiros questionamentos pretendiam jogar luz sobre as condições de produção dos discursos.

A primeira fase, chamada de AD-1, teve nos discursos políticos, da esquerda *versus* direita, um intenso campo de atuação. Porém, o *corpus* de análise era mais fechado, inserido no que se convencionou nomear “máquina discursiva”. Três conceitos importantes foram fundados na AD-1: *condições de produção*, *formação ideológica* e *formação discursiva* (FD). Nesta fase, o sujeito está assujeitado às regras do discurso que enuncia.

Num segundo momento, os estudos de Pêcheux absorvem o então conceito foucaultiano de formação discursiva. Para Michel Foucault (2010) em “A Arqueologia do Saber”, a FD é lacunar, não ocupa todo o volume possível que lhe abrem seus sistemas de formação.

No caso em que se puder descrever entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2010, p. 43)

Isso desencadeia, na AD-2, o processo de revisão da “máquina”. Pêcheux reconhece que a primeira noção de formação discursiva não daria conta de explicar discursos transversos, que relacionam, numa mesma FD, o interior do discurso, como o que vem de seu exterior. Advém desse momento a noção de *heterogeneidade*, desenvolvida por Authier-Revuz (1984), contemporânea de Pêcheux, para quem a heterogeneidade é constitutiva dos discursos e se enquadra em duas distinções: heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

Por heterogeneidade mostrada entende-se um discurso outro, que pode ser identificado no discurso enunciado, tais quais: o discurso direto, indireto, as alusões, ironias, o indicativo de aspas e assim por diante. As materialidades discursivas na mídia são, notadamente, carregadas de heterogeneidade. E a heterogeneidade constitutiva ocorre quando o discurso já é dominado pelo interdiscurso, ou seja, há um debate com o outro já lá, que constitui o discurso, ainda que os traços dessa alteridade não estejam visíveis.

Aqui, vale agora pontuar que as definições de formação discursiva e heterogeneidade, assim como a nomeação dos *já-ditos* e *pré-construídos* são por mim entendidos como pressupostos básicos inerentes aos enunciados de discurso a serem analisados. Qualquer extrato de materialidade discursiva que venha a ser destacado para análise traz, em si mesmo, a condição de advir de determinada formação discursiva – FD, portanto, carregada de atravessamentos, ideologias e pré-construídos. O enunciado compõe um discurso heterogêneo, polissêmico, cheio de já-ditos alhures. Dito isto, reforço a escolha por trabalhar um conceito que consiga dar conta dos demais: o *interdiscurso*.

É na terceira fase, a AD-3, que se estabelece a relação do *interdiscurso* entre as várias formações discursivas analisadas e, a partir de então, a análise automática de discurso, da primeira fase, é completamente abandonada. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma dada situação.

O interdiscurso é todo um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras (ORLANDI, 2001, p. 33-34).

Somente na AD-3, com o primado do interdiscurso, o sujeito é heterogêneo, clivado. Assim, importa esclarecer que as análises do *corpus* desta pesquisa vão se pautar a partir da terceira fase da AD francesa, considerando as revisões teóricas e reformulações do campo.

4.2.1 Interdiscurso, memória discursiva, acontecimento discursivo

Pensar a memória no discurso significa compreender que a fonte do sentido não está no sujeito que enuncia, mas nas incessantes retomadas de um discurso outro, de um *já-dito*. Há, na regularidade dos enunciados, o que Pierre Achard (1999) convencionou chamar de *implícitos*. “Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso ao pressupô-lo vai fazer apelo à sua (re)construção” (ACHARD, 1999, p. 13).

E esse outro interno em toda memória é, no entender de Pêcheux, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, o que em outras palavras assegura que “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”.

Esta fronteira entre os dois espaços [atualidade e memória] é tanto mais difícil de determinar na medida em que existe toda uma zona intermediária de processos discursivos (derivando do jurídico, do administrativo e das convenções da vida cotidiana) que oscilam em torno dela. Já nesta região discursiva intermediária, as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar: os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm ou não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos. (PÊCHEUX, 2002, p. 52).

O *interdiscurso*, por sua vez, encontra definições em vários autores⁵¹. Authier-Rèvuz o relaciona à psicanálise lacaniana. Para Maingueneau, a identidade de um discurso é indissociável de sua manutenção através do interdiscurso. “A enunciação não se desenvolve sobre a linha de uma intenção fechada; ela é de parte a parte atravessada pelas múltiplas formas de retomada de falas, já ocorridas ou virtuais, pela ameaça de escorregar naquilo que não se deve jamais dizer” (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2004, p. 287)

Principal nome entre os responsáveis pela introdução e desenvolvimento dos estudos da AD no Brasil, Orlandi (2010) também explica o interdiscurso pelas ideias do

⁵¹ Como Mikhail Bakhtin, que embora não seja um autor trabalhado nesta tese, merece o crédito de oferecer leituras transversais e enriquecedoras a todo analista de discursos. O pensador russo forja o conceito de dialogismo, pelo qual o discurso é sempre tecido do discurso outro. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

fundador da disciplina: o sentido de uma palavra, de uma expressão não existe em si mesmo, mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual essas palavras e expressões são reproduzidas – e mudam de sentido de acordo com as posições ocupadas por quem as emprega.

Eis aí um processo de *reconfiguração incessante*. É como se deve pensar o interdiscurso de uma formação discursiva, na opinião de Courtine (2009), no qual “o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa, em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos *pré-construídos* produzidos no exterior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta”.

Em suas revisões teóricas sobre a Análise de Discurso, Pêcheux (1997, 2002) aproxima-se dos autores da “nova história”, a partir das formulações dos *Annales*, e também de Foucault (2010). Neste momento, há uma dispersão de sentidos e o conceito de formação discursiva em Pêcheux (1997) cede lugar ao *acontecimento no discurso* e à *memória discursiva*.

Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 1997, p. 77)

De acordo com Gregolin (2007), na chamada terceira fase da AD, “a heterogeneidade associa-se à ideia de alteridade e as relações entre intradiscurso e interdiscurso passam a ser buscadas nos vestígios da *memória discursiva*” (op.cit., p.177). Ao que vem corroborar Orlandi (2010, p. 22), “todo dizer acompanha-se de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória”.

A *memória discursiva*, noção que em Courtine (2009, p.106) diz respeito à “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”, sustenta, portanto, que o discurso tem relação com a memória de maneira constitutiva nos planos da textualidade e da história.

Por fim, o conceito de *acontecimento discursivo* advém de Foucault (1999, 2003), quando este restitui ao enunciado a singularidade de acontecimento, tratado em

sua explosão histórica. Ideia que foi acompanhada por outros linguistas e historiadores, a partir das análises do “Maio de 68”, na França, como Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994)⁵². “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhe impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2003, p. 53).

4.2.2 Intericonicidade e o discurso da imagem

Você já se perguntou se consegue pensar sem imagens?

As inscrições rupestres são os vestígios mais antigos da comunicação humana, estabelecida por imagens, muito antes do surgimento da escrita. Somos produto e produtores da imagem desde sempre. Vejo as imagens em nosso “pensamento” como resultado (nunca fechado, mas em contínuo processo) da percepção que transforma as experiências de vida em informações visuais mentais.

As imagens podem representar objetos materiais, concretos, captados pela visão, ou imateriais, criados em nossa mente. No âmbito das imagens que permeiam a sociedade, Gregolin (2003) lembra que a sua circulação se dá no interior das relações promovidas pelas instituições produtoras de textos que realizam o trabalho significante da cultura. Eis, pois, o lugar da instituição imprensa.

Os trajetos simbólicos, construtores do imaginário social, dependem de um diálogo entre sujeitos, entre enunciadores (que fazem circular concepções de mundo) e enunciatários (que as interpretam reconhecendo-as ou não). Nesses trajetos, através dos múltiplos imaginários, traduzem-se visões de mundo que coexistem, superpõem-se ou excluem-se enquanto forças reguladoras do cotidiano. (GREGOLIN, 2003, p.98)

Ciente de que existem várias teorias cognitivas para tratar imagens, peço licença para olhar o não verbal *como* discurso, valendo-me dos elementos teóricos aplicados aos

⁵² A indicação dos linguistas que trabalham o acontecimento discursivo, além de Pêcheux, foi extraída de Charaudeau, Maingueneau (2004). Os autores apontam vasta bibliografia do contexto da AD na França. A obra de Guilhaumou, Maldidier e Robin citada, trata-se de “Discurso e Arquivo: experimentações em Análise do Discurso”.

códigos verbais. Reconheço os riscos dessa empreitada. Sei também que as interpretações, por vezes, podem sugerir miradas intuitivas, fruto da experiência profissional como editora de reportagens em TV. O que aprendi de ofício, de fato, pode ajudar-me a inferir a intenção de determinado enquadramento em função de outro, mas isso no que tange à prática do jornalismo. Já nos aspectos discursivos da imagem, espero depreender o que “foi dito”, o que “não foi dito” e “como se disse” a partir dos conceitos de Análise de Discurso apresentados neste capítulo.

É por meio do imaginário social em que se constroem identidades, que as sociedades estabelecem sua cultura, ditam as normas e as ameaças e, em síntese, organizam o seu passado e futuro. O trabalho de interpretação dessas imagens que circulam socialmente nos discursos da mídia estará relacionado à concepção de memória. E como as imagens de hoje evocam imagens (memórias) do passado?

Nascemos em um mundo que se narra, e as imagens que muitas vezes acreditamos ter registrado em nossas memórias, a partir de vivências pessoais, são na verdade, reconstruções baseadas em depoimentos e relatos que, de alguma forma, impõem-se a nós (FERREIRA, 2005, p. 107).

Há que se identificar a construção de memórias sugeridas nas imagens que vêm e vão nas narrativas aqui estudadas. Para Gregolin (2003, p. 96), “a mídia constrói uma história do presente, simulando acontecimentos-em-curso que vêm eivados de signos do passado”.

Logo, a imagem é mais um dos *interdiscursos* que compõem as reportagens jornalísticas, seja no suporte impresso ou televisivo. O que constitui a identidade do discurso sobre a mulher vítima dos crimes é este entremeadado de trocas entre os vários discursos “escolhidos” para compor aquela matéria.

Assim, retomo a noção de interdiscurso, que, aplicada às materialidades não verbais, ganhou a definição de *intericonicidade* em Courtine:

a noção de intericonicidade é uma noção complexa, porque ela supõe a relação de uma imagem externa, mas também interna, as imagens de lembranças, as imagens de memória. As imagens de impressão visual armazenadas pelo indivíduo. Imagens que nos façam ressurgir outras imagens, mesmo que essas imagens fossem apenas vistas ou simplesmente imaginadas. (COURTINE, 2005)

No Brasil, o professor Nilton Milanez é um dos principais debatedores do pensamento de Jean-Jacques Courtine. Milanez foi seu aluno, em Paris, tendo tido oportunidade de aproximar-se do mestre para entrevistá-lo em duas ocasiões. Desses encontros, resultaram vários artigos com o propósito de compreender o funcionamento da memória no campo discursivo das imagens.

Ao longo de duas décadas, o conceito de intericonicidade foi sendo elaborado e reelaborado por Courtine. Milanez (2013) diz que o pesquisador francês está empenhado em fazer uma arqueologia do imaginário humano. A palavra “arqueologia” empregada por ele está mesmo baseada em Foucault (2010), já que Courtine revisita o conceito de enunciado proposto pelo autor de “A Arqueologia do Saber”, aplicando-o às materialidades não verbais. E, Milanez (2013, p. 347) corrobora: “há um trabalho discursivo essencialmente com a língua que pode, certamente, ser deslocado para se pensar a imagem”.

Outros pesquisadores têm feito esse deslocamento, como por exemplo, Indursky (2011), ao analisar o “discurso do descobrimento do Brasil” em materialidades distintas: a “Carta de Caminha”, um quadro sobre a “Primeira Missa”, uma marchinha de carnaval e um *cartoon*. A autora desenvolve interessante ponto de vista sobre a rede de memória que faz ressoar sentidos:

deste encontro/desencontro entre o dizer cristalizado pelas práticas discursivas, que faz ecoar um sentido que circula na memória social, e sua resignificação pelo sujeito do discurso, que se desidentifica, se contraidentifica com os saberes do discurso fundador do/sobre o descobrimento do Brasil, dá-se a resignificação dos pré-construídos analisados. (INDURSKY, 2011, p. 85)

E o caminho trilhado por Indursky aponta o horizonte a mirar: “a memória na AD não é de natureza cognitiva, nem psicologizante. A memória neste domínio de conhecimento é social” (ibidem, p.75). A noção de *memória discursiva*, portanto, será empregada para se identificar como certos enunciados sobre a mulher estão na origem dos discursos, como são retomados ou transformados e como permanecem (ou não).

Bom, a partir da delimitação desses conceitos apresentados e que vão pautar as análises, o que se quer saber é: *como* um discurso produz sentidos, *como* um enunciado, em dada materialidade, realiza a discursividade que o constitui e *como* os discursos veiculados pela imprensa produzem memórias sobre a mulher.

- 1) Quem é a mulher/vítima do crime? Como ela se diz?
- 2) Como o acusado/réu vê a mulher/vítima?
- 3) Como o discurso jurídico vê a mulher/vítima?
- 4) Como o discurso jornalístico vê a mulher/vítima?
- 5) Como as imagens escolhidas para ilustrar as narrativas jornalísticas sobre o crime produzem discursos sobre a mulher/vítima?

Para tentar responder, é preciso identificar quais termos ou expressões aparecem nos discursos sobre a mulher/vítima, qual é a acepção considerada dessas expressões e se elas voltam com regularidade. Quais seriam as leituras possíveis sobre os interdiscursos dos enunciados analisados? Quais regularidades de memórias discursivas podem sugerir o imaginário social sobre a mulher no Brasil, ao longo dos últimos 50 anos? As imagens veiculadas suscitam a memória de outras imagens? Que discursos e interdiscursos elas produzem, ou seja, é possível identificar traços de intericonicidade?

Estas são algumas perguntas para as quais navego em busca de respostas. Escolha o seu lugar na proa, porque agora, esta viagem entra em mares ainda mais revoltos.

Capítulo 5 – Águas revoltas: Discursos, Imagens e Sentidos no “Caso Eliza Samudio”

*“A investida do réu contra a vítima não foi a primeira vez,
mas, certamente, foi a última.
A supressão de um corpo humano
é a derradeira violência que se faz com a matéria.
Um ato de desprezo e vilipêndio”.*

Marixa Fabiane Rodrigues

(08 de março de 2013)

No quinto capítulo, estão os gestos de análise sobre o *corpus*, observando as materialidades discursivas a respeito da mulher, que aparecem com certa regularidade nos discursos da imprensa. As noções de AD apresentadas no capítulo anterior serão aqui aplicadas aos discursos verbais e não verbais, em dezenas de reportagens do “Caso Eliza Samudio”, que tratam da gravidez, da denúncia de agressão, da prisão dos acusados, trazem os depoimentos, e, por fim, os julgamentos. Observa-se, ainda, que imagens da atualidade evocam imagens do passado, comparando o Caso Eliza ao Caso Dana, de onde se depreendem efeitos de sentido de desqualificação da mulher, a partir do enquadramento da realidade proposto pelo jornalismo numa teia discursiva sobre o feminino.

5.1 GESTOS DE ANÁLISE

A cobertura da imprensa sobre fatos que rompem a normalidade, como os crimes, e ainda casos que envolvem celebridades, sempre atende aos interesses de comercialização de jornais, audiência em agências de notícias e aos índices do Ibope em emissoras de TV. Por vezes, tornam-se duradouras, extensas. O “Caso Eliza Samudio” é

assim. Alcançou enorme repercussão por levar ao banco dos réus o goleiro do maior time de futebol do país. O Flamengo havia sido Campeão Brasileiro em 2009 e Bruno Fernandes estava no auge da carreira, um ídolo para os torcedores. Eliza foi sequestrada e morta em junho de 2010.

Por isso, é importante elaborar entre inúmeras reportagens de diversos veículos, um recorte que permita a análise, dentro de um limite temporal dos acontecimentos, permitindo uma metodologia de trabalho para esta pesquisadora.

Eis o recorte:

- a) análise das primeiras reportagens sobre Eliza Samudio em 2009;
- b) análise de reportagens na semana da divulgação do crime;
- c) análise de reportagens na semana da prisão dos acusados;
- d) análise de reportagens na véspera do julgamento dos acusados;
- e) análise de reportagens durante o julgamento dos acusados;
- f) análise de reportagens em eventual situação jurídica, fora do julgamento, que tenha mobilizado a imprensa.

Quanto à escolha dos veículos de imprensa, os critérios de seleção foram os seguintes: **Emissoras de TV** - reportagens veiculadas nas duas emissoras de televisão com maior abrangência de sinal no país, cujos principais telejornais e revistas eletrônicas fazem concorrência direta, em função do mesmo horário de exibição, e cujo Ibope registra os índices frequentes de 1º e 2º lugares na preferência do público: “Rede Globo” e “Rede Record”. Há uma exceção, contudo, em relação à única entrevista que Eliza Samudio gravou para uma emissora, em outubro de 2009, que foi para a “RedeTV!”.

Jornais impressos (em suas edições *online*) – o jornal “Extra”, do Rio de Janeiro, por ter sido o jornal que apresentou Eliza Samudio em agosto de 2009, inclusive com vídeo gravado na porta da Delegacia de Atendimento à Mulher, quando Eliza denunciou Bruno como seu agressor em outubro daquele ano; e o jornal “O Estado de S. Paulo”, com o intuito de buscar um contraponto de cobertura, pois o jornal não está localizado na mesma cidade do Clube Regatas Flamengo e porque Eliza

Samudio morava na capital paulista. Um segundo fator justifica a escolha dos veículos: o acesso ao seu acervo digital.

Considero importante dizer que, por se tratar de uma tese sobre Memória Social, escolhi um caminho para buscar os registros textuais e imagéticos sobre o caso, que não fosse restrito aos pesquisadores acadêmicos. Selecionei como *corpus* desta pesquisa, as reportagens que pudessem ser encontradas em buscas pela internet, nos *sites* das emissoras de TV e nos acervos digitais dos jornais. Para o “Caso Dana de Teffé”, como mencionado no **Capítulo 4**, recorri ao acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e também aos acervos dos jornais atuais “O Globo” e “O Estado de S. Paulo”, mantendo a preocupação de buscar veículos de cidades distintas.

Acredito que o fato de os arquivos sobre o “Caso Eliza Samudio” estarem disponíveis na rede mundial de computadores, ainda hoje, seis anos após o crime, faz com que o acesso a essa memória não seja uma exclusividade acadêmica. E, mais do que isso, as TVs e jornais, portanto não “*antecipam as páginas da história*” apenas no momento das transmissões ao vivo, mas assumem uma função arquivística dos acontecimentos à medida que qualquer pessoa tem acesso às reportagens, na íntegra, pela internet, a qualquer tempo.

Assim, desde a denúncia em 2010 até o julgamento de todos os envolvidos em 2012 e 2013, o “Caso Eliza Samudio” foi um acontecimento jornalístico mantido em pauta com considerável regularidade. E, após 2013, até os dias de hoje, Bruno Fernandes é nome frequente nos noticiários. Mesmo preso e condenado, ele ainda grava entrevistas para programas de TV. O goleiro pode não mais ser aclamado pela torcida nas arquibancadas, mas ainda permanece *in scaena*.

Eliza? Eliza Silva Samudio ele fez questão de tirar de cena.

5.1.1 Discursos verbais e não verbais

Na análise de discurso, a linguagem não é transparente. Orlandi (2010) esclarece que interpretar não é tão somente *atribuir* sentido, mas expor-se à opacidade do texto e buscar explicitar como um objeto simbólico *produz* sentidos. É, portanto, a

possibilidade de contemplar o movimento de interpretação que caracteriza a posição do analista.

Como as imagens de hoje evocam imagens e memórias do passado? Nos processos comunicacionais há sempre uma “seleção memorável” produzida no presente, nas palavras de Barbosa e Ribeiro (2011), ou seja, uma construção de historicidade sob a roupagem do acontecimento jornalístico. Ao que vem corroborar Ferreira (2011):

Nas hierarquizações, acomodações e deslocamentos de sentidos que se inscrevem na materialidade da linguagem (verbal e imagética) vão sendo construídas nas páginas dos periódicos, representações dos acontecimentos que poderão vir a estabilizar-se no imaginário social e que, muitas vezes, lhes conferem a condição de acontecimento histórico e memorável, funcionando, portanto, em diferentes dimensões temporais simultaneamente. (FEREIRA, 2011, p. 243)

Entre essas hierarquizações estão, sem dúvida, a escolha pela imagem que vai ilustrar a capa da edição de um jornal, ou a foto que ganha destaque no corpo da reportagem, entre as dezenas de outras captadas para aquela matéria; as palavras escolhidas para o título da notícia, para as legendas e assim por diante. Falando em telejornalismo, o mesmo se dá ao redigir o texto a ser lido pelos apresentadores, gravar a passagem e, sobretudo, selecionar as imagens que vão “cobrir o *off*” (são as cenas que passam “sobre” o texto lido/gravado pelos repórteres).

Para analisar os discursos não verbais do “Caso Eliza Samudio” vou me dedicar a estudar algumas imagens de Eliza e Bruno veiculadas nos jornais e TVs dentro desses eventos apresentados no início do capítulo: a gravidez de Eliza, a denúncia de agressão, a prisão dos acusados, os depoimentos, os julgamentos.

Assim, vejamos.

Análise das primeiras reportagens sobre Eliza Samudio: agosto e outubro de 2009

Extra – 25, 26 e 27 de agosto de 2009

Em agosto de 2009, o jornal “Extra”, do Rio de Janeiro, foi o veículo de imprensa procurado por Eliza Samudio para falar sobre sua gravidez. A motivação da

modelo teria sido uma reportagem publicada naquele veículo, alguns dias antes, sobre a nova namorada de Bruno Fernandes. Eliza, que estava no Rio com hospedagem paga pelo jogador e era por ele procurada com frequência para encontros e jantares, sentiu-se enganada. Em suas declarações, disse que Bruno tentava lhe convencer a abortar a criança, pois ele era casado, pai de duas filhas e alegava que ela, Eliza, iria estragar a vida dele.

Assim, ao ler a reportagem em que o jogador assumia um novo namoro, Eliza entendeu que ele mentia e resolveu dizer, ao mesmo jornal, que ela existia, estava ali, e trazia um filho de Bruno no ventre. Mas como os jornalistas divulgaram essa notícia?

Deu capa. 25 de agosto de 2009. “*Má fase de Bruno tem explicação: ela*”. “*Paranaense diz estar grávida do goleiro do Fla, que perde a paz: ‘Essa mulher é maluca’*”.

Na fotomontagem da capa, Bruno está à esquerda, carrega uma rede de bolas de futebol nas costas, imagem que ressalta sua função de goleiro e traz um olhar quase raivoso. Ele olhava para alguma outra coisa que está fora do contexto, mas como é uma montagem, seu olhar se direciona para Eliza, que está à direita do quadro. Ela, por sua vez, fotografada diante de um espelho, levanta uma camiseta preta, estilo corpete, e mostra o início da gestação.



Figura 34 - A primeira imagem de Eliza. Jornal Extra de 25/08/2009

Em duas frases curtas, na manchete do jornal, Eliza é apontada como “*maluca*” e já responsabilizada pelo insucesso do capitão do time rubro-negro, que perdeu a paz. É uma afirmativa sobre a má fase do jogador. Não há margens para dúvidas: ela é a razão. No pequeno texto da chamada de capa, a contabilidade do prejuízo que Eliza causa: “*Desde que toda confusão começou, há três meses, Bruno já levou 34 gols*”.

No interior do caderno de esportes, o Flamengo ocupa duas páginas. Eliza, é o tema de uma matéria em *box*, na página 7. O título segue a mesma linha anunciada na capa: Eliza é um problema. “*Novo problema extracampo*”. “*Paranaense afirma estar grávida do goleiro, que passa por má fase*”. Dois fragmentos do texto são retirados como destaque, ou “olho”, como se diz em jornalismo impresso. Uma frase de Eliza, outra de Bruno: “*Ele disse que me ajudaria, mas sumiu há 15 dias*”. “*Essa mulher é maluca. Não está grávida de mim*”. A heterogeneidade mostrada no discurso, na voz de Bruno, é a mesma da capa do “Extra”, reiterando o valor depreciativo sobre Eliza, que, então, não mereceria crédito. Em tese, ninguém leva a sério uma pessoa “*maluca*”.

No segundo parágrafo, a reportagem diz que Eliza está vivendo “*um inferno astral*” e acompanhando as “*mudanças*” de seu corpo. As duas expressões estão associadas à gravidez, como se fosse realmente algo ruim. Inferno não é um termo que suscita uma memória de algo agradável; e falar em mudança no corpo, costuma ser um susto, quase um terror em algumas mulheres interessadas em estética. De modo que as leitoras, mesmo que não encarem a gravidez sob este prisma, facilmente associarão Eliza àquelas que não aceitam as mudanças corporais da gestação.

Mais adiante, a matéria apresenta como razão para Eliza ter falado sobre a gravidez com os jornalistas, a sua “*revolta*” pelo fato de Bruno namorar outra pessoa. E diz que a modelo saiu de São Paulo, porque estava “*sem dinheiro para bancar um plano de saúde*”, indo para o Rio de Janeiro com a “*missão de conseguir que o jogador assumira os gastos antes e depois da criança nascer*”. Recorrendo à noção dos interdiscursos implícitos, eles aparecem neste enunciado: Eliza é uma mulher sem recursos e, logo, engravidada de um jogador rico, deslocando-se para o Rio de Janeiro com a “*missão*” de lhe ‘arrancar’ dinheiro.

Na fotografia Eliza está de pé, encostada a um espelho, olha para a câmera. Sua postura sugere que foi instruída a posar para a foto. O semblante do rosto é sereno, nem alegre nem triste.

Eliza tem uma fitinha no pulso, dessas de se fazer três nós, com três pedidos. Pode ser do Senhor do Bonfim, de Nossa Senhora do Bom Parto, de Frei Galvão, o primeiro Santo Brasileiro reconhecido pelos milagres em casos de gravidez difícil, ou de qualquer santo de sua devoção; pode não ser de santo, mas apenas a lembrança de uma cidade turística que ela tenha visitado. Fato é, que a fitinha vermelha, ainda nova, simboliza o gesto de quem espera. Espera realizar desejos, espera por um filho e espera que o pai assuma a criança.



Figura 35 – Eliza Samudio no hotel no Rio em agosto de 2009.

Nesta imagem, nada é exagerado. O esmalte é branco. A maquiagem é discreta, um suave *blush* para corar a face, lápis nos olhos e batom cor de boca. Não usa joias caras, tem somente um anel, brincos pequenos e um fino cordão de ouro, que poderia, até mesmo, ser apenas folheado a ouro. A camiseta acabou de sair da mala de roupas, ainda está amarrotada e a calça jeans comum, não aparenta ser nova. A imagem que vejo não se impõe com a força da descrição dada pela jornalista que a entrevistou: “... de blusa decotada preta, seios fartos à mostra e uma calça justa, parecia ter se

arrumado para sair bem na foto, como uma mulher traída que tentava atrair seu companheiro de volta”.

Neste mesmo dia, a equipe do “Extra” fez a fotografia que será a base de todas as artes da série de reportagens em 2010 durante as investigações.



Figura 36 - Eliza Samudio. Foto serviu de base para artes gráficas do Extra

Neste ângulo sim, os seios são fartos. Mas a expressão de seu rosto não convence como se a modelo estivesse atrás dos 15 minutos de fama, ou vendesse a imagem de mulher traída disposta a tudo para reconquistar o amor. Eliza Samudio não parece confortável com a sessão de fotos. Eu diria, até, que está sem graça e sua imagem demonstra timidez, ao fechar os dedos, segurar as mãos. Se em algum momento ela apertasse os dedos com um pouquinho de força, seria possível dizer que estaria nervosa.



Figura 37- Arte do jornal Extra sobre o caso.

Esta foi a primeira reportagem sobre Eliza Samudio, relativa ao seu envolvimento com Bruno Fernandes. Foi assim que Eliza apareceu na mídia: como quem se descontrola por ciúmes, viaja atrás de dinheiro, não tem ninguém no mundo e causa problemas de tal ordem, que o rendimento profissional do atleta ficou abalado. Por sua vez, Bruno fala, via assessoria, que a modelo ciumenta está mentindo, só quer aparecer e é “*maluca*”. Será que a primeira impressão é a que fica, como no ditado popular? Esses enunciados e seus sentidos encontrarão regularidade nos discursos subsequentes?

A reportagem do “Extra” chama para o vídeo⁵³ disponibilizado em seu *site*, em que Eliza Samudio conta sobre a gravidez. Vídeo este que o jornal anunciou nas semanas seguintes ter sido campeão de acessos. Pode-se ver pela inscrição da abertura, que o discurso veiculado nas páginas impressas se reproduz na tela. O internauta, antes mesmo de ouvir o que Eliza tem a dizer sobre a gravidez e seu relacionamento com Bruno Fernandes, recebe um pré-julgamento sobre a má fase do goleiro, atribuída à modelo.

Imagens em movimento trazem outros elementos além dos que podem ser descritos e interpretados na análise de fotografias. O corpo fala. A linguagem corporal é, portanto, não verbal e existem ciências adequadas ao seu estudo, como a psicologia ou a neurociência, por exemplo. Olhar a linguagem corporal como discurso, é justamente colocar em operação uma heterogeneidade de saberes, identificar os interdiscursos e apontar possíveis intericonicidades da nossa cultura.



Figura 38- tela de apresentação do vídeo com entrevista de Eliza Samudio ao jornal Extra

⁵³ Vídeo gravado pela equipe do jornal “Extra”, com Eliza Samudio, em agosto de 2009. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8phZH32nanU>> Acessado em 20/07/2012.

Eliza é comedida nos gestos. Está sentada, enquadrada em plano médio na altura do peito, o que a aproxima do espectador, pois este é um enquadramento padrão de entrevistas. Não movimentava os braços. Suas expressões são apenas faciais, com poucos movimentos de cabeça, às vezes olhando rapidamente para o lado, dando a entender que alguém mais, além da repórter e do cinegrafista, acompanhava a entrevista⁵⁴. Seu olhar não se direcionava à câmera. Em 3'45" de vídeo, ela olha para o cinegrafista por segundos muito rápidos e seus olhos se voltam novamente para a repórter, com quem conversa.



Figura 39 - *frame* de vídeo da entrevista ao Extra, em agosto de 2009.

Eliza está calma. Sua voz não se altera em nenhuma resposta. Os olhos que não querem se fixar à lente reforçam a imagem de que há um certo desconforto em tudo aquilo. Ela quer gravar, tem uma história para contar, mas não se sente muito à vontade, é tímida. Tem cuidado ao dizer que o goleiro do Flamengo a havia xingado, mandando-a “*para a puta que pariu*”. Assim que diz isso, coloca a língua entre os dentes, seus olhos se abrem num pequeno espanto, como quem sabe que certas palavras costumam ser cortadas nas entrevistas. Mas nesta, não foi.

⁵⁴ Em outubro se viria a saber, pelos depoimentos prestados na delegacia, que uma miga de Eliza estava presente no hotel, no dia da gravação.

Nem todos os leitores recorrem ao *link*, nem todos os internautas lêem as matérias impressas; mas a repórter que assina o texto jornalístico é a mesma que gravou o vídeo com Eliza num quarto de hotel da Barra da Tijuca. Interessante observar que a jornalista não escolheu narrar determinados pontos da conversa que revelam, justamente, que Bruno mantinha um contato regular com a modelo e teria mudado de comportamento, de acordo com o que relata Eliza: “*A gente continuou se vendo, se falando. Até 15 dias atrás estava tudo ótimo, tudo às mil maravilhas. Aí, do nada, ele ficou maluco. Eu tento falar com ele, ele não me atende, ‘manda eu’ pra ‘puta que pariu’ e não sei mais nem o que fazer*”.

Aqui, é Eliza quem diz que Bruno é “*maluco*” e demonstra não se importar com ela. Em relação ao dinheiro, diferente de ter a “*missão*” de conseguir que Bruno assuma as despesas médicas, Eliza em sua entrevista reconhece que o goleiro tem condições financeiras, mas diz estar interessada no ato dele assumir a paternidade. Ela quer um pai para o filho, mesmo apontando o desprezo do jogador para com ela:

“*O dinheiro é o de menos. Eu acho que, por ele ser pai, ele deveria fazer o papel dele de pai, né? Aí vai da consciência dele e não da minha.*” (...) “*Ele queria mesmo ter a certeza que eu ‘tava grávida, aí eu fiz ultrassom e ficou por isso mesmo. Até agora ele sumiu, desapareceu. No começo falou que ia ajudar que ia isso, que aquilo. Aí, do nada, ele falou que não queria mais, que era pra eu me virar, pra eu me ferrar*”.

Por que essas declarações de Eliza Samudio não foram publicadas também na mídia impressa?

No dia seguinte, usando o jargão do meio jornalístico, o caso rendeu uma “*suíte*”, ou seja, o veículo voltou ao tema. Dessa vez, a entrevistada foi Dayanne Souza, ex-mulher do goleiro. Dayanne aparece como defensora de Bruno, dizendo que irá apoiá-lo caso o exame de DNA confirme a paternidade. Ela diz que eles ainda são casados, mas o relacionamento estaria passando “*por um tempo*” desde janeiro daquele ano. Lamentou o envolvimento de Bruno com a dentista Ingrid Calheiros, sua nova namorada, e com Eliza Samudio: “*essas meninas não se preocupam com a carreira dele, elas estão se focando em aparecer*”.

O jornal transcreve o que diz Bruno Fernandes, em nota: “*Não reconheço essa paternidade e muito menos qualquer evento que possa tê-la gerado*”. Nas 14 linhas

finais, a informação de que Eliza teria entrado na justiça com o pedido de reconhecimento de paternidade e já voltado para São Paulo.

Possivelmente a entrevista de Dayanne foi feita por telefone, a julgar pela foto de arquivo, do ano de 2007. Tanto é, que Dayanne de Souza estampou as páginas do jornal “Extra” no dia seguinte, 27 de agosto de 2009, em nova reportagem com o título: “Visual novo para trazer o antigo amor”. São três colunas de uma matéria que enfatiza sua vontade de que Bruno volte a viver com ela e, para isso, Dayanne teria dado uma “repaginada” estética.

CAMPEONATO BRASILEIRO Quinta-feira 27 de agosto de 2009 • JOGO EXTRA

Visual novo para trazer o antigo amor

Dayane Souza, ex-mulher de Bruno, aparece repaginada e diz que ainda é apaixonada

MEMÓRIA **ENREDO DE NOVELA**

mas eu sinto ele e não preciso esconder. Quero muito que ele volte. Ela sabe que o lugar dele é o campo, com a família — afirma Dayane, mãe das duas filhas de jogador: Bruna Vitória e Maria Eduarda.

De três ou sete meses há 40 anos. Bruno e Dayane se reencontraram em Minas Gerais, e começaram a namorar. Ela não teve se casar, e “deram um tempo” em janeiro deste ano. Como menciona antes, Bruno se envolveu numa contenda após dar uma entrevista num site em Ribeirão das Neves (MG), com gravação de programa.

— Na época, disseram que o churrasco tinha sido no mesmo site. Mas não foi em um ali do lado. Não houve nem época, disse muito entusiasmada, mas depois perdeu — contou.

Visual novo
Dayane, ao ver uma foto sua de 2007 no jornal, Dayane ficou pasmada.

— Nossa, eu estava horrível. E agora estou lindona, uma novidade — falou a ex-mulher de Bruno, assombrada com o passado recente. — Alíci o cabelo, fita ligo, colares, lantejoulas. Fazer ficar bonita para ele e para mim.

Dayane disse que mulher de jogador de futebol tem que ser forte. Então, não aguenta o uso de drogas. Faltou? Ela não se dá conta. Não se queixa, nem fofoca. Ela nunca viu. Ela não viu a fofoca, jogou fora.

Paranaense: pivô do drama

há três semanas, o goleiro Bruno assumiu um relacionamento de certa de nove meses em jornal para fotos numa churrascaria em um restaurante rica Turquia Calçados.

Mãe a mulher polêmica surgiu, antecorrem, com as revelações de paranaense Eliza Samudio, de 28 anos, que se diz grande do jogador de Flamengo.

Ela conta que conheceu Bruno em maio deste ano, num churrasco. Logo depois, ele teria engravidado do jogador, que por enquanto não reconhece a paternidade. Bruno fez um teste com as imagens de paranaense, e divulgou no-

ta oficial dizendo que estava o caso a Justiça. O goleiro também garantiu que o filho não é dele, o que Eliza está querendo sua quem muitas de fama às suas costas.

Na última semana, a paranaense Eliza ligou para a mãe de Bruno, Dayane, contando sobre a gravidez e a recusa de Bruno em assumir a paternidade, apenas com DNA. Dayane disse que viu a suposta amante de seu marido, mas não quis opinar se acreditava ou não nela. Ela, que atualmente vive em São Paulo, disse voltar hoje à cidade, onde irá apoiar a ex-esposa no processo na Justiça.

MEMÓRIA **ENREDO DE NOVELA**

Dayane mostrou novo visual e diz que ainda ama Bruno



Figura 40 – jornal Extra edição de 27/08/2009

No quadro (box) “Memória - Enredo de Novela”, uma matéria cujo título coloca Eliza como protagonista de outro problema, desta vez, não só profissional, mas um problema afetivo, para toda sua família: “Paranaense: pivô do drama”. Dois dias antes, Eliza era responsável pela má fase do jogador em campo. Agora, é “pivô” de um “drama” familiar narrado pela ex-mulher de Bruno, Dayanne Souza. As materialidades discursivas sustentam o já-dito de que Eliza apareceu para atrapalhar a vida do goleiro.

Eliza Samudio falaria ao “Extra” e à “RedeTV!” dois meses depois. Mas aquelas seriam suas últimas declarações à imprensa.

Extra - 14, 15 e 16 de outubro de 2009.

Por que Eliza voltaria para o Rio de Janeiro? Talvez as respostas estejam em suas declarações, quando dizia não conseguir “*guardar raiva ou mágoa de ninguém*”. Ou porque Eliza era uma mulher que trazia em seu coração os sonhos de viver um conto de fadas? Como aqueles, narrados nas histórias de princesas, que povoam o imaginário de muitas meninas desde tenra infância, à espera do príncipe encantado, que as ame e transforme sua vida. Mas por que a mídia escolheu atribuir a Eliza os sentidos de “Maria Chuteira”, expressão que no senso comum se convencionou designar a mulher que se aproxima de jogador de futebol por interesse, e não os de “Cinderela”, por exemplo?

Sonhos de princesa não são exclusividade de meninas com vidas de gata borralheira. Para exemplificar, vale citar o caso da modelo Daniella Cicarelli (que não tinha vida de gata borralheira, mas sonhos de princesa) quando casou-se com o jogador da seleção brasileira Ronaldo, em fevereiro de 2005, com toda pompa que convém à realeza, no Castelo de Chantilly, na França. O matrimônio, na verdade, se desfez em três meses. Mas quanto tempo dura um sonho? O de Eliza, para que Bruno reconhecesse a paternidade do filho, durou 13 meses entre a gravidez e sua morte.

Madrugada de 13 de outubro de 2009. Eliza a descreveria como um pesadelo. No fim da tarde daquela terça-feira, estaria numa delegacia de mulheres para registrar queixa de agressão, sequestro e tentativa de aborto, contra Bruno Fernandes e dois amigos dele. Um repórter do jornal “Extra” gravou uma entrevista com Eliza, na porta da DEAM de Jacarepaguá, zona oeste do Rio. Tudo o que ela disse acabou por se confirmar como um crime anunciado. Bruno Fernandes das Dores de Souza a ameaça de morte. E cumpre. Erra, quando aposta que ninguém saberá que foi ele.

Eliza parece assustada. Ela não estaria se divertindo por registrar uma queixa de agressão.

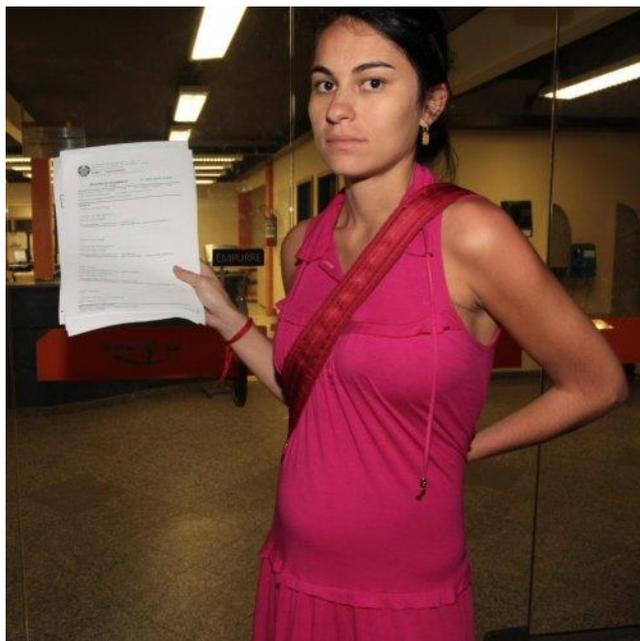


Figura 41 - Eliza Samudio na DEAM de Jacarepaguá em outubro de 2009.

Sem maquiagem, cabelos presos, está com os mesmos brincos, mas sem o cordão. Uma das mãos apoia as costas, gesto comum às gestantes. Eliza está com um vestido de malha rosa, corte simples, confortável. Talvez seja uma daquelas peças ‘de ficar em casa’, pois é a roupa que estava usando quando foi chamada de madrugada, para encontrar-se com o goleiro no portão da casa. Passou horas sofrendo ameaças de morte e tentativa de aborto. Assim que seus sequestradores a libertaram, a modelo foi para a delegacia. Com a queixa nas mãos, a mostra para o fotógrafo como quem diz: ‘agora estou protegida. Tudo o que eu sofri, está registrado aqui’.

Eliza ainda não apresenta, pelo menos não nas imagens registradas até esse momento, um guarda-roupas que corresponda a alguém que se aproxima de jogadores ricos por interesse. Caso o tenha feito e ganhado algum dinheiro, ela não o aplicou em moradia (morava de favor), roupas caras ou um plano de saúde para o seu filho (fez o pré-natal no postinho de saúde pelo SUS, em Jacarepaguá). No dia seguinte à queixa, embarcou de avião para São Paulo usando o mesmo vestido. Nesse caso, a imagem de “*vaidosa*” como lhe atribuem os jornais, cedeu espaço para uma moça insegura, com medo, que sai às pressas do Rio, onde foi ameaçada de morte.

O depoimento de Eliza, ali, ainda fragilizada pelas agressões, sem ter a menor noção de que não estaria segura ao registrar a queixa, foi apresentado, três anos depois, no Tribunal do Júri, em Contagem (MG). Ela, que não mereceu crédito durante a

denúncia, tendo negada a proteção da Lei Maria da Penha, bem como não realizados os exames para comprovar a ingestão de substâncias abortivas, só teve voz quando já não podia mais ser protegida. Restava julgar e condenar seus algozes.

“Aí, ele pegou, começou a me bater, falou assim⁵⁵: ‘ah ‘cê’ não queria se aparecer? Você foi no jornal, rindo, falando que você ficou com isso e com aquilo’. Me deu dois bofetões ‘enorme’ na cara. Aí, ele pegou e ficou rodando, rodando, rodando e falou assim: ‘ah, não sei se eu te mato, não sei o quê que eu faço’. Aí eu falei assim: se me matar é pior porque as pessoas vão atrás de você. Aí ele pegou e falou: ‘mas se eu te matar e te jogar em qualquer lugar não vão descobrir que fui eu’. Aí eu falei assim: tá bom, tá, eu tiro, o que você quer? (...) Pra eu poder ganhar tempo; até então, eu ‘tava calma, tentando dialogar. (...) Aí ele pegou e foi pra casa dele, me levou pro apartamento dele, me deu um monte de remédio pra dormir, uma bebida horrorosa, horrível, que eu não sei o que era, pra eu beber, aí eu bebi e dormi. Acordei agora, duas horas da tarde. Aí eles falaram: ‘tá bom, óh, sexta-feira você vai abortar a criança’. Aí ele falou assim: ‘se você for na delegacia ou em qualquer lugar eu vou atrás de você, mato você, mato sua família, mato as suas amigas que eu sei aonde tá cada uma, tenho o nome de cada uma delas’”.

Bruno falava do lugar de quem tem certeza da impunidade. Do alto do pedestal de um semideus do futebol. O jornalista pergunta: - “Essa não foi a primeira vez, então, que ele te ameaçou”? Eliza responde: “Não, foi a segunda vez. A primeira vez, até então, a minha advogada me orientou a ir numa delegacia. Aí, eu, pra evitar transtorno, falei: ‘ah, foi só uma ameaça não vai dar nada’. Aí, agora, ele falou assim: ‘eu sou pior do que você pensa, eu sou frio e calculista. Esperei a poeira baixar e vim atrás de você, você não vai ter esse filho porque eu não quero’. Falou: eu te ofereci dinheiro, te ofereci tudo, você não quis, agora quem não quer sou eu”.

No vídeo gravado na porta da Delegacia da Mulher, Eliza Samudio está olhando para a câmera (ou celular, a julgar pela qualidade das imagens), porque o jornalista que está filmando é quem lhe faz as perguntas.

⁵⁵ Vídeo gravado pelo jornal “Extra” com Eliza Samudio em 13/10/2009, na porta da Delegacia da Mulher. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RLUQ-tfNCzY>> Acessado em 20/07/2012.

A modelo apoia as mãos numa mureta. A imagem mostra a inscrição na fachada do prédio, de “atendimento à mulher”. Ela está firme nas palavras contando os detalhes da agressão que sofreu. Mas não é uma entrevista raivosa. Seu tom é inequívoco de que ali há uma grave denúncia.



Figura 42 - *frame* de vídeo Eliza em entrevista ao Extra na DEAM. 13/10/2009

A retranca da reportagem na página 3 do caderno de esportes do “Extra”, no dia 14 de outubro de 2009 é “*Barraco no Fla*”. Um eufemismo para amenizar a série de crimes ali cometidos por um ídolo do esporte. Esbofetear, apontar uma arma para a cabeça de Eliza, ameaçá-la de morte, forçar a ingestão de remédios, dizer que irá obrigá-la a fazer aborto, não são situações de um “*barraco*”. Ainda que os fatos estivessem sendo investigados antes de se confirmarem, o que o “Extra” chamou de “*barraco*” já era um caso de polícia, uma denúncia corretamente formalizada. Diminuir a força da denúncia, contribui para que ela não seja levada adiante.

No corpo da matéria, três títulos dividem a narrativa. O maior trecho refere-se ao teor da denúncia, mantendo em toda a construção textual o discurso reportado, sempre na voz passiva. É Eliza quem acusa, quem diz o que Bruno “*teria*” feito. Mas lembre-se, essa é aquela “*maluca*” de dois meses atrás. Procurado pelo “Extra”, Bruno tem sua fala

impressa na voz ativa: o jogador “preferiu” não comentar o “episódio”. Um segundo eufemismo diante de fatos graves. “Episódio” é coisa passageira, de menor importância, não consegue representar o todo, ou seja, um episódio não pode manchar a imagem do jogador, que afinal, teve um “*dia normal de treino*”. Esse é o título da nota, em duas colunas, sobre a rotina do goleiro não ter sido abalada após as acusações. “*Bruno foi ontem um dos primeiros jogadores a chegar ao treino da manhã, na Gávea*”.

Num pequeno *box*, o jornal sugere o teor novelesco das relações amorosas do goleiro, trazendo de volta a materialidade discursiva já expressa em agosto, na retransmissão “*Enredo de Novela*”, quando Eliza aparecia como o “*pivô de um drama*”. Agora, retoma a memória, termo escolhido para retrancar o quadro com o título “*Um enredo de novela das oito*”. Mas não é. Trata-se de um caso real. Porém, como alerta Coutinho (2012), o jornalismo se vale dos elementos da dramaturgia, elegendo mocinhos e vilões em suas construções narrativas que clamam por uma audiência típica dos folhetins.

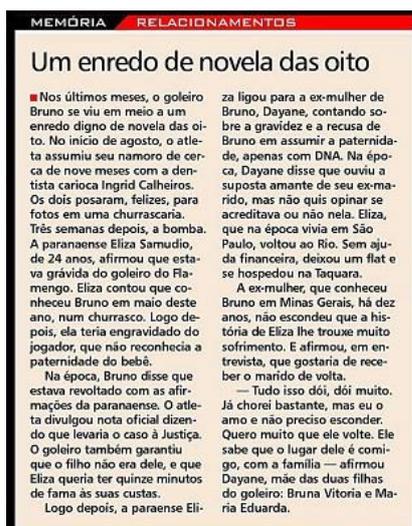


Figura 43– quadro memória jornal Extra edição de 14/10/2009

Eliza, de “*pivô*”, se transforma em “*bomba*”. O texto começa contando o namoro de Bruno Fernandes com a dentista Ingrid Calheiros e diz que os dois “*posaram felizes para fotos em uma churrascaria*”. Mas, “*três semanas depois, a bomba. A paranaense Eliza Samudio, de 24 anos, afirmou que estava grávida do goleiro do Flamengo*”. Novamente Eliza é apresentada aos leitores como aquela que estraga a felicidade de Bruno. E não apenas dele e Ingrid, mas também da ex-mulher, Dayanne Souza, que “*não escondeu que a história de Eliza lhe trouxe muito sofrimento*”. A matéria ainda

ênfatiza a negação do jogador em ser o pai do bebê de Eliza e que ela apenas quer ter “*quinze minutos de fama às suas custas*”.

No dia seguinte, assunto de capa. “*Perícia confirma que grávida sofreu agressão*”. Mas Bruno nega as acusações e diz que “*a jovem inventa histórias*”. No interior do caderno “Jogo Extra”, o tema ocupa inteiramente a página 3. A retransca escolhida é “*Romance policial*”. Três pontos se destacam como novidades em relação à reportagem do dia anterior: as palavras da delegada que atendeu Eliza, a divulgação de uma nota oficial de Bruno à imprensa e um quadro com cinco fotos de Eliza como candidata à “Musa do Brasileirão”⁵⁶.

A delegada Maria Aparecida Mallet acolheu as denúncias de Eliza Samudio e fez o requerimento de medidas protetivas a ela, com base na Lei Maria da Penha. A solicitação, contudo, deveria ainda ser analisada na justiça. Dias depois, uma juíza negaria o pedido, alegando que Eliza “*apenas ficou*” com Bruno e isso não daria a ela o direito de proteção.

Já a nota oficial do goleiro o coloca como vítima de uma pessoa mentirosa, interessada no brilho dos holofotes. “*Não é a primeira vez que ela inventa esse monte de mentiras para tentar me prejudicar. Da outra vez não provou nada e não vai provar novamente, porque inventou essa história toda. (...) Ela não se conforma porque já deixei claro que não quero nenhum tipo de relacionamento com ela. Não vou dar a essa moça os 15 minutos de fama que ela tanto deseja*”.

Vale aqui observar alguns termos modalizadores quando se trata de dizer que Eliza está grávida de Bruno e que ele a agrediu, e outros enunciados que incisivamente se contrapõem a essas afirmativas. Agosto de 2009: “*... um bebê de três meses que, segundo ela, seria filho, justamente, do goleiro Bruno*”; “*Eliza Samudio jura que o bebê é de Bruno*”; “*Paranaense diz estar grávida do goleiro do Fla*”; “*Bruno negou a história de Eliza*”; “*Ela não está grávida de mim*”. Outubro de 2009: “*A criança seria fruto de sua relação de quatro meses com Bruno*”; “*Na garagem, goleiro teria agredido Eliza com duas bofetadas*”; “*O goleiro rubro-negro nega veementemente as acusações de Eliza*”; ... “*inventou essa história toda*”.

⁵⁶ Brasileirão é o campeonato brasileiro de futebol. Há um concurso para eleger a “musa” da torcida dos grandes clubes e, depois, entre as musas de cada clube, os internautas elegem a “Musa do Brasileirão”, aquela que é considerada a mais bonita do campeonato.

É preciso que se diga que ser fotografada nessa posição era uma exigência do concurso. Todas as candidatas ao posto de “Musa do Brasileirão” exibem seu corpo como produto, a exemplo da modelo candidata pelo time do Corinthians⁵⁷.



Figura 45 – modelo Emanoele Batista candidata à Musa do Brasileirão pelo time do Corinthians no ano de 2012.

E se essa é uma exigência do concurso, pode-se concluir os pontos que realmente interessam aos avaliadores do certame e como a mulher é vista nesse meio. Esse tipo de enquadramento lembra imagens eróticas de mulheres que posavam para ‘folhinhas de calendários’, comuns nos anos 1970, usualmente vistas em borracharias e oficinas mecânicas pelo interior do Brasil. Aquelas mulheres com seios à mostra, corpos expostos para saciar os desejos sexuais masculinos, não eram consideradas ‘moças de família’ para se casar. Dentro dos lares e casas comerciais ‘de respeito’, as folhinhas dos calendários traziam paisagens, animais domésticos, orações, cavalos correndo pelas pradarias, mulheres fotografadas em atividades do lar, crianças, bebês... A tradição das folhinhas não se acabou, mas hoje são mais comuns na linha corporativa. Mudanças dos tempos em que as mulheres se inserem no mercado, as oficinas e borracharias ocupam os shoppings e concessionárias, a mulher também é motorista e frequenta ambientes até alguns anos atrás majoritariamente masculinos.

⁵⁷ Informações e imagens sobre o concurso Musa do Brasileirão disponíveis no site <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/musa-do-brasileirao-2012/perfil/1041370.html>> Acessado em 11/02/2016

Retomando as fotos de Eliza no “Extra”, entre os efeitos de sentidos que se pode depreender da divulgação daquelas imagens, quando o veículo anunciava que a modelo era o “*pivô de um drama*” na vida do goleiro do Flamengo, está o de que Eliza Samudio não é mesmo uma ‘moça para se casar’ ou namorar. A sequência de imagens, faz supor que ela quer estar cercada de jogadores, expõe-se para fotografias de um concurso que vai privilegiar o corpo como objeto. E isso, antes mesmo do Extra informar que Eliza gravou filmes *pornô*.

Na sexta-feira, 16 de outubro, estava previsto o depoimento de Bruno na delegacia, mas ele não foi. Viajou com o Flamengo para jogar no fim de semana em São Paulo. O “Extra” ainda não sabia que o goleiro faltaria ao compromisso e publicou uma reportagem com sua ex-mulher Dayanne. No título da matéria Dayanne não é chamada de “ex”: “*Mulher de Bruno faz a defesa do goleiro*”.

O que se pretende dizer quando um homem que não se separa legalmente da esposa, torna público um namoro e ainda engravida uma terceira mulher, recebe o apoio da primeira, que foi abandonada? O subtítulo explica: “*Dayanne Souza diz que seu marido nunca foi agressivo com ela*”.

A linha editorial está demarcada. Ao ouvir Dayanne - naturalmente uma entrevistada comprometida em defender Bruno, pois ela deseja que ele volte para casa, como marido, o que não faz questão de esconder -, o jornal enfraquece o teor das acusações de Eliza. Ao longo de uma vida, é possível que Bruno tenha encontrado um desafeto ou que o jogador já tenha se exaltado, em algum momento, demonstrando agressividade. Não só possível, como é fato: em setembro de 2005, então goleiro do Atlético Mineiro, Bruno brigou com torcedores e respondeu por lesão corporal. Atitude que se repetiria em 2008, já no Flamengo, tendo sido condenado a pagar cestas básicas para instituições sociais.

No entanto, o jornalismo do “Extra” não segue por essa linha de apuração. Ao contrário, é a segunda vez que afirma que o “*jogador treina normalmente*” depois das denúncias. A reportagem valoriza o equilíbrio, ressalta o bom comportamento com a esposa que, apesar de deixada, o defende; e, ao informar que Bruno comparece aos treinos, como se um caso de polícia não estivesse acontecendo fora dos gramados, todo o discurso construído sugere pensar na máxima ‘quem não deve, não teme’.

Resta saber como a imprensa vai se comportar a partir de junho do ano seguinte, quando houver o desaparecimento e morte de Eliza Samudio. Durante as denúncias de 2009, ela foi pouco ouvida, caindo no limbo: o que ‘não está na mídia, não está no mundo’. Tanto é, que suas imagens durante a cobertura do “Caso Eliza Samudio” ficaram restritas às fotos e vídeos do jornal “Extra” e àquelas disponíveis em sua rede social. As emissoras de TV, por exemplo, não possuíam arquivos com Eliza. Exceto uma.

RedeTV! - 16 de outubro de 2009.

Eliza Samudio concedeu uma longa entrevista ao programa “A Tarde é Sua”, da “RedeTV!”, apresentado pela jornalista Sônia Abrão. Os vídeos de Eliza são a única chance de ouvi-la. E a mim, revelam uma inocência que não aparece nos discursos veiculados pela imprensa sobre ela. Eliza não demonstra, em suas palavras e gestos, a pesada carga de mulher interesseira em ‘pegar barriga’ de um homem rico para fazer a vida. E, ainda que o quisesse, quando o parceiro não deseja a gravidez, deve se atentar aos métodos contraceptivos; ainda que a motivação para tornar pública sua gestação tenha sido o ciúme; ainda que ela tenha recorrido à justiça para que Bruno reconhecesse a paternidade e respondesse pelas agressões; ainda que tenha tentado carreira como modelo, gravado filmes eróticos, saído com diversos jogadores de futebol... Ainda assim, com todas essas questões, a sua fala, o tom de voz, o vocabulário, o vestuário, os gestos e uma mal disfarçada timidez apresentam uma jovem de 24 anos sem experiência de vida, sem maldade no olhos.

Em entrevista mais longa do que os demais vídeos, a modelo estava serena. E quando foi perguntada se tinha medo de represálias, disse “*agora não mais*”, porque estava tornando o caso público e já havia formalizado uma denúncia sobre as ameaças de morte, à delegacia de proteção à mulher. A cada pergunta, Eliza mantinha o olhar em sua entrevistadora, comprometida em ouvir.



Figura 46 – Eliza no programa “A Tarde é Sua” da RedeTV! em outubro de 2009

Em programas de TV, em alguns casos os convidados costumam ser vestidos por parte da equipe de figurino. Não é possível saber se Eliza usa roupas próprias ou cedidas pela produção. Mas traça um figurino discreto, casaquinho e blusa brancos, calça preta e sandália rasteirinha preta. Usa seu anel solitário e os mesmos brincos de agosto. A imagem mostra que Eliza continua contida, como nas gravações anteriores. Com uma das mãos segura o microfone; a outra, está entre as pernas.



Figura 47- *frame* de vídeo Eliza em entrevista ao programa “A Tarde é Sua”.

Dentro das atividades que exerci profissionalmente, já estive algumas vezes na posição de selecionar interessados a ocupar uma vaga de emprego. Para estas ocasiões, o avaliador estuda a linguagem corporal dos candidatos. Ao trazer tais referências para

esta imagem, nota-se que a postura de Eliza não é dominadora, aponta que ela sente-se mais na defensiva do que no ataque. E, outra vez, esconder as mãos indica nervosismo ou timidez.

A interpretação é sempre subjetiva, claro. Analistas de discurso podem chegar a denominadores não comuns sobre o mesmo objeto. A cientificidade que se busca demonstrar aqui, contudo, é fazer trabalhar o repertório conceitual da AD nos enunciados de Eliza Samudio, por ela mesma; e em suas imagens.

Na entrevista gravada para o jornal “Extra” em agosto, quando foi perguntada se tinha certeza que o filho era de Bruno, Eliza respondeu que sim: ... *“até porque se eu não tivesse não estaria me expondo ao ridículo, né, porque isso aqui é um papelão”*. Foi com essa mesma afirmativa que Eliza começou a entrevista na “RedeTV!”, em outubro de 2009: *“Não gosto de me expor, acho isso ridículo, mas vim aqui pra procurar me defender, porque tem várias pessoas me criticando”*⁵⁸.

Se esse fosse um discurso estratégico, não sincero, Eliza poderia cair em contradição. Mas ela não caiu. Não olhava a câmera diretamente e só respondia ao que lhe perguntavam. Ela teve a ilusão de que, ao falar com a imprensa e procurar a Delegacia da Mulher, poderia impedir um eventual ataque de Bruno Fernandes: *“Na hora que eu fui na delegacia, eu pensei só no bem do meu filho. Pelo menos lá, eu ‘tô amparada e pela imprensa também. Ele não seria maluco de mandar ninguém ‘vim’ atrás”*. *“E você não fica com medo de represálias?”* - pergunta Sônia. *“Agora não mais”*.

A apresentadora tem em mãos as edições do jornal “Extra” citadas aqui. O que corrobora com a observação de que outros veículos não repercutiram as denúncias de Eliza, já que o programa é gravado em São Paulo, utilizando-se de um jornal carioca, como apoio. Uma dessas edições é a que traz a entrevista com a ex-mulher do goleiro defendendo-o. Perguntada por Sônia Abrão, sobre o que achou de Dayanne ter dito que *“o Bruno nunca alterou a voz pra mim. Não acredito que Bruno tenha feito nada disso”*, Eliza responde: *“Eu prefiro nem comentar, ela fala o que ela acha melhor. Eu ‘tô tentando defender a minha moral e a moral do meu filho, porque eu não queria ‘tá aqui me expondo. Porque isso aqui pra mim é um papelão ridículo, ‘tá’ grávida de uma*

⁵⁸ Os vídeos com a entrevista de Eliza Samudio à Rede TV! estão disponíveis no canal Youtube.

peessoa e vir se expor. (...) Só queria dar minha versão da história, porque 'tá todo mundo me criticando, falando que eu quero 'me aparecer', eu não preciso disso. Porque fama é uma coisa que não traz saúde, não vai trazer saúde para o meu filho, proteção em nada''.

Eliza não responde à provocação de Dayanne, quando ela diz que o jogador nunca foi agressivo com a ex-mulher. Parece não ter o repertório típico de mulheres que batem boca umas contra as outras, sobretudo quando os microfones estão abertos sem que a rival esteja por perto. Quem nunca assistiu alfinetadas, diretas ou indiretas, entre mulheres brigando pelo coração de um mesmo homem? Na entrevista, Eliza passa ao largo dessas questões. Mas sente-se incomodada pela maneira com a qual Dayanne se refere a Deus: *“uma pessoa que trata Deus como ‘o cara lá de cima’ não preciso falar mais nada, né? O cara lá de cima pra mim pode ser meu vizinho do prédio, o cara lá de cima”.*

Sonia Abrão diz que há quem levante a hipótese de que a própria Eliza tenha provocado os machucados, para acusar Bruno. A resposta: *“Já vinha com uma ação com isso, só que várias emissoras ‘tá dizendo que eu ‘tô querendo ‘me aparecer’ e que eu que me agredi. Não tem necessidade d’eu fazer isso, porque o caso já ‘tava na justiça pra ele assumir o papel de pai, e eu não ia prejudicar à toa o pai do meu filho. Como que eu vou fazer isso e querer culpar o pai do meu filho por uma coisa que ele não fez? Se eu ‘tô aqui foi porque ele fez, porque eu não vou me expor ao ridículo e mentir uma coisa que não é verdade”.*

Só nesta entrevista, é a terceira vez que Eliza menciona passar por uma situação *“ridícula”* em defesa de seus direitos. Ao se referir a Bruno como pai do filho dela, desejar que ele cumpra o papel de pai, dizer que defende a moral do filho, que fama não vai trazer saúde ao bebê, Eliza apresenta preocupações de mãe. Mas o papel de mãe, parece não lhe ser permitido. Não é como mãe que a paranaense é tratada frequentemente na imprensa. Mais tarde, todos viriam a saber que Eliza fora deixada pela mãe com poucos meses de nascida. Ela, no entanto, demonstrava não ter a menor intenção de repetir, com o seu filho, o que sofrera. Por enquanto, o que se sabe de Eliza até outubro de 2009, é que ela era *“sozinha no mundo”*, conforme a primeira matéria do *“Extra”*. Mas na televisão, Eliza se protege, não menciona o fato de não ter *“contato com os pais há anos”*. É lacônica e evasiva diante da seguinte pergunta de Sônia Abrão:

- “E a sua família, como é que ‘tá nessa história toda, sabendo agora desse seu drama”? Eliza responde: “Ah, eles preferem não opinar”.

A jovem que não conseguiu lançar-se como a modelo que sonhou ser, não se aproveita da figura de vítima, para dizer que os filmes eróticos que gravou foram os convites que recebeu para começar a carreira, ou que viveu a ilusão de que teria, depois dessas atuações, propostas para papéis melhores; tão pouco conta que não foi criada pela mãe a quem só viria conhecer aos 15 anos de idade. Eliza teve a oportunidade de cativar para si uma audiência como uma pobre coitada, como uma vítima, iludida pelo jogador famoso que lhe chamava carinhosamente de “bebê”. Mas perdeu essa oportunidade porque não queria fazer isso, não queria “se expor” mais e, talvez, genuinamente, não soubesse valer-se dos recursos midiáticos a seu favor. Seu corpo, ela podia mostrar. Mas o íntimo de seu coração, Eliza quis preservar.

Eliza Samudío fala do envolvimento com Bruno, diz que foi para o Rio a convite dele, que ele era amoroso, apesar de tentar convencê-la a abortar: “*ele chorava, falava que eu ia destruir a família dele, que ele tinha dois filhos*”. Até que começou a agredi-la fisicamente. Eliza disse que não registrou boletim de ocorrência quando ele a agrediu no hotel, porque considerou que o jogador estivesse apenas nervoso. Apesar de já ter sido ameaçada: “*Ele sempre falava: ‘eu sou capaz de tudo, sou capaz de qualquer coisa, então você toma cuidado’*. Eu falava sempre: *ah, não vou levar a sério, porque você ‘tá falando com raiva*. Ele: *‘pode levar a sério, porque você não me conhece’*”.

É extremamente comum ver mulheres que apanham de seus maridos ou companheiros cederem às agressões, não registrarem boletins de ocorrência, porque o homem em outros momentos é amoroso com elas, é protetor, é pai de seus filhos. Uma relação familiar muitas vezes calcada na dependência emocional, na desinformação. Por que Eliza, se estivesse interessada apenas em dinheiro e 15 minutos de fama, se sujeitaria a apanhar? Com orientação jurídica, ela poderia afastar-se do jogador, deixar encaminhada a ação de paternidade, manter-se longe de Bruno. Poderia, até mesmo, ir aos jornais, programas sensacionalistas na TV, lançar-se nas redes sociais, sem sequer encontrar-se com ele. Se assim ela quisesse, poderia. Mas não... Bastava um telefonema. Bruno liga, faz promessas, ela acredita. Ele a agride, ela acha que vai passar, que foi só um momento de exaltação. Eliza sonha que Bruno Fernandes possa ser bom para ela. Eliza age com ingenuidade.

A entrevista continua e, sentada à mesa redonda do programa, narra em detalhes, “o pesadelo” que viveu na madrugada de 13 de outubro. Repete exatamente o que disse na delegacia, sem se contradizer. A apresentadora do “A Tarde é Sua” pergunta, então, se ela continua pensando em dar o nome de Bruninho ao filho, depois de tudo o que passou. E Eliza responde: “*Continuo, até porque eu não consigo sentir raiva dele.*” – “*É mesmo? Isso não vai te trazer péssimas recordações, nada*”? - intervém Sônia. “*Não, porque eu não consigo guardar raiva nem mágoa dele. Eu só quero que ele pague tudo o que ele ‘tá fazendo, o que ele fez, mas não consigo guardar raiva. Eu sou uma pessoa que não guardo raiva nem mágoa de ninguém*”.

Não ter raiva é diferente de perdoar. “*Perdoado não, porque a justiça se encaminha de tudo isso*”. Eliza tem amor próprio e acredita nas instituições. Apostou na delegacia como escudo, apostou na imprensa como freio, apostava na justiça como ação. “*Eu quero a justiça*”. – “*E o que é a justiça para você, nesse caso*”? – pergunta a apresentadora. “*Que ele pague por tudo que ele fez*”.

Análise de reportagens na semana da divulgação do crime: junho de 2010.

Globo e Record - 26 de junho de 2010.

A notícia do desaparecimento de Eliza Silva Samudio chegou ao noticiário em rede nacional na noite do sábado 26 de junho de 2010.

A cabeça (texto lido pelo apresentador) do Jornal Nacional (JN) foi a seguinte: [apresentador] “*Aqui no Brasil a polícia de Minas Gerais investiga o desaparecimento da estudante Eliza Samudio, ex-namorada goleiro Bruno, do Flamengo. A delegada que investiga o caso informou hoje que ele e mais dois amigos são considerados suspeitos de participação no caso*”.

Nesta primeira reportagem, de 1’54”, Eliza é apresentada como “*estudante*” e “*ex-namorada*”; Bruno, é “*suspeito de participação*”. As duas primeiras imagens são de arquivo de Bruno atuando no gol e concedendo entrevistas em campo. O telejornal não dispõe de fotos de Eliza, que só aparece filmada por 04” através da tela do computador da delegada.



Figura 48 – *frame* de vídeo primeira foto de Eliza no JN de 26/06/2010

Para uma pessoa desaparecida, fica impossível algum telespectador registrar a imagem dela, que está nas fotos de corpo inteiro. A primeira, é uma foto de Eliza grávida, de biquíni, em pé na praia – porém, a foto não está congelada na tela, aparece por apenas três segundos num rápido movimento de câmera que se afasta (*zoom out*).

A segunda, Eliza aparece noutra foto, dentro de casa, grávida, trajando uma bata preta. Mas essa imagem, outra vez no computador, dura um segundo apenas, como fundo de cena, no enquadramento da delegada.



Figura 49 – *frame* de vídeo segunda foto de Eliza no JN de 26/06/2010

Sabe-se que os setores de pós-produção das emissoras de TV têm condições de trabalhar com destaques de fotografias, elaborando os quadros que são chamados de “arte”. Essas artes com fotos costumam vir sobre uma base da marca do telejornal, ou num fundo neutro e isso não foi feito com as fotos de Eliza. Na mesma reportagem, tal recurso foi utilizado para exibir a foto de Bruninho e permaneceu no ar por 06”.

O *off* (texto narrado pelo repórter) diz: “*De acordo com denúncias anônimas, Bruno e mais dois amigos dele teriam espancado a jovem no sítio dele*”. A delegada que apura as investigações foi entrevistada e já denuncia que Eliza esteja morta, porque o filho dela, de quatro meses foi encontrado e ela, não. No texto da passagem (momento em que o repórter aparece no vídeo para dar uma informação), o jornalista refere-se à Eliza no passado e diz: “*Segundo a polícia, Eliza Samudio era mãe de um filho de Bruno fora do casamento*”. No entanto, por algum tempo os telejornais ainda vão oscilar entre os termos desaparecimento e suposta morte. A falta do corpo, usada como estratégia de defesa para dizer que não há crime, foi absorvida pela imprensa quando esta se nega a afirmar o homicídio.

Voltando ao texto da passagem do repórter, a expressão “*fora do casamento*” é carregada de sentidos morais, pois isso não estava em questão. Bruno já havia anunciado estar separado da mulher Dayanne Souza desde janeiro de 2009 (ainda que não estivesse divorciado no papel), inclusive, apresentou sua nova namorada à imprensa. Portanto, em junho de 2010, um bebê de quatro meses, filho de Bruno, realmente não foi concebido durante o período em que ele morava com a esposa, o que não justifica o uso da expressão “*fora do casamento*”, tornando-a, assim, um intencional julgamento de valores.

A matéria informa que o bebê foi encontrado, mas não diz como, nem com quem estava. Os entrevistados nesta primeira reportagem do JN são fontes oficiais da polícia (delegada) e do Clube Regatas Flamengo (advogado). Não há entrevistados amigos de Eliza ou parentes. O teor da entrevista do advogado do Flamengo é de que “*tudo soa muito estranho porque o Bruno fez um acordo com a Eliza tem poucos dias*”. Ele refere-se à ação de reconhecimento de paternidade movida por Eliza Samudio e diz que o goleiro está à disposição da polícia para prestar esclarecimentos. Em nenhum momento a matéria cita que Eliza já havia denunciado Bruno por ameaça de morte em outubro do ano anterior.

Já o Jornal da Record (JR) chamou a reportagem, na mesma noite de 26 de junho, da seguinte forma: [apresentador1] “*O goleiro do Flamengo, Bruno, é suspeito no caso de desaparecimento da mãe de um filho dele, Eliza Samudio. A polícia suspeita que a mulher tenha sido morta no sítio de Bruno, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte*”. [apresentador2] “*Eliza está desaparecida há 22 dias e o bebê dela foi encontrado com a atual mulher do jogador*”.

Só pelo enunciado da cabeça dos apresentadores, o discurso já é outro em relação à emissora concorrente. Eliza não é estudante ou namorada, mas “*mãe*” de um filho de Bruno. O jogador, aqui, não apenas é suspeito de participação no crime, mas o proprietário do local onde a mãe do filho dele pode ter sido morta. E mais, o filho de Eliza foi encontrado com a mulher de Bruno, o que coloca sua família na mira da polícia.

A informação sobre com quem estava o bebê de Eliza foi omitida ou era desconhecida pelo Jornal Nacional. O *off* da reportagem do JR abre com informações sobre o trabalho da polícia, depois mostra uma imagem de arquivo de Bruno e uma foto de Eliza, que ocupa a tela inteira. O texto enfatiza que “*Bruno é o pai da criança*”, mas a “*mãe*”, contudo, passa para a categoria de “*ex-amante*”. A reportagem avança em alguns pontos que o telespectador de outra emissora não acompanha: “*No ano passado ela acusou o jogador do Flamengo de agressão. Disse, ainda, que ele teria tentado obrigá-la a tomar remédios abortivos para interromper a gravidez*”.

A delegada entrevistada, como fonte oficial, aparece nos dois telejornais. Neste, a informação de que o bebê estava com Dayanne Souza, ex-mulher de Bruno, vem acompanhada de imagens gravadas pelos investigadores no sítio, onde Dayanne aparece com uma criança. Essas imagens estão no computador da delegada Alessandra Wilke. A reportagem da Record não diz tê-las conseguido com exclusividade, o que deixa no ar a pergunta se a concorrência teve acesso e optou por não divulgar, ou se não recebeu essa informação.

Essa notícia ocupou 1’58”, apenas 04” a mais do que o espaço cedido pelo JN, mas exibiu mais imagens de Eliza. O telejornal divulgou cinco fotos que aparecem durante 20 segundos da reportagem, ou seja, 04” para cada uma.

A primeira foto mostra Eliza grávida, dentro de casa, com a bata preta - imagem que apareceu de longe, na matéria do JN. Agora, dá para ver que a modelo está sorrindo.



Figura 50 – *frame* de vídeo primeira foto de Eliza no JR de 26/06/2010.

Na segunda fotografia, também no mesmo cômodo da casa, desta vez mais perto da porta, ela também sorri para a câmera. É possível supor que Eliza está feliz com a gravidez e faz questão de registrar o desenvolvimento de sua gestação.



Figura 51 – *frame* de vídeo segunda foto de Eliza no JR de 26/06/2010.

A terceira imagem exibida pelo Jornal da Record é foto na praia, no mesmo ângulo das anteriores, o que sugere que ela faça poses para gravar os vários momentos de sua gravidez. Nas três fotos, vê-se que a fitinha vermelha ainda está amarrada ao

pulso. Eliza está com o mesmo par de brincos que usava em agosto, nas três imagens. Isso pode demonstrar que ela não dispõe de várias joias para usar em diferentes ocasiões.



Figura 52 – *frame* de vídeo terceira foto de Eliza no JR de 26/06/2010.

A quarta foto de Eliza é anterior à gestação. Está num ambiente interno, mas de outra casa. O movimento de câmera começa na parte inferior da fotografia, privilegiando em primeiro plano o bumbum até chegar ao rosto. Eliza está séria, de costas, olha por sobre os ombros. Usa um boné. Todo movimento de câmera é uma linguagem. Este, sugere o correr dos olhos para ver a mulher primeiro pela “bunda”. Peço licença pelo uso do vocabulário, mas com a força da cena, não dá para amenizar sua descrição valendo-me de termos como nádegas ou bumbum.

O que a filmagem faz é isso: mostra primeiro essa parte do corpo feminino, figurada como objeto de desejos, como se fez/faz tantas vezes ao longo de décadas e décadas, nas imagens das dançarinas de palco nos programas de TV, tais quais “Chacrinha”, “Bolinha”, “Caldeirão do Huck”, “Domingão do Faustão”, entre outros. E como, invariavelmente, se filma nas transmissões dos desfiles de carnaval.



Figura 53 – *frame* de vídeo quarta foto de Eliza no JR de 26/06/2010.

Mas nesta reportagem, por que o movimento? Bastava mostrar a fotografia de Eliza em ângulo aberto, quadro parado. Mas, a partir do momento em que uma câmera de TV direciona o olhar do telespectador, é neste ângulo que se propõe o modo como Eliza deva ser vista. É esta imagem que o jornalismo da “TV Record” vai escolher repetir outras vezes, no julgamento de Bruno Fernandes.

A quinta e última fotografia mostrada nesta matéria também vai reaparecer com frequência durante a cobertura do caso. Eliza está de biquíni, praticamente fio dental, na escada de uma piscina.

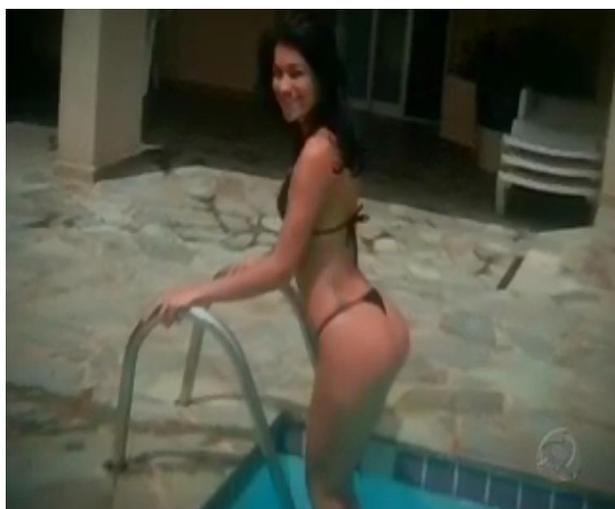


Figura 54 – *frame* de vídeo quinta foto de Eliza no JR de 26/06/2010

É visível que a intenção da foto é registrar os atributos de seu corpo, em perspectiva sensual ou sexual (a conotação exata só Eliza poderia responder). Os cabelos estão bem penteados e secos. Eliza sorri.

É uma fotografia que pode ter sido tirada por ocasião de sua candidatura à “Musa do Brasileirão”, no início de 2009. E, nesse caso, não era exclusividade de Eliza Samudio mostrar o corpo, como já foi dito.

Mas exibir esta foto na reportagem sobre seu desaparecimento, sem explicar o contexto para o qual a foto foi realizada ou sua possível razão de ser, suscita uma série de representações no imaginário coletivo. Sobretudo, porque na foto anterior o movimento de câmera já conduzia o olhar do telespectador ao corpo da modelo, não mais como se olha uma mulher grávida. Os símbolos existem carregados de sentidos: um vestido de noiva, um hábito de freira, uma camisa de futebol, etc. Uma mulher em posição de empinar as nádegas também é carregada de sentidos.

Considerando a hipótese de que os jornalistas tiveram acesso a poucas fotografias de Eliza, apenas aquelas disponíveis em suas redes sociais, é natural que as imagens se repitam nas reportagens sem muitas variações. No entanto, pode-se perceber que há claramente duas categorias de fotos: uma apresenta situações de exploração do corpo de Eliza pela sensualidade, vulgaridade ou erotismo; noutra categoria Eliza aparece grávida, mãe. Mesmo diante de um pequeno acervo de fotos. A seleção daquelas que vão ilustrar as matérias é sempre um processo de escolha intencional e discursiva.

Os jornais impressos, rádios, *sites* e agências repercutiram a notícia em suas edições do dia seguinte.

Extra e O Estado de S. Paulo - 27 e 28 de junho de 2010.

“*Goleiro Bruno sob suspeita*” é o título da reportagem do jornal “Extra” do dia 27 de junho, não mais no caderno de esportes, mas na página 12 da editoria Geral. “*Polícia mineira investiga participação de jogador do Flamengo em desaparecimento de ex-namorada*”. Como Eliza se transformou em “*ex-namorada*” para o jornal “Extra”? Foi esse veículo que a apresentou em agosto de 2009 e naquela ocasião Eliza não foi tratada como namorada de Bruno, mas apenas por “*paranaense*” – e, não se esqueça: ela era “*um problema extracampo*”. Em outubro, o mesmo jornal a classificou como o “*pivô de um drama*”, “*uma bomba*”.

Mas em junho de 2010, por que o “Extra” não diz que Bruno é suspeito de envolvimento no desaparecimento do seu ex-problema? Quando se lança os olhos sobre essas materialidades, assim, comparadas umas às outras, é que aparecem ressaltados o peso, a carga e o poder de cada enunciado. Afinal, não foi estampado no título do jornal que Bruno é suspeito de dar fim àquela que chamou de mentirosa e ciumenta; suspeito de sumir com aquela que era a “*explicação*” para sua defesa ser tão vazada nos jogos de futebol.

A reportagem, em três colunas, trata das investigações policiais, traz a mesma foto publicada na primeira matéria (agosto de 2009) e três pequenos quadros. O primeiro, uma transcrição de entrevista no estilo perguntas e respostas com a advogada do caso, em Minas. O segundo quadro, uma foto de Bruno e informações sobre o pai de Eliza e a guarda do bebê. No terceiro, um retrospecto do caso, em que o “Extra” lembra aos leitores, em poucas linhas, sobre quando Eliza anunciou sua gravidez e, depois, quando foi à DEAM denunciar as agressões e tentativa de aborto forçado.

Na matéria principal, o jornalismo do “Extra” não mais anuncia o caso como “*Romance policial*” e, sim, “*Sumiço em Minas*”; trata por “*desaparecimento*” no título, e diz, no texto, “*a jovem está desaparecida há três semanas*”. Porém, finaliza o primeiro parágrafo com a seguinte informação: “*A Delegacia de Homicídios de Contagem procura o cadáver da jovem*”. Há, sim, um efeito de sentido diferente entre as palavras corpo e cadáver. Cadáver objetifica, desumaniza.

Para sustentar meu argumento, recorro a um discurso também jornalístico, enunciado em uma reportagem da edição do telejornal comentada na introdução desta tese: “*Esta sexta-feira foi um desses dias em que o jornalismo certamente antecipou páginas dos futuros livros de história*”. O apresentador do Jornal Nacional da Rede Globo referia-se à cobertura do funeral do Papa João Paulo II, em abril de 2005. A reportagem principal do JN, naquela noite, descreveu em detalhes, toda a missa das exéquias do Papa. Eis uma parte do texto: “*São 300 mil que esperam ver, pela última vez, um Papa em sua dimensão humana. Um corpo. Os padres saem primeiro pela porta central da Basílica. E também, pela grande porta, sai o Papa. O caixão carregado por 12 homens que serviram a ele, os patriarcas das igrejas do Oriente e 140 cardeais vestidos de vermelho, cor de luto dos papas. O corpo do Papa João Paulo*

*II acaba de chegar ao sagrado da Basílica de São Pedro. O povo aplaude emocionado.*⁵⁹”

Um Papa morto, sendo visto pela última vez em sua “*dimensão humana*”: um corpo. Sim, o corpo é da dimensão humana. A reportagem não apresenta o termo cadáver nem quando se refere ao caixão. A jornalista nomeia, diz que quando o caixão passa pela grande porta, “*sai o Papa*”. “*O corpo*” chega à Basílica, não o seu cadáver. A polícia de Minas Gerais, portanto, poderia procurar o corpo de Eliza.

No domingo 27 de junho, o jornal “O Estado de S. Paulo” não deu a notícia. Entrou no caso na segunda, dia 28. Interessante notar que o título da página 5 do caderno de Cidades prioriza Eliza e não Bruno. “*Ex-namorada deu queixa de goleiro no ano passado*”. Mas é ilusão esperar uma cobertura menos machista. Isso não corre. De cara, o subtítulo já coloca em dúvida as declarações de Eliza no ano de 2009: “*Desaparecida há três semanas, jovem dizia ter tido um filho de Bruno Fernandes, do Flamengo; na época, laudo apontou ‘vestígios de agressão’*”.

Primeiramente, ela não dizia ter tido, ele teve um filho. Isso é fato. E afirmou que era de Bruno. É interessante observar a inversão que se opera aqui. No Direito, quando se abre uma ação contra uma pessoa, por qualquer razão, o acusado é quem tem de que provar sua inocência. No Jornalismo, Eliza sempre afirmou que o filho era de Bruno e em vez dele ter que provar que não era, as dúvidas da mídia só recaíram sobre a afirmação da mãe.

Explico que estou aplicando aspas e a grafia em itálico aos extratos do *corpus* para análise, com o intuito de diferenciar os enunciados jornalísticos dos meus comentários. Mas quando houver aspas simples ou duplas nos extratos originais, elas serão preservadas. É o que acontece com as aspas simples de ‘*vestígios de agressão*’. O recurso gráfico foi impresso ao título da matéria publicada no “Estadão”. As aspas simples imprimem uma ironia ao fato, levantam a suspeita de que não tenha havido uma agressão concreta, mas apenas vestígios, algo tão superficial e passageiro, que o jornal “Extra” categorizou por “*episódio*” no ano anterior.

⁵⁹ Texto da reportagem da jornalista Ilze Scamparini, correspondente internacional da Rede Globo na Itália, durante a cobertura da morte de João Paulo II. Edição do JN em 08 de abril de 2005.

Ressalte-se, contudo, o mau uso da expressão ‘*vestígios de agressão*’ e, sobretudo, entre aspas simples. Este é um exemplo de desinformação jornalística que presta um desserviço ao leitor. Um laudo pericial sobre lesão corporal, responde a uma série de perguntas técnicas, quesitos dispostos num formulário. São perguntas formais e objetivas que visam atestar “sim” ou “não” para as questões ali formuladas. No laudo sobre a denúncia de Eliza Samudio, a pergunta foi: *Há vestígios de lesão à integridade corporal ou à saúde da pessoa examinada com possíveis nexos causal e temporal ao evento alegados ao perito?* E, portanto, a resposta declarada foi: *Sim*. A pergunta seguinte no mesmo laudo: *Qual foi o instrumento ou meio que produziu a lesão?* E a resposta dos peritos que examinaram Eliza: *Ação contundente*.⁶⁰

De modo que o jornal intencionalmente deturpa a informação de vestígios de agressão, sugerindo uma ironia, uma desqualificação da denúncia da modelo, quando a realidade é que a pergunta está formulada tecnicamente com o propósito de garantir ampla defesa à vítima, mesmo que tenha decorrido algum tempo entre a agressão sofrida e a queixa. A resposta dos peritos à segunda pergunta joga por terra qualquer simples vestígio e atesta que a ação foi inequívoca. Portanto, o título geraria outro efeito de sentido se fosse redigido, por exemplo, assim: *Desaparecida há três semanas a mãe de um filho de Bruno Fernandes, goleiro do Flamengo; laudo pericial apontou que a vítima sofreu ação contundente de agressão*.

No primeiro parágrafo da reportagem “O Estado de S. Paulo” diz que as investigações das agressões sofridas por Eliza não tiveram prosseguimento, “*porque Eliza não compareceu às audiências*”. Aqui aparece o conceito de vitimologia, visto anteriormente no assassinato de Ângela Diniz, uma maneira clara de atribuir, à vítima, a culpa pela violência sofrida. Há um discurso outro, neste enunciado, pois é como se dissesse: ‘já que ela não compareceu às audiências, que agora arque com as consequências’. Mas a matéria não menciona que Eliza teve negado, pela justiça, o seu pedido de medidas protetivas contra Bruno. Ela estava grávida de um homem que não desejava a criança e, por isso, a ameaçara de morte. Eliza, em menos de uma semana entre a denúncia e a decisão, foi considerada pelo judiciário do Rio de Janeiro como não merecedora dos benefícios da Lei Maria da Penha. Então, por que ela iria ao Rio, sem garantias de proteção? E por que a reportagem do “Estadão” não questiona a não

⁶⁰ O laudo pericial sobre as agressões sofridas por Eliza encontra-se registrado no IML do Rio de Janeiro sob o número IMLRJCMD 0343462009 e foi anexado aos autos do processo 2009.203.042424-5 do TJRJ.

utilização do recurso legal de se ouvir Eliza por carta precatória, prestando novos depoimentos onde estivesse, ou por vídeo conferência, outra prática em uso no judiciário brasileiro? Parece ser mais fácil julgar pelo senso comum. Assim, Eliza simplesmente não foi às audiências, ponto.

Não há uma foto da vítima. A matéria ocupa um terço da página, em seis colunas. O texto é uma reprodução dos discursos anteriores, do teor de entrevistas veiculadas nas emissoras de TV, e de um resumo dos dados sobre Eliza, publicados pelo jornal “Extra”. Não há uma apuração específica de “O Estado de S. Paulo”. Com isso, se reproduzem os já-ditos que vão se consolidando na memória social sem contrapontos. Uma foto de Bruno, com bolas de futebol, ocupa parcialmente duas colunas.

O ESTADO DE S. PAULO

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2010 | Cidades/Metrópole | C5

Ex-namorada deu queixa de goleiro no ano passado

Desaparecida há três semanas, jovem dizia ter tido um filho de Bruno Fernandes, do Flamengo, na época, laudo apontou 'vestígios de agressão'

Perfil
Bruno Fernandes
Goleiro titular do Flamengo desde 2006
Famoso por frases infelizes

Nascido em Belo Horizonte, Bruno Fernandes Souza, de 25 anos, é um goleiro revelado pelo Atlético MG, que se firmou jogando pelo Flamengo. Titular do time carioca desde 2006, ficou famoso por frases infelizes. Exemplos: "Quem de vocês, que são casados, nunca discutiu ou até saiu na mão com a mulher? Isso é normal." Outra frase polêmica foi dita pelo goleiro sobre o técnico Andrade: "Quando era jogador, ganhou tudo. Porém não ganhou nada como técnico". Logo depois, o time foi campeão brasileiro.

Titular. Acusado foi campeão brasileiro pelo Flamengo

ra esclarecimentos. Até o início da noite de ontem, o jogador não havia sido intimado pela polícia.

Prisão. No fim da noite de sexta-feira, a mulher de Bruno, Dayane Souza, foi presa em flagrante sob a acusação de subtração de incapaz. O filho de Eliza, de 4 meses, estaria sob seus cuidados. Dayane foi liberada. O suposto filho de Bruno havia sido localizado na madrugada de anteontem em Contagem. Adelegado disse que "um conhecido do goleiro ficou encarregado de esconder a criança". Dayane negou a acusação.



Kalunga

Figura 55 – jornal O Estado de S. Paulo 28/06/2010

A legenda valoriza o seu mérito em campo: “Acusado foi campeão brasileiro pelo Flamengo”. O que o “Estadão” traz, de diferente, são as 17 linhas com o perfil de Bruno Fernandes, cujo destaque é dado a algumas de suas polêmicas declarações: “Famoso por frases infelizes”. O jornal cita as palavras do goleiro quando ele saiu em defesa do jogador Adriano que havia agredido a noiva Joana Machado. Em março de 2010, Bruno disse em entrevista coletiva: “Quem de vocês, que são casados, nunca discutiu ou até saiu na mão com a mulher? Isso é normal”.

Observe a cronologia dos fatos: em outubro de 2009 Eliza Samudio denunciou os bofetões. Dayane de Souza, a ex-mulher de Bruno, disse que ele nunca foi agressivo com ela. Em novembro, Bruno prestou depoimento à polícia e negou as acusações de Eliza. Em março de 2010, ele assumiu que “*sair na mão com a mulher é normal*”. Em junho de 2010 Eliza foi assassinada.

Durante a última semana de junho, o caso segue na imprensa com detalhes das investigações, buscas pelo corpo nos arredores do sítio do jogador e com Bruno ainda mantendo sua rotina de treinos. E na saída da Gávea no dia 1º de julho, ele fala pela primeira vez com a imprensa, desde que estava sob suspeita de envolvimento no crime.

Extra e O Estado de S. Paulo – 30 de junho de 2010

Para encerrar o mês de junho, o “Estadão” retrancou como “Caso Bruno” já no próprio título da página 3 do caderno de Cidades: “*Caso Bruno: sinais de sangue em sítio*”. O destaque da matéria está no fato de revelar que somente no dia anterior, 29 de junho, o Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro (IML) começou a analisar as amostras de urina de Eliza Samudio, colhidas em outubro de 2009, para identificar ou não a presença de substâncias abortivas. Foi preciso Eliza morrer para que as instituições responsáveis por apurar sua denúncia começassem a agir.

Já o “Extra” segue por outros caminhos. “*O cobiçado borogodó de Eliza*” foi o título da página 5, em 30 de junho. “*Ex-amante do goleiro Bruno revelou romances com astros do futebol e flerte com Cristiano Ronaldo*”. Esta matéria é, em sua totalidade, uma clara intenção de gerar efeitos de sentidos sobre Eliza como uma mulher que se aproxima de jogadores futebol por interesse. “*Esguia, maliciosa, seios fartos e ousada, a paranaense dizia que os jogadores descobriam seus contatos e a convidavam para eventos no país e no exterior*”. “*Foto a foto, vendeu a ideia de que o goleiro Bruno não estava se relacionando com qualquer uma. Eliza tinha amigos pagodeiros, romances com jogadores famosos e um flerte internacional: Cristiano Ronaldo*”. Observa-se que nenhum nome é citado para os possíveis romances de Eliza, nem nesta reportagem nem em outras. Também não aparece espontaneamente algum jogador que com ela tenha se envolvido para lhe defender a honra.

O texto prossegue e diz que ela *“refutava a pecha de “Maria Chuteira” – termo usado para mulheres que se projetam à sombra dos atletas”*. Ela refutava, mas o jornalismo do “Extra” sugere pensar o contrário nesta e em várias matérias como se verá adiante.

Aponto aqui, no entanto, uma frase do repórter, logo no começo da matéria, que corrobora com minha interpretação anterior, ao assistir os vídeos e a entrevista no programa da “RedeTV!”, de que Eliza é sincera quando diz não querer se expor e não demonstra gana de quem só quer aparecer. Diz o jornalista: *“Eliza recebeu repórter, fotógrafo e cinegrafista do Extra (...) no dia 18 de agosto do ano passado. Ficou assustada quando viu o aparato jornalístico e pareceu embaraçada com a exposição”*.

Análise de reportagens na semana da prisão dos acusados: julho de 2010.

Globo - 01 de julho de 2010.

Justifico a transcrição da entrevista de Bruno ao telejornal local do Rio de Janeiro RJTV, porque a reprodução do Jornal Nacional teve por base essa entrevista exibida sem cortes.

Bruno estava inseguro com as palavras, embora tenha procurado disfarçar e mostrar tranquilidade. Depois que Bruno já está falando à equipe da “Globo” por vinte segundos é que chega a equipe da “Record”. Quem conhece os bastidores de televisão entende que as equipes estavam distantes do gramado ou, até mesmo, preparando-se para ir embora, pois não havia mais ninguém no campo, quando Bruno saía e uma jornalista fura o bloqueio. Alguns segundos depois outros oito profissionais de jornais, tvs e rádios se aproximam.

O goleiro gagueja muito, tropeça nas palavras, não é firme. E diz o seguinte: *“É uma situação muito assim, ‘meia’ que delicada, né. Tô chateado, né, tô torcendo muito pra que ela possa encontrar ou que ela possa aparecer, entendeu? Tá sendo é... constrangedor, não só pra mim, mas pra toda minha família. Chateado eu tô? Tô chateado, ‘por’ fato dela ter desaparecido, mas pôxa, quero que ela apareça logo, né, e que a gente possa logo voltar a conversar, a gente pode voltar ser feliz outra vez, né, porque tá difícil”*.

Mesmo titubeante Bruno não deixou de transparecer frieza, impressão que permanecerá ao analisar suas falas, até março de 2013, data de seu julgamento. Essa primeira versão de que Eliza está viva e Bruno torce para que ela apareça também será mantida até as vésperas do tribunal. Uma jornalista pergunta: - *“Bruno, e como está sendo pra você e pra sua família enfrentar esse assédio todo, sua esposa, suas filhas”*? Ele responde: *“É meio constrangedor, né? Mas eu já falei, eu deixei bem claro, deixei nas mãos de Deus, né, que Deus sabe o que faz, né”*.

Para a polícia, Eliza foi assassinada dia 10 de junho. Vinte dias depois, o mandante do crime diz que Deus sabe o que faz. Quem sabe outros estudos um dia tratem das questões patológicas no comportamento dos envolvidos neste crime, pois elas são muitas. Destaco, apenas, uma característica comum aos criminosos que meticulosamente articulam os assassinatos e sustentam a negação do crime, que é o desprezo pela vítima.

Já que Bruno tinha a recomendação de seu advogado para não falar, bastaria ter se recusado a dar entrevista. Mas a autoconfiança de que *“não vão descobrir que fui eu”* e o desprezo por Eliza são mais fortes do que seu silêncio. *“Tô triste com isso, né? Li a entrevista do pai dela, tô torcendo muito pra que ela apareça, né, pôxa, tô na torcida aí, como ele tá, como todos nós estamos né”*?

No entanto, Bruno parece ter lido apenas a entrevista de Luiz Carlos Samudio no jornal “Extra”. Se tivesse lido outra, publicada pelo “O Estado de S. Paulo”, sob o título: *“Abandonada aos 5 meses pela mãe, Eliza jamais deixaria o bebê”*, o goleiro talvez não dissesse: *“quem trouxe a criança pra mim foi o Macarrão que é um funcionário, né, que acabou me entregando a criança, falando que ela tinha deixado a criança com ele e tinha que resolver uns problemas pessoais”*. A mãe de Bruninho lutava na justiça desde 24 de agosto de 2009 pelo reconhecimento da paternidade do filho. Tudo o que aconteceu com ela no Rio, naquele ano, teve como motivação a gravidez. Difícil acreditar que ela abandonaria um bebê de quatro meses justo com o homem que tentou obrigá-la a fazer o aborto. Bruno, realmente, poderia dizer o que quisesse, mas o que se espanta é não ser confrontado discursivamente a cada declaração como essa.

Na noite de 06 de julho, Bruno Fernandes teve o pedido de prisão decretado, a partir do depoimento de um primo dele, com 17 anos à época. O jogador se entregou no

dia seguinte. Altivo, sustentava uma crença: “*ainda vou rir disso tudo*”. Essa declaração foi dada pelo goleiro ao repórter da Rádio Globo, Cláudio Perrout no dia 28 de junho, quando chegou para treinar no campo do Flamengo, na Gávea.

Extra - 04 de julho de 2010.

Antes de analisar o dia 07, data em que Bruno começa a ser procurado pela polícia já com mandado de prisão, é preciso dar especial atenção a esta reportagem do jornal “Extra”. Ocupando um terço de página, uma narrativa escrita por uma jornalista convidada a falar de Eliza. Maura Ponce de Leon, àquela ocasião, já havia saído do “Extra” para atuar em uma revista. É a mesma repórter que entrevistou a modelo no vídeo de 18 de agosto de 2009, dentro de um quarto de hotel, na Barra da Tijuca.

Vaidosa, ciumenta e sem medo de botar a cara

Ela assumia que era Maria-chuteira, falava abertamente do passado e queria ficar com o goleiro e o filho, Bruninho



MAURA PONCE DE LEON
especial para o EXTRA

Arrumada e cheirosa, Eliza Samudio abriu a porta do seu quarto de hotel. Não parecia nem um pouco tensa. Calma, de blusa decotada preta, seios fartos à mostra e uma culpa justa, parecia ter se arrumado para sair bem na foto, como uma mulher traidora que tentava atrair seu companheiro de volta. Era agosto de 2009 quando teve o primeiro contato com a paranaense, que dizia estar grávida de Bruno.

Eliza era simpática e despachada. Não media as palavras, muito menos as

acusações, mas mostrava uma preocupação com a aparência. “Quero ficar bonita nas fotos”, dizia ela. Maria-chuteira assumida, admitiu casos com outros jogadores, mas deixou claro que tinha se encantado com Bruno. Os dois se encontraram algumas vezes, e Eliza se apaixonou. Camisinha? “Sei que é importante, mas na hora...”, explicou ela, com um tom muito desencanado. “Acho ele um gato”, repetia.

Traição

Foi pelo EXTRA que Eliza descobriu que Bruno não estava mais com a esposa, Dayanne. Tinha até uma namorada: a dentista Ingrid Cabelheiros. “Ele me disse que ainda estava casado. Agora aparece com outra”, lamentou, com ciúmes. Eliza não engoliu Ingrid. Decidiu atrapalhar. Na entrevista, ela poderia aparecer com a imagem des-



ELIZA SAMUDIO: queixa na Delegacia de Mulheres por agressão

focada, mas não quis. Ela botou a cara a tapa, determinada, como uma adolescente sonhava ficar com Bruno, seu amor, e seu filho, que levaria o mesmo nome. Num depoimento de mais de uma hora, sem gaguejar, falou sobre encontros com Bruno, da luta pelo reconheci-

mento da paternidade, e das suas incursões pelo mundo lutohólico. Ela mentava todas as repercussões com o seu nome nos jornais e na internet e parecia se divertir com a exposição. Sozinha no mundo, sem o contato com os pais e com poucos amigos, ela estava se sentindo importante como uma anônima estrelando em colunas sociais.

Quase adolescente

Mesmo após ter feito questão sobre uma suposta agressão, em outubro do ano passado, continuou gravando entrevistas como uma adolescente inconsequente. Passou por uma gravidez tranquila, e mandou fotos dos últimos meses. “Olha como estou linda! Nem engordei”, brincava ela, curtindo a gestação inesperada. Às vezes, ela me ligava só para jogar conversa fora. Parecia carente. Bruninho

veio ao mundo em fevereiro. Um belo dia, recebo uma caixa de fotos na minha caixa postal. “Oi Maura! Olha que lindo meu filho! E não é que parece com o Bruno?? Olha o olhozinho puxado!”, dizia ela, toda feliz, pedindo apenas para não publicar a foto. Cansada, Eliza gostava de aparecer, mas quis preservar o filho a todo custo. Numa das fotos, o pequeno aparecia com um maquiagem com o nome Bruno bordado. O menino era uma gracinha! No meu último contato com ela, em abril, eu já trabalhava para uma revista de celebridades. Brinquei que agora, longe das reportagens esportivas, não a entrevistaria mais. Ela não titubou: “Publica aí essas fotos do Bruno então”, brincou, rindo muito.

Figura 56 – jornal Extra edição de 04/07/2010

São seis colunas de um texto recheado de contradições aos fatos gravados em vídeo e já reportados pelo veículo em outras matérias. “*Vaidosa, ciumenta e sem medo de botar a cara*”, é a manchete que tem o seguinte subtítulo: “*Ela assumia que era Maria Chuteira, falava abertamente do passado e queria ficar com o goleiro e o filho, Bruninho*”. O texto, diz: “*Maria Chuteira assumida admitiu casos com outros jogadores, mas deixou claro que tinha se encantado com Bruno*”.

Mas quatro dias antes o “Extra” publicou que Eliza refutava a pecha de Maria Chuteira. E no vídeo, Eliza foi perguntada por Mara Leon, o que ela achava do termo, e

respondeu que “*depende*”, pois o que dizer quando são os jogadores que procuram as mulheres?

“*Calma, de blusa decotada preta, seios fartos à mostra e uma calça justa, parecia ter se arrumado para sair bem na foto, como uma mulher traída que tentava atrair seu companheiro de volta*”. Aqui nota-se como o discurso machista, patriarcal, está presente nas palavras de uma mulher sobre a outra. Uma série de interdiscursos morais estão implícitos ao se descrever uma mulher que se veste com roupa decotada e calça justa. O que o jornalismo quer fazer pensar, ao escolher adjetivar o vestuário e o corpo de Eliza nesses termos? Essas materialidades retomam a interpretação da juíza que negou o direito de medidas protetivas para Eliza.

Mas o próprio jornal “Extra” já havia anunciado que a mulher traída, que tentava atrair seu companheiro de volta, não era Eliza, e sim Dayanne Rodrigues Souza, primeira esposa de Bruno. Dayanne posou para foto nesse veículo, em matéria assinada pela mesma jornalista, no dia 27 de agosto de 2009, trajando uma calça jeans que também lhe moldava o corpo. Não há comentários sobre o vestuário de Dayanne, ou sobre seus seios. “*Visual novo para trazer o antigo amor*” foi o título dado àquela reportagem.

Em outro trecho da matéria sobre Eliza: “*Sozinha no mundo, sem contato com os pais e com poucos amigos, ela estava se sentindo importante como uma anônima estrelando em colunas sociais*”. Quase penso que a jornalista está falando de outra pessoa. Afinal, Eliza não está nas colunas sociais, mas nas páginas policiais. Deixou registrado em vídeo que se expor dessa maneira era um “*papelão*”. Por mais visibilidade que quisesse alcançar ao relatar sua gravidez, Eliza não se sente importante como anônima, pelo contrário, tentou deixar de ser uma desconhecida que apanha, quando registrou queixa contra o capitão de um grande time. Foi pedir socorro, queria ser reconhecida como alguém que tem direitos. O direito à vida, sobretudo.

Mas essa narrativa de agora diz que, após prestar queixa, Eliza “*continuou gravando entrevistas como uma adolescente inconsequente*”. O que o texto não informa é que Eliza gravava as entrevistas acreditando que, ao tornar pública a violência sofrida, seus agressores não seriam capazes de dar continuidade às ameaças. Enganou-se, não porque foi inconsequente, mas inocente, pois o veículo ao qual ela confiou suas revelações é o mesmo que a desqualificou desde o primeiro instante.

A jornalista convidada a escrever sobre Eliza retoma a forma pela qual a modelo sempre foi vista pelo jornal: “*Eliza não engoliu Ingrid. Decidiu atrapalhar*”. Ora, se Eliza achava que Bruno ainda estava casado quando o conheceu, ela tinha consciência de fazer parte de um relacionamento extraconjugal. Portanto, a questão pode não estar, necessariamente, no ciúme de outra mulher. O que Eliza aparentemente não suportou, conforme suas palavras na entrevista para um programa de TV, foi a exigência de Bruno para que ela interrompesse a gravidez, para não atrapalhar seu casamento com Dayanne com quem tinha duas filhas. Para ela, o goleiro insiste no aborto alegando proteção ao matrimônio, então, como poderia aparecer nos jornais com uma namorada? Não é Ingrid o problema, é a mentira de Bruno.

Já a reportagem do “Extra”, no entanto, constrói um perfil de Eliza Samudio como vaidosa e ciumenta. Uma única matéria faz Eliza carregar pelo menos três dos sete pecados capitais: luxúria, vaidade, inveja. Se pensarmos o ciúme como correlato da ira e o termo “Maria Chuteira”, aproximar-se da avareza, no sentido de que ambos priorizam o dinheiro, aí já seriam cinco pecados nas costas de Eliza, neste discurso da imprensa.

Para fechar a matéria, no entanto, a repórter deixa escapar algumas características de Eliza que destoam do perfil que vem sendo construído pelo jornal desde agosto do ano anterior. A jornalista conta que ambas mantinham contato por *email* e diz: “às vezes ela me ligava só para jogar conversa fora. Parecia carente. (...) Um belo dia, recebo uma penca de fotos na minha caixa postal: - ‘olha que lindo meu filho! E não é que parece com o Bruno? Olha o olhinho puxado!’ – dizia ela, toda feliz, pedindo apenas para não publicar a foto. Curioso: Eliza gostava de aparecer mas quis preservar o filho a todo custo”. Se Maura Ponce de Leon não estivesse tão carregada de valores pré-construídos, desde a primeira vez que encontrou Eliza no hotel, teria percebido que não era “curioso”, mas verdadeira, a preocupação de uma mãe com seu filho; nem que Eliza “parecia” carente, ela de fato era. E o nascimento de Bruninho deixou feliz, aquela que foi abandonada ainda recém-nascida. Pergunto: se no primeiro dia Eliza não tivesse sido nomeada como “*um problema extracampo*” na vida do goleiro, nem recebido a pecha de ser mais uma “Maria Chuteira”, poderia ter sido escrita uma outra história? Uma história de vida e não de morte? Afinal, se “a memória se materializa na linguagem”, quanta violência um discurso pode comportar!

Extra e O Estado de S. Paulo - 07 de julho de 2010.

Matéria de capa do “Extra” na manhã do dia 07 de julho: “*Pedida a prisão do goleiro Bruno*”. “*O jogador é acusado de ser o mandante do sequestro da ex-amante*”. “*Onde estaria o corpo da ex-amante do goleiro*”? “*Corpo de Eliza teria sido concretado e enterrado*”. Na página 3, a retranca “*Mistério em Minas*” traz ao lado da foto de Eliza um carimbo, em letras vermelhas, com a inscrição: “*desaparecida*”. O jornal conta que o advogado de Luiz Henrique, o Macarrão, disse que Eliza estava viva, mas não coloca em aspas, então, assume como seu, o seguinte discurso reportado: “*a modelo ficou com vergonha de ter participado de orgias e filmes pornô e abandonou o filho, de quatro meses*”.

Na página 4, com a retranca “*Mistério em Minas*”, o “Extra”, veículo que primeiro conversou com Eliza, parece reduzi-la cada vez mais. “*Do surgimento de Eliza Samudio, ao seu desaparecimento, o caso envolvendo a ex-amante de Bruno, assume contornos de tragédia*”. Primeiro, Eliza não surge, ela não é uma frente-fria, uma praga agrícola, um vírus. Eliza é uma jovem modelo de 25 anos. Tem uma vida. O que ‘surgiu’, deveria assumir o jornal, foi a notícia dada em primeira mão pelo veículo, que a apresentou como um “*problema extracampo*” na carreira futebolística de Bruno. “*Ganha contornos de tragédia*” – agora? Ah, sim, agora, porque quando Eliza Samudio fez a denúncia oito meses antes, o “Extra” considerou apenas um “*episódio*”, um “*barraco no Fla*”.

A reportagem insiste na construção de um drama de novela. Sob o título: “*Um enredo que fica cada vez mais sombrio*”, começa: “*O corpo de uma atriz pornô desaparecida. Seu filho, um bebê de quatro meses passa de mão em mão até ser resgatado pela polícia. O goleiro do Flamengo, suposto pai da criança, é suspeito. Em meio a um enredo cercado de mistérios e contradições, entre os vários depoimentos, um menor de 17 anos confessa participação no sequestro da vítima*”.

Por que a primeira frase sobre um crime de contornos macabros, como descreveu a testemunha, tem que ser sobre uma etapa da vida de Eliza, entre tantas coisas que ela tenha feito, por quê eleger sua atuação em filmes eróticos como a mais relevante para categorizar seu corpo desaparecido? Era o corpo de uma mãe de um recém-nascido de apenas quatro meses, o corpo de uma mulher com seus sonhos, uma modelo, uma atriz de filmes eróticos, uma recepcionista de eventos, uma moça

abandonada pela mãe que vivia sozinha e morava de favor, que gostava de futebol desde menina, etc. Ou, simplesmente, e o que é mais nobre, dizer seu nome. Está desaparecido o corpo de Eliza Silva Samudio.

Mais adiante, num infográfico com o passo a passo dos últimos acontecimentos, os repórteres descrevem Eliza como uma mulher com ciúmes da relação de Bruno com a dentista Ingrid e dizem: a paranaense “*não nega envolvimento com outros jogadores e diz que já ‘ficou’ com Cristiano Ronaldo*”. Se ela disse, não foi aos jornais e nem no vídeo que o próprio “Extra” gravou. O vídeo é claro, a repórter pergunta: - “*Você falou que vocês deram um beijinho. Ficou só no beijinho*”? Eliza responde: “*Foi só, só*!” – “*E o que você achou dele*”? continua a entrevistadora; e Eliza diz: “*Ah, bacana*”. Definitivamente nessas duas respostas Eliza não diz que ficou com Cristiano Ronaldo, entendendo ‘ficar’ como a prática de sexo casual com alguém. Em edição do dia 30 de junho, já analisada aqui, o “Extra” se refere ao caso, como um “*flerte*”, então, como agora ela “*ficou*” com o jogador português? Penso que se o jornal tivesse essa conduta a respeito de uma mulher viva, famosa, do mundo das celebridades, seria facilmente processado por calúnia.

E como foi a notícia sobre o pedido de prisão preventiva do goleiro, n’“O Estado de S.Paulo”? Desde que entrou no caso em 28 de junho, o veículo dedica menos espaço ao tema do que o “Extra”, ainda não publicou uma foto de Eliza e retranca as matérias como “*Caso Bruno*”. Mesmo Eliza morando em São Paulo e Bruninho ter nascido numa maternidade pública da capital, esses aspectos não fizeram do jornal um veículo mais próximo de Eliza, digamos assim.

A capa do caderno de Cidades no dia 07 é a seguinte: “*Primo de goleiro diz que Eliza está morta*”. “*Versão de jovem de 17 anos, achado no apartamento do atleta não convence a polícia; traficante teria dado fim a corpo da estudante*”. Desde 1º de julho esta é a segunda vez que o nome de Eliza vai para o título. Nos dois casos, morta. Na página C3, o título: “*Atleta terá de depor nos próximos dias*”, como na maioria das demais chamadas, Bruno protagoniza a cena sob o aspecto de seus feitos como jogador.

O goleiro do Flamengo se entregou à polícia no dia 07 de julho. Nas duas imagens a seguir, ele está altivo, cabeça erguida, certo de que não ficaria preso muito tempo. Possivelmente acreditou que o desprezo que sentia por Eliza, se estenderia às autoridades e aquela “*confusão*” iria acabar logo.

Sua estatura de atleta lhe favorece olhar acima dos que estão à sua volta, mas Bruno chega a apresentar um ar “atrevido” diante da multidão de jornalistas na saída da delegacia.



Figura 57- Bruno se entrega à polícia 07/07/2010. Reprodução: Extra e Uol

Globo e Record - 11 de julho de 2010.

Ao longo da semana diversas reportagens revelaram parte dos depoimentos de testemunhas, o andamento das investigações, os detalhes da prisão do goleiro Bruno e de seu amigo e braço direito, o Macarrão – mesmo amigo que participara das agressões a Eliza em outubro de 2009. Mas foi no primeiro domingo após a prisão de Bruno que as emissoras exibiram reportagens especiais, de maior duração do que nos telejornais, nos respectivos programas: Fantástico e Domingo Espetacular.

Os dois programas dedicaram sua edição a recontar os últimos passos de Eliza e a prisão de Bruno, destacando também um retrospecto da trajetória da carreira do goleiro e sua história de vida de menino pobre ao estrelato, a repercussão da queda do ídolo.

No Domingo Espetacular, da “TV Record”, a reportagem com selo de “exclusivo” trouxe denúncias sobre o envolvimento do jogador Bruno com o mundo das drogas e que o sítio dele seria frequentemente usado por traficantes para distribuírem a mercadoria; mostrou imagens exclusivas do treinamento do ex-policial acusado de ser o

executor de Eliza, entre outros aspectos ligados à investigação policial. Eliza Samudio é chamada de “*ex-amante*” e sua imagem ocupa 20” de uma reportagem de 7’20”.

Também “*ex-amante*” para o Fantástico, da “TV Globo”, é neste programa que Eliza vai ter a moral atacada sem pudores, por Bruno Fernandes. A reportagem especial, com selo de “exclusivo”, exhibe declarações do goleiro gravadas por investigadores da Polícia Civil de Minas Gerais, durante sua transferência do Rio de Janeiro para Contagem. Em 18’06” de reportagem, as fotos e imagens de Eliza aparecem durante apenas 1’02”. Sendo que 25” correspondem a uma arte gráfica com a foto de seu rosto para exibir as conversas de Eliza pela internet; outros 26” são parte da entrevista que concedeu ao “Extra” em outubro de 2009.

No vídeo, Bruno desqualifica Eliza Samudio. [Bruno]: “*Isso tudo começou, essa história com essa Eliza, foi lá na casa do Paulo Vitor. ‘Tava ela e mais quatro garotas. Eu conheci ela num momento assim ... numa ‘suruba’, orgia, é, conheci essa garota. ‘Tava ela e mais quatro amigas, eu com meus amigos. Nesse dia, aconteceu, ela ficou comigo e com vários amigos também, né? Mas ela fala que o filho é meu. Só fiquei com ela uma vez, coisa de 20 minutos’.*”

As expressões que sugerem a desqualificação moral de Eliza como estratégia discursiva de defesa de Bruno, remetem ao uso de argumentos *ad hominem*, nos termos da retórica clássica, ou seja, argumentos falaciosos contra a pessoa que, em uma tentativa de desmoralizá-la, busca-se, na verdade, desqualificar as suas denúncias.

Mas a reportagem, dessa vez, contesta a versão de Bruno trazendo o teor da denúncia feita por Eliza na Delegacia de Atendimento à Mulher, onde ela relata os vários encontros que manteve com o jogador. Em sua fala, o goleiro diz que estava disposto a fazer o teste de DNA e que assumiria o filho se o resultado o apontasse como pai. Mas a reportagem explica que essas afirmações são contraditórias aos seus depoimentos: [off]: “*em resposta ao pedido de pensão alimentícia feito pela ex-amante em agosto passado no Fórum do Rio de Janeiro, mais uma vez Bruno desqualifica Eliza, dizendo que ela costuma se envolver com atletas de futebol no intuito de obter alguma vantagem financeira e negou que o filho que Eliza estava esperando fosse dele’.*”

Faço aqui um salto na cronologia dos fatos para citar um trecho da sentença judicial condenando os réus Bruno e Macarrão pelas denúncias de 2009, sobre sequestro, lesão corporal e constrangimento ilegal. Bruno diz que Eliza se envolve com jogadores para obter vantagem financeira; uma juíza diz que ela “*apenas ficou*” com o goleiro e isso não lhe dá o direito de valer-se da Lei Maria da Penha; o jornalismo do “Extra” insiste em relacioná-la à pecha de “*Maria Chuteira*”. Tudo isso foi antes do dia 06 de dezembro de 2010, quando o juiz Marco José Mattos Couto, reconhece a conduta do réu Bruno Fernandes como “*críticável*” e o condena a quatro anos e seis meses de prisão. No bojo da sentença contudo, ele refere-se à Eliza da seguinte forma: “*o comportamento da vítima também merece atenção. Seria hipocrisia fingir que os autos não revelam que a vítima também tinha comportamento desajustado. Há registro nos autos de que a vítima procurava envolvimento com muitos jogadores de futebol. Neste ponto, não se define bem quem é vítima de quem. Se os jogadores de futebol, embriagados pelo dinheiro e pela fama, são vítimas de mulheres que os procuram com toda a sorte de interesses. Se as mulheres que procuram os jogadores de futebol, embriagados pelo dinheiro e pela fama, são vítimas deles. Nessa relação, ninguém é muito inocente. Todos têm culpa*”⁶¹.

Esse é o discurso jurídico sobre Eliza Samudio, uma pessoa com “*comportamento desajustado*” que faria parte do rol de mulheres que procuram jogadores com “*toda sorte de interesses*”. Em resumo, uma Maria Chuteira. Diferentes formulações discursivas vão consolidando sua representação no tecido social.

Feita a digressão, finalizo a análise sobre a reportagem do Fantástico. De tudo o que foi dito no programa, inclusive as dissimulações do jogador, o que rendeu capa do jornal “Extra” na manhã seguinte, estava relacionado ao fato de Bruno ter conhecido Eliza Samudio numa “*suruba*”, numa “*orgia*”.

Extra e O Estado de S. Paulo - 12 de julho de 2010.

“*Bruno transforma filme pornô de Eliza em sucesso de vendas*”. “*Goleiro vai parar na capa de vídeo pornográfico da ex-amante, e camelôs queimam o estoque em Contagem, MG*”. Na página 3 da edição do dia 12 de julho, a retranca do “Extra” para

⁶¹ Sentença do processo 2009.203.042424-5 no TJRJ.

as matérias sobre o caso, passa a ser: “*Barbárie em Minas*”. Um carimbo com a inscrição “*morta*” em cor vermelha é impresso ao lado do rosto de Eliza. Mas a despeito do título “*Tragédia explorada nas ruas*”, que poderia sugerir alguma crítica à exploração do fato, isso não acontece. Pelo contrário, a reportagem é praticamente uma notícia de economia com estratégias de venda e sucesso.

Uma coisa pode-se dizer ao ler a maior parte das notícias sobre o caso: o respeito à memória da vítima é mesmo de se procurar com lupa. “*Camelôs mineiros faturam com venda de filme pornô que tem a participação de Eliza Samudio*”. Na reportagem de meia página, a fotografia de uma banca com o DVD erótico de Eliza ocupa cinco colunas. “*Para atrair os clientes, o dono do quiosque deu ao filme, lançado em janeiro de 2007, o título de ‘Pornoção: ex-mulher do Bruno’*” e o vendedor diz que já pediu ao fornecedor, para “*reservar mais cem discos*”. Em outra banca, continua a reportagem, “*em menos de 48hs foram vendidos 60 DVDs, que renderam R\$ 300 ao comerciante*”.



Figura 58 – jornal Extra edição de 12/07/2010

À ênfase dada à queima de estoque, ao faturamento, ao sucesso de vendas, à aquisição de mais DVDs porque a procura aumentou, sugere que para os comerciantes

de Contagem o assassinato de Eliza foi uma coisa boa, pois eles estão “*enchendo os bolsos*”. E, mais do que isso, completamente acrítico, o jornalismo do “Extra” busca uma declaração de alguém que represente a família de Eliza sobre o assunto, e ouve do advogado à época, que “*a família reagiu com tranquilidade à exposição exagerada da imagem de Eliza*”, porque “*a modelo era independente e não contava detalhes de seus trabalhos aos parentes*”.

Se um lado diz que a modelo é independente, outro pode revelar que ela tem motivos para não se relacionar com a família. Independente, mas sem dinheiro. Eliza morava de favor nos últimos tempos. Todos os depoimentos colhidos pela polícia relatam isso. Se o “Extra” se aprimorasse em checar as informações do advogado, poderia ter apresentado o contraponto que foi noticiado dois antes pela revista “Época”, no que tange ao relacionamento familiar de Eliza. De acordo com a apuração da revista, Eliza teria dito a uma amiga: “*Se alguma coisa acontecer comigo, não quero que o Bruninho fique nem com meu pai nem com minha mãe*”⁶². O que levaria uma mãe a não desejar que seu filho ficasse com os avós? Até nisso, se este for um relato verdadeiro, Eliza foi silenciada. Dona Sônia, a mãe que a abandonou antes mesmo de um ano de vida, é quem tem a guarda do neto.

Já “O Estado de S. Paulo” acompanha o caso pelo andamento do inquérito policial, indiciamento dos suspeitos, depoimentos dos envolvidos. O nome de Eliza Samudio aparece somente nas citações específicas do crime: “*desaparecimento de Eliza*”, “*suposto sequestro, tortura e morte de Eliza*”, “*casa onde Eliza teria sido morta*”, “*laudo para saber se o sangue encontrado na casa é de Eliza*”. Nada, nem uma linha sequer sobre algum aspecto pessoal da vida da modelo, ou uma imagem. O “Estadão” consegue surpreender em sua prática jornalística: já são 15 dias noticiando o “caso Bruno” sem mostrar o rosto da vítima. E ele vai se superar, Eliza só será conhecida para os leitores de “O Estado de S. Paulo” em 17 de julho.

⁶² Declaração publicada pela revista Época, edição de 10 de julho de 2010.

motel, a reportagem trata do pedido de Bruno para ter uma televisão de 14 polegadas na cela, o que só não havia sido realizado porque o jogador estaria sem dinheiro para comprar.

Agências de notícias - 22 de julho de 2010.

No dia 22 de julho uma imagem rodou as agências de notícias. O sorriso de Bruno Fernandes ao ser levado para o camburão, depois de deixar o Juizado de Menores em Contagem (MG), onde foi a audiência do primo, então com 17 anos, envolvido no sequestro e morte de Eliza Samudio.



Figura 60- Bruno em 22/07/2010 – Foto: Futura Press

O que faria sorrir o homem acusado de homicídio triplamente qualificado, sequestro, cárcere privado e ocultação de cadáver? Algemado, cercado por policiais, esse homem perdeu a liberdade, o luxo; é um goleiro que não vai ter a chance de conquistar novos títulos pelo time mais popular do Brasil, nem disputar a Copa do Mundo em seu país. Por que ele sorri?

Ao sorrir, o preso exibe a autoconfiança de quem, do lado de fora das grades, estava acostumado a ganhar. Sorriso é sinal de alegria, felicidade, tranquilidade, estado de euforia, graça. Há pessoas que riem de nervosismo, outras que não controlam as gargalhadas em cenas inusitadas, cômicas. Cada sorriso pode sugerir distintos sinais. Que imagens de memória essa cena evoca? Uma delas, poderia ser a propalada impunidade, velha conhecida dos brasileiros. Mas e se o riso for um deboche? São muitas as redes de sentidos que um sorriso engendra. Fato é que um ano depois dessa cena, Bruno irá chorar.

Análise de reportagens em eventual situação jurídica, fora do julgamento, que tenha mobilizado a imprensa: junho de 2011.

Globo e Record - 28 de junho de 2011

No dia 28 de junho de 2011, Bruno das Dores Fernandes de Souza deixou a penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, para prestar esclarecimentos à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Observe-se que o preso saiu, mobilizou um aparato do Estado para levá-lo à ALEMG e, não o contrário, não foram os representantes da Comissão que se dirigiram ao presídio. A imprensa foi convocada a cobrir a sessão da Assembleia, que poderia ter sido sigilosa. Mas, considerando o preso uma celebridade, foi ele quem motivou a discussão na Assembleia Mineira, quando sua noiva, Ingrid Calheiros, denunciou aos jornais que Bruno havia recebido uma proposta de propina de um milhão e meio de reais para comprar um *habeas corpus*.

No Jornal Nacional daquela noite o tema ocupou 2'19", dos quais a imagem de Eliza ficou no ar por apenas 02". [apresentador]: *“O ex-goleiro do Flamengo, Bruno, foi ouvido hoje na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sobre a denúncia de que ele teria recebido uma proposta para comprar um habeas corpus”*.

[off]: *“Bruno entrou no auditório em Belo Horizonte, sem algemas vestindo o uniforme de presidiário. Ele está preso há quase um ano acusado de sequestrar e matar a ex-namorada Eliza Samudio, além de ocultar o cadáver dela. Eliza desapareceu em junho de 2010. Um amigo do jogador conhecido como Macarrão e um primo, Sérgio Rosa Salles, também respondem pelos mesmos crimes. Na sessão, hoje, da Assembleia, Bruno se sentou a poucos metros da noiva Ingrid Calheiros. Chorou. E afirmou que não teve nada a ver com o desaparecimento de Eliza Samudio”*.

A condução discursiva da matéria apresenta as incessantes retomadas de um discurso outro. Todo preso usa uniforme de presidiário, por que seria diferente? Ao destacar o vestuário de Bruno, o jornalista convoca a lembrança de que aquele preso é um jogador de futebol, acostumado a vestir uniforme de goleiro. Ele sempre foi a notícia, não o crime que cometeu.

Bruno estava acompanhado pela noiva. O homem acusado de homicídio qualificado, entre outros crimes, tem uma noiva de profissão respeitável. Ele chora, como um inocente. Assim se constroem as formulações narrativas e seus sentidos.

[Bruno]: *“O que eu posso dizer, que a senhorita Eliza, ela saiu da minha casa viva. Ela foi muito bem tratada e em momento algum ficou em ‘cárceres privado’ como disseram, em momento algum ela esteve num quarto amarrada, em momento algum ela foi espancada ‘pelo meus’ colegas. Então, quero deixar bem claro, essas pessoas ‘tão sendo acusadas de um fato que não ocorreu. Na minha presença não ocorreu’.*

Em rede nacional, Bruno fala durante 28”, chama, ironicamente, Eliza de “*senhorita*”, afirma que ela está viva e foi “*muito bem tratada*”. Ora, significa dizer: ‘o que vocês estão fazendo comigo e meus amigos? Eliza nunca mereceu crédito, por que mereceria depois de morta? Ela simplesmente sumiu, está viva, sua morte é uma mentira, como tudo o que ela falou antes’.

Imediatamente às declarações do acusado, a reportagem do JN não traz o que foi apontado no processo que determinou o indiciamento de Bruno como mandante do crime. O jornalismo ali praticado não oferece um contraponto. Já se passou um ano e o jogador, literalmente, tem voz para tripudiar sobre a memória da vítima.

[off]: *“O jogador também negou que tenha regalias na cadeia”.*

[passagem]: *“Aos deputados Bruno não confirmou a denúncia de que uma juíza estaria envolvida numa suposta tentativa de venda de habeas corpus para tirá-lo da cadeia”.*

A partir daí, aos 1’27”, a reportagem segue apenas sobre este assunto e não retoma o assassinato de Eliza Samudio.

No jornalismo da “Record”, a não importância de Eliza se repete. Essa notícia mereceu 3’01” e uma foto da modelo ficou no ar por apenas 03”. [apresentador1]: *“O ex-goleiro do Flamengo falou esta manhã à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”.* [apresentador2] *“Bruno repetiu a denúncia*

apresentada aqui na Record: por três milhões e meio de reais ele conseguiria a liberdade. A ajuda viria de uma juíza e de um delegado”⁶³.

[off]: *“O goleiro primeiro fez a própria defesa. Se disse mais uma vez inocente e ansioso por deixar a penitenciária onde está preso desde agosto do ano passado, acusado de sequestro e cárcere privado, homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver da ex-namorada Eliza Samudio”.*

[Bruno]: *“Eu quero sair daquela Nelson Hungria de cabeça erguida. Eu quero sair porque eu não devo absolutamente nada. Eu quero sair dali para dar continuidade à minha carreira e cuidar dos meus entes queridos”.*

O goleiro, diz o repórter, está ansioso para deixar a penitenciária. Mas Bruno ainda não foi a julgamento. Só deixará a penitenciária se ficar provada sua inocência. Sua ansiedade, certamente, é comum aos milhares de encarcerados do país e que não costumam sair da cadeia sem algemas para falar com deputados estaduais. Mas este preso tem microfone aberto na TV, para dizer que *“não deve absolutamente nada”*, é um bom moço, responsável por cuidar de seus parentes. O Estado brasileiro estaria então, atravancando a vida de um inocente, quiçá, do próximo goleiro da seleção brasileira, se ele puder logo retomar a carreira.

[off]: *“A noiva de Bruno acompanhou os depoimentos e, por várias vezes trocou carinhos com o goleiro, que chorou”.* O que se diz com este enunciado é exatamente que aquele homem não é um monstro. Ele se emociona, é frágil, merece carinho, tem uma noiva.

A partir deste ponto, com 1’35” de reportagem, tal qual no JN, a matéria se encaminha para as denúncias de propina e o nome de Eliza não volta, tendo ela sido citada apenas pelos 03” do começo do texto.

Esta é a imagem que correu todas as agências de notícias, emissoras de TV e veículos impressos. Foi capa dos principais portais poucos minutos após a sessão na ALEMG e estampou os jornais, no dia seguinte:

⁶³ Os dois milhões de diferença em relação ao valor da propina apresentado na Rede Globo referem-se a um suposto pagamento ao delegado responsável pelo caso. E os outros um milhão e meio de reais seriam pagos a uma juíza de Esmeraldas, MG.



Figura 61 – O choro de Bruno na ALEMG – 28/06/2011. Foto: Agência Estado

O *click* da “Agência Estado” virou ilustração no site do “Uol”, e a imagem de Bruno chorando também foi destaque nas edições do Jornal Nacional e do Jornal da Record naquela noite.



Figura 62 – ilustração Uol, frame de vídeo do JN e do JR 28/06/2011

Não era o rosto de um criminoso, mas de um ídolo do futebol, em primeiro plano, com lágrimas escorrendo pela face. Bruno deixou que elas escorressem. Quis ser fotografado e filmado assim. O choro, por si mesmo, pode despertar emoção, envolvimento, cumplicidade, piedade. Sugestiona que homem também chora, tem sentimentos, aquele, em especial, estaria sendo injustiçado. Sofre.

Quem assistiu às reportagens completas nos telejornais consegue reunir outras informações além do momento do choro e estabelecer seus próprios julgamentos. Afinal, sua fala não é embargada. As denúncias que ele faz de uma possível compra de *habeas corpus* são firmes. Nega, sem titubear, que Eliza tenha sido agredida e mantida em cárcere no sítio dele. Critica a busca por um corpo, quando afirma que a modelo está viva.

Sim, a imagem do choro pode ter distintas interpretações. A cena mostra altivez. Bruno chora, mas não parece triste. O olhar é penetrante, como costumam ser os olhares dos raivosos. Na foto, a lágrima escorre apenas de um lado do rosto. Já a posição da câmera da “Record”, contudo, mostra lágrimas nas duas faces. Bruno não fita o fotógrafo, tem o olhar indefinido em algum outro ponto, acima da direção da câmera. Os olhos não estão vermelhos nem marejados. Fato, é que a manchete da maioria dos veículos no dia seguinte, foi: ‘Bruno chorou’.

Neste mesmo dia outra imagem chamou a atenção. O réu, acusado de mandar matar e eliminar qualquer vestígio sobre a face da terra da modelo, de 25 anos, mãe de um filho dele, a quem ele atraiu para Minas Gerais com a promessa de aproximá-la da família, esse mesmo homem, campeão brasileiro de futebol, um ídolo da nação rubro-negra, tem uma noiva à sua espera. Ingrid Calheiros, dentista, acredita em sua inocência, o apoia, está ao seu lado na sessão da Assembleia mineira.

Claro que os presidiários têm família, esposa, noivas, namoradas. Embora isso nem sempre ocorra com as mulheres presas. Relatos dão conta de que, na maioria das vezes, seus companheiros as abandonam. Tradicionalmente, é a mulher quem espera por seu companheiro. Mas, evidentemente, poucos detentos são personagens do noticiário nacional. Há, inclusive, um grande esforço das instituições públicas e da própria mídia em manter a invisibilidade do sistema carcerário do país, tão desumanas são as condições da imensa maioria das prisões.



Figura 63- Ingrid Calheiros e Bruno na ALEMG em 28/06/2011

Agora, o que essa cena quer dizer? Senão inocentar Bruno Fernandes das severas acusações que incidem sobre ele? Não deixa de ser um espetáculo midiático, o que o casal de noivos proporcionou. Um beijo da mocinha apaixonada pelo vilão. Troca de carícias. Audiência em alta, como nas novelas.

Bruno estava sem algemas, longe de tudo o que lembra a cadeia. Exceto pelo seu vestuário, todo o resto era condizente a um homem livre, sem culpas. E as emissoras de TV assim se comportaram, aceitaram o teatro, difundiram a peça.



Figura 64 - *frame* de vídeo Ingrid e Bruno JN e JR 28/06/2011

Foi a noiva quem denunciou a suposta propina aos deputados e quis demonstrar que Bruno Fernandes era mesmo um bom rapaz. Ele não aceitou pagar um milhão e meio de reais para responder em liberdade e, ainda, disse que não era “*bem assim*” que

as coisas iam funcionar, pois “*a justiça tem que ser feita*”. Em novembro do ano seguinte a justiça começaria a ser feita.

Extra e Estado de S. Paulo – 29 de junho de 2011.

Agora, veja como foi a repercussão do depoimento de Bruno Fernandes aos deputados mineiros no “Extra” e “Estadão”.

No impresso carioca, a notícia está no caderno Geral, sob a retranca “*País*”. Ou seja, não é uma notícia da editoria de esportes, nem de polícia, não mais categorizada nos capítulos de um “*Romance policial*”, nem uma “*Barbárie em Minas*”, mas um fato nacional, que interessa ao Brasil inteiro. O texto reproduz a seguinte fala de Bruno: “*Já que procuraram a mulher morta, do começo ao fim, por que não começam a procurá-la viva? Por que não abrem investigação? Por que tenho que passar por essa humilhação dentro do presídio, onde as pessoas me olham com olhar de ódio e se esquecem do que eu fiz, se esquecem de quem eu sou de verdade?*”? E o texto diz: “*o atleta chorou diversas vezes durante a audiência*”.

Os extratos do que disse Bruno aos deputados mineiros divulgados nas Tvs e jornais afrontam as testemunhas que o acusam, quando afirma que em sua presença nada aconteceu. O depoente, convidado a explicar as denúncias de suposta ilegalidade na conduta de um delegado e uma juíza, se vê no lugar de autoridade, ao questionar a investigação policial. Bruno, que mantinha-se em silêncio praticamente desde sua prisão, soube utilizar-se da chance de proferir discursos que sugerem a sua inocência.

“*A mulher morta*” - Bruno raramente pronuncia o nome de Eliza. Na primeira entrevista no gramado do Flamengo não disse uma vez sequer. Quando o fez, foi no vídeo gravado no avião: “*essa Eliza*”. E na ALEMGO, ironizou: “*a senhorita Eliza*”. Ele se empenha em diminuí-la e, com a omissão de seu nome tantas vezes, reforça o desprezo pela vida da vítima tanto quanto por qualquer menção à sua lembrança.

Já no jornal paulista, que há tempos diminuiu a importância do caso como valor notícia, aquela sessão da Assembleia de Minas aparece em uma página do Caderno de Cidades, junto a diversas notas curtas. Eis o texto, na íntegra: “*Após quase um ano preso pelo assassinato de Eliza Samudio, o goleiro Bruno Fernandes acusou a polícia e*

a juíza Maria José Starling de tentar extorquir seu dinheiro. As acusações foram feitas à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas, que enviou cópias das oitivas ao Conselho Nacional de Justiça e à OAB". A nota vem acompanhada de uma foto do rosto de Bruno. Não há detalhes sobre o depoimento, sobre o crime, nem sobre a noiva e seus carinhos ou as lágrimas de Bruno. Chama atenção, contudo, o fato de que o jornal deu o nome da juíza que receberia a propina e omitiu o do delegado Edson Moreira, acusado de também exigir pagamento para conseguir a liberdade do preso. Traços sutis de uma cobertura androcêntrica?

Análise de reportagens na véspera do julgamento dos acusados: novembro de 2012.

Extra – 18 de novembro de 2012

Na edição de domingo 18 de novembro de 2012, jornal "Extra" retranca o assunto como "*Caso Eliza Samudio*", finalmente, na página de polícia. Mas não traz mais a foto de Eliza no canto esquerdo da borda superior nem um carimbo com letras vermelhas. "*É a hora do julgamento*" é o título, com subtítulo: "*Dois anos após homicídio, começa amanhã o júri de Bruno e outros quatro réus*". No texto: "*Todos são acusados de envolvimento na morte de Eliza Samudio, ex-amante de Bruno*". A matéria faz um breve retrospecto da cronologia do sequestro e morte de Eliza em junho de 2010, apresenta detalhes de como será a dinâmica do julgamento e mostra um infográfico com a foto dos cinco réus e os crimes pelos quais respondem.

Destaco a legenda para uma pequena foto do rosto de Eliza Samudio, que é: "*Eliza: vítima de armadilha*". Chega a ser doloroso reunir tantos dados num processo de pesquisa, porque ao confrontar o jornalismo do "Extra" praticado no começo das denúncias e agora, dois anos depois, observar esse reconhecimento tão tardio de que Eliza é uma vítima, causa certa angústia do quão reféns se tornam seus leitores.

O "Estadão" não fez matéria de véspera.

Globo e Record – 18 de novembro de 2012

O julgamento de cinco, dos sete acusados pelo assassinato, sequestro, cárcere privado e ocultação de cadáver de Eliza Samudio ia começar na segunda-feira 19 de novembro de 2012. O oitavo acusado era Sergio Rosa Salles, primo de Bruno e que estava em liberdade condicional por ter colaborado com a justiça. Mas ele foi assassinado. Novamente as duas revistas de domingo das emissoras concorrentes se dedicaram a exibir grandes reportagens relembando o caso.

No Domingo Espetacular da “TV Record” uma matéria de 10’42” apresenta um histórico dos acontecimentos a partir do crime, tendo como fio condutor da narrativa a expectativa dos familiares de Eliza e Bruno e as novas estratégias de defesa do goleiro. Foram entrevistados o promotor público, os advogados de defesa e acusação, a avó de Bruno e a mãe de Eliza.

[apresentador1] *“Começa amanhã o julgamento do goleiro Bruno. Ele é acusado de planejar o assassinato de Eliza Samudio”*. [apresentador2] *“Nos bastidores o drama pessoal de duas mulheres em lados opostos desse júri”*. A matéria começa com Dona Stela de 81 anos, que criou o jogador desde recém-nascido e Dona Sonia de 46 anos que hoje cria o filho de Eliza. A primeira, diz que Bruno não tem coragem de fazer maldade com ninguém; a segunda, quer a condenação dos acusados e espera, pelo menos, que seja dito onde estão os restos mortais da filha.

O repórter mostra o Fórum de Contagem, explica como serão os procedimentos técnicos do julgamento, relata as acusações sobre cada um dos réus, cita alguns depoimentos que colocam Bruno na cena do crime e mostra o sítio que funcionou como cativoiro:

[passagem]: *“De acordo com Jorge Luiz Rosa, primo de Bruno, Eliza Samudio passou seus últimos dias de vida aqui no sítio do goleiro. Daqui, ela foi levada para o município de Vespasiano onde teria sido morta”*.

[off]: *“Jorge Luiz contou à polícia que Eliza foi atraída pelo jogador com a promessa de ganhar um apartamento para morar com seu filho. No sítio, ela teria sido violentamente agredida. Eliza foi assassinada, mas o bebê poupado e encontrado mais tarde pela polícia. Para o advogado de acusação a motivação do crime é clara: a gravidez de Eliza Samudio teria ferido o orgulho do goleiro e a saída seria assassiná-*

la”. (...) “Um funcionário do goleiro disse à polícia que teria aconselhado Bruno a deixar Eliza ir embora. O goleiro apenas respondeu que já tinha feito uma besteira e que iria resolver”.

“A defesa promete uma revelação que pode mudar os rumos do julgamento: Eliza Samudio não teria morrido. A prova seria essa carta, que teria sido escrita por um companheiro da mãe de Bruno. O homem, que se identifica como Luiz Henrique Timóteo, está preso por tráfico de drogas no interior de Minas e teria ajudado Eliza a comprar documentos falsos por 4 mil reais, para sair do Brasil”.

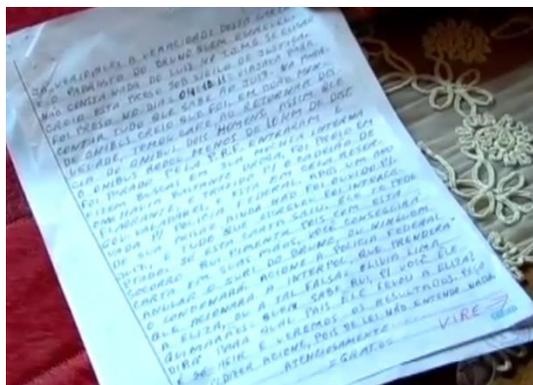


Figura 65 – frame de vídeo da carta. Domingo Espetacular - Record 18/11/2012

Na semana que antecedeu ao julgamento, os advogados de Bruno lançaram essa estratégia com o intuito de tumultuar o processo, confundir os jurados, mobilizar a imprensa em torno uma notícia sem qualquer sustentação fática. E conseguiram ser manchete nos veículos: Eliza está vivendo na Europa. É impossível não associar ao “Caso Dana de Teffê”, tendo sido essa a maior estratégia de Leopoldo Heitor.

E a materialidade dessas informações é semelhante: uma carta. Nos anos 60, essa era a comunicação corrente. Mas em 2012, seria mais provável um contato telefônico ou virtual. Sendo o autor um presidiário, naturalmente não mandaria e-mail, mas seus advogados poderiam telefonar para Rui Pimenta, defensor de Bruno Fernandes. E é estranho que tenha, então, conseguido enviar uma carta sem que a mesma fosse interceptada dentro do sistema prisional. Uma vez interceptada, seria encaminhada ao Ministério Público de Minas Gerais.

“A defesa de Bruno afirma que Eliza pode ter passado pela Bolívia antes de seguir para a Europa. Eliza teria sido vista, até, em um hotel em São Paulo”.

[advogado Rui Pimenta]: *“Um taxista em São Paulo a transportou. Eu acredito piamente que esse crime nunca existiu”.*

[off]: *“Será que essas informações podem influenciar os jurados? Em Contagem as opiniões estão divididas”.* O que essa pergunta na voz do repórter quer sugerir? Mas a matéria exhibe apenas duas entrevistas curtas, com uma mulher que acredita que o goleiro seja o culpado e um homem que diz não ter crime, porque não tem corpo. Duas falas aleatórias, na rua, certamente não representam as opiniões de uma cidade. Mas o jornalismo se vale desse recurso, chamado de povo-fala, para dizer que ouviu sempre opiniões divergentes e preza o equilíbrio dos fatos.

[off]: *“E é nessa tese de que não existe corpo que a defesa pretende se apegar”.*

[advogado Rui Pimenta]: *“Não houve ali nenhum homicídio. Quando falta o cadáver, outros elementos podem comprovar. Não tem nada para comprovar (...) Meu caro, sabe o que eles encontraram? Absolutamente nada!”*

[off]: *“Para o promotor e os advogados de acusação, o que não faltam nesse caso, são provas”.*

[promotor Henry Wagner]: *“Foi encontrado sangue no interior da casa sede do sítio. Não se pôde constatar se esse sangue era de Eliza Samudio. Mas observemos bem, reitero: o sangue encontrado no interior do veículo era dela”.*

[off]: *“Se condenado Bruno pode pegar mais de 40 anos de prisão”.* E a matéria termina com mais uma entrevista de Dona Stela e Dona Sonia, exibindo como última imagem um beijo da avó, no neto Bruninho.

O Fantástico da “TV Globo” dedicou 7’12” para falar do julgamento. [apresentador1]: *“Começa amanhã de manhã um dos julgamentos mais esperados da história policial brasileira. O goleiro Bruno e outros acusados vão a júri pelo desaparecimento de Eliza Samudio”.* [apresentador2]: *“A repórter Liliana Junger fala ‘ao vivo’ do Fórum de Contagem na região metropolitana de Belo Horizonte. Liliana já há alguma movimentação em frente ao Fórum”?*

Aqui já vale um comentário, porque as entradas “ao vivo” são cotidianas dos telejornais, mas muito pouco frequentes em programas semanais como o Fantástico, exceções feitas para casos de tragédias ambientais, desastres, acontecimentos que alteram a rotina do país ou algum evento de grande repercussão. Colocar uma repórter “ao vivo”, na porta do Fórum, na véspera do julgamento já sinaliza que o julgamento de Bruno Fernandes será um acontecimento jornalístico de ampla cobertura em todos os programas.

A repórter diz que tudo está tranquilo, mostra o isolamento da área e cita os cinco acusados que serão julgados no dia seguinte. E chama a reportagem da seguinte maneira: “*E esse caso que intrigou o país deixou uma dúvida: existe crime, sem corpo? Veja na reportagem de Flávio Fachel*”.

A reportagem tem 5’47” integralmente dedicados a explicar a tese do crime sem corpo.

[off] “*O que aconteceu com Eliza Samudio? Se está viva, por que não entra em contato? Se está morta, onde está o corpo? Às vésperas do julgamento a defesa diz que recebeu informações de que Eliza poderia estar no exterior, que teria sido vista em vários lugares*”. O advogado Rui Pimenta diz que uma pessoa telefonou da Itália dizendo ter visto Eliza na arquibancada de um jogo de vôlei.

Mas o jornalista pergunta: - “*O senhor acha que Eliza está viva*”? Rui Pimenta leva dois segundos para responder e diz: - “*Não, eu acho que ela ‘tá morta. Agora, se está morta o Bruno não tem culpa. O Bruno nunca quis nem desejou a morte dessa moça*”. Já Na “Record”, o mesmo entrevistado declarou: “*eu acredito piamente que esse crime nunca existiu*”.

A matéria prossegue sem lembrar aos telespectadores o passo a passo do crime. Não há um histórico dos acontecimentos. [off]: “*Como condenar alguém por homicídio quando não existe um corpo? Esta será a linha de defesa seguida pelos advogados do goleiro Bruno. Mas, para a acusação, não há dúvidas*”.

[promotor Henry Wagner] “*Este é um crime sem corpo, mas repleto de provas. Provas de que Eliza foi submetida, subjugada, agredida, sangrada, levada a cárcere privado, para enfim ser silenciada fisicamente*”.

A linha editorial escolhida para a véspera do julgamento, quando os jurados ainda podem assistir ao noticiário, fica muito clara a partir do *off* a seguir. A chamada dos apresentadores privilegiando o termo “*desaparecimento*” em vez de sequestro e morte; a pergunta que faz a repórter na entrada desta matéria; e o tom de voz empregado pelo jornalista, já davam indícios de uma condução específica, apesar de serem entrevistados os lados opostos do caso, acusação e defesa. Mas é com a produção e edição da matéria que se pode deduzir a tomada de posição da emissora. Por exemplo, para abordar a tese de crime sem corpo, poderiam ser citados julgamentos bem sucedidos nesta questão. Ao contrário, a ilustração a seguir, trata-se de um grande erro judicial também em Minas Gerais. Curiosamente, “o caso dos irmãos Naves” foi lembrado no julgamento de Leopoldo Heitor, inocentado pelo desaparecimento e morte de Dana de Teffé.

[off]: “*São raros no Brasil casos de julgamentos de assassinato onde não foi encontrado o corpo da vítima ou suposta vítima. Em um dos maiores erros da justiça brasileira, dois homens pagaram por um crime que não existiu. O caso dos irmãos Naves virou até filme. Em 1937 um primo deles sumiu depois de sacar uma grande quantia no banco. O delegado da cidade mineira de Araguari achou que os irmãos Naves tinham matado o primo para ficar com o dinheiro. Eles foram torturados até confessar e condenados pelo tal assassinato. Quinze anos depois, o primo reapareceu, vivo, dizendo que foi embora da cidade sem avisar aos primos. A lei brasileira exige a presença do corpo ou de testemunhas para que alguém seja julgado por homicídio. O artigo 158 do Código de Processo Penal diz que é indispensável o exame do corpo e o 167 diz que quando não for possível examinar o corpo, a prova testemunhal pode ser usada*”.

Fica clara a opção do jornalismo aqui praticado sugestionar os riscos de um julgamento de homicídio sem corpo, já que existem erros clássicos na condenação de inocentes. Para além do enunciado, destaca-se a inflexão de voz dada às expressões: “*um dos maiores erros da justiça*”, “*suposta vítima*” e “*o tal assassinato*”, que atribui um tom de suspense ao mesmo tempo que reforça o erro de outrora.

Depois de dizer que apesar da ausência do corpo o Código Penal prevê o uso de testemunhas para provar o homicídio, a reportagem exhibe uma entrevista com um

consultor jurídico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição de referência pelos seus especialistas, que diz:

[consultor jurídico] *“Mas aí tem que ter uma carga de convencimento, essa prova testemunhal, tem que ser várias pessoas, algumas pessoas pelo menos, que digam: olha, vimos o ato, assistimos a execução do ato”*.

Para contrapor, o jornalismo do Fantástico ouve um desembargador que afirma ser possível apresentar várias provas para apontar *“que a pessoa não existe mais sobre a face da terra”*, diferentemente da época do caso dos irmãos Naves.

A reportagem continua valendo-se de recursos sonoros e visuais para gerar o efeito de sentido de clima de suspense característico dos filmes e séries de TV sobre investigações criminais. Um perito criminal é entrevistado em seu ambiente de trabalho com todo o aparato técnico para decifrar os sinais deixados na cena de um homicídio.

E o texto final se encaminha com as duas posições contrárias. O promotor é ouvido mais uma vez. [promotor Henry Wagner]: *“Eu estou certo de que as provas que estão reunidas no processo serão mais do que suficientes para o convencimento do júri e que provocarão, portanto, a condenação de todos os réus”*.

[off] *“A defesa argumenta que existe o risco de uma condenação injusta”*. [advogado Rui Pimenta]: *“Não tem prova nenhuma. Que prova que tem? Você vai mandar um homem pra cadeia sem prova nenhuma, doutor?”* Sobre esta última frase do advogado foram exibidas duas imagens de Bruno Fernandes chorando.

[off]: *“Quem está com a razão? É o júri popular quem vai decidir.”*

Não se pode dizer que a matéria deixou de ouvir posições contrárias. No entanto, há visível desproporcionalidade de tempo dedicado a uma e outra. A reportagem é amplamente baseada no risco de se condenar um inocente a partir da ausência do corpo da vítima, embora tenha ouvido aqueles que alegam haver provas suficientes para a condenação.

Além disso, na prática telejornalística se tem por hábito escolher boas imagens para impactar a abertura de uma reportagem e cativar o telespectador e deixar ‘o melhor’ para o final. Isso pode ser compreendido, também ao se observar a ordem dos assuntos distribuídos ao longo de um telejornal, por exemplo: notícias impactantes para

começar e temas mais leves e emocionais para fechar, pois estes últimos serão armazenados no repertório do público. Estudos apontam que diante do excesso de informações a que estamos submetidos, nossa tendência é guardar aqueles dados mais recentes. Ou seja, as últimas informações de matérias longas serão melhor memorizadas pelos telespectadores.

Assim, no caso da “Record”, a escolha editorial privilegiou o afetivo encerrando a matéria com a mãe de Eliza beijando o seu neto órfão, e a “Globo” também apela para o emocional, mas exibindo as imagens de Bruno enxugando suas lágrimas.

Análise de reportagens na semana do julgamento dos acusados: novembro de 2012.

Extra e O Estado de S.Paulo – 19 e 25 de novembro de 2012

Os acusados no “Caso Eliza Samudio” começaram a ser julgados em novembro de 2012. No dia 19, estavam no banco dos réus cinco indiciados por homicídio, sequestro e ocultação de cadáver, nem todos pelos três crimes: Bruno Fernandes das Dores de Souza, Luiz Henrique Ferreira Romão, Marcos Aparecido dos Santos, Dayanne Rodrigues do Carmo Souza e Fernanda Gomes de Castro.

Jornal “Extra”, editoria de polícia, página 3, “*Caso Eliza Samudio*”. A página traz cinco notas/matérias sobre o caso. A principal, aborda que a mãe de Eliza foi arrolada como testemunha de defesa. E só agora tomou conhecimento do teor de todo o processo. Uma coluna curta chamada “*Os Fatos*” resume a agressão, a morte e o julgamento. Essa coluna vai se repetir ao longo da semana com as pílulas principais dos acontecimentos do júri. Outro quadro traz um resumo de poucas linhas dos três principais acusados: Bruno, Bola e Macarrão. Num *box*, a manifestação de um homem que vai aos julgamentos famosos e fica na porta dos fóruns amarrado a uma cruz. E por fim, na nota relativa à Eliza, o título é: “*Boleira e atriz de filmes pornô*”. De volta, o velho “Extra”. Talvez o editor que tenha reconhecido Eliza como vítima, no dia 18, não fosse o habitual. Aí está Eliza mais uma vez, nomeada como sempre esteve no jornal.

“*Abandonada ainda bebê pela mãe, Eliza ao se tornar adolescente nunca teve destino certo*”. Essa informação não bate com outras que dizem que Eliza só deixou a casa do pai Luiz Samudio aos 18 anos para morar em São Paulo. A adolescência

começa bem antes disso. A maneira com a qual a mídia aborda o abandono de Eliza é menos pela atitude da mãe negligente e mais por induzir a um pensamento de que ela cresceu sem nenhum caminho, não só pelo destino incerto, mas um descaminho moral.

“Acusada pelo goleiro Bruno de ser garota de programa, ela não escondeu nas conversas nem seu passado (sic). Não o de garota de programa, mas de ter feito dois filmes pornô. Boleira reconhecida, mantinha amizade com diversos jogadores. Foi na casa de um deles que ela conheceu e teve a primeira relação sexual com o goleiro Bruno. Outros jogadores do Flamengo trocavam mensagens na internet com a modelo”.

Estas são as últimas palavras do “Extra” sobre Eliza antes do julgamento daqueles que planejaram sua morte de forma ardilosa e cruel. De 20 a 24 de novembro, data da condenação de Luiz Henrique e Fernanda, o veículo faz a cobertura de várias confusões envolvendo os advogados de Bruno e Bola, a ponto de a juíza Marixa Rodrigues desmembrar o processo. Bruno e Dayanne só irão a júri em março de 2013 e Bola, em abril. Não há mais imagens de Eliza Samudio desde o dia 19 de novembro.

No dia 19, o “Estadão” dedicou meia página, mantendo a cobertura do caso sempre no caderno de Cidades, com um breve histórico; a tese da defesa de Bruno Fernandes de que nunca existiu o crime porque não há corpo; e uma cronologia: sumiço, denúncia, indiciamento, júri, assassinato e julgamento. A única foto é de Dona Sonia Moura, mãe de Eliza, de malas prontas para acompanhar o júri. O nome de Eliza Samudio é grafado com “s” por quatro vezes! Certas coisas não são pequenas, meros deslizes de digitação. Dois anos e meio depois de vasta cobertura sobre um crime tão badalado na mídia, escrever errado o nome da vítima só revela o descaso para com seu nome, literalmente, com sua pessoa, com sua memória.

“O Estado de S. Paulo” com a matéria “*Júri do caso Bruno deve durar 15 dias*”, traz declarações de Rui Pimenta, advogado de Bruno, alegando que Eliza está viva. Ele fala da carta escrita por um presidiário que confessa ter ajudado a modelo a conseguir documentos falsos para fugir do país e insiste que os peritos não encontraram qualquer prova de que houve um homicídio na casa de Marcos Aparecido, o Bola.

O jornal chega às bancas antes mesmo do julgamento começar e a matéria termina com um destaque intitulado “*Futuro*”: “*Os advogados envolvidos no processo se mostram confiantes na absolvição dos acusados e Pimenta chegou a dizer que*

retomará negociações com um clube italiano (o Milan) que estaria interessado em contratar Bruno, quando foi preso”.

O futuro que interessa ao jornal é o da celebridade acusada de um crime sem corpo, que pode estar preso injustamente, quando teria uma carreira internacional pela frente e não de uma criança, de apenas dois anos e nove meses, cuja mãe foi assassinada a mando do pai e hoje mora com a avó, que, por sua vez, nunca criou a própria filha.

Fotos de Eliza Samudio não foram publicadas durante toda a semana. O “Estadão” encerra a cobertura no dia 24 de novembro.

Também ausente a imagem de Eliza na cobertura do “Extra”, exceto pelo dia 19. Depois, não mais. A condenação de 15 anos para Luiz Henrique Romão saiu no dia 24 de novembro. O jornal carioca do dia seguinte fala de medidas de proteção para Macarrão não sofrer represálias no presídio após delatar o goleiro e antigo patrão como mandante do crime. E ouve criminalistas sobre a situação de Bruno Fernandes a partir da delação de seu companheiro de cárcere. Uma notinha final, diz que a mãe de Eliza chorou várias vezes durante o julgamento e que agora voltará para casa com o atestado de óbito da filha.

Naquele primeiro julgamento, antes da juíza ter desmembrado o processo contra Bruno, Dayanne e Bola, esta era a postura do réu Bruno Fernandes:



Figura 66 - Bruno e Dayane no Fórum de Contagem, 20/11/2012. Divulgação: TJMG

No segundo dia de oitivas das testemunhas, a 20 de novembro de 2012, Dayanne Rodrigues demonstra estar aflita, com medo, ouvindo todas as acusações, apavorada

pelo que pode lhe acontecer. Pela sua cabeça devem passar pensamentos como: ‘quem cuidará das minhas filhas?’ ‘E agora, meu Deus?’ ‘O “*cara lá de cima*” vai me socorrer?’ O homem, que Dayanne queria de volta em casa, como marido, está ao seu lado, impassível, prestes a ficar atrás das grades por um bom tempo.

A imagem de Bruno parece indicar que ele estaria alheio a tudo isso; seu olhar não está atento à juíza Marixa Rodrigues, nem ao promotor Henry Wagner, que pela disposição do júri, estavam à sua frente. O réu vira-se para o lado, em direção à assistência onde estão jornalistas e familiares. A expressão é de um olhar absorto. Parece apenas querer que aquilo tudo acabe logo, porque ‘ele não está ali’, não se envolve, nada daquilo lhe diz respeito. Arrisco a dizer, pelo olhar altivo, que há uma dose de prepotência em sua postura. Mas claro, isso foi antes de Luiz Henrique Romão, o Macarrão, apontá-lo como mandante da execução de Eliza Samudio.

Globo e Record – 24 de novembro de 2012.

Como foi feita a análise da véspera do julgamento do “Caso Eliza Samudio”, em que se delineou o encaminhamento que seria dado pelas emissoras à cobertura e, durante a semana, houve o desmembramento do processo, adiando o julgamento do goleiro, interessa, aqui, ver como foi a última notícia na semana do julgamento dos dois acusados Fernanda Castro e Luiz Henrique, pelo sequestro e homicídio de Eliza.

No Jornal da Record do dia 24 de novembro, a reportagem abriu o telejornal com 1’50”. Trata da condenação dos dois réus com uma arte da duração das penas; há uma entrevista com advogados de defesa de Macarrão e Fernanda, uma fala curta de Dona Sonia e a fala do promotor Henry Wagner. Uma foto de Eliza Samudio com Bruninho nos braços, aparece no momento em que seu nome é citado no seguinte fragmento: “*Fernanda Gomes de Castro foi condenada a cinco anos em regime aberto pelo sequestro e cárcere privado de Eliza e do filho dela*” e só dura um segundo no ar.

O Jornal Nacional fez uma reportagem maior, 3’, com mais detalhes do sexto e último dia de julgamento. Começa com o trabalho do promotor Henry Wagner durante sua exposição oral apresentando aos jurados o grau de envolvimento de cada réu; traz “sobe sons” em arte (existe o áudio, mas não o vídeo) do promotor e da juíza Marixa Rodrigues; faz uma arte com a foto de Macarrão e Fernanda divulgando a sentença de

cada um; entrevista a mãe de Eliza e o promotor. O JN exhibe três fotos de Eliza Samudio durante a matéria, totalizando 06” de exibição.

Análise de reportagens na véspera do julgamento dos acusados: março de 2013.

Extra – 03 de março de 2013

Domingo, 03 de março de 2013, página de polícia do jornal “Extra”: “*O goleiro vai para a marca do pênalti*”. Fazendo analogias com o futebol, o veículo muda de estratégia depois da condenação de Macarrão em novembro: “*Com a promotoria no ataque, poucos apostam na defesa no julgamento de Bruno*”. A reportagem é dividida em quatro quadros: as estratégias de defesa de Bruno e Dayanne; um infográfico “*Por dentro do júri*”, com a relação dos já condenados e de quem vai a júri popular em março (Bruno e Dayanne), abril (Bola) e maio (Elenilson Vitor e Wermerson Marques); a coluna “*Os Fatos*” criada desde o primeiro julgamento, com notas curtas que resumem a trama, que agora é chamada pelos editores de “*Trama macabra*” - não mais enredo de novela; e, em duas colunas com uma foto de Eliza (a primeira, de 25 de agosto de 2009) a nota: “*Processo por ameaças*”. O texto trata do processo onde figuram como réus Bruno e Macarrão pelas ameaças de 2009. Na legenda, “*Eliza: morte foi reconhecida*”.

OS FATOS

TRAMA MACABRA

O início
A pressão de Eliza para que Bruno reconhecesse a paternidade de seu filho, Bruninho, hoje com 3 anos, teria sido o que motivou a trama que terminou com seu desaparecimento e morte.

Emboscada
Em maio de 2010, a modelo, que morava em São Paulo, foi atraída para o Rio de Janeiro, com o pretexto de fechar um acordo: ganharia uma pensão de R\$ 3,5 mil, apartamento, e o goleiro reconheceria seu filho.

Aborto
Em 2009, a modelo acusou Bruno e Macarrão de terem tentado forçá-la a abortar. Os dois teriam sequestrado Eliza e dado a ela substâncias abortivas. O caso foi denunciado à

polícia pela própria Eliza.

Sequestro e morte
No dia 4 de junho do mesmo ano, Eliza teria sido sequestrada e levada para

Minas Gerais. Lá, teria ficado encarcerada no sítio de Bruno, em Esmeraldas, sendo depois levada para a casa de Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, em Vespasiano. Lá, teria sido morta. O corpo de Eliza nunca foi encontrado.

Os crimes
O goleiro Bruno é acusado de homicídio qualificado, sequestro e ocultação do cadáver de Eliza. Já Dayanne responde por sequestro e cárcere privado de Bruninho.

Figura 67 – publicação do jornal Extra de 04/03/2013

Destaco do quadro “*Trama macabra*”, o enunciado: “*A pressão de Eliza para que Bruno reconhecesse a paternidade de seu filho, Bruninho, hoje com três anos, teria sido o que motivou a trama que terminou com seu desaparecimento e morte*”. Reconhece-se aqui o conceito de vitimologia novamente sendo aplicado, que imputa à Eliza alguma responsabilidade no próprio crime do qual é vítima. Não se vê,

normalmente, homens com processo de reconhecimento de paternidade saírem matando as mães de seus filhos. A culpa não é daquela que tem o direito de dar ao filho o registro de um pai.

O jornal “O Estado de S.Paulo” não exibiu reportagem de véspera. E como em novembro de 2012 estava previsto, também, o julgamento de Bruno, as expectativas das emissoras de Tv eram maiores para a véspera daquele primeiro julgamento, cujas matérias já foram analisadas. Em março de 2013, optei por estudar a cobertura na semana que Bruno e Dayanne foram, efetivamente, a júri popular.

Análise de reportagens na semana do julgamento dos acusados: março de 2013.

Extra e O Estado de S.Paulo – 04 de março de 2013

“O Estado de S. Paulo” começa a cobertura da semana de julgamento de Bruno das Dores Fernandes de Souza com o seguinte título: “*Defesa de Bruno já fala em anular júri que começa hoje*”. Como ocorreu no julgamento de novembro, as estratégias da defesa são tentar minar os ânimos do promotor e da juíza. Desta vez, a confusão seria porque, em janeiro, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) mandou expedir uma certidão de óbito para Eliza Silva Samudio. Mas o bate-boca se tornou inócuo e o primeiro dia de julgamento transcorreu normalmente. Novamente não há foto de Eliza e, na imagem de Bruno, a legenda é: “*Atleta é acusado de envolvimento no sequestro e morte de Eliza Samudio em 2010*”.

O “Extra” surpreende pela pequena nota dada ao início do julgamento de Bruno, “*Mudança no ataque e na defesa*”, ocupando quatro colunas pequenas de ¼ de página. “*A defesa do goleiro Bruno Fernandes, que começa a ser julgado hoje, em Contagem, Minas Gerais, pela morte de Eliza Samudio, ainda tenta virar o jogo*”. Isso é tudo sobre Eliza nesta edição.

Globo e Record – 04 de março de 2013.

Segunda-feira, 04 de março, Jornal Nacional: [apresentador] “*Começou hoje em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, o julgamento do goleiro Bruno,*

acusado de planejar a morte da ex-amante Eliza Samudio e sumir com o corpo dela. Cinco mulheres e dois homens compõem o júri". O JN mantém a classificação de "ex-amante" para nomear Eliza, até hoje. A expressão "*sumir com o corpo*" pode ser considerada um eufemismo para o crime de ocultação de cadáver.

O JN dedicou 2'52" ao primeiro dia de julgamento. [off] "*No banco dos réus, Bruno mostrou sinais de apreensão. Cabeça baixa, mãos cruzadas, olhos fechados. O goleiro chorou várias vezes e leu a bíblia, entregue por um dos advogados*". A descrição da cena quer aproximar o réu a um sujeito temente a Deus, destaca as emoções, privilegia a humanização do goleiro em detrimento de ser um mandante frio de um homicídio triplamente qualificado, tal qual em 2011 durante depoimento na Assembleia de Minas. No entanto, o jornalista não faz um contraponto com a postura do réu durante o julgamento de Macarrão, em novembro de 2012, nos dias que Bruno esteve no Fórum de Contagem antes do desmembramento do processo e antes de ser delatado pelo amigo. Àquela ocasião ele aparentava segurança, altivez e por que não dizer, até certa arrogância.

A reportagem fala da chegada de Dayanne, do pedido de recurso contra a emissão da certidão de óbito de Eliza, da entrada de mais dois nomes suspeitos de envolvimento no crime, de acordo com o Ministério Público; narra o que disseram as testemunhas ouvidas naquele dia; e, para fechar, coloca uma entrevista curta de Dona Sonia de Fátima Moura que "*não perdoa*" Bruno.

A imagem de Eliza Samudio aparece somente depois de decorridos 2'10". Quatro fotos são exibidas totalizando 08" da reportagem, neste trecho: "*De acordo com a polícia, Eliza foi sequestrada no Rio e trazida para o sítio de Bruno em Esmeraldas, região metropolitana de Belo Horizonte, onde ficou em cárcere privado. Eliza queria que o goleiro reconhecesse a paternidade de Bruninho. Depois de cinco dias, ela teria sido entregue para Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, para ser executada. Em novembro do ano passado Macarrão foi condenado a 15 anos pelo assassinato de Eliza e pelo sequestro e cárcere privado de Bruninho. Macarrão disse que foi Bruno quem o mandou entregar Eliza Samudio ao homem que a mataria*".

No Jornal da Record, a matéria é de abertura do noticiário. As lágrimas de Bruno foram destaque na cabeça. [apresentador] "*Boa noite. Depois de dois anos e oito meses na prisão o ex-goleiro Bruno volta ao banco dos réus. Ele é acusado do sequestro e*

morte da ex-amante Eliza Samudio. No primeiro dia de julgamento Bruno chorou duas vezes”.

A cobertura especial da TV Record tem o repórter Eduardo Ribeiro “ao vivo” na porta do Fórum de Contagem e ele vai chamando várias reportagens. A primeira, aos 1’17”. O texto diz: *“Bruno recebeu um lenço do advogado. O réu que amparava as lágrimas de forma tímida, em nada se parecia com o preso que dois anos atrás caminhava descontraído entre um depoimento e outro”.*

O apresentador volta a chamar o repórter “ao vivo”, com a seguinte pergunta: *“Mas Eduardo como é que a justiça chegou à conclusão de que Eliza Samudio está morta e até liberou o atestado de óbito né, se até hoje o corpo da jovem não foi encontrado”?* O repórter explica que a partir do momento que Macarrão deu detalhes e confirmou a morte, os jurados entenderam que havia a materialidade do homicídio. Aos 4’09 Eduardo chama uma segunda reportagem sobre possíveis “ilegalidades” ao longo de todo o caso. A TV Record refere-se à tentativa de compra de habeas corpus, diz que há uma investigação sigilosa sobre a movimentação financeira de Bruno Fernandes e que Bola teria tentado matar Eliza um mês antes de junho de 2010.

Em sua terceira entrada “ao vivo” na porta do Fórum, o repórter conversa com o comentarista de segurança da TV Record e depois chama, aos 08’10”, a terceira matéria da noite. Agora, trata-se do esquema montado pelos jornalistas em frente ao Fórum, do movimento de curiosos e de manifestantes que pedem o fim da violência contra as mulheres. Dona Sonia Moura, mãe de Eliza é entrevistada aos 09’30”. Ao todo, são 10 minutos dedicados ao primeiro dia do julgamento e nenhuma – nenhuma – imagem de Eliza Samudio. A que se deve tal apagamento?

Imagens em destaque: os jornalistas valorizaram o fato de que Bruno *“ganhou um lenço”* de seu advogado, para enxugar as lágrimas.



Figura 68 – *frame* de vídeo JN e JR 04/03/2013

A captação de fotos e imagens no tribunal é permitida por alguns minutos antes dos trabalhos começarem. Durante esse tempo Bruno permaneceu de cabeça baixa, sem olhar para os fotógrafos e cinegrafistas, de maneira que não é possível ver se, de fato, ele chora. Lembrado que em 2011, quando o réu parecia ter o controle da situação, não usou lenços para enxugar as lágrimas, nem permaneceu cabisbaixo.

Se o corpo fala, aos ‘45 do segundo tempo’, para usar uma expressão conhecida no meio de Bruno Fernandes, o goleiro faz a última jogada. É um júri popular, a decisão dos jurados é soberana. Então, o ‘jogo só termina quando o juiz apita’. O jogador que parece na defensiva, na verdade, estaria fazendo um ataque.

O Jornal da Record resgata uma imagem de arquivo e diz que “*esse Bruno em nada se parece*” com aquele, de três anos atrás, que caminhava sorridente em direção ao camburão que o levaria de volta ao presídio. É que, naquele momento, para o goleiro famoso, ainda lhe parecia ser possível encarar o papel de “*muralha*”.



Figura 69 – *frame* de vídeo arquivo Jornal da Record 04/03/2013

Extra e O Estado de S. Paulo – 08 de março de 2013.

Sexta-feira 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Interessante recordar que nesta data, três anos antes, o noticiário repercutia a declaração de Bruno Fernandes, então atuando com a braçadeira de capitão do Flamengo, sobre ser normal um homem “*sair na mão com uma mulher*” durante uma discussão de casal.

Em 2013, a juíza Marixa Fabiane Rodrigues pronunciaria a sua sentença de 22 anos e 03 meses pelos crimes de homicídio triplamente qualificado, ocultação do cadáver da modelo e sequestro e cárcere privado de Eliza e Bruninho. Desse total, 17 anos e 06 meses em regime fechado. A data é simbólica mas não parece ter exercido alguma influência sobre os jurados, já que a condenação foi obtida por um placar apertado de 4 votos contra 3.

Com a manchete: “*Futuro atrás das grades*”, o jornal “Extra” registrou a efeméride. “*Há três anos, em março de 2010, o goleiro Bruno Fernandes de Souza defendia a violência contra as mulheres. (...) Numa ironia do destino, entre os sete jurados que decidiriam o futuro do atleta havia cinco mulheres*”. Não há foto de Eliza Samudio no corpo da reportagem, mas seu rosto está numa arte da capa desta edição.

Em linha editorial oposta, “O Estado de S. Paulo” expõe em manchete: “*Bruno poderá sair da prisão em quatro anos*”. “*Condenado a 22 anos 3 meses, goleiro terá direito ao regime semiaberto em 2017; promotor vai recorrer para aumentar a pena*”. Em meia página o veículo destaca como se dará o cumprimento da pena até o regime semiaberto, cita que a defesa do “*ex-atleta*” já apresentou a apelação e pontua algumas falas da juíza Marixa Rodrigues sobre o comportamento dissimulado de Bruno. Num quadro com cinco colunas curtas, o “Estadão” faz uma entrevista com a mãe de Eliza. Não há fotos da vítima.

Globo e Record – 08 de março de 2013.

Foram cinco dias até a condenação ser anunciada. Durante toda a semana o jogador não mudou de tática. Já nos minutos finais, não assumiu uma confissão clara, mas disse que não fez nada para impedir o assassinato de Eliza. “*Como mandante dos fatos eu nego, mas de certa forma me sinto culpado*”.

Se Bruno não fala, ele também não quer ver ou ouvir.



Figura 70 – Bruno Fernandes dia 08/03/2013. Divulgação: TJMG

Pela “Tv Globo”, no Jornal Nacional, a reportagem teve 3’12”. [apresentadora] *“O goleiro Bruno foi considerado culpado da morte da amante Eliza Samudio e do sequestro e cárcere privado do filho que teve com ela. Mas apesar da sentença de 22 anos de prisão, Bruno poderá voltar às ruas em cerca de três. O Ministério Público vai apresentar recurso para aumentar a pena”*. A matéria começa narrando a absolvição de Dayanne Rodrigues, ex-mulher do jogador. Depois, conta que [off]: *“a juíza classificou o assassinato de Eliza como uma trama diabólica, com detalhes sórdidos”*. Em seguida, exibe o áudio do pronunciamento da sentença (não foi permitida a gravação de imagens neste momento) com uma arte na tela, onde se escreve o que diz a juíza.



Figura 71– frame de vídeo, arte da sentença. Jornal Nacional, Globo 08/03/2013

Além da apresentação do JN ter anunciado a condenação já afirmando que Bruno pode sair logo da penitenciária, a passagem da repórter também priorizou essa informação: *“Pela lei, Bruno pode deixar a cadeia num prazo bem menor. Ele já estava preso há três anos e teve bom comportamento, também trabalhou na penitenciária. Por isso, em três anos ele poderá passar para o regime semiaberto, ou seja, vai trabalhar fora durante o dia e apenas voltar para dormir na cadeia”*. O tom é assertivo, sugere que esta seja a boa notícia do dia. ‘Olha, ele foi julgado, condenado, mas logo poderá voltar a jogar futebol. Já está preso há bastante tempo, é um moço de bom comportamento e até trabalha na prisão’! Supondo-se que a intenção jornalística fosse crítica, o que não se nota, talvez a mesma informação produzisse outro sentido, se fosse enunciada, por exemplo, assim: ‘hoje a lei brasileira permite que condenados por crimes hediondos como homicídio qualificado, não fiquem presos por muito tempo. Em vez de 22 anos, Bruno ficará apenas seis atrás das grades’. Tudo o que se tenta mostrar nesta pesquisa, é *como* o discurso jornalístico produz sentidos.

Em seguida, o advogado de Bruno explica a progressão do regime. Apesar da próxima entrevista ser com um especialista da OAB dizendo que o Código Penal Brasileiro vai ser reformado para que se aumente o cumprimento das penas em regime fechado, o *off* posterior não esconde a posição editorial do telejornal: *“juristas ouvidos pelo Jornal Nacional dizem que é positiva a progressão de regime”*. O texto valoriza que o JN procura especialistas para entrevistar, ou seja, atesta a credibilidade daqueles que terão voz nos microfones do telejornal de maior audiência do país. Logo, há um critério de seleção a partir do que o entrevistado irá dizer. Eis o que ele enuncia:

[entrevista jurista]: *“O objetivo da lei é terapêutico também. Propiciar que esse sujeito, depois de um período de reflexão no presídio, ele possa, portanto, se preparar para conviver em sociedade sem nenhum tipo de problema”*.

A reportagem termina com a fala do promotor público de Contagem (MG) Henry Wagner que vai pedir a revisão da pena, buscando o patamar de 28 ou 30 anos de condenação para Bruno Fernandes. Durante os 3’12” desta matéria, três fotos de Eliza Samudio aparecem no momento da narrativa sobre a condenação de Bruno e ficam no ar por apenas 09” no total.

Na primeira imagem ela está com o filho no colo e nas outras, ainda grávida, na praia. Observe-se que em suas redes sociais Eliza tem várias fotos grávida e não apenas

de biquíni, como se viu já exibidas em outros veículos, fotografias tiradas dentro de casa, em que aparece de short, vestido, bata.



Figura 72 – frame de vídeo fotos de Eliza no JN de 08/03/2013

Embora as fotos selecionadas para ilustrar a reportagem distanciem-se daquelas imagens que instantaneamente associam a figura de Eliza à de “atriz pornô”, a escolha é sempre intencional, carregada de sentidos. E no caso, foi intenção apresentar imagens da gestante de biquíni. Por mais sutil que possa parecer, ou por mais escondido que se intencione parecer, o discurso patriarcal está lá no fundo, enraizado. Mostrar o corpo da mulher – mesmo grávida – é mais interessante do que mostrá-la vestida. Duas fotos contra uma. Já a cena da mãe de Bruninho, com seu bebê nos braços, ficou no ar por apenas três segundos. Num piscar de olhos, Eliza se vai.

Pela emissora concorrente, a reportagem do Jornal da Record tem 2’56”. O regime de progressão de pena também é destacado na apresentação, mas o tom empregado e a pausa para as três últimas palavras sugerem o tom de ironia. [apresentadora]: “O ex-goleiro Bruno já está de volta à penitenciária de contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Ele foi condenado a 22 anos de prisão, mas daqui a cinco, poderá passar para o regime semiaberto e só dormir na cadeia”.

A reportagem começa com um *off* que chama “a sentença histórica ao agressor famoso”. A defesa de Bruno quer recorrer para que a pena seja igual à de Macarrão: 15 anos. Por sua vez, a mãe de Eliza diz que também não está plenamente satisfeita pois não sabe onde estão os restos mortais da filha. E, embora tenha dito para a “Globo”, que vai recorrer da sentença que, pare ele ficou aquém do desejado, o promotor Henry

Wagner em “sobe som⁶⁴” escolhido pela “Record”, diz: *“a promotoria de justiça da Comarca de Contagem está satisfeita com o resultado alcançado, com a condenação do acusado Bruno Fernandes das Dores de Souza”*.

Na passagem do repórter, este também escolheu falar sobre quando Bruno poderá deixar a Nelson Hungria: *“Além do período em que Bruno já está preso, 2 anos e 8 meses, ainda serão descontados da pena, os dias que o goleiro trabalhou e ainda poderá trabalhar na prisão. Mesmo com o benefício, os especialistas calculam que o jogador só vai sair aqui da penitenciária, em 2018. Ainda assim, para o regime semiaberto, ou seja, vai poder trabalhar de dia, mas terá que dormir na cela. Uma rotina incompatível com o futebol, por causa das viagens e concentrações”*. [off]: *“Bruno vai sair da prisão com 33 anos de idade”*.

Os dois telejornais frisaram este ponto, mas aqui o enunciado sugere que mesmo que ele consiga a progressão de regime, será mais difícil continuar a carreira. Na sequência, o *off* anuncia que o julgamento de Bola será em abril: *“ele é apontado como o executor e o responsável pelo sumiço do corpo de Eliza”*.

Eis que só agora, nos dois segundos finais da reportagem aparece a única imagem de Eliza em toda a matéria e uma única foto para cobrir a frase *“sumiço do corpo de Eliza”*.

⁶⁴ Um palanque foi montado na porta do Fórum Dr Pedro Aleixo em Contagem durante os dias de julgamento, para que ao final de cada sessão, os advogados de defesa e acusação, além da promotoria, falassem com os jornalistas. “Sobe som”, então, é porque a declaração não foi uma entrevista específica para determinado veículo, mas sim uma fala geral com trechos recortados na edição.



Figura 73 – *frame* de vídeo do JR com a foto de Eliza Samudio em 08/03/2013

Foi usada aquela mesma fotografia, que já apareceu outras vezes, sugerindo como Eliza deva ser vista, de baixo para cima, correndo os olhos pelo corpo até chegar ao rosto. Quando é condenado o homem que a iludiu com falsas promessas, sequestrou, agrediu, cumpriu a ameaça de tirar-lhe a vida, eis que sua última imagem é aquela que a objetifica no imaginário coletivo, reproduzindo um discurso patriarcal, do qual a própria Eliza é vítima.

O telejornalismo é um gênero informativo cujo formato é comum às diferentes emissoras do Brasil e do mundo. Em qualquer país, você vai reconhecer um telejornal ao ligar a televisão antes mesmo de entender a primeira palavra em língua estrangeira. Agora, quando o conteúdo de um mesmo tema é analisado em diferentes emissoras (foi o que fiz também em dissertação de Mestrado) e as variações são mínimas, aí é que se percebe de maneira inequívoca como o telejornalismo segue uma ‘receita de bolo’ já desgastada e repetitiva. As fontes (oficiais e especialistas) são frequentemente as mesmas, os entrevistados num evento são praticamente comuns, os trechos selecionados em coletivas variam pouco de uma para outra, o tempo de edição das matérias também é similar, ou seja, a expressão “mídia hegemônica” tem endereço certo.

Nem a “Globo” nem a “Record” mencionaram que a condenação de Bruno saiu no dia internacional da mulher, também não resgataram a memória de Eliza que o havia denunciado três anos e cinco meses antes, fazendo uma daquelas reportagens que todos conhecemos quando se quer homenagear alguém. A modelo mereceu apenas nove segundos no JN e menos ainda, dois segundos no JR, no dia em que seu algoz foi sentenciado por seu homicídio.

Eliza Samudio foi silenciada não apenas por aqueles que a mataram.

Por fim, a análise de uma imagem em especial: Eliza, mãe.

Quero selecionar a imagem que não foi publicada pelo “Extra”, não foi pelo “Estadão” e nem pela “TV Record”, que é a foto de Eliza Samudio com seu bebê no colo. Essa fotografia ilustrou algumas reportagens na “TV Globo”, mas não foi a imagem que mais marcou a cobertura. Quais memórias imagéticas emergem ao observar a cena?

Não se pode afirmar qual a primeira imagem de Eliza vem à lembrança dos telespectadores ou leitores, porque isso demandaria outra pesquisa. Mas posso inferir, sim, que dificilmente Eliza com um filho nos braços seria a evocação de memória imediata, a julgar pelas poucas vezes em que a cena foi vista e porque outras representações tornaram-se muito mais frequentes ao longo da cobertura de imprensa.

A imagem de uma mãe com seu filho no colo é uma cena clássica. O pintor italiano Rafael Sanzio a imortalizou, com sua Madona Sistina, na Renascença. Ícone, encanto e beleza que completaram 500 anos em 2012. Na obra de 5,4 metros quadrados, Nossa Senhora flutua entre nuvens, com o Menino Jesus ao colo, ladeada por Papa Sisto II e Santa Bárbara. Anjos querubins estão aos seus pés.



Figura 73 - Madona Sistina, de Rafael Sanzio (1512). A obra original encontra-se no Museu de Dresden, na Alemanha. Reprodução de internet.

O Papa, o homem forte da Igreja, a admira, a reverencia. Santa Bárbara, assim como Sisto II, encontra-se em posição de lhe servir. A Virgem carrega o filho de Deus. Foi ela, uma mulher do povo, quem recebeu tamanha honra.

A representação artística da Virgem Maria com seu filho é um dos temas mais venerados na arte sacra cristã. Além da obra mais famosa, Rafael Sanzio pintou uma série de “Madonas” entre 1502 e 1518.



Figura 75 - Duas telas da “Virgem com o Menino”, de Rafael Sanzio. A primeira (1503) está no Museu Norton Simon em Pasadena, nos Estados Unidos. A segunda (1505), na galeria Palatina, em Florença, na Itália. Reprodução de internet.

A mãe com o filho no colo, é “santa” demais para Eliza? A imagem da modelo, sorridente, de cabelos soltos, rosto tranquilo, com Bruninho nos braços, evoca a memória do espírito maternal que já esteve presente na maioria das mulheres, ainda que na atualidade existam vários movimentos de mulheres trabalhando na desconstrução desse estereótipo de mulher/mãe.



Figura 76- Eliza Samudio e o bebê. Reprodução.

Na foto, vê-se que agora a fitinha vermelha começa a se esgarçar. Eliza trocou de cordão e brincos. A modelo sorri, como nas fotografias que tirou durante a gravidez. A maternidade parece tê-la deixado ainda mais jovem.

A cena pode causar empatia, aceitação e até provocar um tipo de identificação familiar, afetiva, em homens e mulheres. Mas quando os jornais optam pela publicação de uma mulher destacando-lhe os seios, exibindo seu corpo de fio dental na escada da piscina, ou posando para foto só de camiseta e calcinha, ou ainda, quando fazem um movimento de câmera que começa a filmar de baixo para cima até chegar ao rosto, todas as representações são muito distantes da maternidade.

Outras mulheres podem até condenar Eliza com julgamentos depreciativos. A imprensa sente-se à vontade para tratá-la por “Maria Chuteira”. Os homens, em geral,

nestas circunstâncias, facilmente a veem como objeto. Aquele que esteve com ela, intimamente, disse que foram “*só 20 minutos e ela ficou com outros na mesma noite*”.

Apesar da ilustração citada, da “Virgem e o Menino”, ser de simbologia cristã, creio ser independente de alguma religião professada que a sociedade brasileira mais atira pedras em Madalenas e Genis do que humaniza Danas e Elizias.

TERRA À VISTA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que a memória ama, fica eterno”.

Adélia Prado.

À memória de Ângela, Eliane,

Maria do Carmo, Sandra,

Dana e Eliza.

Em terra à vista, esta é apenas um mirada.

Há algum tempo pesquisas em jornalismo versam sobre a espetacularização da notícia, discorrem sobre as linhas editoriais dos (tele)jornais, analisam conteúdos e traçam críticas, ou discutem a sedução que certos produtos exercem nos telespectadores e leitores. Apontam, ainda, caminhos para o ensino do jornalismo e oferecem debates sobre o impacto das novas tecnologias ao campo teórico-prático.

Contribuições extremamente diversas empregando a análise de discurso enriquecem o debate acadêmico no campo da linguagem. Do mesmo modo, entre as pesquisas envolvendo memória, são inúmeras as possibilidades de sua aplicação nas Ciências Sociais e áreas transversais do conhecimento. A Área de Concentração à qual esta pesquisa se insere, é a de estudos interdisciplinares. Portanto, o que se encerra aqui, é apenas um dos muitos percursos possíveis a quem pretende empreender tal viagem.

O que esta pesquisa quis, foi navegar. Cruzar águas nada tranquilas dos estudos em Memória, Jornalismo e Discurso, com a meta de aproximar-se de uma compreensão de como se constrói o imaginário sobre a mulher vítima de crimes de grande repercussão na imprensa, com condenações ou absolvições; com protagonistas de ambientes diversos e em momentos históricos diferentes. E, por essas análises, enxergar todas as mulheres vítimas de uma cultura da opressão, do silenciamento, do julgamento que tanto as aniquila. O oceano era grande. O desejo de atravessá-lo, também.

Algumas notícias ganham repercussão em todos os veículos de comunicação por suas características extraordinárias, entre as quais aquelas que quebram a ordem natural da vida, como o crime de homicídio. Na categoria crime, é preciso hierarquizar, também, os que têm interesse na agenda midiática – como tragédias, casos que geram comoção popular ou envolvem protagonistas conhecidos do grande público. Mas raros são aqueles que permanecem por muito tempo na mídia, como o “Caso Dana de Teffé”, que protagonizou as páginas dos jornais por uma década, e o “Caso Eliza Samudio”, de alta regularidade noticiosa na imprensa entre 2010 e 2013, e que ainda hoje se mantém em pauta.

Diversas foram as semelhanças encontradas entre os dois casos. À medida que mergulhei nas reportagens, mais sinais apareceram de que os advogados de defesa de Bruno Fernandes beberam na fonte de Leopoldo Heitor para propagarem as suas estratégias discursivas. E talvez – faço uma suposição, porque não se poderá provar a não ser que o executor de Eliza confirme minha tese -, digo apenas talvez, até mesmo o planejamento do crime tenha se baseado no “Caso Dana de Teffé”, com o intuito de superá-lo historicamente.

A primeira semelhança, todos sabem, é o homicídio sem corpo. Mas existem muitas outras. As duas mulheres são mortas no mês de junho. Os réus têm apelo popular e são conhecidos da imprensa, pois tanto Leopoldo quanto Bruno podem ser considerados um tipo de ‘celebridade’ em sua área de atuação. O advogado é dono de uma fazenda; o goleiro, dono de um sítio. Os crimes ocorreram nos arredores das propriedades e ambos os julgamentos foram nas respectivas comarcas das cidades de suas terras.

Os dois têm um amigo fiel que também vai responder pelos mesmos crimes: Hélio Vinagre e Macarrão. As mulheres e namoradas dos réus também são arroladas na trama; do lado de Bruno, Dayanne Rodrigues e Fernanda Castro; do lado de Leopoldo, Vera Regina. Durante os depoimentos, Sérgio Rosa Salles, primo de Bruno colabora com a polícia e dá detalhes do real envolvimento do goleiro no desaparecimento e morte de Eliza; cinquenta anos antes, Chico Coveiro, então funcionário de Leopoldo, diz que Dana foi morta na fazenda do patrão e aponta onde estaria enterrado seu corpo. Sérgio foi assassinado dois meses antes do julgamento; Chico, desapareceu completamente.

Dana e Eliza são atraídas por falsas promessas. A primeira, entrou no carro de Leopoldo, dirigido por ele mesmo, para ir a São Paulo para uma suposta entrevista de emprego em uma multinacional. A segunda, entrou no carro de Bruno dirigido por Macarrão, atraída pela promessa de que o goleiro iria dar a ela um apartamento em Belo Horizonte para morar com o filho, e ficar “*mais perto da família dele*”. As duas versões foram apresentadas por amigas das vítimas em depoimento durante o inquérito policial.

Numa primeira versão para o desaparecimento, Leopoldo disse que Dana voltou ao seu país, deixando tudo para trás porque ia encontrar-se com sua mãe num asilo, - mãe, que ela que julgou estar morta. Bruno disse que Eliza recebeu uma quantia em dinheiro e deixou seu filho com Macarrão, porque precisava ir “*resolver uns problemas*”. Presos, os dois escrevem cartas para os jornalistas: Bruno, para um programa da “TV Alterosa” em Belo Horizonte (MG); Leopoldo, aos jornalistas do “Última Hora”, no Rio de Janeiro (RJ).

Leopoldo Heitor quer ir à Tchecolováquia procurar Dana de Teffé, pois “*Dana vai falar que sou inocente*”. Bruno, está torcendo para “*Eliza aparecer*” e todo mundo voltar a ser feliz de novo; além disso, pede que as autoridades comecem a “*procurar por Eliza viva*”.

Os dois delegados responsáveis pelos casos, lançam-se à política após a repercussão do crime e elegem-se para a Câmara de Deputados. A imprensa narra os fatos como se fossem capítulos de um intrincado enredo de novela. E, nessas narrativas, os enunciados sobre as mulheres vítimas encontram certa regularidade relacionada à desqualificação moral de Edita Dana Fitscherova e Eliza Silva Samudio.

Leopoldo Heitor apresentou cartas que afirmou terem sido escritas por Dana, cujo conteúdo dizia que ela havia voltado para a “Cortina de Ferro”, na Europa. Mais tarde, ele afirmou estar de posse de um passaporte de sua antiga cliente, cujos carimbos indicavam que Dana de Teffé teria saído do Brasil pela Bolívia. Os advogados de Bruno Fernandes apresentaram uma carta, cujo autor diz ter ajudado Eliza a deixar o país, com documentos falsos, passando também pela Bolívia, antes de seguir para a Europa. Uma vez naquele continente, a Itália aparece como país em comum. Edita Fitscherova viveu em Roma durante a II Guerra Mundial e Eliza Samudio, declara o advogado de Bruno, foi vista na arquibancada durante uma partida do campeonato italiano de vôlei.

No dia 20 de novembro de 2012, segundo dia do julgamento, antes mesmo do desmembramento do processo, o então advogado de defesa de Bruno Fernandes deu uma declaração à imprensa, sobre a versão de que Eliza estava viva. Suas palavras foram reproduzidas em diversos veículos. Um deles, embora não estrando entre os selecionados no *corpus*, considero de importante registro. O “Correio Brasiliense” publicou a seguinte informação: “*O advogado do goleiro Bruno Fernandes, Rui Pimenta, voltou a falar que Eliza Samudio está viva e disparou contra a ex-modelo. O criminalista disse que ela está na Europa. ‘Se ela fosse digna e honrada ela apareceria, mas ela vive no sereno da noite. Ela é uma irresponsável, vive vendendo o corpo e é atriz pornô. Ela não tem credibilidade. O filho é fruto da irresponsabilidade dela’, afirmou o defensor do réu*”.

Rui Pimenta assevera que Eliza Samudio é uma prostituta irresponsável, indigna, sem honra, sem crédito. Creio que este recorte é bastante claro em seus efeitos de sentido. A linguagem tipifica a pessoa designada, por vezes, a reduz. E, considerando que os discursos e interdiscursos operam saberes ao longo da história, quantos já-ditos podem ser evocados, a respeito da mulher, a partir de enunciados como os que aponto a seguir?

Discursos sobre Dana de Teffé (1960/71) e Eliza Samudio (2009/13) na imprensa		
DANA	ELIZA	EFEITOS DE SENTIDO
“Mulher de muitos amores”	“Não nega envolvimento com outros jogadores”	Mulher de vida desregrada, imoral / mulher fácil / No caso de Eliza, gerar descrédito sobre a paternidade do filho que esperava
“Alegrava homens em guerra”	“Eu conheci ela numa suruba, numa orgia” / “vive vendendo o corpo”	Prostituta, garota de programa, profissional do sexo / desqualificação moral
“Amorosamente aventureira” / “linda aventureira” / “de vida	“O cobiçado borogodó de Eliza” / “ex-amante” / “maliciosa, seios fartos e	Sentidos ligados ao sexo casual / relacionamento sem compromisso,

trepidante”	ousada”	relacionamento com homens casados / mulher “fácil” / de vários homens / privilegiando o corpo em detrimento da pessoa
“Criatura que já desfrutou intenso convívio com a alta sociedade”	“Uma anônima estrelando colunas sociais”	Interesses sociais / fama / dinheiro / criatura e anônima tiram a identidade, a personalidade de Dana e Eliza
“Começou a cantar em boates mais chamadas de cabarés”	“Ex-modelo” / “Atriz de filmes pornô”	Desqualificação do trabalho de Dana como artista / desqualificação das atividades profissionais de Eliza / sugere pensar que cabarés e filmes pornôs não são ambientes para uma mulher respeitável
“Sempre se ligara a homens ricos e influentes”	“Se envolvia com atletas com objetivo de obter vantagem financeira”	Os sentidos estão mais explícitos aqui: mulher que se envolve com homens por dinheiro / desqualificação dos afetos
“Sua escalada em busca de dinheiro e poder”	“Boleira” / “Maria Chuteira assumida”	Incapaz de se projetar pelas próprias qualidades / se envolve com homens por interesse, dinheiro / desqualificação moral / desqualificação dos afetos
“Mulher solitária sedenta de carinhos”	“Vaidosa, ciumenta” / “novo problema extracampo” / “uma bomba”	Aquela que faz ‘qualquer coisa’ para ter um homem / e no caso de Eliza, ela é um realmente um entrave à felicidade e à carreira do jogador
“Se envolveu com um homem de confiança de	“A vítima tinha comportamento	Relacionar Dana ao regime fascista // Desqualificação moral e

Mussolini”	desajustado”	de caráter de Eliza
“Tinha relações com agentes comunistas” / “espiã secreta russa”	“Essa mulher é maluca / inventa histórias”	Relacionar Dana ao comunismo e chamá-la de traidora // Gerar descrédito às denúncias de Eliza

Quadro 03 - Materialidades discursivas e efeitos de sentido - Dana e Eliza.

Essas memórias discursivas sobre a moral das vítimas materializadas nas reportagens dos crimes analisados, alimentam regularidades de sentidos favoráveis ao sistema que privilegia a desigualdade de gênero.

Por fim, este trabalho aporta ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social uma contribuição aos estudos de Linguagem e Memória, a partir das indagações que surgiram ao se olhar o discurso jornalístico que legitima (algumas) vozes e propõe uma agenda pública sobre o dizer. Ainda que existam recepções críticas aos veículos de imprensa, os discursos materializados nas reportagens jornalísticas analisadas indicam a presença de pré-construídos a serviço da formação da opinião pública; isto é, a (con)formação do imaginário de diferentes grupos sociais sobre a condição feminina, aqui representada pelo que foi dito com regularidade na mídia a respeito das vítimas nos crimes selecionados. A definição da agenda, a meu ver, calca-se nas semelhanças das estratégias utilizadas pelos advogados de defesa dos acusados, ou pelos próprios réus, indicando redes de sentido, que se notabilizam pela ênfase na desqualificação moral da mulher.

Esse tipo de conduta carregada de interdiscursos na divulgação dos casos, revela que a imprensa brasileira, apesar de todos os avanços culturais da contemporaneidade, é *locus* privilegiado de difusão de um pensamento arraigado na herança patriarcal, predominantemente machista. Neste sentido, é possível identificar posicionamentos ideológicos e culturais não favoráveis à imagem da mulher que, mesmo vítima, no ato de denunciar seu agressor é vista como não merecedora de crédito.

Embora a decisão do júri tenha sido diferente de um caso para o outro, são os enunciados proferidos pelos profissionais científicos da memória, que suscitam as

imagens de lembranças apoiadas em testemunhos, para consolidar um território de memória do indivíduo e da sociedade.

Tais imagens de lembrança, pelo que se observa, tendem a reproduzir estereótipos de objetificação da mulher. Ora pelos sentidos que emergem de enunciados como “*Maria Chuteira*”, “*atriz de filme pornô*”, “*amorosamente aventureira*”, “*mulher de muitos amores*” e “*amante*”; ora pela exposição de imagens recortadas de seu contexto de origem e expostas à mídia, como aquela em que Eliza Samudio aparece de biquíni fio dental. É sabido que adquire-se memória em imagens. E aquelas defendidas por um tipo de enquadramento da realidade representam não só a disputa pelo poder de memória em narrativas, como a própria teia histórica sobre o feminino.

Outras vezes, a mulher não é sequer, vista. Eliza não foi, quando fez a denúncia de agressão contra o então goleiro do Flamengo. E não apenas pelos jornais e TVs que não noticiaram o fato. Eliza não foi vista pelas autoridades. O material que ela deixou para ser examinado em laboratórios ficou ignorado por oito meses, até a repercussão de seu desaparecimento.

A não publicação de uma foto de Eliza Samudio pelo jornal “O Estado de S. Paulo” durante as três primeiras semanas em que o veículo já cobria o caso, é um sinal inequívoco de que ela não era importante. Era não visível. Como ficou invisível de outras maneiras para o “Extra”, obcecado em enxergar Eliza somente como a pivô de uma série de problemas na vida do jogador. O jornalismo constrói memórias também pelo que omite, pelo que apaga.

Vale lembrar que esse apagamento é anterior a Eliza Samudio, como se viu na cobertura da TV na data do julgamento de Doca Street, quando não foi exibida sequer uma imagem de Ângela Diniz, a namorada assassinada por ele à queima-roupa. Do mesmo modo, Eliza não aparece no primeiro dia de julgamento de Bruno Fernandes e sua imagem vai ao ar por poucos segundos na data da condenação do réu.

A modelo permaneceu sem ser vista como mãe, em detrimento de ser tachada por amante ou ex-amante. A imagem de Eliza com o bebê no colo não foi exibida nos jornais aqui analisados nem pela “TV Record” e, apesar de ter sido mostrada pela “TV Globo”, isso não significa que a cobertura daquela emissora tenha sido mais favorável à sua memória.

Eliza Samudio não incomodava a ninguém por frequentar festas de jogadores de futebol, tão pouco por ter gravado participações em filmes da indústria erótica. Mas foi como mãe que ela ‘afrontou’ a sociedade. A imprensa escrevia que ela “*se dizia*” grávida de Bruno; ele negava, com todas as forças, ser o pai. Foi como mãe que ela sofreu interdições, a partir do momento em que sua fotografia com o bebê no colo não foi escolhida como a mais representativa de sua imagem. Como mãe, recebeu julgamento e condenação das autoridades, porque sua gravidez foi considerada meio de obtenção de vantagem financeira. E, num país onde o aborto é crime, nada se disse sobre Bruno a esse respeito, pela sua conduta criminoso ao oferecer pagamento à Eliza para que sucumbisse à prática ilegal. Foi porque Eliza insistiu em ser mãe, que ela foi assassinada.

Isto os homens não podem ser. Eles não podem ser mães. Talvez por essa razão, pela incapacidade biológica de gestar um filho, uma teia cultural de discursos trabalhe para diminuir essa potencialidade do feminino, espalhando um tipo de violência simbólica no sentido de que a gravidez seja algo ruim. Há empresas que evitam contratar mulheres em razão da licença maternidade; certos homens consideram que suas esposas deixam de ser atraentes e desejadas a partir da maternidade; a mulher é que deve evitar a gravidez porque o homem não tem que se preocupar com isso; há relacionamentos que se acabam justamente no momento em que a mulher engravida; se um casal não consegue ter filhos, a ‘culpa’ recai primeiro sobre a mulher; dentre outras dezenas de situações de opressão que se manifestam cotidianamente em nossa sociedade.

Obviamente apenas citei pílulas de exemplos, não se pode generalizar sobre uma temática tão ampla e que sugere inúmeras pesquisas. Mas a gravidez, desqualificada socialmente tantas vezes e, de diversas maneiras, vista como um problema, é também, por ser privilégio exclusivo do corpo feminino, umas das suas maiores interdições patriarcais: “eu não quero esse filho, então você vai tirar”, diz o homem; e, quando a mulher não deseja a gestação, “o aborto é crime”, diz o Estado.

Num mundo representado por discursos construídos socialmente, acredito que enquanto houver uma inversão de valores a transformar vítimas em culpadas, ou enquanto a mulher for deliberadamente condenada, como se devesse responder a uma espécie de culpa pelo “mal original”, a luta para modificar séculos e séculos de

androcentrismo, será mesmo longa, e por vezes, inglória. O machismo é tão naturalizado no Brasil, que até mesmo duas mulheres foram “algozes” de Eliza, como pudemos observar no discurso da juíza que negou a ela a proteção da Lei Maria da Penha; assim como nas reportagens escritas pela jornalista que enfatizou diversas vezes que Eliza era uma “Maria Chuteira”.

Vale lembrar que essa opressão de gênero não é somente simbólica, é concreta em atos de violência. Uma mulher é assassinada a cada uma hora e meia no Brasil. Os jurados de Contagem, em Minas Gerais, entraram nessa luta por começar a corrigir distorções ancestrais. Mas e os jornalistas, quando entrarão? Quando irão dedicar suas rotinas de produção, legitimadoras de cultura, a um saber equânime e mais justo? Os casos aqui analisados não são isolados, ao contrário, pertencem a uma rede de discursos que se legitima, retorna e se consolida como arquivos de memória social.

Então, imagine a repercussão midiática e social completamente diferente, a partir de um enunciado jornalístico que dissesse: “Goleiro Bruno vai ser pai de um menino!” e toda a matéria se construísse com os sentidos voltados à gestação de um novo craque? Quais “*enredos de novela*”, para citar os quadros do jornal “Extra”, teriam sido escritos a partir desta escolha editorial? Quantos programas como “Domingo Espetacular” ou “Fantástico” acompanhariam o nascimento do filho de um grande atleta? A mãe, teria merecido uma foto no “Estadão”?

Com essa temática, se escreveria sobre a vida de Eliza Samudio e não sobre a morte. Evidentemente, não se pode prever o comportamento de uma mente criminosa, não é isso que estou dizendo aqui; mas a partir do momento que a prática jornalística influencia a agenda social e lança temas para a formação da opinião pública, indaga-se, então, quais seriam os efeitos de sentido se Eliza não tivesse aparecido na mídia como um “*problema*” para Bruno, mas ao contrário, desde sempre, tivesse sido notícia como a mãe de um possível herdeiro do talento de um “pai campeão”. É muito sério isso. E o jornalismo precisa, de uma vez por todas, entender as suas responsabilidades e, conseqüentemente, admitir as suas culpas.

Memória é palavra feminina, história é palavra feminina. Enquanto instituições com poder de fala permanecem enraizadas no discurso patriarcal, as mulheres precisam tomar a palavra, que também é feminina, para reescrever sua história e construir outras memórias. O que tentei demonstrar aqui é só uma gota no oceano da necessidade de, *in*

memoriam de tantas vítimas, dar voz a outros *discursos*, lançar luz sobre outras *imagens*, para sugerir novos *sentidos* sobre a mulher no Brasil.

Eliza Samudío e Dana de Teffé não têm uma lápide. A ação de seus algozes foi tamanha, que eles não revelaram o que foi feito com os restos mortais. Quiseram assim, que as duas mulheres desaparecessem sobre a face da terra. Materialmente, conseguiram. Mas uma coisa os dois crimes não puderam e não poderão eliminar: é nas imagens de lembrança que Dana e Eliza estão vivas.

Contemporânea de Eliza, não quero escrever seu epitáfio. Apenas dedicar um outro discurso à sua memória.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ALMEIDA, Valéria Paz de. **Nas redes dos telejornais: o tecido discursivo e a formação da memória social**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. São Paulo, SP: USP, 2006.
- AMARAL, Luiz. **A Objetividade Jornalística**. Porto Alegre, RS: Sagra-Luzzatto, 1996.
- ARBEX JR., José. **Showrnlismo**. A notícia como espetáculo. São Paulo, SP: Casa Amarela, 2001.
- ASSIS, Edjane Gomes. **Veja, IstoÉ e Época: Recontando a história no universo midiático**. Tese de Doutorado em Letras. João Pessoa, PB: UFPB, 2010
- AUTHIER-RÈVUZ, Jacqueline. **Hétérogénéité(s) énonciative(s)**. In: Langages, n73, 1984. Disponível em <<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge>> Acessado em 25/07/2014. p.98-111
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo**. Os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2002.
- BARBOSA, Gabriel Collares. **Jornalismo, espetáculo e desvio**. Violência e criminalidade na imprensa através de estudos de caso. Tese de Doutorado em Comunicação. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2007.
- _____. *Meios de Comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre comunicação e história*. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (orgs). **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2008. p. 83-96
- _____. **Senhores da Memória**. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: Intercom, 1995. p.84-101.
- BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (orgs.). **Comunicação e História: partilhas teóricas**. Florianópolis, SC: Insular, 2011.
- BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis, SC: Insular, 2010.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 34ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOGADO, Anna Patrícia Chagas. **Maria Madalena**. O feminino na luz e na sombra. Rio de Janeiro, RJ: Editora Lucerna, 2005.

BORGES, Wilson Couto. **Narrativas jornalísticas como produção material da cultura:** a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade. Tese de Doutorado em Comunicação. Niterói, RJ: UFF, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 10ª ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. **Violência contra a mulher:**femicídios no Brasil. Pesquisa realizada pelo Ipea. 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarca.pdf> Acessado em 10/08/2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2014:** hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília, DF: Secom, 2014.

CATUNDA, Elisabeth Linhares. **Polifonia e discurso jurídico:** um estudo das vozes nas sentenças. Tese de Doutorado em Linguística. Fortaleza, CE: UFC, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo, SP: Contexto, 2004.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. *Dos personagens à incorporação do público:* uma análise sobre o lugar do cidadão no telejornalismo. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil.** História, análise e crítica. Florianópolis, SC: Insular, 2010. p. 233-249

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do Telejornalismo:** a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2012.

_____. *Telejornalismo e Público* – sobre vínculos com o cidadão, convertido em audiência. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (orgs.). **O Brasil (é)ditado.** Coleção Jornalismo Audiovisual.v1. Florianópolis, SC: Insular, 2012. p.21-42.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político.** O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

_____. **Entrevista** concedida a Nilton Milanez. Paris, 2005. Disponível em: <<http://www.dihitt.com.br/barra/analise-do-discurso-imagem-e-memoria--intericonicidade-video>> Acessado em 07 de novembro de 2012.

CURADO, Olga. **A notícia na TV.** O dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo, SP: Alegro, 2002.

DAVALLON, Jean. *A imagem, uma arte de memória?* In: ACHARD, Pierre. [et al.] **Papel da Memória.** Campinas, SP: Pontes, 1999.p. 23-33.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2008. p.83-102.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves**. 3ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

ENDERES, Armelle. **Les Lieux de Mémoire, dez anos depois**. Revista Estudos Históricos, 1993. p. 132-137

FARIAS, Francisco Ramos de. *Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica*. In: BARRENECHEA, Miguel Angel de. **As dobras da memória**. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2008. p. 101-112.

_____. (org). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 2011.

_____. **Por que, afinal, matamos?** Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2010.

FERREIRA, Lucia Maria Alves. *As práticas discursivas e (im)previsíveis caminhos da memória*. In: **O que é memória social?** PPGMS- UNIRIO. Rio de Janeiro, RJ: Contracapa, 2005. p.105-114.

_____. *Discurso, imagem e redes de sentido: quando o acontecimento jornalístico escreve a história do presente*. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 241-252.

_____. *Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa*. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. (orgs.). **Mídia e Memória**. A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2007. p.57-70.

FIUZA, Sílvia Regina de Almeida. **Imagens do feminino: a construção de gêneros na televisão brasileira**. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2010.

_____. **A ordem do discurso**. 9ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, SP: Loyola, 2003.

_____. **Ditos e Escritos**. v1. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense, 1999.

_____. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. 30ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FRANÇA, Vera Veiga. *O objeto da comunicação / a comunicação como objeto*. In:HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.).

Teorias da Comunicação. Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 39-60.

FREITAS, Ana Paula Delduque Migueis Laviola de. Decisão nos Autos em apenso nº 2009.203.040967-0 fls. 12. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. TJRJ. 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** 2ª ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, RS: Tchê, 1987.

GOMES, Carla de Castro. **A Lei Maria da Penha e as práticas de construção social da violência contra a mulher em um juizado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010a

GOMES, Izabel Solyszko. **Campo Minado:** um estudo sobre feminicídios na região metropolitana de Cuiabá. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010b.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e Ciências da Linguagem.** São Paulo, SP: Hacker Editores, 2000.

GONDAR, Jô. *Memória, tempo e história.* In: BARRENECHEA, Miguel Angel (org.). **As dobras da memória.** Rio de Janeiro, RJ: 7 letras, 2008. p.92-100.

_____. *Quatro proposições sobre memória social.* In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** PPGMS- UNIRIO. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. p.11-26.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *AD: descrever - interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história.* In: NAVARRO, Pedro (org.). **Estudos do Texto e do Discurso:** mapeando conceitos e métodos. São Carlos, SP: Claraluz, 2006a. p. 19-34.

_____. *Bakhtin, Foucault, Pêcheux.* IN: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin:** Outros conceitos chave. São Paulo, SP: Contexto, 2006b.

_____. *Formação discursiva, mídia e identidades.* In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 173-185.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo.* In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e Mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. p.95-109

GRIGOLETTO, Evandra. *Do lugar social ao lugar discursivo:* o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 123-134.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**. Fundamentos da Ciência dos Jornais. Trad. Liriam Sponholz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. [1950] 2ª ed. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *The problem of ideology: Marxism without guarantees*. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (orgs.). **Stuart Hall critical dialogues in cultural studies**. Nova Iorque: Routledge, 1996. p. 25-46.

HOHLFELDT, Antonio. *As origens antigas: a comunicação e as civilizações*. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação**. Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.p.61-98.

INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Memória e História na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

_____. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *A memória na cena do discurso*. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Memória e História na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. Norte e Sul. 2ªed. São Paulo, SP: Edusp, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LERNER, Gerda. **The Creation of Patriarchy**. Estados Unidos, Nova Iorque: Oxford Press, 1986.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Elias. **Dos estudos sobre o jornalismo às Teorias do Jornalismo**. Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo do conhecimento. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. E-Compós. 2004. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/2/4>> Acessado em 07/08/2014.

MACHADO, Lia Zanotta. *Onde não há igualdade*. In: MORAES, Aparecida Fonseca. SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, RJ 7Letras, 2009. p. 158-183

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

MANSO, Maria de Deus Beites. **Estudos de gênero e da mulher no Espaço Lusófono e na Diáspora**. Revista Campus Social n3. Évora, 2007. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campussocial/article/view/221>> Acessado em 15 de março de 2014. p.11-15.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Pensar-pulsar**: cultura comunicacional, tecnologias, velocidade. São Paulo, SP: Ed. NTC, 1996.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs.). **A Era Glacial do Jornalismo**. Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre, RS: Sulina, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Comunicação, tempo, história**: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Tese de Doutorado em Comunicação. Niterói, RJ: UFF, 2010.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**. A mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. *Prefácio*. Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0. In: GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**. Fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.09-25.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo**. Identidades Brasileiras. São Paulo, SP: Paulus, 2006.

MILANEZ, Nilton. **Intericonicidade**: funcionamento discursivo da memória das imagens. Maringá, PR: Acta Scientiarum. Language and Culture, 2013. v35. n.4. p.345-355.

NORA, Pierre. *Entre a Memória e a História*: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: PUC, 1993. p.07-28.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. *Memória e discurso: um diálogo promissor*. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). **O que é memória social?** PPGMS – UNIRIO, Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. p.73-87.

OLIVEIRA, Édson Correia de. **O discurso da notícia e a representação da identidade de gênero feminino nos crimes passionais**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. São Paulo: USP, 2010.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Costa de. **Entre justiceiros e bandidos**: discursos que podem calar o telejornalismo. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Uguaçu, PR: Intercom, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**. Princípios e procedimentos. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Discurso e Textualidade.** 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. **O papel da informação na construção da memória coletiva pelo discurso da divulgação científica.** XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. XI ENANCIB. Rio de Janeiro, 2010. [pdf]

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Representação e Interdisciplinaridade.** Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Conhecimento e Sociedade. Morpheus. n7. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero07-2005>> Acessado em 29/11/2012.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV.** Manual de Telejornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso.** Estrutura ou Acontecimento. 3ª ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **Semântica e Discurso.** Uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas.* In: GADET, F; HAT, T. **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.p. 163-252

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia.** Os bastidores do telejornalismo. 3ª ed. Porto Alegre, RS: EdiPUCRS, 2003.

PEUCER, Tobias. **Os relatos jornalísticos.** Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.1 nº2. Florianópolis, SC: UFSC, 2004. p. 13-30

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluázio Ramos. **Teorias da comunicação.** O pensamento e a prática do jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992. p.200-212

_____. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n3, 1989. p.3-15

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência:** tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento.* In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e Poder:** ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2008. p.187-203

RODRIGUES, Elisabete Alfeld. **O Mundo Editado**. Tese de Doutorado em Comunicação. São Paulo: PUC-SP, 2000.

SANTOS, Henry Charriery da Costa. **Ângela Diniz** - A Menina da Missa das Dez, ou a Pantera de Minas? Memórias do julgamento de Doca Street. João Pessoa, PB: Revista Jurídica A Barriguda. v.1.nº2, 2011. p. 135-142

SANTOS, Marcelo Bernardo dos. **Relações de gênero**: as formas de enunciação da identidade da mulher na mídia jornalística. Dissertação de Mestrado em Linguística. Recife, PE: UFPE, 2008.

SCAFFO, Maria de Fátima. *Violência de Gênero e Memória Social*: investigando a complexidade dessas relações. In: FARIAS, Francisco Ramos de (org). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 2011. p.113-129.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Lisboa, Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 1999. [pdf]

_____. **Tobias Peucer**: progenitor da Teoria do Jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.1 nº2. Florianópolis, SC: UFSC, 2004. p. 31-59

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. **Violência otélica**: a agressão masculina nas relações conjugais. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Belém, PA: UFP, 2007.

TADDEI, Angela Maria Soares Mendes. **Umás & Outras**: memória social da maternidade em *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. Dissertação de Mestrado em Memória Social. Rio de Janeiro: PPGMS- UNIRIO, 2007. [pdf]

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. vol.1.2ªed. Florianópolis, SC: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. vol.2. Florianópolis, SC: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidade. Espanha, Barcelona: Bosch, 1993.

TURACK, Cynthia Fevereiro. **Mulheres-mães**. Memória e construção de sentidos no discurso do periódico: *A mãe de família* (1879-1888). Dissertação em Memória Social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade Excitada**. Filosofia da sensação. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

VILARDARGA, Vicente. **À queima-roupa**. O caso Pimenta Neves. São Paulo, SP: LeYa, 2013.

WITZEL, Denise Gabriel. **Práticas discursivas, redes de memória e identidade do feminino**: entre princesas, bruxas e lobos no universo publicitário. Tese de Doutorado em Linguística. Araraquara, SP: UNESP, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. **Violência e gênero em notícias no oeste paranaense (1960-1980)**. Tese de Doutorado em História. Florianópolis, SC: UFSC, 2010.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: Seis reflexões laterais. Trad. Miguel C. Pereira. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.